Breve história econômica do Equador

Coleção América do Sul

Por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão, inicia, no corrente ano, a publicação de uma nova coleção - a Co*leção América do Sul*.

A grande prioridade da política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Nessas circunstâncias, julgou-se oportuno que o IPRI pudesse contribuir para tal objetivo, ao colocar à disposição do leitor brasileiro obras fundamentais para conhecimento dos países da América do Sul, de autoria de conhecidos e respeitados escritores sul-americanos, traduzidas para o português.

Com efeito, a integração da região sul-americana, em que está empenhado o Governo, repousa, não só sobre aspectos econômicos e comerciais, mas também sobre aspectos políticos, sociais e culturais. Nesse sentido, um melhor conhecimento dos países da região, de sua história e de suas sociedades é condição importante para que suas populações aprendam a compreender e a estimar as diferentes culturas e a diversidade de estruturas sociais incluídas no espaço sul-americano. A *Coleção América do Sul* procura, justamente, estimular no leitor brasileiro o interesse pela região e o sentido de pertencer a uma área que vai além das fronteiras do Brasil.

A nova coleção inicia-se, assim, com a publicação de *A Argentina*, *História do País e de seu Povo*, de María Sáenz Quesada; *Classes, Estado e Nação no Peru,* de Julio Cotler; B*reve História Econômica do Equador*, de Alberto Acosta; *Ideologia Autoritária*, de Guido Rodríguez Alcalá, relativo ao Paraguai; Os *Mitos Profundos da Bolívia*, de Guillermo Francovich; *Sociedade de Fronteira*: *uma análise social da história do Suriname*, de R. A J. Van Lier. Acadêmicos e autoridades sul-americanas, nacionais de cada um dos países em questão e, também, de conhecidos especialistas brasileiros contribuirão, em certos casos, pequenos prefácios e introduções.

Sumário

Prefácio 9

Introdução 13

Uma reflexão inicial 19

1. Os resíduos do modelo colonial 23
A herança da Colônia e das guerras da Independência 28
A fazenda como um eixo da acumulação 34
A lenta configuração do modelo agro-exportador 40
Consolidação do Estado oligárquico 43
As bases para o posterior apogeu cacaueiro 46
As primeiras e inúteis renegociações da dívida externa 51

2. O modelo de exportação de produtos primários 57
Incorporação definitiva do Equador no mercado mundial .. 60
Como o sucre acelerou a modernização 63
Um corte na "dívida górdia"..... 68
A Estrada de Ferro, a grande obra da mudança do século ... 69

Alguns traços da visão estratégica de Alfaro 73
Do fim da bonança cacaueira à crise prolongada 79
O fim do domínio plutocrático e a Missão Kemmerer 83
Parênteses: a Segunda Guerra Mundial 90
A chegada das grandes companhias estrangeiras 92
A banana impulsiona e integra o país 95
O *boom* da bananicultura e a renegociação da dívida externa ... 101
O Fundo Monetário Internacional 103

3. O modelo de industrialização pela substituição de importações 105
Uma primeira tentativa séria de industrialização 107
De pobretão vendedor de banana a novo-rico petroleiro .. 114
Quando o petróleo nos levou às portas do paraíso 121
O Estado petroleiro a serviço do setor privado 124
O fim da euforia do petróleo 129
Como a dívida externa foi inflada e explorada 135

4. Rumo a uma nova forma modernizada de exportação de produtos primarios 147
O alcance do Consenso de Washington 149
Os primeiros passos do ajuste neo-liberal 152
Principais características de um ajuste tortuoso 158
A investida neo-liberal 170
Causas e características da crise da virada do século 182
Principais resultados do ajuste estrutural 188

5. O equador na armadilha da dolarização 219
A decisão: os interesses e atribulações que a provocaram .. 221
Os riscos da dolarização 224
A título de prólogo à história futura 232

Cronologia 245

Chefes de Estado do Equador 251

Tabelas 255

Bibliografia

Prefácio

Paulo Nogueira Batista Jr.[1]

É muito oportuna a iniciativa do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e da Fundação Alexandre Gusmão de publicar a tradução para o português deste livro de Alberto Acosta sobre a economia do Equador. O Brasil está se aproximando cada vez mais, politica e economicamente, dos demais países da América do Sul. Essa aproximação ganhou ímpeto com a formação do Mercosul. A aliança Argentina-Brasil vem se fortalecendo. Nos anos recentes, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela tornaram-se Estados Associados do Mercosul. Está em negociação uma área de livre comércio entre a Comunidade Andina de Nações (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) e o Mercosul. A conclusão desses entendimentos poderá desembocar na formação de uma Área de Livre Comércio da América do Sul.

Os brasileiros precisam, porém, conhecer melhor a situação e a história econômica e política das outras nações sul-americanas. A verdade é que o nosso conhecimento dos países vizinhos é ainda muito rarefeito. Como todas as nações de proporções continentais, o Brasil tende a uma certa introversão. Quando olha para fora, prefere voltar a sua atenção para os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos.

O livro de Alberto Acosta será de inegável utilidade. Embora escrito por um economista equatoriano para leitores equatorianos, ele é perfeitamente acessível a estrangeiros. O autor pretende dirigir-se a um público amplo, sem sacrificar o rigor argumentativo. Adota, assim, uma linguagem clara e simples. Preparou, também, um glossário de termos

[1] Economista e professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

livro.pmd 9 26/9/2005, 13:26

básicos, o que contribui para facilitar a compreensão do texto por leitores não-especializados.

A finalidade de Acosta nesta obra é apresentar uma visão panorâmica da história econômica do Equador desde a independência em 1830. A economia é vista por ele como uma ciência social, que não pode despojar-se do seu conteúdo histórico. A sua preferência por uma abordagem histórica não o leva, entretanto, a evitar a discussão dos problemas contemporâneos, como fazem certos historiadores sob a alegação de falta de distanciamento temporal. Acosta traz a discussão até os dias atuais, concluindo com uma discussão da dolarização oficial da economia equatoriana, implantada em 2000.

Como não poderia deixar de ser, o desfecho da obra é algo melancólico. O Equador é o único país sul-americano a ter cometido o desatino de abandonar uma instituição fundamental: a moeda nacional. Em janeiro de 2000, o governo equatoriano anunciou que fixaria a taxa de câmbio e eliminaria o sucre, transformando o dólar dos Estados Unidos na moeda de curso legal. Antes do fim do ano, o Banco Central retirou de circulação os sucres, utilizando as suas reservas de dólares. Foi uma decisão lamentável, que o autor deste livro condena em termos vigorosos. Para Acosta, a dolarização resultou da "mediocridade das elites governantes".

A crítica veemente à dolarização é justificada. Os problemas acarretados por essa decisão são, de fato, extremamente graves. Ela permite alcançar certa estabilidade do nível geral de preços, mas o preço que se paga é exorbitante. Não por acaso, são raras as experiências de dolarização oficial. Há outras formas, menos custosas, de combater a inflação. Vários países, inclusive alguns que enfrentaram crises inflacionárias mais sérias do que a do Equador, conseguiram enfrentar o problema sem abdicar da soberania monetária.

Com a eliminação da moeda nacional, perde-se a receita de senhoriagem, isto é, os recursos que o governo obtém com a emissão monetária. Essa receita não desaparece, evidentemente. É transferida para o país emissor da moeda estrangeira adotada. Como observou em 1999 o

livro.pmd 10 26/9/2005, 13:26

então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence Summers, em depoimento ao Senado daquele país, os países que se dolarizam unilateralmente concedem um "empréstimo sem juros aos Estados Unidos"[2].

Com a dolarização, perde-se, também, o emprestador de última instância, elemento central dos sistemas financeiros modernos. Como se sabe, países que contam com bancos centrais e moedas nacionais (ou que fazem parte de uniões monetárias como a européia) podem valer-se da emissão de moeda primária para socorrer o sistema financeiro em momentos de grande instabilidade e risco de corrida bancária. Esse é um instrumento utilizado sempre que as instituições financeiras de um país se defrontam com crises de caráter sistêmico.

O problema central, ressaltado por Acosta, é que a supressão da moeda nacional implica a supressão das políticas monetária e cambial, que constituem aspectos centrais da política econômica de qualquer país. Ao tomar essa decisão, o Equador converteu-se em uma província monetária dos Estados Unidos. A economia do país passou a ficar diretamente submetida às decisões do Federal Reserve, que ao tomá-las não considerará, obviamente, os seus efeitos sobre o Equador. As flutuações monetárias e cambiais passaram a ser regidas por fatores fora do controle do governo equatoriano. A dolarização conduziu, portanto, a um aprofundamento da dependência externa.

O Equador tem hoje uma inflação semelhante à que se observa nos Estados Unidos. No entanto, como seria de esperar, a convergência da inflação equatoriana ao nível da norte-americana foi relativamente lenta. O aumento dos preços ao consumidor (dezembro/dezembro) chegou a 91% em 2000, 22,4% em 2001, 9,4% em 2002 e 6,5% em 2003[3]. Só em 2004 é que a inflação equatoriana se equiparou à dos Estados Unidos.

[2] Lawrence Summers, "Hearing on Official Dollarization in Emerging-Market Countries", Senate Banking, Housing and Urban Affairs Committee, 22 de abril de 1999 (www.senate.gov).

[3] Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2003, quadro A-23.

livro.pmd 11 26/9/2005, 13:26

Nos primeiros anos da dolarização, o Equador acumulou, portanto, considerável perda de competitividade internacional[4]. Apesar da elevação do preço do petróleo, seu principal produto de exportação, a economia equatoriana tem registrado déficits expressivos no balanço de pagamentos em transações correntes e, conseqüentemente, ampliação contínua do seu endividamento externo. O crescimento da economia tem sido modesto e as taxas de desemprego mantêm-se em níveis elevados[5].

Em termos internacionais, a situação monetária equatoriana é uma aberração. A maior parte das economias do mundo, como comenta Acosta, adota a flutuação cambial ou regimes relativamente flexíveis. Essa também tem sido a tendência predominante na América do Sul. A Argentina, que estava com a economia semidolarizada em um regime de *currency board*, restaurou com sucesso a moeda nacional e adotou um regime de flutuação da taxa cambial. Diversos outros países do continente, inclusive o Brasil, abandonaram a ancoragem cambial e deixaram suas moedas flutuarem. Ao submeter-se à dolarização, o Equador distanciou-se dos demais países sul-americanos.

Muitos equatorianos estão convencidos de que a dolarização foi um erro e desejam restabelecer a moeda nacional. Infelizmente, a dolarização é difícil de desfazer. Essa é, aliás, uma das principais razões para evitá-la. Não é um caminho sem volta, mas a experiência mostra que a desdolarização costuma ser um processo traumático. Os governos só se animam a tentá-la em meio a crises econômicas profundas, a exemplo do que aconteceu recentemente na Argentina.

De qualquer maneira, são tão graves os problemas provocados pela dolarização que o Equador poderá ser levado, em algum momento, a optar pela restauração da moeda nacional. Se essa decisão vier a ser tomada, o Brasil e os demais países da América Sul devem estar prontos a apoiá-la.

---

[4] Paul Beckerman, "External Debt, Oil Dependence and a Nation´s Currency: Why and How Ecuador Dollarized", mimeo.,versão preliminar, 15 abril de 2004.

[5] Comisión Económica para América Latina y el Caribe, op. cit., quadros A-2, A-6, A-18 e A-23.

livro.pmd 12 26/9/2005, 13:26

Introdução

"A história ensina o futuro:
ignorar os tempos passados é não estar apto a viver os vindouros."

Juan Montalvo (1880-1)

Não se pode entender a economia como ciência sem o seu conteúdo histórico, e os acontecimentos presentes também não são legíveis sem a compreensão do passado. Tanto é assim que na economia a história faz o papel da água na navegação, como dizia o economista argentino Pedro Paz. Por isso é desnecessário ressaltar a importância de uma abordagem histórica para compreender a evolução econômica da República do Equador, pois não há história sem economia.

Devemos lembrar também que a economia é uma ciência social e que a história estuda a realidade social ao longo do tempo; assim, uma história econômica deve levar em conta as exigências sociais do presente. É o que se tenta fazer com este texto: examinar a evolução da sociedade equatoriana, com ênfase nos aspectos econômicos.

Nesta ordem de idéias, o livro apresenta uma breve visão interpretativa das modalidades de acumulação e das relações sociais dominantes em todo o período republicano, determinadas em última instância pela dinâmica do capitalismo metropolitano. Desta perspectiva, procura-se compreender as tendências básicas de um processo social em permanente transformação, e não narrar simplesmente os acontecimentos, ou enumerar personagens históricas.

Devido à própria complexidade da sociedade, não é possível assumir, sem o benefício de um inventário, as diversas leis e os modelos econômicos com os quais se acredita poder expressar as regularidades do processo. Embora úteis para a análise, esses modelos e teorias têm uma aplicabilidade

livro.pmd 13 26/9/2005, 13:26

relativa na conjuntura, e mais limitada ainda no tempo. Além disso, não se pode esquecer que as teorias entram e saem de moda conforme sirvam aos interesses mais poderosos no momento.

Nestas condições, escrever uma história da economia republicana é tarefa complexa. Em primeiro lugar, sua periodização pode ser arbitrária, pois é difícil distinguir claramente os cortes entre as diferentes formas de acumulação. Por outro lado, a priorização do nexo externo minimiza outros elementos próprios da rica estrutura regional do país, por vezes contraditória. Não obstante, esta opção não é inteiramente equivocada, se consideramos que o vai-vem da economia do Equador coincide de forma bastante nítida com as diversas ondas cíclicas do capitalismo mundial. Mais ainda, porque o comércio exterior tem representado uma espécie de vela para o navio que representa a economia nacional, tal como esboçou Germánico Salgado, um dos economistas mais destacados da segunda metade do século XX.

Por essas razões, reforçando o caráter social da economia, esta é uma interpretação comprometida da evolução econômica do Equador, desde a sua independência até a claudicação da sua política monetária e cambial, com a dolarização oficial. Depois de repassar nos três primeiros capítulos a evolução da economia no século XIX e em grande parte do século XX, um quarto capítulo é dedicado especialmente a analisar a etapa do ajuste neo-liberal, por considerarmos que a sua influência é decisiva para o futuro do país.

Assim, esta é uma história com opinião, escrita com paixão — esse "sustento do pensamento e da ação, sem o qual nada na vida merece o esforço de ser realizado", conforme recomendava Alfredo Pareja Diezcanseco, amigo querido cuja influência é decisiva na minha preocupação com a história. Este é um esforço para interpretar a história, não apenas para contá-la; é um exercício para tentar desvendar a verdade, não para ocultá-la.

É impossível isolar-se da angústia humana para demonstrar objetividade, como acontece hoje com freqüência. Menos ainda se em

livro.pmd 14 26/9/2005, 13:26

um país como o Equador, com um acervo notável e variado de recursos naturais, em todo o período analisado a maioria da população tem vivido e continua a viver na pobreza, enquanto há uma minoria cada vez mais rica.

Isto é lamentável se considerarmos que com uma efetiva redistribuição da riqueza, e a criação de um projeto nacional de longo prazo, para participar de forma ativa e inteligente no mercado mundial, teria sido viável a construção democrática de bases sólidas para o desenvolvimento e a satisfação adequada das necessidades básicas de todos os equatorianos. Nestas condições, o desafio não tem sido simplesmente econômico, mas pelo contrário representou sempre um repto político.

Esta realidade requer uma explicação histórica, e não apenas uma descrição mais ou menos cronológica dos acontecimentos, que representaria na prática uma posição de cumplicidade. Por isso não salientamos a ação isolada de pessoas, como se fossem só elas a fazer e desfazer políticas, mas procuraremos compreender o processo social, destacando seus problemas e seus sucessos.

Além de tudo, este trabalho se destina a um público amplo, embora o rigor investigativo não tenha sido sacrificado. A linguagem simples não é um sintoma de deficiência, como podem pensar muitos especialistas comprometidos com o sistema dominante. Pelo contrário, esta é a forma adequada para evitar que o estudo da economia se torne um aborrecimento, e para superar os artifícios e sofismas que ocultam explicações que impedem a compreender as desigualdades e injustiças. Uma linguagem fácil, que torna inteligível o que é complexo, é por assim dizer uma espécie de chave mestra para abrir essa "caixa preta" onde são depositados muitas vezes os principais temas econômicos e onde se ocultam numerosos atropelos e formas variadas de corrupção, bem como as cumplicidades entre os dogmas vigentes e interesses particulares.

Em suma, esta é uma história sucinta que permite começar a entender melhor o Equador. É um livro dedicado às professoras e aos professores deste país, mas escrito tendo em vista os jovens, donos do futuro e sujeitos às mudanças do presente. Juventude que se forma em

livro.pmd 15 26/9/2005, 13:26

grande parte com textos preparados nos países "desenvolvidos", e que tende a pensar que a teoria econômica importada tem um valor universal.

Sem negar a importância desses textos, ou a lucidez dos tratadistas estrangeiros, é preciso reconhecer que as suas contribuições simplesmente não têm sido muito relevantes para a América Latina, de modo geral, e para o Equador em particular. São obras ajustadas a realidades alheias às que vivemos nas nossas latitudes; reflexões sobre esquemas baseados em pressupostos distantes dos equatorianos, e que não recolhem nem a gravidade da crise que o país atravessou nem propõem alternativas apropriadas à sua realidade. Até mesmo livros recentes, que abordam a situação dos países latino-americanos, são contribuições de expertos forasteiros, os quais não contribuem com opções diferentes; em sua maioria (salvo algumas exceções) se limitam a um enfoque exclusivo, consolidando assim o chamado "pensamento único" que tantos danos causa na prática aos países em desenvolvimento, inibindo a capacidade de resposta das suas sociedades.

Não podemos concluir esta introdução sem antes insistir na necessidade de aprofundar o estudo da história econômica do Equador. Conhecer a história do país, discuti-la e compreendê-la, pode ser um primeiro passo para a criação de uma teoria própria. Se os novos economistas precisam aprender a criar uma teoria econômica, devem também adotar uma atitude crítica com relação às teorias e os instrumentos "exóticos", para a partir desse ponto, em um processo dialético de debate e aprendizagem contínua, propor soluções. O que só será possível conhecendo a história econômica do Equador, da região e do mundo.

Como se observou inicialmente, a análise deste livro parte do estudo das diversos modelos de acumulação existentes. Naturalmente, esta abordagem não nega outras perspectivas e outros enfoques, que poderiam ser considerados: a discussão das políticas econômicas adotadas no país, no quadro das sucessivas escolas de pensamento dominantes; a evolução macro-econômica e o desenvolvimento, muitas vezes conflitivo, das várias regiões; a influência do FMI na economia e na sociedade, a partir das

livro.pmd 16 26/9/2005, 13:26

condições impostas ao país, conforme as várias Cartas de Intenção assinadas; um estudo comparativo das diferentes políticas monetárias aplicadas nas crises experimentadas no século XX; uma releitura da economia republicana à luz da sustentabilidade ecológica; a vinculação comercial e financeira do Equador com o mercado mundial, diferenciando-a por continentes e regiões; a inter-relação das formas de produção capitalistas e comunitárias; entre muitos outros temas.

Finalmente, registro que muitas pessoas merecem meus agradecimentos, não necessariamente pela sua contribuição direta na preparação deste trabalho mas pela contribuição permanente que deram à trajetória nunca concluída de aprender e reaprender a realidade equatoriana.

Nesta oportunidade agradeço pelo aporte trazido à primeira versão deste texto, concluída em 1995: a Enrique Ayala Mora por suas valiosas sugestões; a Juan Falconi Morales pelo seu valioso apoio na revisão do glossário básico; a María Dolores Gómez de la Torre pelos inteligentes conselhos para melhorar a apresentação didática do livro; a María Caridad Araujo pela sua colaboração entusiástica para completar os quadros estatísticos e o glossário destinado a facilitar a leitura.

Para esta segunda edição foram valiosas as contribuições de Juan Paz y Miño, assim como de David Villamar, que revisou e atualizou os quadros estatísticos, o glossário e a cronologia. Uma vez mais, destaco a influência permanente de Jürgen Schuldt, mestre, companheiro e sobretudo amigo.

Alberto Acosta

(setembro de 2001)

livro.pmd 17 26/9/2005, 13:26

Uma reflexão inicial

Como todos os outros países latino-americanos o Equador passou por várias modalidades de acumulação.

Cada um desses modelos estava intimamente relacionado com certas alianças hegemônicas dos grupos dominantes, com uma estrutura própria de Estado e uma configuração especial da política econômica. Por outro lado, essas diferentes modalidades criaram formas particulares de relacionamento entre as distintas regiões do país, e, em especial, formas peculiares de articulação com o mercado mundial.

Assim, desde as suas origens o Equador atravessou toda uma série de períodos de apogeu e de crise, refletindo de perto os ciclos das economias capitalistas centrais. É um vínculo que não se limita às relações econômicas, mas se completa com todos os elementos — políticos, sociais, culturais — que configuram o poder mundial; um processo complexo que ganhou força à medida que se consolidava e difundia o sistema capitalista, e que a economia equatoriana se integrava ao comércio mundial.

Por isso tem muita razão André A. Hofman quando assinala que as fases de desenvolvimento do Equador "por tratar-se de um país muito receptivo, coincidem de forma muito nítida com as flutuações da conjuntura mundial." Em especial, as crises do capitalismo equatoriano foram produzidas como conseqüência das crises do capitalismo norte-americano. Situação que explica, em larga medida, as atuais limitações desse capitalismo; o que de nenhum modo pode levar-nos a sobre-dimensionar a influência externa na evolução econômica nacional.

Além disso, sem retirar importância à consideração anterior, esta relação com o mercado internacional não terá sempre as mesmas repercussões na economia do país que as ocorridas em outros países da região, devido a suas características particulares.

livro.pmd 19 26/9/2005, 13:26

Neste breve tratamento da história econômica do Equador vamos dividi-la em quatro períodos, com limites não claramente delineados no tempo mas que, ao contrário, apresentam mais de uma sobreposição ou mesmo saltos temporários.

Recorde-se que depois de superada uma fase prejudicada pelos resíduos coloniais (1), o país assumiu com vigor o modelo de exportação primária (2). Mais tarde do que os demais países latino-americanos, o Equador tentou avançar para a modalidade da industrialização por meio da substituição de importações (3), até chegar, no fim do século XX, ao que se poderia definir como um processo de transição rumo a um retorno à segunda fase, devidamente modernizada: o ajuste neo-liberal (4).

Esta caracterização, que recolhe vários aspectos próprios à realidade equatoriana, está inspirada na proposta de Jürgen Schuldt de analisar as modalidades de acumulação capitalista nos países latino-americanos. A diferença principal com relação ao esquema que propõe é a incorporação de um ponto adicional: os resíduos do modelo colonial, devido a características peculiares que explicaremos mais adiante.

Portanto, a transferência de uma modalidade de acumulação para outra é determinada pela dinâmica socio-política interna, sob a influência das modificações do capitalismo no plano mundial.

Seguindo a mesma linha de reflexão, cada estrutura econômica tem sua contrapartida na estrutura social, sendo necessário identificar no sistema econômico e político, em cada caso, as frações da classe dominante, as camadas em ascenção, os grupos subordinados e os estratos "marginalizados". O objetivo é distinguir as contradições socio-políticas inerentes a cada regime social ou modelo de acumulação, centralizando a análise na geração de novos grupos sociais e configurações sociais e políticas que questionam o modelo de acumulação em vigor.

Por isso é muito importante entender adequadamente o processo de transição entre as diferentes modalidades de acumulação, assim como a dinâmica socio-política implícita em cada uma delas, o que significa considerar corretamente a mediação complexa entre o econômico, o social

livro.pmd 20 26/9/2005, 13:26

e o político. Em outras palavras, a interação entre a estrutura econômica, as classes sociais e o Estado.

livro.pmd 21 26/9/2005, 13:26

1
Os resíduos do modelo colonial

1
Os resíduos do modelo colonial

As dificuldades registradas durante o século XVIII, provocadas especialmente pela ruína da economia *obrajera*, baseada no trabalho indígena, e pela contratação da atividade mineira que sustentava a exportação de metais preciosos, incidiram na estrutura do poder colonial. A isto se acrescentaram as reformas dos Bourbons, que criaram uma série de reações econômicas e políticas, algumas delas violentas: por exemplo, a instituição de tributos, o monopólio do aguardente que levou a "rebelião dos bairros", em Quito, no ano de 1765.

Além disso, tiveram sua influência vários acontecimentos no continente europeu que debilitaram a posição da Espanha, sobretudo com a invasão napoleônica da península ibérica, que transcendeu o campo puramente militar. Para entender as mudanças ocorridas nessa época é preciso levar em conta também o crescimento do poder comercial britânico, empenhado em disputar espaço com a coroa espanhola.

Nessas condições, na administração econômica das colônias americanas os representantes diretos da metrópole perderam terreno, e os grupos de proprietários *criollos*, ou seja, nacionais, se consolidaram, especialmente a base do sistema latifundiário que recrutou, através do *concertaje*, a força de trabalho indígena liberada.

Foi o que aconteceu até que chegou o momento em que os latifundiários locais, em torno dos quais o poder econômico colonial começou a se reestruturar, decidiram assumir o poder político para ampliar seus horizontes comerciais e financeiros. Por esse motivo o movimento da independência encontraria nesses grupos a sua força inicial, contando depois com a adesão de outros setores urbanos, que aos poucos foram vencendo sua natural resistência a participar da luta.

livro.pmd 25 26/9/2005, 13:26

Nesse contexto, as massas indígenas, protagonistas de diversas rebeliões e protestos, episódios da vida colonial, mantiveram uma posição bastante passiva, uma vez que "havia consciência de quais seriam os beneficiários da autonomia: justamente os fazendeiros que tinham contribuído para a repressão sangrenta daquelas revoltas" (Ayala 1993, p. 56).

Nessas condições, "a principal experiência comum que os diferentes grupos dominantes regionais da República equatoriana começam a partilhar em 1830 é a administração do Estado, na qual incorporaram a sua experiência anterior (em vários aspectos não houve um rompimento radical com o passado colonial) e aprendem a enfrentar a nova situação política. Nesse processo, e nessa experiência, se vão homogeneizando como classe dominante do conjunto da formação social equatoriana — a classe que manifesta esse Estado. O que não acontecerá abruptamente, mas com lutas, avanços e retrocessos." (Vega 1991, p. 12-3).

Em sua tese sobre "A Revolta pela Independência na América Hispânica", o historiador Heraclio Bonilla observa com lucidez que a independência não alterou as condições dos indígenas, pois "300 anos transcorreram em vão (...) o desmantelamento do sistema político de nenhum modo significou a erradicação completa das bases econômicas e sociais que garantiram a manutenção do sistema imperial, sobretudo nos países com uma população nativa densa e cuja importância para a Espanha havia determinado o maior aprofundamento das instituições. (...) Assim como a Espanha soube aproveitar os mecanismos e instituições pré-hispânicas para firmar o seu governo, a partir da independência as oligarquias *criollas* souberam utilizar os mecanismos coloniais para garantir e sobretudo para sacralizar o seu domínio."

Neste ponto é preciso resgatar a vinculação do que Aníbal Quijano entende como "colonialidade do poder" com o desenvolvimento. Como vimos, no princípio da República os herdeiros diretos dos colonizadores se apossaram do poder colonial, situação que, sem qualquer ingerência da Coroa, lhes facilitou inclusive fortalecer o seu poder.

livro.pmd 26 26/9/2005, 13:26

Não só se estruturou sobre as bases coloniais um renovado domínio político e econômico (cujo significado merece ser estudado mais detidamente, assim como os elementos constituintes das economias indígenas, sobretudo seus traços comunitários, que persistem ainda no início do século XXI). O aspecto cultural (étnico e racial) desse complexo período de transição, que se projeta a partir do início do terceiro milênio, desempenha igualmente um papel fundamental para entender a evolução dos primeiros tempos pós-coloniais, e também para compreender a falta de raízes sólidas das elites, ao longo de todos os anos de vida republicana. Vale lembrar que no Equador os protagonistas do processo de independência foram latifundiários poderosos, que provocaram a derrubada das autoridades coloniais da Real Audiência de Quito no dia 10 de agosto de 1809. Em 2 de agosto de 1810, em Quito, muitos líderes da revolta contra o poder colonial, juntamente com alguns intelectuais procedentes das classes médias, foram massacrados por tropas realistas, destruindo o que poderia ter sido um núcleo dirigente mais homogêneo.

Houve assim um desencontro entre "a originalidade e o caráter específico da experiência histórica denominada 'América Latina' e a configuração eurocentrista da perspectiva dominante", que se impôs, e que, neste princípio do século XXI "continua procurando 'ler' essa realidade [a realidade nacional] como se fosse a Europa" ou como se fosse os Estados Unidos: a realidade modernizada dos setores dominantes. Por outro lado, como elemento da mesma complexidade, mantém-se até agora a "vício insanável da percepção eurocêntrica do dominante sobre o dominado, que bloqueia a admissão desse dominado como outro sujeito" (Quijano 1994).

A dolarização talvez seja uma das manifestações mais radicais dessa "colonialidade", pois se trata de adotar uma moeda estrangeira, o dólar, renunciando à moeda nacional, o sucre, com todas as seqüelas que isso implica.

Assim, a colonialidade perdurou nestes países como base do poder, e ao mesmo tempo como causa da debilidade estrutural. O que explica

livro.pmd 27 26/9/2005, 13:26

por que a sorte dos dominados só chega a preocupar realmente os dominantes quando pode afetar os seus interesses. Situação que "boqueia, todo o tempo, a possibilidade efetiva da modernidade estrutural e global dessas sociedades" (Quijano 1994).

Isto torna essas sociedades espaços de confronto, radicais e muito conflitivos, refletindo a falta de estabilidade e a fragilidade dos processos econômicos. E esclarece também a debilidade estrutural de todas as elites, em particular as econômicas — concretamente, dos empresários — quando se trata de conceber um projeto nacional que beneficie toda a população, mesmo com as diferenças e contradições existentes no sistema capitalista.

A herança da colônia e das guerras da independência

É preciso levar em conta que o Equador se tornou uma república independente, em 1830, a partir do que havia sido o antigo Reino de Quito, e depois a Real Audiência de Quito, em plena crise econômica do sistema capitalista europeu, herdando os pesados encargos da Colônia e também de muitos anos das onerosas guerras da Independência.

Neste ponto vale a pena assinalar que o período parentético da Grã Colômbia, de transição entre a Colônia e a República Equatoriana, foi marcado pelas guerras da Independência e sobretudo pelo enorme esforço bélico realizado pelo Departamento do Sul, ou do Equador, transformado em um grande acampamento destinado a reunir e preparar os recursos necessários para a guerra contra os espanhóis no Peru e na Bolívia (Luna Tobar 1986).

Na prática a influência da Grã Colômbia em termos de construção de uma identidade nacional e de definição de um espírito estatal realmente libertário foi limitada. Salvo talvez algumas ordenações bolivarianas que marcaram tendências básicas, como por exemplo o Regulamento sobre Minas, expedido por Simón Bolívar em Quito em 24 de outubro de 1829, no qual se manifestava que "as minas de qualquer tipo correspondem à República."

No período bolivariano o primeiro nexo com a economia mundial foi criado pelas necessidades bélicas, que obrigaram à contratação de

livro.pmd 28 26/9/2005, 13:26

empréstimos no exterior para a compra de armamentos. Portanto, a dívida externa foi um dos mecanismos primordiais que serviu organicamente os interesses do capital internacional que nessa época começava a funcionar com uma lógica mais totalizadora.

Paralelamente, com base nas suas exportações de produtos primários (o cacau já era conhecido no comércio colonial) o Equador começou a integrar-se ao comércio mundial, sob a influência predominante da Grã Bretanha. Bem mais tarde receberia o fluxo de alguns capitais de poucos investidores britânicos, franceses e alemães, aos quais se somariam depois os norte-americanos.

Neste contexto, depois da separação da Espanha a economia equatoriana pouco variou, incorporada a reprodução internacional do capital pela penetração, expansão e competição dos diferentes interesses mercantis e financeiros determinados pelas potências capitalistas de princípios do século XIX.

Conforme observou em 1896 Emilio María Terán, um general liberal, a primeira fase da República foi maculada pelos vícios da Colônia, as arbitrariedades do "militarismo prepotente" e do "sacerdócio sacrílego", uma 'depravação" que, segundo Luis Robalino Dávila, historiador de índole conservadora, duraria pelo menos as primeiras três décadas republicanas. Além disso, não podem ser ignoradas todas as dificuldades sofridas, devido às guerras da Independência, por grandes áreas do país, que já tinham estruturas econômicas marcadas pelo caráter heterogêneo, com forças produtivas refreadas.

Assim, com a independência política subiu ao poder no Equador uma aliança da oligarquia latifundiária e importadora, com apoio dos restos do militarismo grã-colombiano e do clero, que usaram em seu benefício grande parte do aparato colonial herdado. Essa aliança procuraria instrumentalizar "seu próprio projeto nacional", ou seja, "o projeto estatal latifundiário". Desta forma, segundo Silvia Vega, que apresenta argumentos interessantes com outras interpretações dos primeiros anos da República, a partir de 1835 teria havido "uma tentativa lúcida e consciente da classe

livro.pmd 29 26/9/2005, 13:26

latifundiária de adquirir coesão nacional, partindo do Estado central para abranger toda a sociedade, subordinando e funcionalizando os poderes locais assim como o poder de certas corporações, como a Igreja e o Exército, sob a direção política estatal" (Vega 1991, p. 18).

Esse cenário estava prejudicado por uma marcante debilidade econômica, o despotismo e a anarquia, que não modificaram o sistema anterior de domínio e servidão. Sistema que foi recriado em instâncias regionais, com diferentes características e sujeito a interesses variados, mas mantendo inalterada a recusa colonial de admitir a cidadania dos indígenas.

A isto se somam "as repercussões da vinculação à Grã Colômbia, [que] podem ser sentidas ainda no primeiro lustro (1830-5), particularmente pela indefinição territorial, a expectativa da Confederação com Nova Granada, que subsiste até 1832, porque as alianças e confrontações de poder no Norte se refletem nos acontecimentos políticos do Equador" (Vega 1991, p. 21).

Essa configuração de interesses complexos e até mesmo contraditórios se consolidaria paulatinamente durante as primeiras décadas da vida republicana, constituindo para o Estado uma base bastante débil. Situação que se conjugaria em um modelo dependente da acumulação mediante as exportações de produtos primários, ou seja, de "crescimento para fora", sustentado pela estrutura colonial, que permitiu aos setores hegemônicos reforçar seu domínio em escala nacional e regional.

A difusão dos problemas regionais foi outro dos mecanismos através dos quais as dificuldades econômicas de uma região eram compensadas com a prosperidade de outra, fenômeno que continuou ao longo de todo o período republicano. Da mesma forma, foi importante o inter-relacionamento das diversas regiões do país com áreas próximas do Peru e da Colômbia, com as quais, nesse longo e complicado período de transição entre a Colônia e a República, foram criados vínculos de produção e comércio.

Neste contexto, apesar da liberalidade formal do sistema econômico e da debilidade do Estado, não se pode ocultar a presença de uma estrutura estatal a serviço dos interesses da aliança oligárquica. Surgiu um embrião

livro.pmd 30 26/9/2005, 13:26

de Estado oligárquico e patrimonial, cujo papel foi determinante nesse período inicial de consolidação do país, tanto em termos políticos como econômicos, representando um instrumento de coesão na formação social. Não obstante, nessas condições não se formou um Estado nacional, pela própria exclusão das massas e a inexistência de uma história comum entre os grupos indígenas e mestiços com as novas elites ligadas ao mecanismo de acumulação colonial.

Por outro lado, a presença do Estado se nutriu e se debilitou paralelamente às numerosas guerras intestinas através das quais se decantou o poder interno — melhor diríamos, os múltiplos poderes regionais de um espaço delimitado artificialmente e batizado como "República do Equador". Concretamente, a formação do país se deu no meio de um crescente conflito social e político entre os interesses dos setores dominantes da Serra e da Costa, em especial a partir de 1842 e 1843, quando terminou uma primeira expansão cacaueira, e a epidemia de febre amarela "causou a morte de pelo menos cinco mil habitantes da antiga província de Guayaquil e de três mil e quinhentos manabitas." (Chiriboga 1980, p. 21). Crise que explodiu com a "Revolução de Março" de 1845, quando o governo do Presidente Flores foi derrubado, e que limitou a vigência do projeto estatal encarnado pelos dois primeiros Presidentes, Juan José Flores e Vicente Rocafuerte, que de certo modo demonstraram "uma habilidade conciliadora consciente dos interesses dominantes" (Vega 1991, p. 11).

Leve-se em conta também que esse conflito regional chegou muitas vezes a público exclusivamente como um problema geográfico, quando "o regional é um fenômeno político, e como tal não pode ser reduzido de forma mecânica a 'interesse local' ou 'interesse econômico diferenciado'" (Maiguashca 1992, p. 180-1). Um fenômeno que, além de tudo, provocou diversas interpretações da evolução histórica do país, dependendo de diferentes posições e interesses regionais, como as distintas interpretações da revolução de julho de 1925, para citar um exemplo.

Não se deve esquecer que os atores das três regiões históricas com que nasceu a República — Quito, Guayaquil e a Cuenca —"tomaram

livro.pmd 31 26/9/2005, 13:26

consciência de si mesmos durante o processo da Independência, quando surgiu a possibilidade de desfazer-se do poder metropolitano para controlar o seu próprio destino" (Maiguashca 1992, p. 181). Situação acentuada com o Estado centralista grã-colombiano, e que de forma recorrente determinou conflitivamente a convivência do nacional (ou central) e o regional (ou periférico). Conflito que, segundo Juan Maiguashca (1992, p.182) "foi o principal fenômeno político na história equatoriana ao longo de todo o século XIX e até os nossos dias", e que, para aceitar a sua reflexão, se denomina "questão regional". Essa questão adquiriu nova importância no princípio do século XXI, projetando-se como um tema que contempla não só conflitos de diferente índole mas também potencialidades ainda não identificadas com clareza, e que têm encontrado interessantes respostas locais na gestão de vários municípios em todo o país.

A questão regional foi uma dimensão fundamental da economia nesses primeiros anos da República; ela nasceu com o fim da Colônia e se mantém no tempo. Assim, a Serra centro-setentrional, tendo Quito como núcleo, se sustentou no regime dos latifundiários e aglutinou a maioria da população. A Costa, especialmente a zona de influência de Guayaquil, encontrou seu eixo no latifúndio vinculado ao comércio exterior, com uma clara redução da pequena propriedade agrícola. A terceira região, a Serra meridional, tendo Cuenca como centro, apresentou um predomínio da pequena propriedade agrícola e da artesania. Essas regiões, que poderiam ser subdivididas para uma melhor compreensão de certas evoluções históricas, não formavam um mercado nacional que as articulassem. Em alguns casos suas relações eram muito mais estreitas com outras regiões fora do país: o Sul da Colômbia com a Serra centro-setentrional; o Norte do Peru e a costa pacífica para os habitantes da Costa e também para os do Sul. Não se deve esquecer que a viagem de Guayaquil a Lima era mais fácil e tomava menos tempo do que o trajeto entre Guayaquil e Quito, para não mencionar as relações entre outras cidades. As vinculações de comércio e produção dessa época foram estudada por vários especialistas, entre os quais se destaca a contribuição da historiadora Christiana Borchart

livro.pmd 32 26/9/2005, 13:26

de Moreno, uma das pessoas que mais estudou esta etapa que antecedeu a República independente.

Sobre este ponto é interessante "destacar que, a despeito de qualquer aparência dualista, o Equador tem uma só estrutura produtiva, que recolhe e articula, conforme as necessidades de acumulação do capital e de fornecimento de mão de obra, as diferentes formas não produtivas, como as políticas e ideológicas. Neste sentido devem ser interpretadas as relações entre a Serra e a Costa. Ligadas funcionalmente pelas exigências do sistema, vão desempenhar papéis diferentes porém articulados pela mesma lógica da acumulação. Nas fases de crise as fissuras se acentuarão, visualizando-se a imagem de dois mundos opostos; no entanto, nas épocas de apogeu permitirão retornar, inclusive de forma aparente, o caráter estrutural integrado."

"Neste esquema, a Serra cumpre sua função em dois níveis. Primeiramente, em termos de uma divisão interna do trabalho, o abastecimento de alimentos para o mercado nacional. Em segundo lugar, se constituiu no reservatório de mão de obra ligada aos latifúndios por meio de formas feudais. Deste modo eliminou-se fundamentalmente a possibilidade de expressão política dessas massas, através de elementos ideológicos semi-feudais. Por outro lado, havia vastos contingentes à espera da conjuntura internacional que permitisse a monetarização da mais-valia que dela poderia ser extraída; e tudo isso em condições de produção que asseguravam à classe latifundiária uma total rentabilidade" (Velasco 1973).

Se o econômico é determinante, sobretudo pelo problema da atribuição de recursos a diversas regiões, o político teve uma influência fundamental do lado do controle territorial e social, no qual se sintetizavam os aspectos ideológicos do conflito permanente entre dominação oligárquica e participação cidadã, assim como entre poder central e poderes regionais. Adicionalmente, é preciso considerar aspectos culturais e religiosos, que influíram na "questão regional", e também o fator étnico, outro complicador.

Parece significativo fazer finca-pé neste aspecto: o controle dos indígenas e dos afro-equatorianos, que sintetiza a colonialidade do poder.

livro.pmd 33 26/9/2005, 13:26

Uma posição de "desprezo e humilhação, ou seja, os sentimentos que sublimam e compensam um profundo temor social com respeito à população subjugada" (Bonilla 1994, p. 282). Essa percepção eurocentrista e prepotente do dominante sobre o dominado "separou o mundo hispanizado branco-mestiço do mundo indígena", conforme analisa Maiguashca, que identificou um problema ainda não resolvido: "Os indígenas podiam pertencer ao novo organismo social sempre e quando cruzassem essa fronteira do mundo hispanizado, e se identificassem com ele. De outro modo não só seriam excluídos mas, por constituirem o 'outro", ou seja, os que não podiam nem deviam ser assimiláveis, precisavam ser extintos" (Maiguashca 1992, p. 187). Uma percepção que de várias formas se projeta ao longo de toda a história republicana.

E se as classes proprietárias buscavam o apoio popular "não era em função de um projeto solidário, mas como manipulação, com a promessa paternal e incerta de felicidade futura." Seguindo a reflexão de Bonilla no caso do Peru, nada havia no Equador que pudesse ligar um comerciante de Guayaquil ou um latifundiário de Quito com "um índio mergulhado na miséria: nem sua história, nem seus valores, nem seus ideais" (Bonilla 1994, p. 282-3).

Esses diferentes eixos da "questão regional" explicam em grande parte a atual ordem fragmentada e polarizada, carente de uma verdadeira identidade nacional, de um Estado vigoroso e de um projeto que somasse de forma construtiva todas as diferenças regionais mencionadas; que, em suma, desse ao país a potência da sua diversidade.

A fazenda como um eixo da acumulação

Há outro elemento importante relacionado com a existência paralela e até mesmo inter-relacionada de diversas relações de produção, que combinava ou pelo menos permitia a convivência das práticas coloniais com práticas indígenas. A maioria da população, sobretudo os camponeses indígenas, estava presa à terra pelo chamado *concertaje* — um sistema

livro.pmd 34 26/9/2005, 13:26

complexo e perverso de endividamento eterno. Outros grupos dependiam da pequena propriedade agrícola e de diversas formas de relação pré-capitalista conhecidas como precária, as quais se projetaram até a segunda metade do século XX: *hasipungueros*, *yanaperos*, arrendatários, parceiros, partidários, *huasicamas*. Na Costa e em algumas zonas da Serra não faltaram núcleos de escravos, que só iriam conseguir sua libertação (em troca de indenização aos donos) em 1851, durante o governo do General José María Urbina. E as cidades se concentravam artesãos e pequenos comerciantes, assim como a cúpula das classes proprietárias: latifundiários, sacerdotes, militares e burocratas.

Como se manifestou inicialmente, com a constituição da República, desapareceram os restos das *obrajes* e foram limitadas todas as possibilidades de consolidar os débeis esforços industriais e mineiros que havia até então, constituindo a agricultura o eixo da acumulação. Mas é preciso diferenciar a unidade agrícola serrana da costeira.

Na Serra, os latifundiários desenvolveram um sistema de *concertaje* para reter a força de trabalho, o qual tinha origem em uma determinação real de 1601, que permitia aos índios negociar "livremente" o seu trabalho por semana ou por dia. Com o tempo, os índios sem terras assumiram relações praticamente vitalícias, que terminavam por envolver toda a sua família em trabalho na lavoura ou no serviço doméstico dos latifundiários.

Pelo usofruto de um pedaço de terra, e "aprisionados pelas dívidas" geradas pelos chamados *suplidos* (adiantamentos), necessários para manter a sua precária existência, importantes grupos indígenas da Serra se viram presos pelo *concertaje*, que na realidade era uma forma de escravidão. Tanto assim que na Assembléia Constituinte de 1896 Eloy Alfaro referiu-se aos índios sob *concertaje* como "escravos dissimulados". De fato, tratava-se de um relacionamento baseado em extrema exploração, que só foi suprimido em 1918.

Era uma situação que empobreceu os índios mas não os proletarizou, de modo que essa massa de indígenas pobres e sem raízes terminaram

livro.pmd 35 26/9/2005, 13:26

reunindo-se nas fazendas da Serra ou emigrando para a Costa, que os atraía devido ao apogeu da produção cacaueira. Começou assim a aparecer nessa época a tensão pelo controle da força de trabalho, que se manteria por toda a vida republicana.

Especialmente os grandes latifúndios da Costa começaram a exigir uma participação crescente de mão de obra barata, obtida graças aos níveis da precariedade e de exploração do tipo colonial que persistiam na Serra. Essa tensão alcançaria maior profundidade com as disputas pela criação de esquemas protecionistas para a produção têxtil serrana, que se chocavam frontalmente com os interesses comerciais de Guayaquil, especialmente das casas importadoras.

Enquanto a fazenda serrana se sustentava com um sistema de exploração de estilo colonial, na Costa consolidava-se a grande propriedade, concentrada em poucas famílias (Aspiazu, Seminario, Puga, Burgos, Cerro, Morla, Parodi, Madiniyá, Rosales), base para a extração não capitalista da renda em mãos das classes proprietárias *costeñas* ligadas à exportação de cacau. "Ao monopolizar a terra apropriada para produzir o cacau, ou para outras atividades agro-pecuárias, o plantador, fazendeiro "moderno", obrigou ao mesmo tempo o camponês sem terras e o imigrante serrano ou de Manabi a vender sua força de trabalho. Essa grande propriedade e a concentração em poucas famílias proprietárias foram "o vínculo utilizado pela acumulação original para expropriar o trabalhador rural, e também a base espacial sobre a qual se desenvolveu a produção cacaueira" (Chiriboga 1980, p. 176-8).

Este processo maciço de exploração do trabalho, para sustentar a produção de cacau, não levou à formação de um proletariado, criando "uma matriz local de acumulação capitalista determinada pela produção não capitalista de renda e pela divisão de trabalho do capitalismo mundial. O desenvolvimento capitalista no mundo do século XIX impôs ao Equador essa matriz neo-colonial que levou a um desenvolvimento capitalista bloqueado, carente de autonomia na formação social." Conforme afirma com muita razão Andrés Guerrero (1980, p. 93-4), esta é a "raiz profunda"

livro.pmd 36 26/9/2005, 13:26

do que se definiu como sub-desenvolvimento.

Parece importante insistir neste fenômeno descrito por Guerrero, que permitiu a existência de uma forma de produção que não conduziu ao proletariado "mas a uma modalidade de estrutura camponesa (...) cuja reprodução se insere igualmente, em certa medida, nas relações de circulação e distribuição capitalistas." Essa "reprodução ampliada do processo de produção da fazenda de cacau" não exigiu um processo de acumulação de capital como mecanismo de incorporação do progresso endógeno, mas baseou-se de um lado na extensão da cultura cacaueira, de outro na sujeição à grande propriedade de um número maior de grupos camponeses da Costa, ou indígenas da Serra. O que se percebe na forma de trabalho do semeador (o camponês encarregado de plantar os pés de cacau e de cuidar deles até que pudessem ser explorados pelo fazendeiro) é que representa uma forma de inversão não capitalista. Em alguns casos, essa fazendas ampliaram sua extensão apropriando-se das terras dos camponeses dominados pelos latifundiários. Assim, o que houve foi uma exploração e não uma proletarização (Guerrrero 1980, p. 44-8).

"Esta situação aparentemente paradoxal se explica porque a realização da mais-valia, como a captação dos excedentes, são funções que o capitalismo pode desempenhar independentemente dos modos de produção com que se articule. Para isso basta a ampliação da produção mercantil e uma monetarização mais ampla da economia", como o demonstrou Heraclio Bonilla no caso do Peru. Anos mais tarde, devido às "novas necessidades de acumulação do capitalismo internacional [tornou-se] indispensável estabelecer relações capitalistas e de produção nas áreas periféricas" (Bonilla 1994, p. 280) Em suma, para a inserção no mercado mundial não foi necessário alterar as estruturas coloniais enquanto o capital internacional não emitiu sinais nesse sentido.

Isso explica também "a natureza ambígua" (Guerrero 1980, p. 47) dos grupos dominantes que surgiram na Costa equatoriana, semelhante à de outros países da América Latina. Nasceu uma burguesia intermediária em suas relações com o exterior, exportadora e importadora, produzindo

livro.pmd 37 26/9/2005, 13:26

cacau para os mercados dos países centrais e consumindo bens deles importados. Uma classe "rentista e parasitária" que não podia ser a base para uma burguesia "nacional" que reivindicasse econômica e politicamente os seus interesses em função de um capitalismo mais autônomo.

Paralelamente, os fazendeiros e banqueiros exportadores de cacau, inclusive os comerciantes, instituíram uma relação orgânica que explicava reciprocamente a sua existência. Nesse cenário emergiu o que Guerrero define como "oligarquia agro-financeira-comercial (exportadora e importadora)", ou seja, "um pequeno grupo de famílias formado pela nata da burguesia e a classe latifundiária, cujos sobrenomes aparecem repetidamente em várias instituições financeiras, em empresas, fábricas e também nas mais diferentes instituições, como a Câmara de Comércio, a Junta de Beneficência, a Sociedade Filantrópica do Guayas ou a Câmara de Guayaquil" (Guerrero 1980, p. 82-3), situação que se mantém até hoje com características semelhantes.

Desse sistema de interesses agrícolas, comerciais e bancários consolidados por uniões pessoais e familiares surgiram os poderosos grupos financeiros que determinaram a vida econômica e mesmo socio-política do Equador republicano.

No entanto, diga-se claramente, esses grupos financeiros não podem ser confundidos simplesmente com um certo padrão de financiamento ou com o sistema financeiro e bancário propriamente dito. O que nos interessa aqui é compreender a natureza e a dinâmica desses grupos (nos termos em que Rudolf Hilferding os entendia em 1910 como capital financeiro) que se caracterizam pelo modo de controle de amplos segmentos combinados da economia. Ou seja, o método para obter financiamento e consolidar naturalmente o seu poder de monopólio.

Por outro lado, também não se deve perder de vista que esses grupos se desenvolveram e enriqueceram com base nas complexas relações comerciais com o mercado mundial e com a presença do capital financeiro internacional (investimentos produtivos ou créditos externos); por isso a sua evolução e influência não podem ser entendidas de forma mecânica

livro.pmd 38 26/9/2005, 13:26

ou linear, e menos ainda como um problema exclusivamente local.

Deste modo, levando em conta todas as condições mencionadas, é possível compreender mais facilmente as dificuldades inerentes a essa etapa de criação da República, em um território fragmentado e desintegrado pelos problemas econômicos e pelo próprio esforço independentista, além de assolado por uma série de incursões de piratas. Christiana Borhart de Moreno assinala, ao destacar a participação feminina (tradicionalmente ignorada) que "sua grande capacidade de adaptação lhe permitia enfrentar circunstâncias adversas". Essa capacidade de resposta e de resistência, desenvolvida na sociedade colonial, tornou possível a cristalização de um projeto quase inviável: a República independente do Equador.

Definitivamente, conforme já observamos, a oligarquia conquistou e chegou a ampliar os privilégios do modelo colonial naquela oportunidade, e já sem qualquer interferência da Coroa espanhola no referente à "proteção dos índios" e dos outros grupos dominados, especialmente de negros e mestiços. Não devemos esquecer que no longo período colonial a população indígena demonstrou, além de tudo, uma extraordinária capacidade de "interiorizar, na defesa dos seus interesses, a legislação imposta pelo adversário", como lembra Heraclio Bonilla. Na apresentação de um livro sobre esse tema o autor salienta, com respeito ao caso e quatoriano, "a flexibilidade do sistema colonial para absorver as suas tensões e assim impedir rupturas abruptas. Uma dessas instituições foi precisamente o 'protetor dos naturais', função confiada a princípio aos frades, com a noção que comparava os indígenas aos menores de idade, requerendo assim 'proteção' por parte das autoridades."

Como aconteceu muitas vezes na história republicana, esses grupos dominantes não conseguiram nem pretenderam articular um modelo nacional que lhes permitisse, por exemplo, promover conscientemente um modelo de inserção no mercado mundial, auto-centrado inicialmente no mercado interno. Além disso, não havia uma total coincidência de interesses por parte das forças latifundiárias serranas, apoiadas ideológica, política e até economicamente pela Igreja, e as classes proprietárias da

livro.pmd 39 26/9/2005, 13:26

Costa. Mantendo relações entre si, pelas necessidades de acumulação do capital e o abastecimento de mão de obra, essas forças mantiveram sua hegemonia na primeira fase republicana, que era instrumentada pelo militarismo, herdeiro das ações bélicas da Independência.

Portanto, "a República nascente surgiu apoiada na base da exploração econômica, social e étnica dos indígenas" (Ayala 1993, p. 70). A manutenção do tributo pago pelos índios representou a continuação do domínio colonial, através da estrutura impositiva. As invasões abertas de terras e os novos mecanismos destinados a submeter os índios aos fazendeiros, por parte dos "caciques" latifundiários da Serra, foram instrumentos que facilitaram a acumulação original. Uma situação que aprofundou as diferenças econômicas, sociais e até mesmo culturais existentes nos dias da Colônia, e que provocou vários levantes indígenas, reprimidos de forma sangrenta.

A lenta configuraçao do modelo agro-exportador

A maioria dos habitantes da República nascente viviam na região da Serra. Segundo estimativas referentes a 1825, isto é, cinco anos antes da separação da Grã Colômbia, no Departamento do Sul ou de Quito havia umas 488 mil pessoas, das quais 82% nas terras altas. Em 1840, quando a República tinha completado os dez primeiros anos de existência, sua população era de cerca de 617 mil pessoas, das quais 85% na Serra; e em 1858, dos 747 mil habitantes do país, ainda 82% ocupavam aquela região. Essa concentração mudaria paulatinamente com a crescente integração da economia nacional no mercado mundial, sustentada por plantações e atividades comerciais, além de manufaturas, que se iam localizando na Costa.

Já nesse primeiro período da vida econômica republicana se consolidaram as bases do modelo de acumulação primária exportadora, próprio dos países periféricos, caracterizado pela combinação da exportação de recursos naturais e a importação de insumos e algumas máquinas, além de objetos de luxo destinados aos setores da aliança oligárquica.

livro.pmd 40 26/9/2005, 13:26

Nas primeiras décadas da sua existência como República o Equador criou as bases que iriam convertê-lo no principal supridor de cacau em nível mundial, especialmente para o mercado da Inglaterra, potência dominante cuja expansão econômica melhorou o nível de renda dos seus habitantes, estimulando a demanda de produtos importados.

Nesses anos, já sem o estorvo representado pelo Império espanhol, os ingleses começaram a firmar sua presença comercial, garantindo a livre navegação marítima e fluvial para ter acesso aos mercados e negociando a imposição da cláusula de nação mais favorecida para aproveitar todas as vantagens comerciais que permitissem a exploração das riquezas das novas repúblicas latino-americanas.

Embora ainda não tivesse definido a fragmentada economia equatoriana, essa situação consolidou as bases para a sua crescente inserção na divisão internacional de trabalho como supridora de matérias primas, e particularmente de alimentos, que foram por muitas décadas o motor do seu crescimento econômico.

Esta relação de produtor e exportador de bens primários se reproduziu em todos os países da América Latina, assim como em outras regiões do mundo dependente. Foi uma relação que permitiu reduzir os custos da industrialização dos países centrais, mediante a importação a preços baixos de alimentos para a massa crescente de trabalhadores empregados na indústria e de insumos para as suas fábricas.

Devido aos reduzidos efeitos multiplicadores e aos limitados cruzamentos produtivos para trás e para frente, esta forma de inserção no mercado mundial criou economias de "enclave", produzindo poucos vínculos entre as diversas regiões do país. Nesse período, o setor pré-capitalista forneceu alguns produtos manufaturados baratos, especialmente têxteis e alimentos processados, para os trabalhadores do setor de exportação primária. No entanto, a forma passiva de participar no mercado internacional provocou o desmantelamento de várias atividades manufatureiras e artesanais, desenvolvidas à sombra do sistema monopolístico de controle do comércio exterior por parte do Império espanhol.

livro.pmd 41 26/9/2005, 13:26

Foram anos de uma incipiente economia exportadora, com pouca vinculação entre as diferentes regiões naturais do país e reduzida pressão fiscal.

Desta forma, o Estado político, mais do que o econômico, foi o sustentáculo da débil relação prevalecente em uma economia fragmentada, e da relativa integração das diferentes formações sociais regionais. Além disso, os poucos recursos que ingressavam no tesouro fiscal, procedentes sobretudo do tributo indígena, dos monopólios, dízimos e da dívida interna, assim como das alfândegas, se destinavam a manter o clero e uma onerosa força militar. A estrutura burocrática era ainda incipiente, embora cara para a época.

Merece menção especial o problema da dívida interna produzida pela penúria fiscal, e que representaria "uma alavanca para o enriquecimento e aumento do poder dos comerciantes de Guayaquil". Esse mecanismo de financiamento fiscal foi não só o caminho "mais fácil de enriquecimento para os comerciantes agiotas", mas conspirou contra o fortalecimento do Estado, "pois seu maior endividamento tinha uma relação direta com o maior enriquecimento privado, e finalmente com uma maior dependência econômica do Estado, enquanto representante dos interesses gerais, em contraste com os grupos particulares possuidores de dinheiro" (Vega 1991, p. 32-3). Assim, esta situação, que passou a ser um círculo vicioso, pesou permanentemente na economia equatoriana, em particular nas suas finanças públicas, que, como analisa Sílvia Vega, desde as suas origens dependeram de interesses particulares poderosos, a princípio de comerciantes, depois de banqueiros que, direta ou indiretamente, influíram na vida política do país. Situação que, no dizer de Sílvia Vega, demonstraria paradoxalmente a existência do "projeto nacional" dos setores dominantes no início da República (Vega 1991, p. 66).

Da mesma forma, já nessa primeira etapa da vida do Equador surgem contradições, devido às pretensões protecionistas dos latifundiários serranos, proprietários da indústria de têxteis e bebidas destiladas, que depois beneficiariam indiretamente os comerciantes de Guayaquil. No entanto, essas contradições irão sendo resolvidas ou acomodadas através

livro.pmd 42 26/9/2005, 13:26

de múltiplas inter-relações e acordos mais ou menos formais: uma mostra convincente da habilidade das classes proprietárias da Serra e da Costa em conciliar seus interesses. A proibição do ingresso de alguns produtos (tecidos, telas, bebidas destiladas, charutos, por exemplo), em favor das manufaturas serranas, não afetava o ingresso desses mesmos produtos pelo porto de Guayaquil. Além disso, os comerciantes daquela cidade foram compensados com a supressão ou redução de alguns impostos. Essa situação privilegiada do principal porto equatoriano explica também as razões pelas quais seus representantes se opunham à abertura de outros portos no litoral do Equador (Vega 1991, p. 38).

Em todos esses anos, a errática política econômica foi preponderantemente liberal ou livre-cambista. A abertura às importações das economias centrais, já sem o controle colonial e sem que se tivesse formulado uma proposta nacional de desenvolvimento, foi na prática generalizada: o tipo de câmbio e as taxas de juros flutuarão livremente, a política monetária reagiu às transações necessárias da economia (com períodos de vigência do padrão ouro ou bimetálico ouro-prata) em concordância com a teoria quantitativa da moeda. Todos os outros preços, desde os do crédito até os vigentes nos mercados de bens e serviços, se regeram pelo esquema livre-cambista próprio de uma estrutura oligárquica, ou seja, autoritária e excludente. O preço da mão de obra dependia das relações de produção capitalistas e mais ainda pré-capitalistas, a que estava sujeita a maioria da população.

Consolidação do estado oligárquico

No fim dos anos 1850 essa escassa vinculação nacional dos primeiros anos da República quase leva à ruptura do país. Em 1859 a estrutura estatal se fragmentou em quatro governos: Quito (um triunvirato liderado por García Moreno), Guayaquil (General Guillermo Franco), Cuenca (Jerónimo Carrión) e Loja (Manuel Carrión Pinzano, Chefe civil e militar do Distrito Federal lojano). O país se encontrava à beira do abismo,

livro.pmd 43 26/9/2005, 13:26

somando-se a essa divisão interna as pretensões territoriais dos países vizinhos.

A situação mudou quando o Estado consolidou seu poder no nível nacional. Para isso foi importante a influência de Gabriel García Moreno, entre 1860 e 1875. Este personagem, que a princípio teve uma atuação obscura na crise de 1859, ao firmar um pacto com Ramón Castilla, Presidente do Peru, aglutinou em termos históricos os principais interesses das classes proprietárias e impulsionou a unidade nacional em torno da vinculação definitiva da economia com o mercado mundial.

Não obstante, esta vinculação não eliminou as contradições entre a oligarquia latifundiária apoiada pela Igreja Católica, que lutava por conservar o seu poder, e as crescentes pretensões hegemônicas dos grandes exportadores, banqueiros e comerciantes. E também não implicou o desaparecimento das relações de produção pré-capitalistas, com distintas características regionais.

Foi uma época de modernização institucional do aparato financeiro, com a criação de bancos e caixas de poupança. Pela sua importância deve ser destacada a instituição do Banco do Equador, em 1868, um ano antes de começar o endividamento do Estado com os bancos particulares: processo cada vez mais rápido, que marcaria profundamente a economia nacional, pelo menos até 1925. Nesse momento surge o "capital financeiro comercial" (Guerrero 1980, p. 62), que abrangia banqueiros individuais e banqueiros exportadores, assim como comerciantes voltados para a importação.

Para compreender as complexas vinculações do pequeno grupo de "donos do país" é preciso lembrar que em 1873 os mesmos sócios e amigos do Banco do Equador estabeleceram o Banco de Crédito Hipotecário e formaram a Companhia Nacional de Vapores Guayas. Eram as mesmas pessoas que já haviam apoiado em 1859-1860 a organização da Casa Luzárraga. "A Casa", como era conhecida, foi dirigida por Manuel Antonio de Luzárraga, que durante muito tempo foi o único importador e exportador, além de comerciante, armador e banqueiro. Suas finanças

livro.pmd 44 26/9/2005, 13:26

alimentavam a agricultura e também a fazenda pública, e essa entidade foi autorizada a emitir notas (o chamado "peso *feble*" de oito reais, como unidade monetária), com lastro bi-metálico, respaldado por ouro e prata.

Durante a época do Presidente Gabriel García Moreno foram criados outros bancos: em 1862 o Banco Particular de Descontos e Circulação; em Cuenca as Caixas de Poupança e Crédito e em Quito o Banco de Quito (em 1868); anos mais tarde, em 1885, abriu suas portas um segundo banco emissor, o Banco Internacional, do qual surgiria o influente Banco Comercial e Agrícola (em 1894). Nas duas décadas seguintes surgiriam outros bancos importantes: o Banco de Pichincha (1906), a Caixa de Empréstimos e Depósitos A Filantropia, criada em 1908 para promover a poupança e apoiar a formação de oficinas artesanais (o nome mudou em 1939 para A Filantrópica e em 1976 para Filanbanco) e em 1913 o Banco do Azuay.

A primeira Lei Bancária data de 1871, e seguiram-se outras leis, em 1878 e 1897. Vale lembrar que a situação bancária e monetária devia ser complexa, pois só em 1884 passou a haver uma moeda nacional propriamente dita; até então, inexistia um instituto emissor do Estado, e cabia ao sistema bancário privado emitir dinheiro.

O Banco do Equador, que chegaria a ser o banco mais importante do século XIX, foi o eixo do processo de modernização no campo financeiro e mercantil na época de García Moreno. Período de apogeu que tornou possível o aumento das receitas fiscais, devido também à cobrança mais intensa, com a introdução de um novo sistema de contabilidade que melhorou o controle de cada uma das rendas, e também graças à luta contra a evasão. Assim, no segundo período presidencial de Garcia Moreno o Estado conseguiu duplicar a arrecadação fiscal.

Na mesma época começou a construção de importantes obras públicas, assim como de vias de comunicação que dinamizaram o comércio, a agricultura e a artesania, permitindo também uma maior coesão econômica e administrativa do país. O Equador não só melhorou suas comunicações e organização como registrou além disso uma elevação

livro.pmd 45 26/9/2005, 13:26

apreciável dos níveis de educação, com a criação da Escola Politécnica e a chegada de notáveis professores europeus, especialmente alemães. Foram anos de mudanças profundas, no meio de duras condições de repressão, sustentadas por uma ideologia centralizadora e teocrática, que procurava disciplinar a sociedade.

As bases para o posterior apogeu cacaueiro

A expansão econômica de fins do século XIX não teria sido possível sem as exportações de cacau, que começaram a crescer de modo significativo na década de 1860, fazendo com que seu montante total superasse pela primeira vez a cifra de cinco milhões de dólares em 1866. A recuperação experimentada desde então sofreria um severo retrocesso em 1873, em conseqüência da crise internacional. Além disso, entre as exportações surgiram outros produtos primários: marfim vegetal, café, couros e borracha.

Como dissemos, a demanda de cacau e de outros produtos tropicais no mercado mundial foi possível devido ao aumento da renda de amplos setores da população da Europa, e mais tarde dos Estados Unidos. Esse aumento da demanda pôde ser atendido graças às condições naturais propícias a essas produções, assim como pela disponibilidade de mão de obra barata, especialmente a procedente da Serra. Por outro lado, o fornecimento de alimentos também baratos nos locais da produção cacaueira e nas cidades litorâneas favoreceu muito essas atividades — conjuntura aproveitada pelas classes proprietárias da Costa.

Não se pode deixar de registrar porém a vulnerabilidade da economia, devido a esta forma de participação no mercado mundial. A produção extensiva de cacau, apoiada na mão de obra barata e sem exigências importantes de capital, não representava um esforço maior em termos de tecnologia e produtividade. Por outro lado, a riqueza do solo e a qualidade do produto garantiram ao Equador uma posição preponderante em nível internacional, mas limitaram por sua vez uma inter-relação dinâmica com o resto da economia.

livro.pmd 46 26/9/2005, 13:26

De qualquer forma, essa realidade vivida por peões assalariados e semeadores em condições pré-capitalistas facilitou a geração de um importante diferencial de renda, que pela sua forma de geração e distribuição — dois elementos inseparáveis do processo produtivo — obrigou à concentração da riqueza em poucas mãos, impedindo assim seu aproveitamento no quadro de um processo de dinamização e modernização da economia.

Muitas vezes "a posse de recursos naturais abundantes e diversificados tem sido considerada uma bênção. No entanto, historicamente, em matéria de comércio exterior os países ricos em recursos naturais (matérias primas), em comparação com os que não as têm em abundância, geralmente sucumbem (ou são forçados) a uma especialização produtiva interna desigual, precisamente pelas grandes riquezas naturais de que estão dotados", lembra Jürgen Schuldt (1994b, p. 44). É justamente o caso do Equador.

O peso insuportável da renda diferencial gera uma série de efeitos perniciosos nas estruturas econômicas e sociais, "configurando relações sociais verticais e uma estrutura de comunicação política que paradoxalmente impede que os conflitos sociais (institucionalizados) levem a um crescimento econômico sustentado e a um progresso técnico impulsionado de forma endógena" (Schuldt), enquanto as heterogeneidades sociais e econômicas se consolidam.

Esta realidade tem como reflexo o pouco interesse em investir no mercado interno, o que resulta, além de tudo, em uma integração limitada entre a produção nacional e o setor exportador. Não existem incentivos que permitam o desenvolvimento e a diversificação da produção interna, vinculando-a aos processos exportadores, nos quais os recursos naturais deveriam transformar-se em bens de maior valor agregado.

Assim, isso explicaria "a tragédia contraditória dos países ricos em matérias primas, nos quais, na prática, a massa da população está empobrecida." O que se pode explicar pelo relativamente fácil que é aproveitar-se da natureza generosa e da mão de obra barata.

livro.pmd 47 26/9/2005, 13:26

A isso se soma a concentração maciça dessas rendas em poucos grupos oligopolizantes, que não encontravam incentivos para investir na economia interna e que, como aconteceu especialmente na época do cacau, guardaram fora do país o que ganhavam com a exportação, e consumiam bens importados. Não se sentem estimulados a investir sua renda nas próprias atividades exportadoras, pois sua vantagem comparativa está na renda da natureza e não no esforço inovador do ser humano, pois o emprego da mão de obra mal paga é muito pouco intensivo. Sua reação foi expandir a fronteira agrícola, provocando maior concentração da terra e da renda. A expansão das plantações de cacau foi favorecida pela perda dos controles ideológicos dos fazendeiros serranos e pela abolição da *concertaje* em 1918, que provocaram uma utilização cada vez mais intensa da mão de obra barata existente na Serra.

Schuldt recorda que "a miséria de grandes massas da população pareceria ser, portanto, consubstancial à presença de grandes quantidades de recursos naturais (outra vez, com alto diferencial de renda). Esse modelo de acumulação não exige mercado interno, e na verdade funciona com salários decrescentes. Não há pressão social que obrigue a reinvestir em melhoria da produtividade. O próprio beneficiário da renda determina a atividade produtiva e certamente as outras relações sociais."

Esse diferencial de renda, que desestimula o progresso e as inovações tecnológicas, explica, por outro lado, grande parte dos sucessos econômicos, em função da sua realização no mercado mundial.

"O valor de retorno gerado pelo cacau (pelo seu diferencial de renda) para a economia equatoriana deve ter sido considerável, tendo em vista a insignificância do capital estrangeiro aplicado à produção e comercialização do produto, embora sua distribuição fosse muito desigual, devido à alta concentração da propriedade e da comercialização" (Bonilla 1994, p. 307). Não obstante, "os laços estabelecidos ao longo da circulação interna da renda cacaueira" – ponto fundamental para Heraclio Bonilla, contribuíram para configurar "setores muito modernos da economia, cujo funcionamento obedecia a claras regras capitalistas, e que no entanto

livro.pmd 48 26/9/2005, 13:26

estavam assentados em normas de produção pré-capitalistas não menos claras." Para o mesmo Bonilla, era um caso de "modernismo e arcaísmo combinados de forma eficiente". De maneira perversa o autor caracteriza não só esses anos da República mas outros períodos também, nos quais supostamente houve processos de modernização ...

Com este tipo de produção, sem uma proposta que integrasse essas atividades de exportação primária ao resto da economia e da sociedade, o aparelho produtivo ficou sujeito às vicissitudes do mercado mundial. Em especial, ficou vulnerável à competição de outros países em condições semelhantes, muitos dos quais eram colônias européias que procuravam sustentar sua renda sem preocupar-se muito com uma administração mais adequada dos preços. O que se manifestava com um incremento da produção nos momentos de crise, com os resultados esperados pelos países centrais: um maior fornecimento de matérias primas e alimentos a preços mais baixos.

Nesse cenário, o controle efetivo das exportações equatorianos estava nas mãos dos países centrais, mesmo quando não se registravam inversões estrangeiras importantes nas fazendas produtoras. A lógica dessa produção, motivada por demanda externa, incorporou o país ao mercado mundial, tardia e passivamente, atando-o as flutuações do preço do cacau: pontos fundamentais para compreender o caráter periférico e dependente do capitalismo em países como o Equador.

Em suma, em vez de propiciar um processo de acumulação de capital para desenvolver outras atividades produtivas, as rendas obtidas eram dirigidas para o aumento da mesma produção rudimentar do cacau, ao financiamento das importações suntuárias das elites e a avolumar a fuga de capitais.

Os ganhos provenientes do cacau, relativamente fáceis, geraram tal nível de rentabilidade que desestimularam a diversificação da estrutura produtiva, que além de tudo não encontrava estímulos no pequeno mercado interno. Não havia uma transferência real dos exportadores para os produtores nacionais. Com efeito, não houve qualquer encadeamento ou vinculação que pudesse potencializar a prosperidade cacaueira. Em termos

livro.pmd 49 26/9/2005, 13:26

atuais dir-se-ia que não houve desenvolvimento dos conglomerados produtivos (*clusters*), como também não houve melhor distribuição da renda ou a receita fiscal necessária. Esse modelo de acumulação fortaleceu um esquema cultural de dependência, que por sua vez aprofundou o caminho da "abertura".

Décadas mais tarde, a consolidação desse modelo de desenvolvimento voltado para fora, que seria impulsionado decididamente pela Revolução Liberal, encontraria sustentação nas mudanças havidas na época de Garcia Moreno. Foram anos em que aumentou de forma notável o poder dos fazendeiros e dos exportadores de cacau, assim como dos banqueiros e dos comerciantes em geral.

Um paralelismo da gestão alardeada pelos governos das duas figuras principais do conservadorismo e do liberalismo permite reconhecer semelhanças no campo da economia, mas não no político. O modelo político de García Moreno difere do de Eloy Alfaro, figuras representativas do longo enfrentamento ideológico e religioso da época.

As bases ideológicas do liberalismo contemplava como seus pontos fundamentais os chamados "decretos de mãos mortas" para expropriar a Igreja latifundiária, para a supressão de alguns mosteiros e conventos considerados como centros do poder ideológico conservador-clerical, a introdução do ensino laico e estatal obrigatório, a liberação dos indígenas e a abolição da *concertaje*, a secularização do clero e a abolição da Concordata com o Vaticano. Em suma, o programa ideológico do liberalismo podia ser resumido em larga medida no anti-clericalismo e no laicismo, para golpear o centro do domínio ideológico latifundiário, particularmente na Serra, que até o ano de 1895 manteve uma posição de hegemonia ideológica, embora não mais econômica (Moreano 1976, p. 143).

Não obstante, em suas políticas econômicas visando uma maior "abertura", conservadores e liberais não apresentavam grandes diferenças. Mais ainda: o liberalismo plutocrático voltaria a ajustar o "modelo" econômico ao interesse oligárquico. Conforme afirma Juan Paz y Miño, um dos maiores conhecedores dessa época, com a Revolução de Julho se

livro.pmd 50 26/9/2005, 13:26

iniciaria um processo de relativo comprometimento do poder oligárquico tradicional, cedendo lugar ao intervencionismo estatal (que continuará em círculos, da esfera da "circulação" para a da "produção"), institucionalizando no Estado a "questão social".

Com a consolidação do Estado de García Moreno, extremamente repressivo, não só se impôs a lei e a ordem como foi possível "romper o fracionamento da economia e permitir um fluxo mais livre dos fatores de produção, para facilitar um certo crescimento econômico e um melhor aproveitamento das oportunidades oferecidas pela conjuntura internacional. Implicava, finalmente, em estabelecer mecanismos que assegurassem relações estáveis com os centros europeus, pólos dinâmicos da nova ordem internacional que definitivamente se consolidava" (Velasco 1981, p. 137).

Segundo Fernando Velasco, destacado intelectual falecido prematuramente em 1978, "O papel desempenhado por García Moreno é absolutamente estratégico e fundamental, independentemente de quais tenham sido as suas intenções pessoais." Ele organizou o país, "tornando possível a consolidação definitiva, poucos anos mais tarde, do modelo de desenvolvimento voltado para fora" (Velasco 1981, p. 142).

Então, de forma paulatina, Guayaquil passou a ser o eixo agro-exportador e importador, que foi subordinando a economia nacional às exigências do mercado mundial. E o setor agro-exportador se fortaleceu.

As primeiras e inúteis renegociações da dívida externa

Para conseguir sua independência da Espanha, os povos latino-americanos tiveram que adquirir equipamentos militares no exterior, com recursos contratados na Europa. Esses empréstimos eram concedidos por países como a Grã Bretanha, interessada em debilitar a presença espanhola na América, situação para a qual não se conseguira o apoio dos Estados Unidos, que se haviam tornado independentes em 1776.

livro.pmd 51 26/9/2005, 13:26

Segundo James Monroe, os Estados Unidos "se encontravam em paz com a Espanha e, por ocasião da luta que ela mantém com suas diferentes colônias, não podiam dar nenhum passo que comprometa a sua neutralidade ..." (Ver em Pividal 1983, p. 55). Os Estados Unidos não só se negaram a apoiar a emancipação das colônias do Sul do continente como procuraram atrasá-la, comprometendo-se a fazer fornecimentos aos espanhóis enquanto com o seu poder pudessem competir com o Império Britânico. Já em 1781, Thomas Jefferson antecipou essa estratégia norte-americana ao dizer que "é necessário postergá-la [a emancipação] até que os Estados Unidos possam beneficiar-se com ela, e não a Inglaterra" (Rodríguez Acosta s.d., p. 114). Deste modo, o Presidente Jefferson e depois o Presidente James Madison subordinaram sua posição frente às colônias espanholas a seus problemas com a Grã Bretanha, de cujo domínio se tinham libertado em 1776.

Isso explica claramente os motivos que causaram a demora de quase doze anos no reconhecimento oficial dos primeiros representantes da emancipação hispano-americana. Reconhecimento que só aconteceu em março de 1822, embora a Junta Suprema de Caracas o tivesse solicitado em junho de 1810. Atitude que se refletiu também na posição contrária à figura de Simón Bolívar, sobretudo quando a Grã Colômbia já alcançara a sua independência, pois a sua existência representava um obstáculo aos sonhos imperiais do vizinho setentrional (Sobre estas relações complexas pode-se consultar Trías 1975 e Medina Castro 1980).

Nessas condições, a dívida então assumida, com a qual a Grã Colômbia se vinculou à economia mundial, transformou-se em um processo pernicioso de renegociações e moratórias que perdurava no início do século XXI (consulte-se a história dessa "dívida eterna" em Acosta 1994).

Já em 1826, quando ainda existia o Estado bolivariano, deixou-se de servir a dívida externa em conseqüência da quebra da casa B. A. Goldschmidt e Cia., na qual haviam sido depositados valores destinados a esse pagamento.

livro.pmd 52 26/9/2005, 13:26

Anos depois, em outubro de 1834, pouco depois de o Equador se separar da Grã Colômbia, o governo de Flores não enviou representante à reunião celebrada em Bogotá para discutir os termos da divisão da dívida. O General Juan José Flores se encontrava envolvido nas complicações resultantes da repressão e homicídio dos redatores de *El Quiteño Libre*, e enfrentava além disso a revolta dos "*chihuahuas*". Assim, sem qualquer participação de delegados equatorianos, coube ao país assumir 21,5% da dívida total de 6.625.950 libras esterlinas, ou seja, 1.424.579 libras e 5 *shillings*. Valor ratificado em 1837 pelo Congresso Nacional e o governo de Vicente Rocafuerte.

Desde então, os contínuos ajustes e renegociações, e as múltiplas suspensões de pagamento, dada a escassez permanente de recursos financeiros provocada pelo próprio serviço da dívida, e pelas condições impostas aos devedores, tornaram a dívida externa um escolho quase permanente na vida econômica e política do país. E a partir dessa época remota, os renegociadores da dívida — tratada sempre de forma misteriosa e muitas vezes à margem da opinião pública — , salvo em raras ocasiões, foram insensíveis à busca de soluções que privilegiasse o interesse nacional em contraste com as pretensões dos credores ou aos seus próprios desejos, pondo em risco não só o crescimento econômico do país como a sua própria existência.

Embora haja um compromisso de honra na origem da dívida inglesa, não se pode desconhecer as suas deficiências quanto ao destino final dos recursos contratados, as condições usurárias em que esses empréstimos foram negociados, os preços exagerados pagos pelos equipamentos militares e a própria distribuição do ônus da dívida grã-colombiana.

Tendo em vista as necessidades financeiras do país e as pressões exercidas pelos credores, em 1843 a Convenção ordenou que esses pagamentos fossem feitos com valores obtidos com a venda ou arrendamento de terras públicas baldias. O General Flores, eleito Presidente pela terceira vez, propôs um acordo que determinava o pagamento de taxa de juros adicional por um número determinado de colonos europeus que viessem povoar os territórios que se queria entregar aos credores.

livro.pmd 53 26/9/2005, 13:26

Os detentores desses títulos não aceitaram essa proposta, insistindo em taxas de juros mais elevadas e na emissão de *bonds* adicionais para cobrir os juros capitalizados, e com isso a negociação se entorpeceu. Os credores enviaram um negociador depois do outro para tentar um acordo: emissários que, ressalvadas a distância no tempo, lembram as missões do FMI e do Banco Mundial, da segunda metade do século XX. Esse empenho dos credores encontrou campo propício nos governantes, nos seus representantes na negociação e até mesmo nos seus familiares, dispostos ao peculato e ao tráfico de influência.

Em 1848, sob a Presidência de Vicente Ramón Roca, com a mais absoluta reserva o governo levou a cabo uma negociação com Pedro Conroy, o representante dos credores, para que a dívida fosse amortizada com um oitavo dos direitos cobrados pelas alfândegas. Tentou-se assim surpreender o Congresso, procurando evitar a sua intervenção, objetivo que não foi alcançado.

Alguns anos mais tarde, em 1852, chegou ao país um novo representante dos credores, Elías Mocatta, que conseguiria um primeiro acordo, baseado na entrega de terras desocupadas — depois de mais de vinte anos de moratória. Adicionalmente, foi paga a parte da receita pública correspondente às concessões mineiras e taxas de pedágio. Pouco depois, em novembro de 1854, vencido pela inteligência e a eloqüência do General José María Urbina, o Congresso aprovou o convênio Espinel-Mocatta, como se não houvessem antecedentes.

A concessão, para fins de colonização e exploração, de um milhão de quadras às margens do rio Zamora e de outro milhão às margens do Bomboná, na região de Canelos, motivou protesto do governo peruano, que reclamava como suas enormes extensões na Amazônia. O Peru sustentou sua reivindicação com base na cédula real de 15 de julho de 1802, e diante desse conflito limítrofe os credores suspenderam o acordo.

As forças conservadoras se aproveitaram da situação e encetaram uma luta feroz contra o Presidente Francisco Robles. Como já dissemos, García Moreno aliou-se com o mandatário peruano, Marechal Ramón

livro.pmd 54 26/9/2005, 13:26

Castilla, com quem retornou ao país. A armada peruana bloqueou o golfo de Guayaquil, fato que precipitou as ações bélicas. Meses depois, quando se deu conta da manobra peruana, e aproveitando-se do caos reinante, García Moreno assumiu o poder. Como se viu, sua ação foi indispensável para consolidar a unidade do país: em duas oportunidades, ainda durante a crise e depois dela superada, procurou-se fazer com que o Equador se transformasse em um protetorado francês.

Com García Moreno foram mantidas as condições básicas dos convênios assinados. No entanto, a despeito de todos os esforços feitos para cumprir os confusos compromissos assumidos, em março de 1862 o seu governo teve que suspender temporariamente o serviço da dívida.

Nessa oportunidade, o negociador foi Antonio Flores Jijón, que chegaria mais tarde à Presidência. No princípio de 1865 ele apresentou um projeto para alienar as ilhas Galápagos em favor dos credores, como pagamento da dívida consolidada. Em maio de 1869, o regime de García se viu obrigado a dar início a uma nova moratória, com o apoio do Legislativo.

Com essa moratória as dificuldades não foram superadas, mas suspendeu-se um pagamento oneroso, exclusivamente de juros, e apesar das limitações financeiras e da dificuldade em conseguir novos créditos externos, o país fechou a década com notável recuperação econômica. Mais tarde se chegaria a considerar esse período como "o mais brilhante da economia nacional" (Banco do Equador, 1977, p. 50) — o que talvez tenha sido possível devido à moratória, que evitou uma pesada sangria de recursos.

Depois da morte de García Moreno teve início um longo período de crise política e até moral, com o governo do General Ignacio de Veintemilla, que derrubou o primeiro presidente a suceder García, Antonio Borrero. Assim, a tarefa modernizadora de García Moreno ficou truncada. Cessaram as obras públicas, foi reduzido o investimento na educação e na saúde, os fundos públicos foram desperdiçados, aumentou-se irresponsavelmente os gastos militares e a corrupção se estendeu por todo o país.

livro.pmd 55 26/9/2005, 13:26

A título de comparação, para entendermos a complexa lógica do capital financeiro internacional durante esse século, enquanto o Equador não progredia na renegociação da sua dívida externa, seu vizinho do Sul, o Peru, conseguiu uma dezena de importantes créditos internacionais graças aos depósitos de guano, produto muito demandado no mercado mundial.

Embora o cacau seja comparável ao guano, no Equador as possibilidades de conseguir créditos externos foram menores enquanto a produção e comercialização do cacau estavam em mãos de equatorianos, e não de investidores estrangeiros, como acontecia no Peru. O que contribuiu para gerar desestímulos muito mais significativos e profundos do que no caso do guano (Bonilla 1994, p. 324). Enquanto isso, no Peru o rendimento do guano, controlado em grande parte por investidores estrangeiros, aliados a grupos hegemônicos locais, financiava o aparelho estatal e ao mesmo tempo garantia a contratação de empréstimos no exterior, tal como ocorreria muito depois no Equador produtor de petróleo.

livro.pmd 56 26/9/2005, 13:26

2
O modelo de exportação de produtos primários

2
O modelo de exportação de produtos primários

No fim do século XIX o mundo enfrentou uma série de mudanças e processos cada vez mais profundos e vertiginosos. A presença dos Estados imperialistas começou a ser matizada e complementada pela intervenção de grandes empresas — as transnacionais — que cruzando as fronteiras dos países se projetavam internacionalmente em busca de matérias primas baratas ou não disponíveis nos países de origem, de mão de obra abundante e de baixo custo, assim como de mercados potenciais para os seus produtos industriais.

Essas mudanças facilitaram a difusão das teorias livre-cambistas, confirmando assim a observação de que as teorias econômicas entram e saem de moda conforme os interesses de acumulação de capital mais fortes em cada momento. Por sua vez, os progressos tecnológicos, especialmente o transporte oceânico em vapores e a comunicação através do telégrafo encurtaram as distâncias, permitindo um relacionamento comercial mais intenso.

Nessas condições, ao atingir o ponto mais alto do seu desenvolvimento, o capitalismo da livre competição passou a ser imperialismo capitalista. Algumas das suas propriedades fundamentais começaram a se converter na sua antítese: por exemplo, a substituição da livre competição pelos monopólios. Essa manifestação do capitalismo se caracteriza por um processo cíclico de recuperação, apogeu, recessão e depressão, devido à sua vitalidade e instabilidade, com longas ondas periódicas, refletidas na Tabela 29. Em conclusão, esse sistema aprofunda as diferenças existentes e cria outras mais, tendência aliás característica do capitalismo, "um sistema de valores, um modelo de existência, uma

livro.pmd 59 26/9/2005, 13:26

civilização: a civilização da desigualdade", nas palavras do economista austríaco Joseph Schumpeter. Sistema a que correspondem diversas formas de organização social e controle político.

A incorporação definitiva do Equador ao Mercado Mundial

O notável apogeu da fase cacaueira, que teve início quando terminava o século XIX, foi o passo definitivo para inscrever o país na divisão internacional do trabalho. Em 1888 as exportações ultrapassaram pela primeira vez a marca dos 9 milhões de dólares, mantendo um nível superior a 7 milhões até pouco antes da Revolução Liberal. Superados os principais problemas próprios à transformação "alfarista", as exportações voltaram a aumentar, como se pode ver na Tabela 1.

Deste modo, o cacau, que desde a fase colonial estava associado à história social e econômica da Costa, foi o motor da recuperação econômica e de uma integração mais profunda com o mercado mundial. Nessas condições, mudaram os processos de produção e circulação, a estrutura das classes sociais, as formas de articulação estatal, regional e nacional, assim como as relações inter-regionais.

O aumento da demanda externa nos países industrializados, que tinham alcançado um nível considerável de desenvolvimento, deu um impulso ainda maior ao apogeu do cacau no Equador, que dispunha de condições favoráveis à produção da "*pepa de oro*", a "semente de ouro".

Nessa época as terras altas atravessavam uma depressão que favorecia a emigração da mão de obra para o litoral. E a estrutura repressiva do domínio dos senhores da Serra, que respondia com violência aos conflitos e levantes contínuos, teve igualmente um papel importante.

Como já dissemos, a exploração e produção cacaueira era feita de forma extensiva, com poucas exigências de capital e tecnologia, e pouco poder de irradiação na economia nacional. Esta se ajustou às flutuações

livro.pmd 60 26/9/2005, 13:26

da demanda internacional, que determinava os preços e a comercialização do cacau, enquanto a etapa da produção se mantinha em mãos equatorianas.

A influência do "progressivismo", o período compreendido entre 1884 e 1895, foi determinante para essa inserção na economia mundial, ao favorecer a rápida adaptação do Equador à cambiante demanda externa. A mobilização de recursos se ampliou com a substituição do dízimo pago à Igreja por um imposto de 0,3 por cento sobre a propriedade, para compensar o clero. Ao terminar o século, o dízimo correspondia a cerca de 40 por cento da receita fiscal.

O dízimo era um imposto cobrado pelo Estado para a Igreja, criado na época colonial e herdado pelos governos republicanos. Da sua receita, um terço ficava com o governo, e dois terços com a Igreja. Era um ônus para a produção agrícola e sua aplicação representava mais um mecanismo de repressão e abuso. O governo delegava a sua cobrança a particulares, que podiam voltar a delegá-la, "terceirizando-a" e criando assim um sistema complexo e até mesmo corrupto.

Com a sua eliminação, os produtores, e especialmente os exportadores, conhecidos como "*gran cacao*", garantiram o controle sobre maiores lucros e conseguiram terminar com o que consideravam um obstáculo à competitividade dos produtos equatorianos no mercado mundial. Conforme reconhece Manuel Chiriboga, a supressão desse imposto "significou um impulso poderoso ao aumento da produção cacaueira". No entanto, como já dissemos, não criou nenhum estímulo para desenvolver o mercado interno.

A eliminação do dízimo foi o resultado de dura luta dos defensores da abertura (o "*aperturismo*") contra os fazendeiros latifundiários, que embora onerados pelo tributo, exerciam com ele um certo controle das atividades beneficentes, o que lhes permitia aumentar o poder exercido sobre a massa indígena. Por outro lado, preferiam ser tributados sobre a produção a pagar um imposto que fosse cobrado sobre suas extensas propriedades.

Essa disputa não foi apenas ideológica, não se efetivou no nível da super-estrutura, mas tinham claras raízes materiais. O que, por outro lado,

livro.pmd 61 26/9/2005, 13:26

não nos deve levar a exagerar o determinismo econômico, pois é preciso "dar ao problema o tratamento correto, na sua totalidade." (Ortiz 1990, p. 264).

Durante esse período, a Serra não era um conjunto homogêneo. A região central buscou uma maior vinculação com a economia da Costa, enquanto o Sul conseguiu uma certa articulação comercial com o exterior, devido à produção de chapéus de palha *toquilla*. De modo geral, a Serra fornecia à Costa produtos agrícolas para consumo interno, além de mão de obra — tudo a preços muito baixos.

É preciso assinalar que o relacionamento da Serra com a agricultura de exportação da Costa variou notavelmente entre as diversas províncias. Assim, Tungurahua e em menor grau Chimborazo se articularam com a economia da Costa antes das outras regiões. Nesta análise salta à vista a marginalização da parte meridional da Serra, que continuou até bem avançado o século XX.

Unidos pela exportação de cacau, não necessariamente integrados aos proprietários rurais, comerciantes e banqueiros se transformaram na burguesia comercial que liderou as transformações liberais no campo da economia. No entanto, isso não eliminou totalmente a fragmentação do país, e também não fez com que desaparecessem as diversas relações de produção pré-capitalistas.

É nessa burguesia, principal protagonista do processo, que a revolução liberal encontraria seus limites, e ela propiciaria a queda e o assassinato do próprio Alfaro. Uma revolução que "estava determinada pelos interesses da burguesia, que nem precisava investir contra a estrutura latifundiária da Serra, nem podia abolir o poder regional latifundiário" (Ayala 1993, p.88). Sua luta garantiu o controle burguês do Estado e permitiu criar condições favoráveis a uma articulação mais estreita dos mercados regionais e do conjunto da economia nacional com a economia internacional.

A carência de uma vinculação dinâmica entre a produção cacaueira e o resto da economia impôs um sistema produtivo atrofiado e vulnerável.

livro.pmd 62 26/9/2005, 13:26

Seus excedentes eram drenados continuamente para os países industrializados, através da deterioração dos termos de intercâmbio, o pagamento de lucros e as regalias dos poucos investimentos estrangeiros, o serviço da dívida externa e especialmente a fuga de capitais, assim como, naturalmente, as importações de bens suntuários destinados ao setores dominantes. Tudo isso contribuiu para limitar as possibilidades de reprodução nacional do capital. Havia poucas indústrias, com pouquíssimas vinculações com a agricultura ou outros setores da produção.

De qualquer forma, essa foi uma época de fastígio para o país, que apresentou o maior crescimento desde 1830, em particular no período entre 1908 e 1914, fase culminante do auge cacaueiro. Com uma população estimada em torno de 1,3 milhões de habitantes em 1900, o Equador conseguiu um crescimento do PIB per capita estimado em 2,5%, taxa mais elevada do que a de outros países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile., Colômbia, México, Venezuela, que tiveram uma taxa média de 1,9% no período 1900-13. Como se pode observar na Tabela 26, o crescimento equatoriano foi também superior ao dos Estados Unidos (2%), assim como ao de outras nações do mundo. Os países desenvolvidos (França, Alemanha, Japão, Países baixos, Reino Unido e Estados Unidos) cresceram em média 1,2%; os países ibéricos (Espanha e Portugal), 1,1%; os países asiáticos (Coréia, Formosa, Tailândia, 0,5% (Hofman, 1992).

Como o sucre acelerou a modernização

Nessa época o sucre foi introduzido como moeda nacional, denominação dada em honra do Marechal Antonio José de Sucre (1795-1830), que comandou a batalha de Pichincha em 24 de maio de 1822, com a qual se consolidou a independência do Equador. Sucre foi assassinado nas selvas de Berruecos no dia 4 de junho de 1830. Quanto à moeda nacional, foi sacrificada oficialmente em 9 de janeiro de 2000, cedendo lugar à plena dolarização da economia.

livro.pmd 63 26/9/2005, 13:26

Vale lembrar que a Casa da Moeda de Quito foi criada por Simón Bolívar em 1823, e começou a funcionar em 1831, quando, regida pela primeira Lei de Moedas, cunhou dobrões de ouro, denominados escudos, bem como pesetas, que eram moedas de dois reais, *medios* e *cuartillos*, de prata.

Essa evolução, registrada na *Historia Numismática del Ecuador*, de Carlos Ortuño, começou muito antes. Os espanhóis introduziram na colônia o seu sistema monetário — ouro e prata — deslocando as "*monedas de hachas*" dos indígenas, feitas de cobre.

Em 1836, desvanecida a esperança de reunificação da Grã Colômbia, foi cunhada a primeira moeda que trazia a inscrição da República do Equador. Até 1843 houve uma variedade de moedas, dentre as quais meio pesos ou moedas de quatro reais. Foi nesse ano que se publicou a segunda Lei de Moedas, que autorizou fossem cunhadas moedas fracionárias — um quarto de real ou *cuartillos*, conhecidos como *calés*, feitos de prata e de cobre, para assim superar as dificuldades ocasionadas ao comércio interno pelo valor elevado das moedas de ouro e prata.

Em certas ocasiões, quando não era possível arredondar as contas, chegou-se a aceitar o pagamento com produtos — pão ou ovos — e inventou-se vales feitos de lata, chumbo ou cobre, quando os lojistas não podiam fazer as contas dos seus clientes. Vale lembrar também as moedas de couro e papel que circularam no princípio do século XX na ilha de San Cristóbal, no arquipélago de Galápagos, postas em circulação nos domínios de Manuel J. Cobos, o "Imperador de Galápagos" (Latorre 1991).

Muitas décadas mais tarde surgiriam moedas alternativas ou sociais, em plena fase neo-liberal, como acontece em várias regiões do mundo. Por exemplo, os *Ithaca-Hours* nos Estados Unidos, os talentos na Suíça, os LET no Canadá e na Grã Bretanha, os bonos de Salta e os *patacones* na Argentina (neste caso emitidos por governos locais, na época da conversibilidade e como sua conseqüência), entre muitos outros projetos de dinheiro alternativo. No Equador vale ressaltar a experiência do Sistema de Intercâmbio e Transações Locais (SINTRAL), patrocinado pela

livro.pmd 64 26/9/2005, 13:26

Fundação Pestalozzi, que mereceu interesse inusitado devido à dolarização oficial.

Em 1846 foi produzida a melhor moeda de prata, o "peso forte", resposta destinada a restabelecer o crédito monetário, afetado especialmente pela quantidade de moeda existente, as falsificações e a competição de moedas estrangeiras. Nesse ano entrou em vigor também a terceira Lei de Moedas, determinando a cunhagem de moedas de onça, meia onça, dobrões e escudos. Vinte anos depois seria fechada a Casa da Moeda, e o governo autorizou o Banco Particular de Guayaquil a assumir a tarefa de emitir moeda: os *cuños*.

Foram anos complicados, período em que a economia se caracterizava por grande confusão. Os créditos internos para financiar a administração pública determinavam um excesso de meio circulante, com a conseqüente depreciação dos *cuños*, o que terminaria por provocar o fechamento do banco emissor. A partir de 1868 circularam moedas de cobre ou platina, como os centavos feitos de níquel.

Nessas condições nasceu o sucre, com toda uma família de moedas: o duplo condor (20 sucres), o condor (10 sucres), o quinto de condor (2 sucres), o décimo de condor (1 sucre). Havia também o sucre de prata (100 centavos), o meio sucre (50 centavos), os dois décimos (20 centavos) e o décimo (10 centavos), meio décimo (5 centavos); em cobre e níquel circulou também o meio décimo de níquel assim como o centavo e o meio centavo.

Vale a pena recordar que o sucre, que entrou em circulação em primeiro de janeiro de 1895, foi bem recebido em um país penalizado pela escassez de meio circulante e a invasão de moedas falsas. Essa decisão serviu para encetar um processo de paulatina racionalização da política monetária nacional, e por fim de modernização das relações econômicas. "Todos saudaram com excitação o recém nascido, pois era convicção geral de que havia a necessidade de uma unidade monetária que permitisse a atividade econômica interna, inclusive as transações cada vez mais numerosas vinculadas ao comércio exterior" (Ortiz 2000, p. 62).

livro.pmd 65 26/9/2005, 13:26

Não obstante, os esforços iniciais para sanear a economia, livrando-a de toda uma série de moedas indesejáveis, não surtiram logo os resultados desejados. Essa tarefa, assumida pelos bancos privados, em troca de uma boa comissão, foi executada especialmente através do Banco Internacional, de Guayaquil, que importou 400 mil sucres cunhados em Birmingham, providência que contudo não resolveu o problema. O papel moeda sem lastro que tinha sido posto em circulação por outros bancos, como a Casa Luzárraga, derrubou a intenção de abandonar o antigo "*peso fehle*" (peso fraco), e a desordem monetária só fez aumentar.

Passada a etapa crítica da luta contra a ditadura de Ignacio de Veintemilla, o Banco Internacional e o Banco do Equador assumiram a tarefa de eliminar a moeda "*chimba*". Voltou-se a encomendar a cunhagem de moeda no exterior, e o Congresso autorizou o Poder Executivo a contratar uma nova encomenda de trezentos mil sucres. O Banco Comercial e Agrícola foi também autorizado a emitir duzentos mil sucres. Estima-se assim que até 1897 tenham sido produzidos quase 4,8 milhões de sucres.

Pouco antes, em 14 de agosto de 1890, o governo de Antonio Flores Jijón decretou que a única moeda de circulação nacional era o sucre (que completara seis anos do seu lançamento). Surgiram novas moedas de ouro, denominadas condor equatoriano (10 sucres); de prata (1 sucre), o quinto (20 centavos), o décimo (10 centavos) e o vigésimo (5 centavos); e moedas de cobre de um e dois centavos.

Entre 1890 e 1897 houve a crise internacional da prata, e prosperou a tentativa de introduzir o padrão ouro. Os exportadores lucravam com a queda de valor da prata, mas o mesmo não acontecia com os importadores. A crise não permitia divisar com clareza a situação, e por isso a solução foi adiada por vários anos. Finalmente, em 1897 foi decidido que os bancos não emitiriam notas no valor total que excedesse o dobro do seu capital real, para evitar a depreciação excessiva do papel moeda. Por iniciativa de Alfaro, o padrão ouro foi introduzido em 1898.

Nessa ocasião as moedas de condor, de 10 sucres, foram cunhadas na Inglaterra, por intermédio dos bancos Comercial e Agrícola e do

livro.pmd 66 26/9/2005, 13:26

Equador. Complementarmente foi instituída a circulação de moedas fracionárias, de prata, que durante os governos de Plácido Caamaño (interino) e Eloy Alfaro coexistiram com o condor de ouro. O esforço para modernizar a administração da moeda provocou uma crise, com o assassinato de Alfaro.

Começa então uma das fases mais fraudulentas da vida nacional. A "bancocracia" — coligação de banqueiros e credores — passou a dominar a vida política e econômica do país.

No ano de 1914, no início da Primeira Guerra Mundial, e com o conflito, passou a ser difícil vender cacau ao mercado europeu, e surgiram as primeiras dificuldades monetárias. Em 31 de agosto daquele ano foi posta em vigor a Lei da Inconversibilidade Metálica das notas bancárias, conhecida como "Lei da Moratória", que suspendeu a troca do sucre por ouro.

Supostamente o objetivo dessa lei era proteger as reservas de ouro da nação, mas ela serviu para ajudar a salvar a situação de alguns bancos emissores, como o Banco Comercial e Agrícola, que na hipótese de uma corrida bancária não teriam podido resgatar em ouro as notas emitidas. Essa disposição, a princípio limitada, e depois prorrogada indefinidamente, criou condições para as emissões inorgânicas ou fraudulentas de moeda.

Nesse contexto, quando o Equador se via afetado pela crise da produção e exportação de cacau, a situação era dominada pelo Banco Comercial e Agrícola, que começou a articular seu poder com os empréstimos concedidos ao regime do General Leonidas Plaza Gutiérrez, em 1913 e 1914, da mesma forma como antes, em 1910, havia aberto créditos ao governo de Alfaro.

Aquele banco expandiu a sua capacidade econômica até transformar-se em um verdadeiro centro do poder político, na primeira metade da década de 1920. Havia uma vinculação orgânica entre os grupos econômicos que propugnavam pela integração da economia do Equador ao mercado internacional: de um lado os grandes exportadores de produtos primários e representantes do capital financeiro e comercial, de outro o governo liberal.

livro.pmd 67 26/9/2005, 13:26

Com a criação do Banco Central do Equador, em 1927, foram assentadas as bases para ordenar a situação monetária do país, e começaria uma fase de maior estabilidade da moeda. A criação do Banco Central foi acompanhada por nova Lei de Moedas, que seria reformada em 1937, parte de um processo de modernização do Estado que vamos analisar mais adiante.

Um corte na "Dívida Górdia"

Antes de terminar o século começaram a reativar-se os interesses comprometidos com a solução do problema da dívida externa, para assegurar uma adequada inserção do país na economia internacional e, paralelamente, para receber recursos que permitissem construir a estrada de ferro. A dívida externa e a ferrovia eram temas prioritários, o primeiro como problema a ser resolvido, o segundo como um instrumento para alcançar esse fim.

O segundo Presidente "progressista", Antonio Flores Jijón, começou o seu mandato em plena moratória. Tendo alcançado o poder supremo, esse experiente renegociador da dívida externa convocou em 1888 um Congresso extraordinário par analisar a situação do endividamento e os mecanismos para conseguir novos empréstimos, tendo em vista especialmente o prosseguimento da obra da estrada de ferro. No entanto, em uma atitude curiosa, o próprio Flores Jijón anunciou publicamente o interesse do seu governo em retomar conversações sobre o pagamento da dívida, o que bastou para elevar o preço dos títulos equatorianos.

Com a gestão de Flores Jijón o país deu passos importantes para a sua reincorporação ao mercado internacional, e o governo seguinte, de Luís Cordero, procurou ser pontual nos pagamentos dessa dívida, mesmo às custas de qualquer sacrifício. No entanto, os ajustes negociados não tiveram o resultado esperado. Pouco antes da Revolução Liberal, em 29 de julho de 1894, o Congresso Nacional se viu obrigado a suspender mais uma vez esses pagamentos.

livro.pmd 68 26/9/2005, 13:26

No Equador vigorava de fato o padrão prata, que foi seriamente afetado pela perda de valor desse metal, o que modificou o valor da conversão do papel moeda em moedas de prata. O sucre, introduzido na economia nacional em 1884, em lugar do peso, foi desvalorizado em cem por cento, estabilizando-se por fim na faixa de 10 sucres por libra e 2,05 sucres por dólar. Mais tarde, em 1898, se introduziria no Equador o primeiro padrão ouro.

A oposição liberal incluiu a dívida externa entre os pontos mais importantes do seu programa, batizada por Alfaro, em um folheto que publicou no exterior, de "dívida górdia", por ser tão difícil de desfazer, aludindo ao mítico "nó górdio" que Alexandre Magno cortaria com um golpe da sua espada.

De forma coerente com a sua posição, pouco depois de conquistar o poder a Revolução Alfarista, cuja marcha vitoriosa foi encetada em 5 de junho de 1895, no ano seguinte teve uma base sólida para impor as suas idéias sobre a dívida externa. Na condição de Chefe Supremo da República, Eloy Alfaro decretou em 14 de março de 1896 a suspensão "do pagamento da dívida externa, até que se chegue a um acordo equitativo e honroso com os portadores de títulos."

Diferentemente das moratórias anteriores e das que a sucederiam, esta nova suspensão de pagamentos da dívida se enquadrava em uma posição programática clara, concebida para encontrar melhores condições de renegociação, sendo mais do que o simples reconhecimento da impossibilidade de manter o serviço da dívida. Resultou da vontade política e em certa medida do compromisso de uma luta em prol de transformações profundas.

A estrada de ferro, a grande obra da mudança do século

A construção da Estrada de Ferro do Sul foi uma tarefa iniciada na época de García Moreno. Quando a obra foi encetada, na segunda presidência de García Moreno, uma década havia transcorrido desde a autorização dada para o início da construção dessa ferrovia.

livro.pmd 69 26/9/2005, 13:26

Em 1875 a estrada a partir de Quito tinha 273 quilômetros concluídos. Uma parte do trajeto se fazia por via fluvial, e o restante pela linha férrea, em cerca de 30 quilômetros. Nos anos seguintes a construção avançou lentamente. Borrero ampliou a linha em 14 quilômetros, até Barraganetal. Veintemilla chegou a Chimbo, 5 quilômetros adiante. A partir de Chimbo Flores Jijón, continuou a obra por 12 quilômetros. Com Alfaro, tratava-se de uma construção praticamente inexistente, por ser uma ferrovia estreita, não a que se fazia necessária.

Antes da estrada de ferro, a mula e os "*guandos*", índios que levavam as cargas mais pesadas, eram a base do transporte entre a Serra e a Costa. Situação que contribuiu para manter desagregada a sociedade equatoriana, e que incidia sobretudo na falta de articulação entre essas duas regiões, para não mencionar a Amazônia.

A Revolução Liberal, liderada por Alfaro, se empenhou no empreendimento, enfrentando porém a escassez de recursos do Estado e a impossibilidade de obter novos créditos externos enquanto não se solucionasse o problema da "dívida inglesa". Além disso, a *The Guayaquil and Quito Railway Company*, empresa constituída para esse fim em New Jersey, nos Estados Unidos, não tinha podido levantar os recursos financeiros necessários.

Nessas condições, Eloy Alfaro propôs a extinção dos bônus da dívida da Independência, para que os novos títulos pudessem ser cotados na Bolsa de Londres, e desta forma a ferrovia fosse financiada. Deste esforço participou ativamente o empresário norte-americano Archer Harman, que dirigiu a conversão da dívida e depois, com o seu irmão, a construção da estrada de ferro.

Aproveitando o fato de que os bônus estavam desvalorizados nos mercados financeiros internacionais (valendo só 35% do valor nominal, o que o próprio Alfaro considerava excessivo, dadas as condições impostas à dívida da Independência e as renegociações posteriores), em 1898 procedeu-se à sua compra, em parte à vista, em parte contra a emissão de títulos da ferrovia, e assim foi possível redimir gradualmente a chamada "dívida inglesa".

livro.pmd 70 26/9/2005, 13:26

A obra foi iniciada em 10 de julho de 1899, com grande entusiasmo, mas progrediu lentamente. Houve uma série de desmoronamentos, particularmente nas faldas da cordilheira, anulando o trabalho realizado. Algumas vezes foi preciso refazer a terraplanagem e retificar o rumo dos trilhos, além das limitações financeiras. As rochas do "nariz e da orelha do diabo" e a obstinação dos conservadores e do clero dificultavam o seu desenvolvimento. Depois de esforços titânicos, feitos por índios e negros, muitos trazidos do Caribe, com numerosas vítimas, conseguiu-se que as locomotivas subissem a cordilheira, mas quando chegaram a Guamote os recursos financeiros estavam esgotados. Diante do desastre humano e financeiro foi preciso consolidar uma vez mais parte dos bônus da dívida. No entanto, a chegada dos trilhos a Guamote levantou o prestígio dos responsáveis pelo projeto e renovou a confiança na obra. Naquele momento, Alfaro impulsionava pessoalmente a construção, mas já não era Presidente, e o governante era Leônidas Plaza, de quem ele se havia distanciado.

Cabe notar que a obra não tinha o apoio da legislatura, onde a ala alfarista e a ferrovia enfrentavam uma maioria adversa. Por outro lado, durante todo esse tempo não faltaram críticas até mesmo dos seus partidários, sobretudo do grupo liberal chamado de "*chistero*", que se opunha à ala "*machetera*" do partido.

Havia também a ironia dos proprietários de títulos que, depois da conversão da dívida, reclamavam uma estátua igual à de Alfaro, porque "fomos nós que proporcionamos o dinheiro para a obra". Angustiados com os progressos da ferrovia, os conservadores qualificavam a obra de "negociata judaica", produto das "recomendações da maçonaria internacional". E não faltou um bispo que se juntasse à campanha ultramontana, garantindo que a estrada de ferro era "o caminho dos demônios".

Depois de satisfeito o custo da exploração e manutenção da empresa, o produto da operação ferroviária devia ser destinado inicialmente ao serviço da dívida externa, e só o excedente seria entregue aos proprietários de ações preferenciais e comuns, a título de lucro.

livro.pmd 71 26/9/2005, 13:26

Pouco depois, quando a "obra redentora" ainda não estava concluída e o Estado precisou cobrir com seus próprios meios o pagamento dos bônus, voltou a ser necessário recorrer a recursos externos para financiar o prosseguimento dos trabalhos. O governo liberal solicitava apoio, e a reação clerical acusava: "isto não é liberalismo, mas comunismo". Em 1905 os trilhos chegaram a Ambato, aproximando-se de Latacunga, mas voltou a faltar dinheiro.

Os projetos para fornecer energia hidroelétrica à estrada de ferro foram também boicotados pela agitação dos conservadores que mobilizaram os proprietários de terras convencendo-os de que correriam o risco de perder a água. A idéia de extrair carvão de pedra também não foi adiante. Apesar desses problemas, Alfaro prosseguiu com a construção, "com a arma na mão, no meio do fragor da guerra civil, enfrentando insultos e a difamação" — como ele próprio reconhece, no seu relato da história da ferrovia.

O custo da obra excedia o orçamento, e Alfaro, pela segunda vez no poder, fazia manobras financeiras de todo tipo para conseguir os recursos necessários, nem sempre respeitando a rigidez das normas legais. Em junho de 1907 os trilhos chegaram a Latacunga. Era impossível cumprir o cronograma fixado, e a construção continuava exigindo mais dinheiro, especialmente devido às dificuldades enfrentadas no último trecho. Mas o grande sacrifício e o esforço dos técnicos, trabalhadores e peões, como também a tenacidade de Alfaro, tornaram possível a sua continuação e permitiram vencer o desalento e a desconfiança que às vezes despontavam entre os financiadores, construtores e os próprios funcionários do governo. Foi notável o esforço desenvolvido para vencer as grandes dificuldades levantadas pela geografia, que têm sido um desafio permanente à sociedade equatoriana.

Em 25 de junho de 1908 a estrada de ferro se transformou em realidade, quando a primeira locomotiva entrou em Quito, no meio do entusiasmo popular.

A contribuição da ferrovia para o desenvolvimento e a integração do país é inegável. Uma contribuição que precisa ser avaliada adequadamente,

livro.pmd 72 26/9/2005, 13:26

apesar de todos os problemas surgidos na sua administração e na posterior compra das ações fornecidas pelo Estado à companhia estrangeira, que motivou inclusive pressão oficial norte-americana para garantir a proteção dos interesses dos seus acionistas.

Alguns traços da visão estratégica de Alfaro

Com a ligação ferroviária entre a Costa e a Serra houve uma diferenciação entre as fazendas tradicionais e as modernas, pelas novas oportunidades surgidas no país. Além disso, este processo ampliou na Serra as relações de trabalho de tipo salarial, e contribuiu para melhorar o nível tecnológico do campo, pelo menos nas zonas de influência da estrada de ferro. Isto porém não pode justificar conclusões equivocadas: com efeito, sobreviveram os latifúndios e minifúndios, ao lado de formas de produção pré-capitalistas. Por outro lado, nessa época já se desenvolvia o debate sobre o grau de proteção e abertura conveniente ao país, quando menos para certas atividades produtivas.

Vale acentuar, por exemplo, a proteção dada à produção açucareira, que permitiu a instalação de cinco engenhos e a multiplicação das plantações.

Em 1897 Alfaro, personagem que nessa época gravita na vida nacional, se havia declarado "partidário do livre câmbio na sua acepção mais elevada, pois enquanto dure a infância do nosso desenvolvimento industrial penso que devemos amparar judiciosamente os setores que necessitem de leis protetoras, assim como proporcionar-lhes auxílios razoáveis do Tesouro Nacional."

Na primeira década do século XX Alfaro quebrou lanças em favor da proteção da indústria do açúcar, ao observar que a Lei de Víveres, aprovada pela Legislatura em 1906, não atingia o objetivo proposto, que era a redução do preço dos bens de primeira necessidade, permitindo importações desse produto vital.

Dirigindo-se aos parlamentares, o Presidente declarou que "o açúcar é um dos artigos que, sendo de primeira necessidade, deve ocupar a vossa

livro.pmd 73 26/9/2005, 13:26

atenção, para que possa ser fornecido ao povo em condições equitativas; no entanto, como também é um artigo de produção nacional, que emprega um número considerável de pessoas, cuja vida depende da subsistência dessa produção, forçar a baixa do seu preço, mediante uma competição que não seria possível sustentar, equivale a destruir por completo essa indústria equatoriana. E a perda do trabalho para todas essas pessoas não poderia deixar de afetar gravemente o preço da diária recebida em geral pelos trabalhadores; com efeito, esses cinco mil trabalhadores teriam que oferecer seus serviços por menor preço, o que faria com que toda a classe trabalhadora perdesse vinte ou trinta centavos diários, em lugar da economia que se quer instituir, de dois ou três centavos por libra de açúcar. Se tememos o abuso por parte dos produtores nacionais, em prejuízo do povo, nada mais fácil do que tomar uma medida que torne impossível esse abuso e garanta a economia do consumidor". Assim concluía suas palavras o "*viejo luchador*".

A preocupação demonstrada por Alfaro é interessante. Ele aceitava a necessidade de "buscar meios de aliviar a condição da classe pobre, visando economias no consumo dos artigos de primeira necessidade." No entanto, "esses meios não devem em qualquer hipótese ferir inconsideradamente outros interesses — os interesses dos industriais — , que tanto quanto o próprio povo são igualmente credores da proteção das leis e do governo" (ver esses textos de Alfaro em Espinoza 1995).

Surpreende também a lucidez de Alfaro, que já antecipava a necessidade de defender o consumidor.

Nessa época, em conseqüência da rigidez cambial, estando vigente o padrão ouro, a produção de açúcar devia ter um problema de competitividade, mais do que de produtividade: reflexão que ganha força em uma economia dolarizada, pois é possível ser eficiente porém não necessariamente competitivo.

São interessantes as reflexões de Alfaro, antecipando o que décadas depois serviria de base teórica para as propostas do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) e da CEPAL, criada em 1948, a partir da qual

livro.pmd 74 26/9/2005, 13:26

se difundiria a estratégia orientada para uma industrialização via substituição de importações, induzida e protegida temporariamente. Esta proposta resumia a experiência dos processos de industrialização da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e México nos anos 1930 e 1940, em conseqüência da Grande Depressão e das limitações posteriores provocadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-45).

Tais proposições teóricas haviam sido desenvolvidas na primeira metade do século XIX pelo alemão Friedrich List (1789-1846), e orientariam o desenvolvimento industrial da Alemanha. Em um livro publicado em 1840, List focalizou sua atenção na necessidade de superar o "subdesenvolvimento" do seu país com relação à Grã-Bretanha.

A posição desenvolvida por List contestava as visões "globalizadoras" da sua época (advogadas pelos economistas clássicos: Adam Smith, Jean Baptiste Say e David Ricardo), com grande êxito prático, como se veria mais tarde pelo notável desenvolvimento da Alemanha. Êxito que ele contudo não pôde testemunhar, porque perseguido por uma série de problemas e frustrações, terminou por se suicidar.

Mesmo no século XXI suas idéias nos sugerem reflexões valiosas para forjar respostas alternativas. A crítica que fazia buscava contestar as "verdades" indiscutidas criadas em torno do livre comércio mundial e da doutrina das vantagens comparativas. Sem fechar a porta à inserção da Alemanha no mercado internacional — como Alfaro e Prebisch também não recomendavam — seu ponto de partida era a recuperação do espaço nacional para um desenvolvimento auto-centrado, a partir da estratégia de "dissociação" seletiva. Estratégia que, de uma forma ou de outra, explica o sucesso dos países industrializados.

Mais ainda: nos países que se desenvolveram com base na exportação de produtos primários (Dinamarca, Suécia, Finlândia, Canadá ou Austrália) foi crucial a capacidade de gerar inovações e novas tecnologias (de ponta, intermediárias ou tradicionais) adaptadas às condições locais. Nesses países, ao expandir-se o setor exportador e as atividades conexas, à medida que aumentavam os salários foi-se criando com o tempo uma pujante demanda

livro.pmd 75 26/9/2005, 13:26

interna de bens de consumo simples, que se foram sofisticando em paralelo com o aumento da renda média das massas populares. Desta forma ampliou-se a rentabilidade das inversões, atraindo-as para a produção local, em substituição das importações, e estimulando o encadeamento do consumo. Pouco a pouco surgiram fábricas de equipamentos, máquinas e outros insumos para alimentar a demanda das indústrias produtoras de bens de consumo e as necessidades da infra-estrutura de produção (encadeamento de investimentos).

Mantida essa estratégia por algumas décadas, aquelas economias alcançaram um nível de "maturidade", entendido como maior diversificação e interação entre os setores, com a utilização crescente das economias de escala e desenvolvendo vantagens comparativas dinâmicas. A economia dual, e concretamente os enclaves exportadores, foram adquirindo coerência interna, o que levou a uma economia integrada em âmbito nacional, sobre bases genuínas de uma competição sistêmica, cujo desenvolvimento dinâmico provinha de ímpeto interno, endógeno ao desenvolvimento das suas próprias forças produtivas, e da expansão do mercado interno de massa. O que contrasta com as economias subdesenvolvidas de monocultura, assim como com as economias sustentadas pela exploração crescente dos recursos minerais — por exemplo, as economias baseadas no petróleo.

List propunha uma ampla integração do mercado interno, incorporando a massa da população nas atividades industriais, com o conseqüente aumento do seu poder aquisitivo, de modo a dinamizar a demanda de bens de consumo em massa e de equipamentos, tanto agrícolas como manufaturados, bem como a demanda pela prestação de serviços públicos e privados em nível local. Esse esforço exigia proteção programada e uma estreita vinculação entre a ação governamental e as iniciativas do setor produtivo privado. Propostas que foram aplicadas na Alemanha ao pé da letra, com os resultados que já mostramos.

A ênfase foi posta no desenvolvimento do mercado interno para as massas, ou seja, na produção de artigos de primeira necessidade. A

livro.pmd 76 26/9/2005, 13:26

produção maciça ("indústria de massa") precisa satisfazer uma demanda também maciça, com produtos ao alcance dessas massas e ajustados à suas expectativas. Assim, a indústria era a base do progresso.

Diferentemente dos economistas clássicos, que consideravam possível saltar da esfera individual para o nível internacional, List concentrou sua atenção no desenvolvimento nacional, embora não questionasse o mercado mundial. Distinguia entre a "economia cosmopolita e a economia nacional" — entre o global e o nacional, diríamos hoje.

O interessante da sua colocação é a interpretação do desenvolvimento como um processo, através do qual é preciso preparar a transposição de um país do âmbito nacional para o internacional. Transposição que não se pode improvisar, deixando em liberdade as forças do mercado. O caminho adequado não tem sido nem a orientação exclusiva para o mercado interno nem a abertura ingênua (esta, menos ainda).

Nas palavras de List, esse processo de desenvolvimento reflete a "missão da economia política (...): levar a cabo a educação econômica da nação e prepará-la para o ingresso na sociedade universal do futuro."

Uma conclusão importante e atual. Com efeito, o caminho do desenvolvimento não está fora do país. Sem um desenvolvimento interno adequado não há como intervir com êxito no nível mundial. Este poderia ser o recado de List neste princípio do século XXI. E da mesma forma, se o desenvolvimento não está fora do país, fora estão os problemas do subdesenvolvimento. Mas esta última afirmativa não minimiza a importância de que se reveste, no século XXI, a teoria da dependência, com influência tão marcante nas fases de "globalização", quando o FMI e o Banco Mundial elaboram a orientação e até mesmo a concepção da política econômica de países como o Equador, em função dos interesses do capital financeiro transnacional.

As palavras de Alfaro, além de demonstrar a sua visão como estadista, constituem um exemplo sugestivo do choque entre o protecionismo e livre-cambismo naqueles anos de bonança cacaueira. Alfaro não era

livro.pmd 77 26/9/2005, 13:26

favorável a uma inserção ingênua do país no mercado mundial; buscava uma saída criativa que combinasse o externo com o interno, o que se refletiu no gerenciamento da dívida externa e na construção da estrada de ferro para ligar as duas principais cidades equatorianas: Guayaquil e Quito.

Esse conflito, que mostra o contraste de interesses dos grupos dominantes, não marcou uma concepção estratégica global. O apoio público à produção de açúcar não provocou qualquer encadeamento produtivo digno de menção, nem foi parte de uma proposta com a qual o Equador pudesse ter processado outra forma de inserção no mercado mundial. Enquanto se protegia a indústria açucareira, facilitou-se em certos períodos a importação de todo tipo de produtos agrícolas: trigo, milho, ervilhas, feijão, cevada, grão de bico, banha e farinha. A própria ferrovia facilitava o fluxo desses produtos importados até os mercados da Serra, até então "protegidos" pela geografia.

De qualquer forma, apesar do país não dispor de uma proposta nacional para integrar-se com inteligência e planificadamente na economia internacional, a Revolução Liberal, com a estrada de ferro e muitas obras públicas, bem como uma série de transformações políticas e sociais, atingiu em grande parte os seus objetivos e o seu compromisso histórico. O liberalismo permitiu criar e garantir "as bases políticas e ideológicas necessárias para o desenvolvimento do capitalismo equatoriano," — um capitalismo periférico — "no quadro da progressiva expansão do capitalismo monopolista internacional" (Moreano 1976, p. 138).

Nesse cenário, "o apogeu do cacau configurou uma matriz de funcionamento da economia e da sociedade equatorianas de longa duração: agro-exportadora e periférica com relação ao sistema capitalista mundial. Embora a crise econômica tenha permitido o surgimento de outros setores econômicos e sociais, que geraram uma dinâmica regional de tipo diferente, permaneceram subordinados a essa matriz econômica mais ampla" (Chiriboga 1988, p. 109).

Neste ponto não se pode também deixar de mencionar a influência positiva que teve a abertura do Canal do Panamá, no princípio do século

livro.pmd 78 26/9/2005, 13:26

XX. Essa obra facilitou a vinculação do Equador com os mercados mais importantes do mundo. Vale lembrar que grande parte da carga comercial do Equador, exportações e importações, precisava seguir para a Europa ou a costa Leste dos Estados Unidos bordejando o litoral Sul da América, ou então atravessar por terra o istmo centro-americano, depois de viagem marítima até o Panamá. Por isso, o Equador era um dos países mais isolados da América do Sul.

Do fim da bonança cacaueira à crise prolongada

Os primeiros sintomas da crise do cacau foram sentidos em 1914. O porto de Hamburgo, por onde entrava na Europa uma parte importante do cacau equatoriano, encerrou suas operações logo no começo da Primeira Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, caíam os preços do produto.

Nesse mesmo ano o governo proibiu a exportação de várias mercadorias destinadas ao mercado interno, para impedir a sua falta, no meio da guerra, gerando problemas de desabastecimento. Dessa forma garantia a reprodução da força de trabalho em condições vantajosas para os grupos dominantes. Por outro lado, a proibição da importação de outros tantos artigos dinamizou de algum modo a atividade produtiva local. De qualquer forma, as compras no exterior foram prejudicadas pela conflagração internacional. A isso se acrescentou a drástica queda havida no financiamento do comércio exterior dos países da América Latina durante o conflito mundial.

Os Estados Unidos saíram fortalecidos da guerra, e embora não interviessem ativamente na política internacional do pós-guerra, adotando uma postura isolacionista, começaram a ter um papel econômico protagônico, enquanto a presença da Grã-Bretanha era afastada em algumas regiões do mundo, como a América Latina. Presente na região havia anos, o capital norte-americano começou a ocupar a posição dos investimentos e empréstimos ingleses e de outros países europeus. O eixo capitalista mundial se deslocava de Londres para Nova York, e a dependência

livro.pmd 79 26/9/2005, 13:26

equatoriana acentuou sua vulnerabilidade externa, ao concentrar novamente o seu comércio, mais do que antes, em um único país: os Estados Unidos.

Posteriormente, entre 1920 e 1921, registrou-se outra fase crítica na região, com duração muito maior no Equador, afetado por problemas sérios na produção e exportação de cacau.

A crise econômica que se iniciava com os estragos causados pela guerra e o levante armado de quase quatro anos em Esmeraldas e Manabi, liderado por Carlos Concha, porta-estandarte das idéias alfaristas, criou as condições para que a economia fosse inundada por notas sem lastro, dando início a um processo inflacionário crescente. Enquanto isso o Estado aumentava sua dependência creditícia, e também política, das entidades financeiras.

Firmada a paz na Europa, a situação do cacau equatoriano se complicou mais ainda com o surgimento de novos países exportadores, ou seja, de mais competidores. Essa maior competição provocou um excesso de oferta que reduziu notavelmente os preços, com a conseqüente deterioração dos termos de intercâmbio diante do incremento dos preços de produtos importados.

No começo da década de 1920 a receita da exportação de cacau caiu drasticamente: em 1920, o preço do produto no mercado de Nova York baixou de 26,76 para 12,00 dólares o quintal, chegando a 5,75 dólares em 1921. Além da queda do preço, desde 1917 a produção equatoriana foi afetada pela praga da *monilla* e pela vassoura de bruxa, ainda mais devastadora.

Problemas ambientais têm acompanhado sistematicamente as crises equatorianas: inundações, estiagens, contaminações e pragas derivadas da monocultura, além de outras causas naturais, como terremotos. Veja-se, por exemplo, o que ocorreu na crise dessa época e, posteriormente, em 1982-3, 1987 e 1997-9 (vide evolução do PIB na Tabela 8).

Em 1923 as exportações de cacau somaram 643 mil quintais; em 1924, 663 mil; em 1925, 702 mil; em 1926, 447 mil — queda ainda mais

livro.pmd 80 26/9/2005, 13:26

dramática se a compararmos com as vendas totais de cacau no mercado internacional naquele ano: 1.079.252 quintais. Quando começou a recuperação dos preços, em 1924, o Equador perdera a capacidade de recuperar o terreno perdido, devido às pragas que afetavam a produção.

O valor global das exportações, que em 1920 tinha superado pela primeira vez os 20 milhões de dólares, no ano seguinte foi de apenas pouco mais de 9 milhões, e após uma breve reação voltou a cair para 7,5 milhões em 1923. A participação do cacau nas vendas externas do país diminuiu de 77,3% em 1914 para 40,4% em 1918, subindo depois a 71,3% em 1920, para tornar a cair, atingindo 29% em 1930.

Como era natural, para completar esse quadro econômico de crise o dólar disparou de 2,25 sucres em 1920 para 5,40 em novembro de 1923: uma desvalorização da moeda nacional de 140%; em 1924 seu valor médio foi de 5,03 sucres (vide Tabela 2). Essa desvalorização permitiu sustentar a competitividade das exportações equatorianas, pelo menos temporariamente, aumentando a rentabilidade dos exportadores. Durante esses anos, a administração econômica transferiu o ônus do ajuste da economia para os setores majoritários, como aconteceu mais de uma vez ao longo da história republicana.

A desvalorização do sucre se explica também pelas pressões fiscais resultantes do serviço da dívida pública.

Assim, o fim do apogeu cacaueiro foi resultado da evolução do mercado mundial, e o mesmo aconteceria nos anos 1950 e 1960 com a banana e nos anos 1980 e 1990 com o petróleo. No entanto, a crise da década de 1920 provocou o período mais longo de instabilidade política, além de uma recessão quase crônica, sem comparação nas outras fases da vida da nação.

O capital acumulado com o *boom* do cacau não serviu para diversificar a estrutura produtiva, mas quase exclusivamente para ampliar a monocultura e sustentar o consumo suntuário de artigos importados. Esta aliás é outra das manifestações características das épocas de bonança: basta pensar nos anos do apogeu petrolífero, na década de 1970.

livro.pmd 81 26/9/2005, 13:26

O Relatório Anual de 1923 apresentado ao Congresso pelo Ministério da Fazenda já reconhecia essa situação: "a causa primária de todos esses fenômenos decorre do fato de que produzimos muito poucas mercadorias suscetíveis de demanda externa, e por outro lado consumimos muitos produtos estrangeiros" (vide Moreano 1976, p. 160). Essa apreciação poderia ser completada com o reconhecimento de que não se havia promovido a produção interna para satisfazer as necessidades da maioria dos equatorianos, pois também não havia a intenção de desenvolver o mercado interno como ponto de partida para uma efetiva estratégia nacional de participação na economia mundial.

Um dos primeiros efeitos da crise do cacau foi o desemprego e o ressurgimento de formas precárias de produção, como o cultivo de arroz mediante parceria, cujo resultado imediato foi o aumento da pobreza. Em seguida, a miséria das massas provocou protestos crescentes, com a mobilização de vários grupos que queriam reivindicar os seus direitos e expressar as suas aspirações. As reclamações de trabalhadores, artesãos e camponeses se sucediam em todo o país, desembocando na greve geral e no massacre de 15 de novembro de 1922, em Guayaquil. Enquanto no maior porto do país havia "o batismo de sangue da classe operária", na Serra os levantes indígenas eram castigados com severidade.

Uma das reivindicações dos setores populares era a baixa do dólar, e um esquema de controle cambial, a ser assumido pelo governo, que se viu assim obrigado a adotar uma série de leis para regular a economia, como a do embargo à transferência de fundos, abolida em 1924, enquanto promovia um acordo inter-bancário para impedir que o meio circulante continuasse diminuindo.

Para enfrentar os primeiros choques da crise havia-se instituído igualmente uma Associação de Agricultores, que em 1917 e 1919 contratou créditos com o *Mercantile Bank of the Americas*. Nessa época o gerenciamento da política econômica, particularmente dos aspectos monetários e financeiros, ainda recaía nos bancos particulares, muitos dos quais tinham a faculdade de emitir papel moeda.

livro.pmd 82 26/9/2005, 13:26

A hegemonia do "placismo" (posição dos partidários do General Leônidas Plaza Gutiérrez), que cristalizou grande parte das transformações liberais voltadas para o enfraquecimento do poder econômico e político da Igreja latifundiária, consolidou o acordo alcançado entre os exportadores da Costa e os ruralistas da Serra. Em conseqüência, muitas transformações liberais não passaram de mudanças no papel, incapazes de influir nos mecanismos de produção da Serra.

Em pleno governo do General Plaza Gutiérrez, o Gerente do Banco Comercial e Agrícola, Francisco Urbina Jado (conhecido como "o grande eleitor", devido à sua influência), já controlava, direta ou indiretamente, as nomeações de presidentes, ministros, legisladores, e decidia muitas das medidas econômicas adotadas na ocasião: vivia-se a "*hora Urbinajado*". Assim, as eleições presidenciais eram feitas simplesmente por "imposição e fraude".

A liberdade cambial e financeira então existente no Equador era quase total. O governo central dependia dos créditos das entidades financeiras privadas, que por sua vez controlavam o poder político; e a burguesia agro-exportadora e financeira, ou seja, a bancocracia, detentora desse poder político, procurava reajustar a política econômica, com o objetivo de amoldar a economia às novas circunstâncias, sem alterar o processo de reprodução do capital. Em outras palavras, transferindo as perdas para a maioria da população.

O fim do domínio plutocrático e a missão Kemmerer

Nessas circunstâncias, ao inaugurar-se um período de depressão econômica prolongada, agravada pela imoralidade do governo, o descontentamento social foi canalizado pelo Exército, que provocou a transformação de 9 de julho de 1925: movimento inspirado pela oficialidade jovem, com o apoio de setores da classe média, mas que terminaria por harmonizar seus interesses com os grupos tradicionais.

Passados os primeiros momentos desse levante, chegou a hora dos "caciques" políticos da Serra recuperarem sua posição, em um ambiente

livro.pmd 83 26/9/2005, 13:26

em que outros grupos lutavam também por um espaço no cambiante cenário nacional. Não se pode esquecer que o setor industrial da Serra era dominado por algumas empresas têxteis, uma espécie de prolongamento dos latifúndios e dos *obrajes*, com várias características do sistema de exploração colonial. Por outro lado, grupos artesanais em decomposição povoavam os subúrbios das grandes cidades, em especial Guayaquil, onde as propostas populistas encontrariam um terreno fértil — em particular o velasquismo, nova expressão da aliança dominante, que a partir de 1934 passou a influir de forma decisiva na vida do país.

Em novembro de 1925, como parte do incipiente projeto de industrialização da Revolução de Julho, promulgou-se uma Lei de Proteção das Indústrias Nacionais, e em seguida a Lei de Tarifas e Taxas Aduaneiras para proteger a indústria têxtil. Em 1921 já tinha havido a Lei de Fomento ao Desenvolvimento das Indústrias, como parte das medidas econômicas para enfrentar a crise, e antes disso, em 1906, a Lei de Proteção Industrial. Com tarifas mais altas pretendia-se aumentar a rentabilidade dos industriais. No entanto, esses esforços protecionistas, que provocaram uma reação dos importadores da Costa, não podem ser vistos como parte de uma política global de industrialização mediante a substituição de importações, que viria bem mais adiante.

Nestas primeiras décadas do século XX, além das decisões tomadas para proteger a indústria do açúcar, houve outros esforços destinados a substituir as importações de óleos e graxas. Outras manufaturas protegidas foram os curtumes, as fábricas de sapatos, as cervejarias, a fábrica de fósforos e outras unidades da indústria de alimentos.

Como aconteceu com a "*revolución juliana*", e mais tarde com a "gloriosa" de maio de 1944, novas alianças de várias classes — precisamente as que discrepavam do modelo de exportação primária — tentaram conquistar o poder para modificar o processo de acumulação em vigor. No entanto, essas tentativas não conseguiram consolidar um novo processo de acumulação que produzisse internamente o que antes era importado — o modelo de acumulação baseado na industrialização substitutiva das

livro.pmd 84 26/9/2005, 13:26

importações que precedeu de muito a criação da CEPAL, no fim dos anos 1940 — como aconteceu em outros países da América Latina. A despeito da crise externa, o setor exportador equatoriano manteve sempre o controle predominante do país em termos econômicos e também políticos.

De qualquer forma, nesses anos mudaram as alianças sociais e os conflitos de poder, assim como o papel do Estado, e de certa forma também o tipo de política econômica, precisamente para favorecer de forma sistemática os novos grupos dominantes. Configurou-se um Estado regulador, desenvolvido lentamente no meio de uma crise ampla e complexa. Forçado pelos problemas do cacau, e suas seqüelas, e não por qualquer ação estatizante, o Estado começou a intervir mais ativamente na vida econômica, assumindo função moderadora do sistema de acumulação capitalista.

Com base nas recomendações da missão Kemmerer foram criados uma série de instrumentos governamentais: o Banco Central do Equador, a Superintendência de Bancos, a Controladoria Geral do Estado, a Caixa de Pensões, a Diretoria Geral das Alfândegas, a Diretoria Geral do Tesouro, a Diretoria Geral de Receitas, a Diretoria Geral do Orçamento, a Diretoria Geral de Obras Públicas, entre outras entidades, as quais, embora com outros nomes, constituem ainda, neste início do século XXI, eixos importantes do aparelho diretor do Estado na área econômica. Ao mesmo tempo, essa missão promoveu uma série de leis e regulamentos monetários e fiscais.

Com a criação do Banco Central do Equador, em 4 de março de 1927, o Estado assumiu o monopólio da emissão de moeda, que até então estava em mãos do sistema bancário privado. E desde então o Banco Central passou a ocupar um lugar destacado na vida econômica do país.

A ação dessa missão e as políticas que inspirou serviram para consolidar o sistema econômico e permitiram uma relativa reformulação do vínculo do país com a divisão internacional do trabalho, nas mesmas bases do estilo de crescimento voltado para fora, porém com maior participação estatal.

livro.pmd 85 26/9/2005, 13:26

Por outro lado, a reordenação financeira impulsionada pela missão Kemmerer levou à adoção de uma administração deflacionista da economia, visando criar a ansiada estabilidade monetária. Houve uma queda dos preços, contrastando com a tendência inflacionária predominante nos anos anteriores, quando as despesas fiscais eram financiadas com certa facilidade, mediante créditos dos bancos privados, sendo o Banco Comercial e Agrícola o principal prestamista.

Em 1927 adotou-se pela segunda vez o padrão ouro, que só permaneceu em vigor durante quatro anos e meio. Nesse período, porém, quando a crise internacional se difundia pelo mundo em círculos concêntricos, e o pânico financeiro destruía as bases do comércio internacional, não foram tomadas as medidas apropriadas para enfrentar a "sangria áurea", como Víctor Emilio Estrada definiu a evasão maciça de ouro. Em troca de 5 sucres se conseguia um dólar em ouro, com valor muito maior no mercado internacional. Essa fuga de capitais piorou ainda mais a depressão, criando um ambiente em que a sobrevalorização do sucre estimulava as importações e não as exportações: fenômeno registrado toda vez que se procurou manter forçosamente um tipo de câmbio rígido.

Foi contratado um crédito com a companhia sueca de Ivan Kreuger no valor de dois milhões de dólares, em troca de um monopólio de 25 anos para importar e fabricar fósforos no país, o qual iria ter sérias repercussões na economia e na vida política do Equador. Com esses recursos foi fundado o Banco Hipotecário do Equador, para apoiar a agricultura, entidade que colocou cinco milhões de sucres em ações no exterior. A entrega do monopólio a uma empresa estrangeira provocou protestos e oposição generalizada, sobretudo quando se soube da quebra fraudulenta da companhia sueca. O assunto contribuiria assim para a queda do Presidente Isidro Ayora.

Em 1931 ainda se pagou à empresa sueca, mas no ano seguinte esses pagamentos foram suspensos, como aconteceu também em vários países da América Latina e de outras regiões. Nessa oportunidade, no Equador a suspensão dos pagamentos foi forçada pelos protestos gerais;

livro.pmd 86 26/9/2005, 13:26

a opinião pública via com angústia a diminuição dos recursos do Estado devido ao serviço da dívida externa.

A sobrevalorização do sucre chegou ao fim em 8 de fevereiro de 1932, depois que o presidente do Senado Alfredo Baquerizo Moreno, encarregado do Poder, na mensagem ao Congresso Nacional de 1931 declarou que "a moeda está sã mas tudo o mais está doente". Esse presidente interino, que já tinha sido presidente constitucional, teve que decretar a inconversibilidade do sucre e, um pouco mais tarde, o embargo das transferências de fundos. Concretamente, era uma nova desvalorização, materializada em fins de 1933.

Nessa ocasião o governo solicitou ao Banco Central o primeiro crédito, o que provocou um conflito, resolvido pela mediação de um grupo de cidadãos, que obteve o apoio do Presidente eleito Neptalí Bonifaz. Essa personagem, representante dos grandes latifundiários e que, como primeiro Presidente do Banco Central chegou a propor a entrega das ilhas Galápagos aos Estados Unidos, em troca da dívida externa, nunca chegou a tomar posse da Presidência. Foi questionado pela sua origem peruana, o que provocou em Quito a chamada "guerra dos quatro dias", de 27 de agosto a primeiro de setembro de 1932.

Neste ponto cabe recordar que a missão Kemmerer, contratada e financiada pelo governo nacional, teve o beneplácito do Departamento de Estado norte-americano, interessado em modernizar o sistema monetário e fiscal de muitos países. Um dos seus objetivos era procurar melhorar as relações diplomáticas e promover a reabilitação do crédito externo dos países assessorados.

Os trabalhos da Comissão tiveram amplo apoio social e político, atribuindo-se a eles muitas das reformas destinadas a modernizar o Estado. No entanto, não faltaram críticas, como a de José Peralta, de Cuenca, o grande ideólogo liberal. Ele argumentava que:

> "Assim, os meios preferidos por esse temível conquistador [os Estados Unidos] não são nem exércitos numerosos nem formidáveis

livro.pmd 87 26/9/2005, 13:26

esquadras: elementos de ordem e destruição que costuma ostentar *ad terrorem*, reserva para quando seja imprescindível apoiar com o canhão sua política astuta, reforçar com a espada as redes em que envolvem os países conquistáveis. A vanguarda ianque é o dólar, em suas múltiplas fases, infinitas combinações, suas diversas formas de laço, hipócrita e certeiro, estendido com habilidade em torno das vítimas cobiçadas.

"E os sapadores a serviço do dólar são as missões financeiras, grupos sapientes de malabaristas que lhes oferecem maravilhas e prodígios às multidões ignaras. São os expertos em bancos e alfândegas, os controladores e assessores técnicos que os ianquizantes cegos e imbecis alugam e pagam esplendidamente para que escravizem o seu país; são os prestamistas filântropos que entregam os seus milhões a governos ladrões ou esfaimantes, sobre a prenda preciosa que é a independência nacional" (Peralta 1983, p. 13)."

Apesar da missão Kemmerer, ou talvez por sua culpa — dando razão às críticas frontais de Peralta — o Equador viveu nesses anos um período difícil.

Aprofundada pela Grande Depressão, a crise do cacau deixou o país sem capitais para fazer a reconversão da estrutura produtiva para a indústria, ou para promover maior tecnificação agrícola. Somou-se a isso a inexistência de um grupo empresarial dinâmico e inovador, que superasse o "facilitário" da produção agrícola extensiva baseada no sistema de grandes fazendas, viável pelas características nacionais e pela possibilidade de contratar trabalhadores com salários miseráveis. Tudo isso no quadro da inexistência de um mercado nacional dinâmico, cujo desenvolvimento precisaria passar pela redução do poder dos latifundiários e a melhoria das condições de vida dos camponeses.

Com este ambiente, não surpreende que naquela época a exportação voltasse a cair: em 1928 ela se aproximara dos 15 milhões de dólares, para chegar a 4,2 milhões em 1933, em uma curva de queda contínua. Essa

livro.pmd 88 26/9/2005, 13:26

tendência recessiva coincidia com o que estava acontecendo em nível mundial, e agravava muito mais a situação econômica já crítica em que se encontrava o país desde a crise da produção e das vendas externas do cacau. Os principais produtos de exportação eram agrícolas: algodão, arroz, açúcar, cacau, café e o marfim vegetal (*tagua*), juntamente com produtos minerais, especialmente o ouro e um pouco de petróleo.

Curiosamente, nessa fase a indústria têxtil da Serra foi a menos afetada, e conseguiu ajustar-se com relativa rapidez às condições cambiantes, o que tornou ainda mais sérias as controvérsias com os importadores da Costa. Esses industriais foram mais protegidos pelos efeitos da crise internacional do que por qualquer política governamental efetiva de apoio. Não havia ainda o modelo de substituição de importações, que surgiria mais tarde — concretamente, a partir de 1965, se aceitamos a indicação de Carlos Larrea, um dos principais pesquisadores dessa época.

A despeito de todas as tentativas do governo para promover uma reintrodução do Equador na economia internacional em condições mais adequadas, e naturalmente para assegurar o pagamento das obrigações externas contratadas — requisito para a concessão de novos créditos —, não foi possível resolver os problemas existentes: o déficit fiscal, o crescimento anormal do meio circulante, o protecionismo no mercado internacional, a falta de confiança dos investidores, a incerteza e a falta de diretrizes predominantes no país, a inexistência de uma proteção social e econômica da agricultura, a realização de um "plano integral ingênuo e simultâneo de obras públicas", financiado com novos impostos ou a simples emissão de papel moeda, entre outros fatores negativos.

Victor Emilio Estrada, um dos primeiros e mais destacados ministros da economia das primeiras horas do "velasquismo", considerava também a evasão de capitais como um dos fatos mais preocupantes, que agravava a crise. Estimava-se então que os capitais equatorianos no exterior (saídos do país de diversas formas e com as justificativas mais variadas) superavam metade do ouro depositado no Banco Central. "Era uma morbidez coletiva", comentaria Estrada (1931, p. 209).

livro.pmd 89 26/9/2005, 13:26

Vale a pena comparar essa evolução com o contexto internacional. A Grande Depressão afetou todos os países da América Latina. Entre 1929 e 1938 o Brasil cresceu 2,5% *per capita*, a Colômbia 2,1%, a Argentina e o Chile registraram taxas negativas (vide Tabela 27). O Equador, que em 1930 tinha cerca de 2,16 milhões de habitantes, experimentou um estancamento da sua economia, que havia crescido 1,6% entre 1913 e 1929 (Hofman, 1992, p. 5).

Parênteses: a Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial (1939-45) proporcionou um certo alívio à crise, pelo aumento das exportações, embora tenha limitado o fluxo das importações.

Uma maior demanda de produtos agrícolas se refletiu no país com preços mais altos e maior receita. As exportações do Equador, que se encontravam em fase de baixa, foram revitalizadas sobretudo pelas vendas de madeira de balsa, borracha e chapéus de palha. Outros produtos importantes eram café, cascarilha, marfim vegetal, arroz, e em menor medida o petróleo e o ouro, o que explica os diferentes impactos regionais, próprios da desarticulação da economia. Em 1946 o arroz passaria a ser o principal ítem de exportação.

Os produtos tradicionais, como o cacau, mantiveram sua base na Costa. Os chapéus de palha (conhecidos como "chapéus panamá") vincularam alguns grupos de Cañar e Azuay ao mercado mundial, através da Serra meridional, pois há alguns anos a produção desses chapéus se expandira de Manabi para o Sul. A Amazônia começou a exportar ouro, balsa e borracha.

O cacau chegou a representar menos da metade das exportações, e o restante foi coberto pelos produtos mencionados, sem que se possa dizer que isso resultasse de uma autêntica estratégia de diversificação. Adicionalmente, houve um certo retorno daqueles capitais que procuravam um ambiente mais seguro do que os da Europa convulsionada.

livro.pmd 90 26/9/2005, 13:26

De qualquer forma, predominou o modelo da acumulação com base nas exportações primárias. E também não havia condições para desenvolver a indústria, com em alguns países vizinhos, onde as manufaturas locais compensaram a redução das importações provocada pela Grande Depressão e depois pela guerra. Inexistiam no país capitais suficientes, e estes eram em parte desperdiçados com importações suntuárias. Além disso, a burguesia equatoriana era incapaz de promover e consolidar um modelo de acumulação baseado na industrialização mediante a substituição de importações. No entanto, nessa época começaram a ser tomadas algumas medidas destinadas a instrumentar uma solução para os problemas enfrentados pelo país, e a busca de uma moeda estável era uma das principais metas da política econômica.

No entanto, a recuperação econômica da década de 1940 foi relativa. "Enquanto a maioria da população vivia em condições muito precárias, as elites tinham uma renda muito elevada. ... Para as pessoas do povo devia ser um choque observar o enriquecimento dos comerciantes, banqueiros e latifundiários, enquanto as condições em que elas viviam continuavam a se deteriorar", lembra Carlos de la Torre Espinosa em uma análise profunda dessa época (1993, p. 80).

A explosiva situação social, política e econômica vivida pelo Equador explica em larga medida "a gloriosa", o levante militar e popular de 1944 que pôs fim ao regime de Carlos Alberto Arroyo del Río, levando ao poder Velasco Ibarra, pela segunda vez.

As pessoas se indignavam com a corrupção, em um ambiente de frustração crescente devido à mutilação do território nacional em função do Protocolo do Rio de Janeiro, de janeiro de 1942, quando tropas peruanas invadiram a província de El Oro. A derrota de 1941 foi um acontecimento traumático para toda a sociedade, que identificou o governo liberal como o principal responsável.

Convém recordar aqui que a antiga pendência territorial foi crescendo gradualmente desde o início da República, em particular pela fraqueza e incapacidade das oligarquias, que não souberam estruturar um

livro.pmd 91 26/9/2005, 13:26

projeto nacional. E não se pode ignorar também a atitude do governo norte-americano, que não só não interveio para impedir a agressão como, apoiado pelos outros participantes do grupo de quatro países "garantes" (Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos) impôs os termos do Protocolo do Rio, argumentando com a necessidade de manter a unidade do continente contra a agressão japonesa em Pearl Harbor.

Nessa mesma ocasião, sem contar com a aprovação do governo equatoriano os Estados Unidos instalaram bases militares na península de Santa Elena e em uma das ilhas Galápagos, em nome da defesa continental. Situação que se repetiria no fim do século, quando, dando as costas para a sociedade equatoriana, os Estados Unidos obtiveram para suas tropas uma base militar em Manta, esgrimindo o pretexto de combater o narcotráfico, quando na verdade sua intenção era garantir um local estratégico para intervir na luta contra a guerrilha colombiana, ao lado das forças armadas daquele país.

Por mais breve que seja, uma história econômica da República no século XX não estaria completa se não mencionasse essas relações complexas com a maior potência mundial, país que em repetidas oportunidades impôs ao Equador suas condições, e não apenas por via da pressão diplomática.

A chegada das grandes companhias estrangeiras

Nessa época o Equador ainda atraia um fluxo pouco significativo de inversões estrangeiras. A exceção era algumas empresas que procuram explorar os recursos petrolíferos, e os investimentos predominantes eram os norte-americanos, que em 1930 chegavam a quase 21 milhões de sucres.

No entanto, é preciso registrar a chegada, desde os primeiros anos do século XX, de alguns capitais que começaram a explorar as riquezas nacionais e em alguns casos deram início a projetos relativamente ambiciosos de exploração mineral ou agrícola. Na década de 1930 já tinham sido firmados vários contratos de mineração e exploração de petróleo.

livro.pmd 92 26/9/2005, 13:26

Na península de Santa Elena surgiam os logotipos de vários grupos internacionais: *Anglo Ecuadorian Oilfields Ltd.*, *Ecuador Oilfields Ltd.*, *Carolina Oil Company*, *International Petroleum Company*, *Concepción Ecuadorian Oilfields Ltd.* e *Petropolis Oil Company*.

Esses grupos demonstraram oportunamente o seu interesse pelas riquezas petrolíferas da região amazônica, mas só no fim da década puderam concretizá-lo. Com base em contrato de agosto de 1937, a *Anglo Saxon Petroleum Company Ltd.*, filial da *Royal Dutch Shell*, deu início a seus trabalhos, para abandoná-los alguns anos depois por não haver encontrado petróleo, segundo a sua versão.

Embora limitada, a atividade petrolífera provocou uma crise nos mecanismos de produção de certos setores que monopolizavam a mão de obra indígena na Amazônia. Nessa região, sobretudo nos anos da Segunda Guerra Mundial, além das companhias de petróleo trabalhavam empresas vinculadas ao mercado nacional, e ainda não ao internacional, dedicadas à produção de borracha, balsa e ouro, assim como grupos de missionários evangélicos.

Outra das mais importantes empresas estrangeiras era a *South American Development Company*, subsidiária da Vanderbilt. Conhecida simplesmente como SADCO, explorava ouro em Portovelo, província de El Oro, à qual haviam retornado os mineradores ingleses, franceses, americanos e nacionais, depois de uma certa queda nessa atividade, no princípio da República. A partir dos primeiros anos do século XX os americanos se instalaram na região com a SADCO. Na década de 1930, após uma exploração centenária, as minas ainda produziam diariamente cerca de 450 toneladas de quartzo de alto rendimento metalúrgico.

Um caso digno de menção é o da *Empresa Eléctrica del Ecuador* (EMELEC), instalada logo depois da transformação política de julho de 1925, quando um grupo de jovens oficiais acabou com o domínio plutocrático. Para a produção, transmissão e distribuição de eletricidade a Municipalidade de Guayaquil outorgou uma concessão a grupo de investidores norte-americanos dispostos a "arriscar" seus capitais durante

livro.pmd 93 26/9/2005, 13:26

sessenta anos, em troca de 2% do rendimento bruto do fornecimento de energia elétrica. Além disso, foram beneficiados com o uso gratuito de terrenos, estradas, ruas, praças e locais públicos, bem como com o compromisso de que nenhuma outra entidade lhe cobraria impostos, contribuições ou ônus de qualquer tipo.

Durante 41 anos essa empresa "correu o risco" de fornecer energia elétrica nas condições do contrato inicial, até que, em 1966, quando já agonizava o triunvirato militar, foi assinado um decreto garantindo-lhe adicionalmente o rendimento líqüido mínimo de 9,5% sobre o capital investido em dólares. Porcentagem que não podia ser reduzida por qualquer razão, mesmo tributária. No anos 1970, durante o governo "revolucionário e nacionalista" das Forças Armadas, a EMELEC conseguiu incluir essas condições excepcionais na Lei Básica de Eletrificação de 1974, livrando-se assim do pagamento do imposto sobre transações mercantis e serviços, para manter a porcentagem fixada de rentabilidade mínima.

Em 1985 esgotou-se o contrato de sessenta anos, mas a EMELEC continuou a "arriscar" seu capital como empresa estrangeira, e desde 1993 como inversão nacional. Um esquema paternalista, com o qual o Estado assumiu o encargo de pagar as dívidas da empresa, incluindo as que acumulara com CEPE/Petroecuador, pela fornecimento de combustível; com o Ministério da Fazenda e com outros credores.

As empresas estrangeiras tiveram no Equador um tratamento favorável e, em não poucas oportunidades, seus representantes se incrustaram no âmbito governamental, incumbindo-se não só de que o seu investimento ingressasse no país mas sobretudo de zelar pela obtenção de reformas da legislação que as favorecessem. Essa intromissão ocorreu, por exemplo, no setor do petróleo, em que as próprias instâncias de controle estatal chegaram a ser dirigidas pelos próprios diretores da *Anglo*. E voltaria a acontecer de forma perversa, quando a direção das empresas estatais foi assumida por personalidades claramente interessadas na sua privatização, ou por pessoas desconhecedoras do seu campo de atividade, com o que o seu funcionamento decaiu quase que de forma planejada.

livro.pmd 94 26/9/2005, 13:26

A banana impulsiona e integra o país

Ao terminar os anos 1940, e com mais força ainda na década seguinte, a produção e exportação de banana (produto originário da Ásia, como o arroz) resgatou o país de uma fase depressiva. Começou assim uma nova expansão da economia, que alentou as relações externas do Equador. Diferentemente do que aconteceu com o cacau, a ampliação da fronteira agrícola com pequenos e médios produtores viabilizou a ascenção de outros grupos sociais, e até mesmo o surgimento de novos centros urbanos.

No entanto, mais uma vez o impulso vinha de fora: foi a demanda externa que promoveu a cultura da banana, que incidiria profundamente na economia e na sociedade equatorianas. Embora já tivesse havido algumas compras de terra para o cultivo da banana por parte de empresas estrangeiras, nos anos 1930, e desde 1944 houvesse um certo apoio governamental a essa produção, seus efeitos estimulantes só seriam sentidos pela economia nos últimos anos da década de 1940.

Como acontecera antes com o cacau, o país dispunha de vários elementos favoráveis à produção da fruta. No entanto, eles não eram suficientes para promover o apogeu da cultura e exportação da banana.

Finda a Segunda Guerra Mundial, aumentaram as exportações de banana, aproveitando uma série de elementos conjunturais e estruturais que melhoraram substancialmente as vantagens comparativas do Equador. Na América Central houve problemas com a cultura dessa fruta, devido à doença conhecida como "mal do Panamá" e a "*sigatoka*", o que fez com que as empresas transnacionais interessadas buscassem novas fontes de abastecimento. A demanda aumentara de forma significativa, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, e entre 1948 e 1952 a companhia *United Fruit* se ofereceu para assessorar o governo do Presidente Galo Plaza. Em conseqüência foi adotada uma política que aproveitou a existência de amplas zonas para plantar banana, com mão de obra barata e apoio governamental para a instalação de infra-estrutura.

livro.pmd 95 26/9/2005, 13:26

Simultaneamente com algumas transformações que permitiram recuperar o nível das exportações, deprimido desde a crise do cacau, houve também algumas mudanças qualitativas, refletindo-se no fortalecimento dos setores comercial e financeiro vinculados às exportações agrícolas. Além disso, em 1950 foi decretada uma nova desvalorização, na tentativa de melhorar a competitividade das exportações e, naturalmente, os lucros dos exportadores. Com a participação do Estado, parte dos excedentes agrícolas foram transferidos para outras áreas da economia, não vinculadas diretamente à agro-exportação. Além disso, houve um aumento dos investimentos governamentais em obras públicas, para apoiar a incipiente industrialização.

O impacto da banana na economia equatoriana foi muito maior em termos nacionais do que o gerado pelo cacau, décadas antes. A fronteira agrícola foi ampliada, abrindo-se novas áreas de cultivo na Costa, a rede viária se expandiu notavelmente e aumentou a migração da Serra para a Costa, com um desenvolvimento acelerado das cidades e um certo fortalecimento do mercado interno, baseado na expansão do número de assalariados, o aumento das obras públicas e a diversificação da economia, dada a não monopolização da atividade produtiva, como aconteceu no apogeu do cacau.

Nisso deve ter influído também o componente tecnológico mais importante incorporado à produção bananeira, em contraste com as grandes plantações de cacau, embora a contribuição do capital e da tecnologia tenha sido sempre modesta, e por isso o Equador manteve uma produtividade muito baixa, em comparação com a América Central. Foi a renda generosa oferecida pela natureza que levou o país a ser o maior exportador mundial de banana.

Diferentemente do que acontecia com as plantações centro-americanas, no Equador "predominaram as propriedades de colonos cuja origem social, vinculada a certos estratos médios urbanos, diferia dos latifundiários tradicionais plantadores de cacau." Assim, em 1964 havia umas três mil propriedades produtoras, com a extensão média de 64

livro.pmd 96 26/9/2005, 13:26

hectares. A contribuição das grandes plantações não era determinante. E já nos primeiros anos o salário dos trabalhadores nesse setor alcançaram níveis superiores aos de qualquer outra atividade agrícola no litoral.

Embora a renda dos produtores fosse limitada, sobretudo do lado dos exportadores, pelas diversas etapas intermediárias no caminho da fruta da plantação até o porto, essa intermediação fazia com que houvesse uma maior apropriação da renda bananeira por parte de outros grupos. O que, lamentavelmente, não foi aproveitado para criar incentivos que teriam podido inter-relacionar de forma sistêmica o aparelho produtivo orientado para satisfazer a demanda interna com o setor exportador.

Nesse cenário não faltaram os conflitos, sobretudo entre produtores e exportadores, os quais provocariam um importante movimento camponês de caráter regional.

Os exportadores ficavam com o grosso da renda da bananicultura, enquanto trabalhadores e produtores recebiam, em conjunto, pouco mais da metade do valor agregado nacional. O que fez com que uma parte dos recursos gerados fosse investida fora do país; paralelamente, os setores comercial e financeiro de Guayaquil aumentaram sua capacidade de apropriação e reinversão do excedente.

Essa concentração das exportações é uma característica que se manteve desde então: em 1964 a *United Fruit*, a *Standard Fruit*, norte-americanas, e a *Exportadora Bananera Noboa*, de propriedade de um dos maiores capitalistas equatorianos, concentravam mais da metade das exportações da fruta, e 90% estava em mãos de apenas oito empresas (Larrea 1991, p. 106).

No princípio dos anos 1990, quando surgiram dificuldades nas barreiras alfandegárias da Comunidade Européia, discriminando contra a banana da América Latina em favor do produto procedente das ex-colônias e territórios de ultramar da Europa, os "senhores da banana", aqueles cinco donos do destino bananeiro do Equador, controlavam 87% das exportações (*Noboa*, 44,1%; *Standard Fruit*, 17,2%; *Chiquita*, 13,7%; *Del Monte*, 7,8%; *Banacol*, 4,2%).

livro.pmd 97 26/9/2005, 13:26

Durante todo esse período, estes exportadores estiveram relativamente protegidos dos riscos externos com a fruta proveniente dos pequenos e médios produtores, que respondiam ao crescimento da demanda de banana, e eram os que assumiam a responsabilidade pelas perdas quando o mercado estava deprimido. Por isso os exportadores não se preocupavam demais com a baixa produtividade, viável perversamente pelos baixos salários e pela produção extensiva da fruta, garantida pela mão de obra abundante e a existência de terras "não colonizadas". Além disso, sempre que surgem dificuldades no mercado externo esses "senhores da banana" resistem a sustentar os preços fixados para os produtores, e também não distribuem a renda adicional quando os preços sobem.

A estrutura agrária da exportação, muitas vezes de enclave, tem resumido a complexa evolução histórica do país, cada vez mais vinculado ao mercado mundial, e que depende das conjunturas de apogeu e crise internacionais.

Nos anos do *boom* da banana, para o fortalecimento das classes médias foi importante a contribuição do Estado como planificador e construtor de obras de infra-estrutura. Isto não significou, contudo, o desaparecimento da hegemonia da burguesia agro-exportadora, que continuou a mostrar agilidade e capacidade de ação no aproveitamento da conjuntura cambiante, e na influência direta ou indireta sobre a administração da coisa pública.

Durante o apogeu da banana, o Estado aumentou notavelmente suas despesas e investimentos, em especial na construção de estradas que permitiram uma melhor integração nacional. Vale lembrara a primeira estada asfaltada Latacunga-Quevedo-Manta, construída no terceiro período de Velasques, seguida por uma série de obras importantes na Costa e na Serra., assim como outras entre essas duas regiões, separadas por formidáveis maciços montanhosos. Não se pode esquecer também os projetos ferroviários executados, até Bahia de Caráquez, a Cuenca (onde o trem chegou cinqüenta anos depois de Quito), e em 1957 a ferrovia Ibarra-San Lorenzo. Portos também foram construídos, para facilitar o

livro.pmd 98 26/9/2005, 13:26

comércio, merecendo especial relevância o novo porto de Guayaquil, que centralizou grande parte das atividades comerciais. Outros portos modernizados no século XX foram os de Manta, Esmeraldas e Porto Bolívar, tendo perdido importância o porto de Bahia de Caráquez. O sistema financeiro foi igualmente reforçado, para facilitar as exportações e as atividades da produção bananeira.

É preciso reconhecer que foram desenvolvidas políticas visando uma participação mais ativa do Equador na economia internacional, ampliando exportações e importações, de modo a garantir a renda dos investidores diretos estrangeiros. No entanto, lamentavelmente não se concebeu e muito menos se aplicou uma proposta estratégica consensual e de largo prazo que tivesse permitido melhores resultados.

Paralelamente à ampliação das relações capitalistas na atividade bananeira, na Costa subsistiram no campo outras formas não capitalistas de produção, vinculadas a exportações importantes: o cacau e o café. Coisa semelhante aconteceu com o arroz.

Um fator de maior integração nacional foi a dinamização da atividade agro-pecuária na Serra, onde a fazenda tradicional se manteve como o eixo particular mais importante. O Estado desenvolveu políticas de apoio técnico, fornecimento de fertilizantes, projetos de irrigação, e introduziu melhoria nas raças bovinas. No entanto, como aconteceu durante toda a história republicana, o grosso da oferta agrícola orientada para o mercado internacional provinha dos camponeses, sustentada em grande parte por uma reprodução ampliada de relações não-capitalistas, muitas delas de base comunitária (vale lembrar as diversas instituições de produção e intercâmbio indígenas: *minga, maquipurarina, maquimañachina, ranti-ranti, uniguilla, uyanza, chucchina*, etc., cujas conotações e vigência deveriam ser analisadas, e até mesmo recuperadas).

A indústria têxtil também tirou partido dessa situação, através da importação de máquinas modernas.

Ao terminar a década de 1950, surgiram alguns problemas no mercado internacional da banana, cujos termos de intercâmbio tinham

livro.pmd 99 26/9/2005, 13:26

começado a declinar em 1955. Essas dificuldades alcançaram seu nível mais crítico em 1964 e 1965. Assim, a partir de 1964 e até 1971o balanço comercial voltaria a ser deficitário.

Nesses anos, as empresas transnacionais, que controlavam uma parte importante da comercialização da banana (mas não a sua produção), voltaram a concentrar seu interesse nos países da América Central. Suas principais plantações registraram uma recuperação notável devido à introdução de uma nova variedade da fruta, mais resistente: a banana equatoriana *Gross Michel* foi deslocada pela centro-americana *Cavendish* (Chiquita).

A localização do Equador voltou a pesar negativamente no acesso à costa atlântica dos Estados Unidos e à Europa. Embora o canal de Panamá permitisse encurtar as distâncias, pela capacidade limitada e o custo do trânsito representa ainda um problema para o comércio exterior equatoriano.

Com todos esses elementos históricos, é fácil compreender as razões do processo de migração rumo à Costa. Da população do campo serrano seguia fluindo o grosso da migração para as plantações de banana; enquanto nesses anos começou a emigração de trabalhadores da região de Azuay para os Estados Unidos, especialmente depois da crise da produção dos chapéus de palha.

Em 1950, quando se realizou o primeiro censo da população, 40,5% dos 3,2 milhões de equatorianos habitavam a planície costeira, onde ficavam as principais plantações voltadas para a exportação. Em 1962, quando começou a diminuir a exportação da banana, a população do país tinha crescido a um ritmo médio anual de 2,95% no primeiro período entre censos, desde 1950, chegando a um número perto de 4,5 milhões de habitantes, dos quais 476.5% concentrados na Costa (vide Tabelas 23, 24 e 25).

É muito interessante constatar o ritmo de urbanização do país a partir de 1950. A maior concentração ocorreu nas duas maiores cidades: Guayaquil e Quito, acompanhada do surgimento vigoroso de certas cidades

livro.pmd 100 26/9/2005, 13:26

médias da Costa: Machala, Quevedo, Huaquillas e Santo Domingo de los Colorados. Se em 1950 só cinco centros cantonais, dos 86 existentes, tinham mais de 20 mil habitantes (4 na Serra e um na Costa), em 1990 dos 169 cantões existentes esse número aumentou para 31 cidades (12 na Serra e 19 na Costa), que além de tudo reuniam quase a metade da população nacional.

Esses movimentos de população rumo às cidades podem ser explicados pelas pressões demográficas em certas zonas mais atrasadas do país, e naturalmente pelo incremento das taxas de fecundidade, acompanhadas pelo declínio das taxas de mortalidade, devido aos esforços do Estado para melhorar as condições sanitárias e de saúde pública.

O *boom* da bananicultura e a renegociação da dívida externa

Em 1953, contando com recursos relativamente abundantes, gerados pelas exportações de banana, o Equador pôde iniciar um processo de renegociação da dívida externa.

No fim da década de 1950 a dívida externa crescera a 68,3 milhões de dólares (pouco mais de 16 dólares por habitante) — um aumento ainda moderado, que continuava adequado à limitada capacidade de pagamento do país e aos poucos atrativos oferecidos pela economia equatoriana ao capital transnacional.

Nessa época tinham começado a se materializar os "créditos de supridores", abertos particularmente pelos países europeus, recuperados dos efeitos da guerra, que procuravam colocar seus bens e serviços garantindo linhas de financiamento aos países da América Latina. Houve também algumas inversões estrangeiras no setor financeiro: em 1959 o Banco Holandês Unido e o *First National City Bank*. Vinte e três anos antes havia sido autorizado o funcionamento do Banco de Londres e da América do Sul.

Ao terminar os anos 1950 a estrutura dos credores mostrava o *Eximbank* e o governo norte-americano como credores do grosso da dívida,

livro.pmd 101 26/9/2005, 13:26

com notável aumento dos créditos do Banco Mundial e do BID, a partir da sua criação, em 1960. Mais tarde entrou em cena, com grande vigor, a Agência de Desenvolvimento Internacional (USAID), dependência do Departamento de Estado norte-americano. As dívidas antigas ainda pesavam, mas com participação decrescente na dívida total.

Em agosto de 1955 o Equador assinou com o governo norte-americano um acordo pelo qual comprava excedentes de produtos agrícolas, cuja produção nacional era insuficiente para atender a demanda. O valor dessas importações devia ser depositado em sucres em uma "conta dos Estados Unidos no Banco Central do Equador", e além de apoiar a promoção do desenvolvimento do pais serviria "para ajudar o desenvolvimento de novos mercados de produtos agrícolas dos Estados Unidos, para financiar atividades internacionais de intercâmbio educacional no Equador e outras despesas dos Estrados Unidos no Equador." Em outras palavras, "para custear gastos da Embaixada dos Estados Unidos no Equador".

Com esse Acordo sobre Excedentes Agrícolas, que foi sendo renovado nos anos subseqüentes, criou-se um canal para que o Equador comprasse algodão, fumo, azeite de semente de algodão, azeite de soja e sobretudo trigo. Anos depois a importação desses produtos começou a ser paga em divisas, em termos comerciais normais, mas no intervalo o Equador tinha aumentado sua dependência da importação de trigo, enquanto deixava de lado possíveis produtos substitutivos ou alternativos, e não desenvolveu sua própria produção de trigo, que não tinha condições de competir com o trigo importado. Finalmente, com base no novo impulso do FMI desde 1982, em 1988 se suprimiu definitivamente o subsídio concedido ao trigo, e portanto à farinha e seus derivados.

Situação semelhante aconteceu no início do terceiro milênio com a ajuda alimentar, quando com o ingresso da soja transgênica no Equador, com o argumento de que era preciso satisfazer as necessidades alimentares dos setores mais desprotegidos, debilita-se mais ainda os pequenos e médios fazendeiros, ao mesmo tempo em que se afeta a segurança alimentar do país.

livro.pmd 102 26/9/2005, 13:26

Na década de 1950 a contratação dos créditos continuava dominada pelo governo central, e outras entidades públicas. O endividamento externo do setor privado ainda era relativamente baixo.

Nessa época atribuía-se prioridade aos investimentos na infra-estrutura, que costumam ter um período de repagamento mais longo, e que foram criando problemas posteriores para o pagamento da dívida. Devido às necessidades de um país como o Equador era preciso fazer investimentos em obras básicas que, direta ou indiretamente, beneficiavam também o modelo existente de acumulação e concentração, ao mesmo tempo em que promovia efeitos externos favoráveis à rentabilidade privada.

O fundo monetário internacional

No início dos anos 1960, outra vez o Equador sentiu as conseqüências da sua dependência do mercado mundial. Um sinal foi a queda dos preços internacionais do cacau e do café, causando perda estimada em 40,7 milhões de dólares em 1961, que atingiu 28 milhões em 1962 — cifras muito superiores às entradas de créditos externos. A isso se acrescentou o declínio do *boom* da banana.

A piora da situação econômica agravou também os problemas sociais. Os setores populares foram os primeiros a sofrer o impacto da crise, com greves e reinvindicações, culminando com o massacre ocorrido em Guayaquil em junho de 1959, durante o primeiro governo social cristão. Os mesmos governantes que se empenhavam em manter a fachada de progresso e democracia formal, usando os mesmos argumentos tantas vezes empregados para justificar a aplicação de medidas econômicas anti-populares.

Nessas circunstâncias, para poder equilibrar os déficits externos e, como se dizia então, "para consolidar o sistema constitucional" eram pedidos empréstimos internacionais. Na realidade o que se pretendia era aproveitar a crescente disponibilidade financeira internacional para enfrentar os desafios levantados pelas demandas da sociedade sem ter

livro.pmd 103 26/9/2005, 13:26

que aplicar medidas corretivas, que afetariam necessariamente a estrutura da propriedade na agricultura e a indústria ainda nascente, bem como outras áreas da economia.

Em 1958 o país se viu obrigado a recorrer ao FMI. Desde então, à medida que se aprofundava a crise econômica, com a resultante instabilidade política, o Equador recorreu algumas vezes à assistência financeira do Fundo, contratando nove créditos de *stand by*: em junho de 1961, junho de 1962, julho de 1963, julho de 1964, julho de 1965, julho de 1966, abril de 1969, setembro de 1970 e julho de 1972. O último empréstimo desta série foi tomado poucos dias antes de que começassem as exportações de petróleo, e só dez anos mais tarde, em 1982, quando o país mergulhou em nova crise externa, voltou-se a recorrer ao FMI.

Não será demais assinalar que após longos anos de estabilidade cambial, que coincidiram com um período relativamente longo de respeito à ordem constitucional, a desvalorização do sucre — que, de acordo com o FMI, devia ter sido feita pelo governo de Camilo Ponce Enríquez (Presidente, 1956-60) — contribuiu para a perda de estabilidade do governo de José María Velasco Ibarra, que foi derrubado. E a partir desse momento viveríamos uma fase prolongada de instabilidade política.

livro.pmd 104 26/9/2005, 13:26

3
O modelo de industrialização pela substituição de importações

O modelo de industrialização pela substituição de importações

A longa crise do cacau, que se somou à Grande Depressão, foi superada no Equador por um novo período de intensa exportação: a comercialização da banana, que abriu a porta para toda uma série de mudanças há muito esperadas pela sociedade equatoriana. Tanto as alianças sociais e os conflitos de poder como o papel do Estado e o tipo de política econômica se modificaram, precisamente para favorecer os novos grupos dominantes, que viam com preocupação a forma como o Equador estava atrasado no seu desenvolvimento econômico e na aplicação de políticas visando solucionar os problemas do sub-desenvolvimento.

Uma primeira tentativa séria de industrialização

O aumento da receita externa ajudou a configurar aos poucos um Estado desenvolvimentista, que desde 1954 começou a planejar suas ações, com a criação da Junta Nacional de Planejamento (que em 1979 mudaria o seu nome para Conselho Nacional de Desenvolvimento, CONADE). No entanto, o Estado não articulou o atendimento das crescentes demandas sociais, nem favoreceu um desenvolvimento mais autônomo. Não podia fazê-lo porque no fundo se tinha convertido na base de apoio a uma nova aliança, entre os antigos grupos dominantes e uma burguesia modernizante, com uma certa participação de alguns setores da classe média, especialmente o tecnocrático.

Com o objetivo de promover outro modelo de acumulação, especialmente depois do enfraquecimento da exportação de banana, o peso político do Estado foi decisivo para manipular os preços relativos básicos da economia e impulsionar a atividade industrial.

livro.pmd 107 26/9/2005, 13:26

Com os baixos preços dos produtos agrícolas, procurou-se favorecer de forma sistemática uma nova aliança dominante, em especial a burguesia industrial. Embora os "empresários rentistas" do setor das manufaturas também se tenham beneficiado, no caso do Equador eles nunca romperam abruptamente com os exportadores ou com os latifundiários. Esses grupos tiveram a capacidade de ajustar-se, diversificando seus interesses no campo industrial e naturalmente no financeiro, sem descuidar das atividades comerciais. E outros grupos, nascidos da indústria ou do comércio, souberam garantir sua base de acumulação e naturalmente o seu *status*, fazendo investimentos na agricultura.

Além disso, durante a fase áurea da banana, o Estado tinha aumentado suas despesas e investimentos, criando postos de trabalho na estrutura governamental.

Da mesma forma começaram a aparecer empresas públicas em diversos campos, tanto pela exigências do modelo de acumulação como pela inexistência de uma massa crítica de empresários capitalistas inovadores, que pudessem levar a seu termo o processo em andamento. Mais tarde houve outras intervenções estatais em áreas consideradas estratégicas do setor de exportações primárias, especialmente o petróleo.

Por meio desses mecanismos explícitos ou implícitos, nessa época o Estado transferiu excedentes, maciçamente, para as burguesias urbanas oligopolistas. Foram feitas transferências importantes do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, dos exportadores para os importadores industriais, dos poupadores para os credores da indústria, dos que pagavam impostos indiretos para os que deveriam pagar impostos sobre a renda, sobre os lucros, etc.

Os eixos dessas transferências foram sobretudo um tipo de câmbio sobrevalorizado (e tarifas pesadas sobre os bens finais), os controles dos preços dos produtos agrícolas e os respectivos subsídios, o sistema tributário regressivo, as baixas tarifas públicas, as taxas de juros reais negativas e a emissão primária de dinheiro sem lastro (que a população pagava com o "imposto inflacionário"). Até mesmo a reforma agrária insuficiente pode

livro.pmd 108 26/9/2005, 13:26

ser vista como um mecanismo para reduzir o preço das matérias primas usadas pela agro-indústria e dos alimentos consumidos pela população urbana. Tudo isso com o objetivo de induzir o processo de industrialização.

No meio da crise da banana o Equador viveu nova fase de instabilidade política, e surgiram outras propostas de modernização. A sucessão regular de três governos constitucionais — Galo Plaza Lasso, José María Velasco Ibarra e Camilo Ponce Enríquez — foi interrompida em novembro de 1961, quando Velasco Ibarra ocupava a Presidência (pela quarta vez) havia pouco mais de um ano. Mais dois anos de continuidade constitucional, sob a presidência de Carlos Julio Arosemena Monroy, Vice-Presidente do caudilho populista, e em 1963 há nova intervenção militar.

A Junta Militar resultante durou até 1966, quase como uma "vanguarda da burguesia industrial" (Velasco 1981, p. 208), e quis modernizar o sistema capitalista imperante. A luta dos Estados Unidos contra a revolução cubana abriu o caminho para a chamada "Aliança para o progresso", sob cuja sombra algumas propostas modernizantes foram introduzidas, provocando um exercício limitado de mudança estrutural.

Nessa época ficaram claros os limites da reprodução ampliada nas fazendas tradicionais, o que deu força à necessidade da reforma agrária para introduzir inovações tecnológicas e aumentar a produtividade, reduzindo ao mesmo tempo a demanda de mão de obra, o que facilitou o processo pelo apoio relativo recebido dos fazendeiros e da Igreja Católica, que tomou a dianteira dividindo algumas das fazendas que ainda possuía.

O desaparecimento do *huasipungo* (1964) — a concessão temporária de terra aos camponeses contratados, como parte do seu pagamento por serviços prestados — não obedecia a um processo real de redistribuição que buscasse ampliar e dinamizar o mercado interno, mas sim à pressão derivada do próprio processo de reordenação do capital latifundiário que queria concentrar-se em atividades mais lucrativas (a indústria de laticínios, por exemplo), e procurava conseguir uma maior mobilidade para penetrar em outros setores da economia, como o comércio, a construção civil e até mesmo a indústria.

livro.pmd 109 26/9/2005, 13:26

A reforma agrária dos anos 1960 (1964) foi complementada por uma reforma adicional nos anos setenta (1973), ambas realizadas em períodos de ditadura militar. Além disso, durante o quinto governo velasquista, em 1970, foi abolido o trabalho precário na agricultura (decretos 373 e 1001), o que beneficiou imediatamente a produção agrícola, em especial o cultivo do arroz.

> "Esse processo [complexo e sinuoso] não foi um objetivo sinistro dos iânques, de comunistas, burocratas ou demagogos, como se diz levianamente, mas o resultado necessário da pressão que havia no Equador para a sua modernização, e para romper os laços do sistema semi-feudal em que vivia. Com todas as suas falhas, esse processo tem um mérito maior, que o redime: converteu em pessoas, ou seja, em indivíduos independentes, os indígenas, que até então eram, para todos os efeitos práticos, propriedade indiscutível dos fazendeiros" (Ortiz 2000, p. 74-5).

Na década de 1960 fez-se também uma profunda reforma tributária, que eliminou 1.215 impostos provinciais e cantonais. Houve uma centralização tributária, e os governos locais perderam o poder de criar tributos, que formavam uma nuvem complexa de impostos e taxas em todo o país. 807 desses impostos eram cobrados na Costa, 352 na Serra e 54 na Amazônia. As províncias com maior número de impostos eram Manabi, com 412; Guayas, com 138; e Loja, com 106. Desde 1963, quando foi aprovado um novo regime para o imposto de renda, teve início um longo caminho de reformas até 1971, quando se instaurou o Imposto sobre Transações Mercantis, em substituição ao Imposto sobre as Vendas. Nesse período foram unificados vários tributos nacionais e locais, como os que incidiam sobre o consumo da cerveja, das bebidas gasosas e água mineral, sobre exportações e importações (Vega e Mancero, 2001). Nessa época pretendia-se centralizar a modernizar o funcionamento do Estado, visto como um ator importante do processo de desenvolvimento.

livro.pmd 110 26/9/2005, 13:26

Nesse contexto, a política de substituição de importações que dominava o cenário latino-americano, e que permitiu forçar a industrialização do país, e também atenuar os efeitos da crise da banana, não alcançou os resultados esperados. Em primeiro lugar, pela incapacidade das elites de criar condições propícias à sua cristalização. O mercado interno não se transformou de forma dinâmica, nem houve uma redistribuição, ou se garantiu o fluxo adequado de capital para o reajuste do aparato produtivo, de forma a superar a sua heterogeneidade estrutural. Não houve uma concentração efetiva de esforços privados e governamentais para criar a infra-estrutura necessária, nem se concebeu (e muito menos se aplicou) uma autêntica política aduaneira que protegesse de forma ativa a indústria nascente, até que ela alcançasse níveis prudentes de competitividade internacional.

Essa tentativa de industrialização não modificou o padrão tradicional da acumulação primário-exportadora. Foi um esforço associado e subordinado à lógica do capital externo, que orientou o sistema produtivo para satisfazer as necessidades de grupos minoritários da população, favorecendo a produção de bens de consumo para atender a esses grupos, em lugar de orientar-se para bens de capital e intermediários. Um dos obstáculos à mudança foram os hábitos de consumo das camadas altas e médias, refletindo realidades concentradoras e regionalmente distintas, o que influiu sobre as importações e a produção industrial local.

Nesse cenário surgiu um número crescente de empresas vinculadas aos serviços públicos: telefone, eletricidade, com o que se apoiou o esforço industrial. Em Guayaquil, a indústria superou a atividade industrial da Serra.

Como tem acontecido ao longo de quase toda a história do Equador, nesse período a importação de capitais foi menor do que a contribuição da poupança interna. No entanto, o capital estrangeiro foi dominante na sua penetração, o que se compreende pela fragilidade e dependência tecnológica da estrutura produtiva equatoriana, assim como pela mediocridade dos grupos empresariais, submissos econômica e

livro.pmd 111 26/9/2005, 13:26

culturalmente aos centros do poder mundial. Deste modo, a lógica da industrialização tinha um componente externo determinante, e por isso limitava qualquer projeto nacional.

Juntamente com os outros países andinos (Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela), em 1969 o Equador subscreveu o Acordo de Cartagena, conhecido mais tarde simplesmente como Pacto Andino, depois transformado em Comunidade Andina de Nações. Foi um esforço de integração que mediante a criação paulatina de um mercado comum dos países membros procurava recuperar as taxas de crescimento, ampliando a toda a região as políticas nacionais protecionistas próprias do modelo baseado na substituição de importações e na promoção seletiva das exportações.

Com o passar dos anos esse projeto perdeu interesse político, e fracassou devido à sua rigidez, e mais ainda por não contar com uma participação social ampla e por haver limitado seu interesse a temas econômicos, sobretudo comerciais, e em menor medida industriais, a cargo de representantes dos setores interessados. Vinte anos depois o projeto se revitalizaria, embora com uma concepção muito diferente da original. O objetivo seria uma integração transnacional muito mais do que andina, de acordo com a corrente que buscava uma "reprimarização" modernizada das nossas economias.

Ao terminar a década de 1960, com a perspectiva da exportação de petróleo, antecipou-se o crescimento desproporcional dos pagamentos da dívida como um fator que limitaria a economia e a própria capacidade de endividamento. A queda das exportações, a crise econômica, os créditos contingentes do FMI e suas receitas de política econômica começaram a marcar a vida do país de forma recorrente, desestabilizando continuamente o precário esquema constitucional.

Para conseguir novos créditos o Equador teve que aceitar as recomendações do Fundo Monetário Internacional e adequá-las à sua política econômica, procurando enfrentar os desequilíbrios externos enquanto se buscava reintegrar o país no mercado mundial. Mas até que o

livro.pmd 112 26/9/2005, 13:26

petróleo surgisse em cena, as diversas políticas econômicas seguidas nesse período não lograram superar a situação de crise.

Entre 1964 e 1972 a balança comercial mostrou um déficit crônico, devido sobretudo ao aumento acelerado das importações e à deterioração permanente das exportações de banana. As compras externas passaram de 100 milhões de dólares, em 1954, a cerca de 250 milhões no fim dos anos 1960, o que equivalia a um aumento de 150% (vide Tabela 1).

Na década de 1960, sobretudo nos últimos anos, devido ao petróleo o investimento direto estrangeiro teve um crescimento acelerado. Em 1971 o seu valor superou os 162 milhões de dólares, ou seja, a maior relação com o PIB de toda a história: 10,12% (vide a Tabela 19). Até 1969, o capital estrangeiro chegara sobretudo sob a forma de créditos.

A despeito de todos os problemas havidos desde meados dos anos 1960 até o princípio da década seguinte, o fato é que entre 1950 e 1973 o país cresceu a um ritmo anual de 2,9%, superior à média de um grupo de seis países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela), que nesse período cresceram 2,5% ao ano. Desses países, só o Brasil e o México tiveram taxas mais altas: 3,9 e 3,2%, respectivamente. O ritmo de crescimento do Equador foi mais alto também do que o dos Estados Unidos: 2,2%. Nesse período, que ficou conhecido como os anos do *boom* Kennedy-Johnson, caracterizado pelo maior dinamismo das economias centrais e naturalmente do mercado mundial, os países asiáticos (Coréia, Taiwan e Tailândia) já tinham iniciado sua marcha ascendente, com 4,8%; os países ibéricos (Espanha e Portugal) cresceram 5,3% e os outros países desenvolvidos (Alemanha, Estados Unidos, França, Japão, Países Baixos e Reino Unido) em 4,7% (vide Tabelas 26 e 27).

Outro dado interessante é o fato de que em 1950 a renda *per capita* da América Latina era três vezes a dos países asiáticos citados, superando também a dos países ibéricos. O mesmo não se podia dizer do Equador, situado em nível muito inferior ao latino-americano. No entanto, comparada com os Estados Unidos, a renda *per capita* do Equador representava 16%; a dos países asiáticos, só 9% (Hofman 1992).

livro.pmd 113 26/9/2005, 13:26

De pobretão vendedor de banana a novo-rico petroleiro

Na década de 1960 o potencial do Equador como produtor de petróleo voltou a interessar os consórcios transnacionais que começavam a buscar em todo o mundo outras alternativas de suprimento, para diversificar as regiões produtoras e aumentar a oferta. Esta já dava sinais de que em alguns anos seria insuficiente para atender à demanda internacional, se novas reservas não fossem descobertas e se o ritmo elevado do consumo fosse mantido. Assim, mais uma vez a exploração dos recursos naturais do Equador seria decidida em função de necessidades externas, e não só por razões nacionais.

É interessante destacar que no início dos anos 1970 o Equador recebeu o nível mais alto de investimentos estrangeiros, chegando a 162,1 milhões de dólares em 1971. Desde então, o investimento estrangeiro não voltou a superar a média dos 100 milhões de dólares anuais. De 1968 e 1971, além do ano 1975, o recebimento líqüido de divisas, através de inversões estrangeiras, foi positivo. Ou seja: o saldo dos investimentos feitos, deduzidos os pagamentos, não foi negativo, como aconteceu em todos os outros anos, desde 1950 até o princípio do terceiro milênio. Durante todo esse longo período a proporção média entre remessas cambiais e investimentos feitos foi de três dólares remetidos ao exterior para cada dólar investido.

Em linguagem clara, os investidores estrangeiros receberam mais do que trouxeram para a capitalização do país. Naturalmente, para poder avaliar sua contribuição real seria preciso considerar sua contribuição potencial às exportações, a geração de postos de trabalho e a transferência de tecnologia. Embora esses fatores não tenham sido estudados em profundidade, pode-se afirmar que a contribuição dos investimentos nesses campos também não foi significativa.

Entre 1970 e 1976 os investimentos estrangeiros superaram o montante do endividamento, situação que não voltaria a se repetir, devido ao endividamento agressivo contraído desde então. O capital financeiro

livro.pmd 114 26/9/2005, 13:26

internacional encontrava melhores perspectivas de reprodução na exploração de petróleo.

Na década de 1970 o Equador entrou em cheio no mercado mundial, como poucas vezes na sua história — não porque tivesse havido uma mudança qualitativa na sua condição de exportador de produtos primários: banana, cacau, café, etc., mas pelo aumento da receita da exportação de petróleo. A exploração do óleo cru revitalizou a economia do país. Vale lembrar que a exportação total cresceu de menos de 190 milhões de dólares em 1970 para 2.500 milhões em 1981, um aumento de mais de treze vezes.

Desse modo ganhou força a participação do Equador dentro da lógica globalizante do capitalismo internacional: o país se tornou mais atraente para os investidores e especialmente para os bancos estrangeiros, precisamente pela sua riqueza petrolífera, que lhe dava a imagem de "novo rico".

Antes, a economia equatoriana tivera importância relativamente marginal para os capitais estrangeiros, conforme pudemos ver ao longo desta rápida revisão histórica. Sua participação comercial e financeira no mercado mundial, sustentáculo tradicional do crescimento econômico interno, não teve maior transcendência em termos internacionais. Na década de 1960, contudo, foram redescobertas reservas significativas de petróleo na Amazônia (o óleo conhecido como "cru Oriente" no mercado internacional). Essas reservas tinham sido desprezadas pelas companhias internacionais no princípio dos anos 1950, época em que era mais fácil e rentável explorar petróleo na Arábia Saudita ou na Venezuela, por exemplo.

Depois de pouco mais de um ano de exportação de petróleo, que começou a chegar ao mercado mundial em agosto de 1972, houve um primeiro reajuste significativo no preço do produto, devido à quarta guerra entre Israel e os países árabes, que impuseram um bloqueio ao fornecimento de petróleo a alguns países desenvolvidos. Assim, a cotação do "cru Oriente" passou de 3,83 dólares o barril em 1973 para 13,4 dólares em 1974, o que ampliou de forma notável o fluxo de recursos financeiros, facilitando o crescimento acelerado da economia equatoriana (vide Tabela 19).

livro.pmd 115 26/9/2005, 13:26

Quando teve início o apogeu do petróleo, em 1974, a população do Equador se aproximava dos 6,5 milhões, dos quais uma maioria relativa (48,8%) vivia na Costa. A Serra, que perdera a sua hegemonia demográfica, representava 48,2% da população. Entre 1962 e 1974 registrou-se a maior taxa anual de crescimento demográfico: 3,27% (vide Tabelas 24 e 25).

Tal como ocorre na vida normal, onde é mais fácil para um rico do que para um pobre conseguir um empréstimo, o Equador petroleiro conseguiu os créditos que haviam sido negados ao exportador de banana, e mais ainda ao exportador de cacau. Mas a riqueza petrolífera não foi o único fator do aumento da dívida externa, mas a existência de volumes importantes de recursos financeiros no mercado mundial, que não encontravam aplicação interessante nas economias industrializadas, as quais se encontravam em fase recessiva.

Em outras palavras, os créditos eram atraídos não só porque a receita do petróleo representava uma garantia importante, mas também porque havia as condições apropriadas a uma nova fase de expansão financeira mundial: explicação fundamental para entender o processo acelerado de endividamento dessa época. Não se deve esquecer que a mobilidade do capital estrangeiro — dívida externa ou investimentos diretos — é determinada pelo diferencial de rentabilidade. Esse capital não de materializa simplesmente pela ação de um governo interessado; embora este possa aumentar a margem de lucro, não tem condições de determinar por si só a contratação de um empréstimo. A dívida externa e os investimentos estrangeiros estão associados aos ciclos do sistema capitalista, e portanto às necessidades de acumulação de capital, cuja origem principal está nos países centrais.

Assim, o valor da dívida externa equatoriana cresceu em quase 22 vezes entre 1971 e 1981 (vide Tabela 11), passando de 206,8 milhões de dólares no fim de 1971 a 5.868,2 milhões ao concluir o ano de 1981. Essa dívida passou de 16% do Produto Interno Bruto em 1971 para 42% em 1981. É preciso dizer que nesse mesmo período o serviço da dívida externa experimentou uma elevação também espetacular: em 1971 comprometia

livro.pmd 116 26/9/2005, 13:26

15 de cada 100 dólares exportados; dez anos depois essa proporção passou a 71%.

O apogeu do petróleo e o endividamento externo maciço provocaram uma série de transformações. No entanto, não se pode aceitar que esses foram os dois únicos fatores determinantes. Atuaram também um conjunto de fatores sustentados na "dissolução das relações não capitalistas no campo, sobretudo na Serra, a crise da atividade agro-exportadora, o crescimento da indústria e o desenvolvimento das exportações de petróleo, [que] repercutiu em mudanças sociais significativas, na complexidade e expansão do papel do Estado, em um novo processo de urbanização e no surgimento de novos mecanismos de aprofundamento das desigualdades sociais e regionais". Na obra de Carlos Larrea (1991) encontraremos uma visão ampla dessa época de bonança e a posterior "crise da dívida externa".

Essas mudanças não afetaram substancialmente as relações sócio-econômicas existentes, nem mudaram os padrões de produção dependentes do exterior. Não se alterou o processo de acumulação vinculado à exportação de produtos primários, e menos ainda se transformou a estrutura da propriedade, caracterizada por níveis de elevada concentração, tanto nos setores agrário e industrial como no comercial e bancário. Mais ainda: duas décadas depois de iniciada a vertigem do petróleo, quando o pais entrou plenamente em uma nova "crise da dívida externa", a pobreza e a miséria se estenderam por toda a sociedade.

Com efeito, o país não seguiu um rumo próprio.

O que é lamentável se considerarmos a grande disponibilidade de divisas existente nos anos 1970, a qual, com uma redistribuição efetiva da riqueza, teria viabilizado a criação de bases sólidas para um desenvolvimento mais autônomo, que teria permitido intervir de forma dinâmica no mercado mundial, sobretudo para a satisfação adequada das necessidades básicas de todos os equatorianos. Nessas condições, com tantos e tão diversos recursos humanos e naturais existentes no Equador, com um potencial econômico capaz de atender as necessidades vitais de

livro.pmd 117 26/9/2005, 13:26

todos, o problema não é apenas econômico, mas, pelo contrário, continua sendo um desafio político.

Os dados sobre a evolução setorial nesses anos evidenciam insuficiências no emprego produtivo, bem como diferenças notáveis no ritmo de produção dos diferentes setores, em particular o contraste entre a indústria e a agricultura. Não obstante, a ampla disponibilidade de recursos, em especial de divisas provenientes da exportação de petróleo, assim como de créditos externos, permitiu a criação de esquema de fomento industrial — por exemplo, através de políticas de crédito com taxas de juros muito baixas. Isto facilitou o crescimento da indústria mas, devido à inexistência de políticas de longo prazo, provocou igualmente uma série de distorções na distribuição de recursos, que repercutiram negativamente no resto da estrutura produtiva, em particular na agricultura.

Os grupos urbanos ligados à indústria, ao comércio e às finanças registraram um forte dinamismo, particularmente nas duas maiores cidades, Guayaquil e Quito, pólos de um bicentralismo absorvente, que conforme Marco Antonio Guzman (1944) concentraram grande parte da riqueza desses anos, aumentando seus atrativos como núcleos de atração para a imigração.

Nessas condições, não surpreende que os setores tradicionais tenham crescido muito pouco, ou nada, como aconteceu com a produção de alimentos para o mercado interno — produção que, como vimos, provinha em larga medida dos camponeses. Por outro lado, o número dos assalariados se reduziu, em relação com os trabalhadores informais, expondo assim a natureza das relações de trabalho, justamente no período de maior crescimento em toda a história republicana.

Embora possa parecer um paradoxo, se considerarmos o enorme fluxo de recursos financeiros, o setor moderno da economia (ou seja, capitalista) não teve a capacidade necessária para absorver o crescimento da força de trabalho. A concepção de um processo de industrialização baseado em atividades intensivas de capital, orientadas para satisfazer a demanda de pequenos grupos, terminou causando a baixa capacidade de integração produtiva e social desse processo.

livro.pmd 118 26/9/2005, 13:26

Por esse motivo um número de pessoas cada vez maior se deslocou para outras atividades informais, pouco estáveis e de produtividade muito baixa. O apogeu do petróleo teve "um caráter desigual e excludente da perspectiva setorial, regional e social" (Larrea 1991, p. 9): fato que aumentou o caráter heterogêneo da estrutura produtiva. Além disso, o aumento da renda do petróleo e a contratação maciça de créditos estrangeiros provocou uma grande expansão da despesa fiscal (em larga medida através de um sistema complexo de subsídios explícitos e implícitos que beneficiavam os produtores privados), diminuiu ainda mais a já fraca pressão tributária e erodiu a capacidade de captação da poupança interna por parte do sistema financeiro, enquanto eram mantidas taxas de juros negativas em termos reais (Larrea 1992, p. 290).

A bonança motivada pelo petróleo, trazendo a maior quantidade de divisas já recebida pelo país até aquele momento, surgida de forma maciça e relativamente inesperada, acumulou-se sobre as estruturas existentes e reproduziu, em maior escala, grande parte das antigas diferenças sociais e econômicas. O salto qualitativo levou o Equador a outro nível de crescimento econômico mas, como não houve uma transformação qualitativa correspondente, em pouco tempo se cristalizou no "mito do desenvolvimento".

Este tipo de processo desequilibrado e desequilibrador provocado por uma expansão das exportações primárias, é conhecido na literatura econômica como a "doença holandesa". A distorção se materializa em uma deterioração acelerada da produção daqueles bens que não se beneficiam com o *boom* exportador. Depois, superada a melhor fase, os processos de ajuste são muito complexos e dolorosos, devido à rigidez na revisão de preços e salários: outro sintoma da enfermidade.

Essa realidade se manifestou não apenas no desperdício de uma oportunidade histórica para assentar o desenvolvimento do país em bases sólidas como gerou um clima permissivo com relação ao endividamento externo, o que é muito importante levar em conta. E justamente a dívida externa constituiria, alguns anos mais tarde, o cenário (melhor diria, o pretexto) para as políticas de estabilização e ajuste inspiradas no FMI.

livro.pmd 119 26/9/2005, 13:26

O período petrolífero se caracterizou pelo crescimento marcante da demanda interna, ou seja, do consumo nacional, assim como pela formação bruta de capital fixo com, a disponibilidade de equipamentos, máquinas e outros instrumentos de produção. Nesses anos foram construídas obras importantes de infra-estrutura. No setor do petróleo, o Oleoduto Trans-equatoriano, a Refinaria Estatal de Esmeraldas, o Poliduto Esmeraldas-Quito-Ambato, o Poliduto Shushufindi-Quito, estações de armazenagem e emissão. No setor da geração elétrica, as represas de Paute, Pisayambo e Agoyan. Deveríamos incluir também nessas obras os grandes reservatórios hídricos de Poza Honda e La Esperanza. Mais tarde, quase vinte anos depois do apogeu do petróleo, seria concluída a construção da represa Daule-Peripa.

Não obstante, embora o país tenha crescido em termos econômicos e progredido na sua estrutura básica, muitos problemas ficaram sem solução, e outros se agravaram devido ao mesmo "facilismo" financeiro reinante na época. Por exemplo: os grandes excedentes de recursos em mãos do Estado contribuíram para atrasar as mudanças necessárias na estrutura tributária, cuja pressão continuou sendo muito fraca.

Graças à bonança do petróleo, entre 1972 e 1981 o PIB cresceu a uma taxa média anual de 8%, com índices espetaculares em alguns anos. A taxa média anual de expansão da indústria foi de 10%, enquanto o produto por habitante aumentou de 260 dólares em 1970 para 1.668 em 1981.

Entre 1973 e 1980 o Equador registrou um crescimento *per capita* de 3,3%, o maior em todo o século XX, novamente superior à média do grupo de países latino-americanos mencionados anteriormente (2,3%), ao crescimento dos países ibéricos (1,4%), dos Estados Unidos (1,0%) e dos países desenvolvidos em geral (1,8%). O Brasil superou a taxa do Equador, alcançando 4,6%, embora o seu crescimento tenha sido inferior ao dos três países asiáticos indicados (5,4%) (Hofman, 1992).

Outro dado importante foi o declínio do ritmo de crescimento demográfico, que caiu de 3,27% em 1962-74 para 2,52% em 1974-82.

livro.pmd 120 26/9/2005, 13:26

Neste último ano, ao chegar a oito milhões a população do Equador havia quase duplicado em comparação com 1962, concentrando-se na Costa: 49% (Serra: 47,2%) e com uma urbanização cada vez maior (vide Tabelas 23 e 24).

Uma característica significativa é o grau de mobilidade registrado desde o princípio do século XX. Seja por problemas sociais ou naturais nos lugares de origem, pela carência de uma solução adequada ao problema das terras ou a atração exercida pelos principais pólos de crescimento, um número importante de pessoas se deslocou nesses anos através do país, em especial a partir das províncias de Loja e Manabi. Nas últimas décadas do século XX, essa mobilidade aumentou notavelmente rumo ao exterior, em particular aos Estados Unidos, onde o número de equatorianos tem crescido.

Quando o petróleo nos levou às portas do paraíso

O gerenciamento da riqueza petrolífera esteve inicialmente a cargo dos governos militares que chegaram ao poder em 1972, no meio de uma nova crise hegemônica entre os grupos mais poderosos, e quando começavam as exportações de petróleo. Embora ainda não beneficiadas pelos aumentos do preço internacional do produto, a partir de fins de 1973, as exportações de petróleo representavam um potencial econômico interessante, que despertou o apetite de alguns capitalistas nacionais, representando as empresas trans-nacionais ou servindo-lhes de intermediários.

Essa relativa abundância de recursos financeiros permitiu uma política de certa tolerância em pleno ambiente ditatorial, que foi possível enquanto houve um fluxo considerável de dólares proveniente do exterior, situação que facilitava o adiamento e até mesmo a superação de certos conflitos. Em outras palavras, havia uma receita externa suficiente para evitar o recurso a mudanças dentro do país. Não era preciso, por exemplo, aumentar o preço da gasolina para diminuir o hiato fiscal. Mais ainda:

livro.pmd 121 26/9/2005, 13:26

quando a receita do petróleo era conjunturalmente insuficiente, isto se fazia recorrendo a créditos externos.

Possivelmente um dos pontos mais lucrativos para determinados setores da sociedade foi a política cambial estável. A fixação do valor do dólar norte-americano em 25 sucres contribuiu para o processo de acumulação, através da importação barata de bens de capital e insumos industriais, como também para o consumo suntuário, em especial o importado, nos setores da classe alta e média com propensão elevada a esse tipo de gasto. Por outro lado, os que dispunham de recursos podiam adquirir dólares para gastar ou investir no exterior. Assim, essa política atuou como importante alavanca para a fuga de capitais.

Quanto ao consumo suntuário, este se manifestou não só na importação de bens como no acesso direto, no exterior. Embora possa parecer paradoxal, para os que dispunham de recursos era mais barato e mais confortável veranear na Flórida, incluindo o preço dos bilhetes aéreos, do que fazê-lo no litoral do Equador. Além disso, era mais interessante do ponto de vista da sociedade local, no ambiente saturado de mensagens consumistas que se difundiam de forma incisiva e maciçamente pelos meios de comunicação do país. Os jornais publicavam com freqüência páginas inteiras e até mesmo suplementos completos promovendo negócios potenciais, lojas e restaurantes norte-americanos.

Os grupos acomodados também se beneficiavam com os subsídios obtidos por outros equatorianos, pois isso lhes permitia manter baixa a remuneração dos seus trabalhadores. É o que sucedia com a despesa pública com saúde e educação, por exemplo. Além disso, certos subsídios, como o da gasolina, eram altamente regressivos, trazendo mais proveito aos segmentos altos e intermediários da população, que eram os que mais energia consumiam.

De qualquer forma, viveu-se anos de bonança, de enormes ganhos para os "donos do país", de melhoria relativa para amplos grupos intermediários, com a construção de obras públicas de envergadura e certas vantagens para alguns setores majoritários. Embora estes últimos só

livro.pmd 122 26/9/2005, 13:26

recebessem migalhas do banquete do petróleo, nos meios de comunicação do Equador predominava a sensação generalizada de que se havia chegado às portas do paraíso, e que em pouco tempo seriam superados os graves problemas do sub-desenvolvimento.

É preciso por em relevo esta percepção, que como afirmam acertadamente Francisco Thoumi e Merilee Grindle (1992, p. 23), "levou o público em geral e as elites econômicas em particular a esperar e exigir [um] tratamento favorável especial por parte do governo." Muitos equatorianos pensavam que o desenvolvimento estava do outro lado da esquina, e alguns sonhavam com o El Dorado petrolífero. Isso explicará, mais adiante, os motivos por que talvez os mesmos grupos de pressão não tenham podido chegar a um acordo para apoiar desde o princípio a estratégia de ajuste neo-liberal, que quase sempre lhes trouxe uma série de benefícios, embora lhes exigisse alguns esforços, de acordo com as transformações internacionais.

No entanto, muitos equatorianos — por exemplo os camponeses e a população indígena — só percebiam a bonança petrolífera através da poeira deixada pelas centenas de veículos recém importados. Por outro lado, a riqueza crescente de uns poucos, entre os quais alguns setores da classe média, era chocante, e até mesmo insultuosa em relação às necessidades insatisfeitas do resto da população, no meio de um consumismo que exacerbava as diferenças econômicas e convidava para um festim do qual na verdade só participava um grupo relativamente pequeno. Isto, somado à crescente organização de grupos sindicais e de alguns setores populares, provocou reivindicações que nem sempre podiam ser satisfeitas pelo Estado, e que também não iam ser concedidas pelas elites, que viviam muito bem mas esperavam e exigiam outras facilidades ...

Essa disputa pela riqueza do petróleo, não só entre os grupos hegemônicos, levou, a partir de 1976, ao aumento da repressão, ativada para frear e controlar o movimento social, e que teve a sua maior expressão no massacre dos operários de Aztra, no dia 18 de outubro de 1977. Tudo isso se passou na medida em que perdiam força as posições iniciais do

livro.pmd 123 26/9/2005, 13:26

movimento militar de 1972, e quando os setores oligárquicos pressionavam para aumentar a sua participação na renda do petróleo.

O estado petroleiro a serviço do setor privado

Não podemos esquecer que, particularmente enquanto durou o apogeu do petróleo, o Estado foi pela primeira vez o ator principal no processo de desenvolvimento. O que, por outro lado, não deve levar a interpretações errôneas: em nenhum momento se instaurou uma administração publica antagônica aos empresários privados.

Mais ainda: dentro do sistema capitalista não existe a contradição radical entre Estado e setor privado, que muitas vezes a mensagem neoliberal quer apresentar, na medida em que o primeiro, pela sua composição social, reflete a correlação das forças prevalecentes na sociedade. Por isso não podemos ignorar as relações existentes no Estado, em cujo seio se manifestam tendências variadas.

Não se pode esquecer que o Estado equatoriano, como reconheceu o Banco Mundial, garantiu "um sistema complexo de subsídios implícitos e pouco transparentes" à tão socorrida "eficiência privada". Por outro lado, o Estado investiu em diversos projetos que, pela sua baixa rentabilidade a curto prazo, e as enormes exigências de capital, não podiam ser assumidos pelo empresariado privado. Por exemplo, a construção do Hotel Quito, na capital, no fim dos anos 1950, que ilustra esta afirmativa. Em outras oportunidades, a ação governamental socorreu empresários que tinham levado suas empresas à falência.

Sem negar a presença, muitas vezes maciça e indignante, da ineficiência e do excesso de burocracia no aparato estatal, faltou ao Equador uma experiência estatizante no campo da produção, como aconteceu em outros países latino-americanos — por exemplo no México, Argentina, Peru ou Bolívia. Além disso, a presença estatal em muitas empresas e atividades produtivas teve muitas vezes a motivação deliberada de apoio ao processo de acumulação privada, atuando em não poucos casos, como

livro.pmd 124 26/9/2005, 13:26

um esforço de reparação das falhas do sistema capitalista. Justamente nos anos 1970 houve dois casos notáveis: a *Ecuatoriana de Aviación* e o *Banco La Previsora*; outras intervenções foram no *Ingenio Azucarero del Norte*, *Azucarera Tropical Americana*, *Empresa de Leche Cotopaxi*, *Empresa Nacional de Semen*, *Fertilizantes Ecuatorianos*, a companhia de economia mista *Semillas Certificadas*, *Ecuatoriana de Artefactos*, *Ecuatoriana de Cardamono*, *Desarrollo Agropecuario*, etc. Situação que ocorrera antes, em 1925, quando o Estado assumiu as ferrovias pagando 75% do valor das suas ações, em plena depressão da economia equatoriana.

Nessa oportunidade, o Estado concebeu uma série de mecanismos destinados a subsidiar o setor privado, através do congelamento de preços e tarifas dos bens e serviços das empresas estatais — como foi o caso da energia — ou então mediante tarifas reduzidas, como no transporte a preços baixos para os alimentos. Houve igualmente isenções tributárias e exoneração aduaneira para facilitar a importação de bens de capital e a criação de indústrias. Não há dúvida de que essa política beneficiou importantes segmentos intermediários da população.

Por outro lado, apesar de não terem controle direto da riqueza petrolífera, os tradicionais grupos de poder recebiam também a sua parte, à base do aumento da despesa fiscal e dos investimentos governamentais, assim como créditos preferenciais para a indústria, barreiras alfandegárias que protegiam da competição externa; e alguns deles participavam ativamente, de forma direta ou indireta, da corrupção e do desperdício da riqueza do petróleo.

Poderíamos citar um ponto adicional: os créditos subsidiários e o Certificado de Compensação Tributária, outorgado pelo Estado às vendas externas com valor agregado significativo, ou seja, às exportações de produtos fabricados com alto coeficiente de mão de obra nacional.

Complementarmente, é preciso reconhecer que a intervenção do Estado na política econômica foi estimulada de fora do país, e há muitos anos, pelas teorias de John Maynard Keynes, em conseqüência da crise da década de 1930, devido aos excessos do livre-cambismo (ou neo-

livro.pmd 125 26/9/2005, 13:26

liberalismo, para usar a terminologia atual). Presença ativa, que contou posteriormente com a bênção dos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, BID, FMI) — que depois passaram a atacar a intervenção estatal ...

O Estado assumiu um número crescente de tarefas, em benefício dos grupos monopolistas e oligopolistas, quando eles usufruíam negócios fáceis e inesperados durante o apogeu do petróleo. E mais tarde, quando o petróleo perdeu a sua força, o Estado instaurou vários esquemas de apoio a esses mesmos grupos, enquanto as pequenas e médias empresa sofriam toda a dureza do ajuste econômico.

Ilustrando essa situação, a estrutura aduaneira criada era caótica, resultado das diversas relações de força e dos conluios que se sucediam com freqüência no Ministério das Indústrias, sem integrar um esquema de desenvolvimento industrial programado. Se nesse Ministério se manifestavam os interesses dos principais grupos industriais, na Junta Monetária estavam representadas diretamente as grandes câmaras de empresários e do sistema bancário privado.

De nenhum modo se pode atribuir a culpa dos problemas criados nesse período, de forma abstrata, a uma política de substituição de importações, pois essa política não se inscrevia em um autêntico projeto nacional. Era mais o resultado de um conjunto desordenado e até mesmo contraditório de decisões e ações que obedeciam aos mais variados interesses dos grupos hegemônicos da sociedade.

Por essa razão a tentativa de modernizar o país através da indústria não tardou a encontrar os seus limites. As condições indicadas aprofundaram o conteúdo de renda da estrutura produtiva nacional, afetada pela ineficiência e inflexibilidade, que motivavam o aumento permanente das necessidades de importação de insumos e bens de capital indispensáveis para o seu funcionamento.

Assim, a ação estatal em um mercado fechado e muito estreito foi um instrumento apropriado para a acumulação capitalista, que se efetivou na base de uma concepção rentista, e portanto oligárquica e especulativa.

livro.pmd 126 26/9/2005, 13:26

Com isso criou-se um sistema complexo de rendas não diretamente associadas à atividade empresarial, muitas das quais subsistem no princípio do século XXI:

· rendas provenientes dos diversos esquemas aduaneiros e financeiros de subsídio e fomento;
· rendas geradas pela política cambial que subsidiava as importações e promovia a evasão de capitais;
· rendas da corrupção, como a evasão sistemática de impostos e o contrabando;
· rendas provenientes da estrutura monopolista e oligopolista que caracterizava grande parte da economia.

Um assunto que não se pode descuidar é o fato certo de que no país nunca houve um empresariado caracterizado pela capacidade de inovação (em termos de Schumpeter) e pela austeridade (em termos de Weber), e por isso o Estado, pressionado pelos grupos empresariais mais fortes — verdadeiros caçadores de rendas — precisou preencher esse vazio com sua atuação protetora e financeira, muitas vezes corrupta e autoritária. Situação que ocorreu — para lembrar outra vez a certeira apreciação de Oswaldo Dávila Andrade (1990, p. 2) porque era notória "a falta de uma burguesia nacional autêntica, substituída por um *criollismo* sem raízes", que desde a formação da República se manifestou pela vinculação exagerada e submissa às metrópoles.

Assim, em lugar de consolidar-se no país um empresariado ágil e inovador, os agentes econômicos mais importantes desenvolveram a cultura econômica característica dos enclaves, que dominou a economia latino-americana: " uma oligarquia ociosa, orientada para aproveitar os recursos naturais e humanos através da exploração extensiva" (Schmidt 1992, p. 28). Atividade que exigia a proteção do Estado, o que deu lugar à denominação de "*burguesia lumpen*" por parte do economista André Gunder Frank. Oligarquia que delegou de fato a tarefa do desenvolvimento à lógica

livro.pmd 127 26/9/2005, 13:26

do capital estrangeiro, outro dos produtos de um processo histórico de dependência.

Sendo assim as coisas, não surpreende que muitos desses empresários tenham sido e sejam ainda "empre-sáurios": "mais do que empresários, são partidários da maximização dos lucros: querem um Estado que esteja a seu serviço, forte nesses termos e débil na ação reguladora que pode exercer sobre eles e o conjunto da sociedade" (Marchán e Schubert 1992, p. 23). Em síntese, o Estado equatoriano não é simplesmente obra dos burocratas e dos seus sindicatos, como agora seus principais beneficiários pretendem demonstrar, adotado atitude de grande cinismo.

Em termos gerais pode-se dizer que muitos dos problemas acumulados pelo Estado equatoriano são conseqüência das ações e omissões das próprias classes proprietárias, que o foram modelando, direta ou indiretamente, de acordo com os seus desejos e necessidades. Por isso a sua atuação e estrutura não podem ser indiferentes aos interesses contraditórios daqueles que efetivamente o controlam e administram. Quem ficou com a parte do leão não foram os pequenos e médios empresários, mas os grandes grupos monopolistas. Situação também explicável pela falta de transparência nas intervenções estatais que beneficiaram os poderosos, o que, aliás, era a meta de muitas das políticas governamentais concebidas e aplicadas pelos representantes desses grupos.

Fica claro igualmente que a política de substituição de importações não foi obra da "burocracia perversa", inimiga da iniciativa privada, mas um mecanismo destinado a proteger a industrialização do país, que se tinha convertido no eixo da proposta de desenvolvimento. Coisa diferente é o fato de que essa política tenha sido desvirtuada e levado à proteção de redutos da ineficiência, o que por sua vez facilitou a maior concentração da riqueza em poucas mãos. É preciso assinalar que esta concentração excessiva foi uma das características quase crônicas da sociedade equatoriana, considerada como uma das de menor eqüidade na América Latina e no "Terceiro Mundo" em geral.

livro.pmd 128 26/9/2005, 13:26

Neste contexto, a política de industrialização substitutiva e a existência de um tipo de câmbio congelado não nos podem levar a afirmar ingenuamente que se tenha promovido uma política contrária às exportações. O que faltou foi uma política adequada para fortalecer estruturalmente a capacidade competitiva do país e planejar a sua inserção no mercado mundial.

O fim da euforia do petróleo

Graças a suas vantagens comparativas naturais e ao baixo custo da mão de obra, o Equador não perdeu terreno no mercado mundial nos anos do *boom* do petróleo. Basta citar as cifras das outras exportações, que cresceram de forma significativa: a banana passou de 88,2 milhões de dólares em 1971 para 212,8 milhões em 1981; o café, de 36,1 a 102,4 milhões (em 1978 este produto alcançou o ponto mais alto no período: 265,7 milhões); o cacau, de 24,3 para 39,5 milhões (o ponto mais alto foi alcançado em 1974, com 106,6 milhões); os camarões, de 4,4 para 92,8 milhões (vide a Tabela 4).

Vale destacar, neste particular, que no fim dos anos 1970 e no princípio da década seguinte as exportações de camarão adquiriram um dinamismo crescente, até converter-se em um dos cinco produtos de exportação mais importantes. Essa atividade, motivada também pelas condições do mercado mundial e favorecida pelas características naturais do Equador, ocasionaria depois problemas ecológicos imprevistos, devido à destruição maciça do habitat desse crustáceo.

Esses problemas ambientais adquiriram uma dimensão perigosa, destacando-se os da Amazônia, provocados pela ação irresponsável das companhias petrolíferas, começando pela Texaco e a Gulf, e continuando com a CEPE/Equador. Ação que abriu a porta para um fluxo intenso e incontrolável de colonos, procedentes de outras regiões do país, devido à pressão demográfica e a falta de atendimento à demanda de terra.

Essa deterioração ambiental tem sido uma das causas de crises graves e repetidas. A incorporação do desafio ecológico é urgente, se realmente

livro.pmd 129 26/9/2005, 13:26

se quer encontrar soluções sustentáveis para uma série de problemas cada vez mais agudos, e que já começaram a receber respostas por parte da sociedade (vide Varea 1997).

Por outro lado, a existência de uma política econômica expansiva, orientada claramente para fortalecer o processo de acumulação privada e sustentada por muitos subsídios, apoiava a atividade exportadora, devendo-se destacar o ítem "produtos manufaturados", cujo valor passou de 28,7 para 500,5 milhões de dólares no período mencionado. Deve-se registrar, porém, que o melhor ano para essas exportações foi 1980, com 626 milhões de dólares — um quarto do valor total exportado. A partir desse ano caiu essa exportação de produtos industriais. No entanto, em sua maior parte essas exportações estavam compostas de produtos de tecnologia mais simples, com poucas vinculações com outros setores da economia e incluindo um alto componente de recursos naturais: madeira, tabaco, alimentos, etc.

A partir de 1982, devido à queda dos preços do petróleo e a reversão do fluxo de empréstimos aos países do "Terceiro Mundo", interrompeu-se a orgia petroleira. Já no ano anterior tinham ocorrido as primeiras dores de cabeça na economia, em função do estrangulamento fiscal que o conflito fronteiriço com o Peru tornou mais agudo.

O preço do óleo cru Oriente, que passara de 2,4 dólares por barril em 1972 para mais de 30 dólares no princípio da década de 1980 (35,2 dólares em 1980 e 34,4 em 1981), caiu para 32,5 em 1982, e começou a experimentar uma deterioração sustentada. Em março de 1983, pela primeira vez a OPEP reduziu oficialmente em 5 dólares o valor do óleo cru de referência: foi um período crítico. Desde então, o preço do petróleo manteve uma tendência descendente, até precipitar-se vertiginosamente a menos de 9 dólares por barril em julho de 1986 (vide Tabela 19).

Como parte da estratégia de reordenamento do poder mundial, os preços do petróleo e de outras matérias primas no mercado internacional começaram a enfraquecer, e a isso se somavam as tendências neo-protecionistas que afetavam o resto das exportações. Com a ajuda das

livro.pmd 130 26/9/2005, 13:26

transnacionais petrolíferas, as ações da Agência Internacional de Energia, criada em 1974 como resposta política à OPEP, se integraram em um grande esforço para reduzir a dependência energética dos países capitalistas industrializados, particularmente no caso do petróleo. Concretamente, buscava-se reduzir o custo das importações de petróleo procedentes do Sul, como contribuição para diminuir os déficits comerciais dos países centrais.

Nessa ocasião, teve um grande impacto a nova política econômica dos Estados Unidos, a "*reaganomics*", que provocou o encarecimento do crédito e uma diminuição dos empréstimos disponíveis para os países da América Latina.

Não há dúvida de que essa estratégia fortaleceu o sistema capitalista no nível mundial, impondo mudanças na política dos países pobres, para que se reajustassem às novas exigências dos países do Norte, em especial os Estados Unidos. Ao ultrapassar as fronteiras do econômico, essa concepção adquiriu a força de uma ideologia totalizante, apropriada para garantir a projeção do poder norte-americano na América Latina.

A fase precedente de crescimento econômico, coberta por uma "bolha" financeira e especulativa, terminou abruptamente, e com ela a possibilidade de formular com relativa facilidade correções para a política econômica, que teriam sido indispensáveis para o aproveitamento estrutural da enorme disponibilidade de divisas.

Neste cenário, não surpreende que os primeiros esforços de ajuste da economia tenham sido extremamente complexos e confusos. A sociedade equatoriana não tinha consciência do problema que se avizinhava, mantendo as expectativas da época da riqueza petrolífera.

Além disso, como se entendia das mensagens recebidas dos organismos financeiros internacionais, repetidas quase como um eco pelos governantes, a crise diante do país parecia ser produzida por uma falta de liqüidez passageira, sendo assim conjuntural e de fácil solução, enquanto se aguardava uma pronta recuperação da economia norte-americana, a grande locomotiva que deveria voltar a por em movimento os seus vagões — a economia da América Latina. Mas não foi o que aconteceu.

livro.pmd 131 26/9/2005, 13:26

Interrompido o sonho do petróleo no princípio da década de 1980, a economia do Equador se vinculou cada vez mais ao mercado mundial. No campo internacional havia começado um movimento de reordenação do poder: os grandes países industrializados, tendo á testa os Estados Unidos, e suas empresas transnacionais estavam agora empenhados em reorganizar o mundo para adequá-lo às mudanças exigidas pela nova revolução tecnológica em andamento, isto naturalmente em seu benefício.

Em síntese, os anos de apogeu do petróleo foram de inusitado crescimento econômico, que transformou a economia nacional, especialmente em termos quantitativos. Mas pelas razões que descrevemos é fácil entender por que a sociedade equatoriana não conseguiu firmas as bases para o seu desenvolvimento.

O sistema de rendas se aprofundou de forma complexa, enquanto crescia a capacidade de consumo internacional e nacional dos grupos de melhor situação econômica; no entanto, não cresceu na mesma proporção a capacidade produtiva do país, para satisfazer a demanda das massas. O que criou uma maior demanda de recursos financeiros, obtidos com as vendas de petróleo e o endividamento externo; assim, quando essa receita de origem externa começou a diminuir, a economia nacional fez água por todos os lados. Quase se poderia afirmar que a crise havia sido programada pela administração anterior da economia, e que o seu aparecimento só dependera da duração do fluxo de recursos externos.

O "esgotamento" dessa industrialização "tardia e crescentemente subordinada" (Báez 1980, p. 32), que encontrou sua base estratégica no processo de substituição de importações para o consumo das classes alta e média, sem a criação paralela e a consolidação do mercado interno para uma produção de massa, tem a sua explicação em vários fatores:

. a concentração oligopolística dos mercados industriais;
. a estrutura segmentada da demanda de mercadorias;
. o chamado "desborde popular" (conseqüência não só da imigração maciça do campo para as cidades, mas sobretudo da organização

livro.pmd 132 26/9/2005, 13:26

sindical e dos movimentos populares) diante da capacidade limitada do Estado de motivar e processar mudanças mais profundas; e

. as marchas e contra-marchas da política econômica, devido às complicadas e seguidas alianças entre industriais e exportadores, cujos efeitos foram a perda de eficiência da economia e a volatilidade política; paralelamente surgiram novos interesses, aglutinados em torno do capital financeiro, pretendendo beneficiar-se com uma nova modalidade de acumulação, mais aberta.

Por outro lado, nos anos de abundância de recursos as forças políticas nacionais passaram por uma série de transformações e reajustes, no meio de uma luta notória dos vários setores hegemônicos interessados em captar uma parte cada vez maior da renda do petróleo e, se possível, administrar e distribuir diretamente essa renda.

Nesse processo logo surgiram fissuras dentro das Forças Armadas, o que enfraqueceu a sua presença no Poder e, como se disse antes, juntamente com o efeito hipnótico dessa enorme massa de recursos financeiros disponíveis, pôs fim ao desejo inicial de instaurar uma mudança "revolucionária e nacionalista" na sociedade equatoriana.

A partir de agosto de 1979, com um novo regime político e o início de uma nova etapa constitucional, o modelo econômico não registrou qualquer mudança substantiva, mas apenas algumas variações na condução política e na dinâmica governamental.

As demandas sociais represadas nos anos da ditadura e as possibilidades de organização e mobilização abertas desde agosto de 1979 reduziram as margens de manobra no nível político, sem no entanto criar um problema agudo enquanto o país dispunha de fontes de financiamento para sustentar a expansão econômica. Dois anos depois, com o aprofundamento da crise, as contradições herdadas pelo governo civil foram agravadas por uma série de elementos próprios de uma administração prejudicada pelas diferenças na sua conformação e concepção política.

livro.pmd 133 26/9/2005, 13:26

Por um lado, tornou-se evidente a força vigorosa de um populismo político (não confundível com o que alegremente se define como "populismo" no gerenciamento da economia), presente havia várias décadas no cenário político, que abria caminho para reivindicações de uma maior participação popular na riqueza nacional, sem afetar contudo as estruturas de poder, por permitir a adaptação das elites à situação externa cambiante. De outro lado, começou a emergir a força renovada de grupos relativamente pequenos mas influentes, interessados em idéias "modernizantes" e aparentemente mais racionais para a administrar o sistema, assediado pelos tradicionais grupos dominantes, interessados em recuperar o controle político do Estado e aumentar sua ingerência nas atividades governamentais.

Nestas condições, apareceram paulatinamente os limites do sistema constitucional e da administração civil populista. Havia problemas antigos não resolvidos e também uma série de novas esperanças gestadas no meio da euforia do petróleo. A economia não só precisou enfrentar esses limites, resultado da sua rigidez e desequilíbrios estruturais, como também a intensificação da luta entre as diversas forças políticas e sociais, disputando uma melhor parte na distribuição da renda do petróleo, e depois evitando carregar o ônus da crise.

Entrementes, um segmento cada vez maior dos créditos externos eram dirigidos para cobrir o serviço dos empréstimos precedentes. Os recursos financeiros continuavam disponíveis, graças à disponibilidade de créditos e a elevação dos preços do petróleo, mas esses preços elevados ocultavam os desequilíbrios externos e fiscais de uma crise que teria explodido antes, quando o peso do endividamento chegou a níveis que seriam insustentáveis sem o aumento da receita do petróleo e sem a estratégia perversa da contratação de novos empréstimos para manter o serviço da dívida: cada vez abria-se um buraco para tapar outro, e assim sucessivamente.

Ao começar 1981 a necessidade crescente de importações para viabilizar a produção, que encontrava suas primeiras dificuldades no aumento do custo dos créditos no mercados financeiro internacional somou-se ao conflito fronteiriço com o Peru, na cordilheira do Condor,

livro.pmd 134 26/9/2005, 13:26

que obrigou o governo a redobrar esforços para adquirir equipamentos militares, muito dispendiosos. Com isso desapareceu rapidamente boa parte das reservas em divisas, que atingira o seu ponto mais alto em 1980, com 863 milhões de dólares, e depois começou a cair, atingindo 567 milhões em 1981 e 210 milhões em 1982 (vide Tabela 19).

A agricultura passou a ser, mais uma vez, um instrumento para subvencionar parte do desenvolvimento industrial e o crescimento urbano acelerado, o que comprometeu o ritmo de expansão da economia. Nesse momento surgiram novas dificuldades financeiras e fiscais, que obrigaram a alguns ajustes iniciais na estratégia econômica, coincidentes com o problema de fronteira de 1981, que representou uma espécie de alarme político da crise que se aproximava. Pretendeu-se então, de forma tíbia, diminuir certos desequilíbrios macro-econômicos fundamentais, particularmente os que começavam a se evidenciar no setor externo e na economia fiscal.

Assim, o processo de reordenamento constitucional surgiu no meio de problemas econômicos que excediam as expectativas da população. Não se deve esquecer também que esta nova fase política nasceu com uma série de limitações devido à forma como se levou a cabo o próprio processo de retorno ao estado de direito, concebido e impulsionado pelas cúpulas militar e civil da sociedade, sem uma autêntica participação popular.

Foi justamente nesta época, quando na grande maioria dos países da região o esgotamento do esquema de acumulação baseado na substituição de importações levou ao retorno a um esquema liberal, rebatizado como "neo-liberal". A partir desse momento se pretenderia "modernizar" o modelo de exportação de produtos primários implantado no Equador em fins do século XIX.

Como a dívida externa foi inflada e explorada

O processo de endividamento externo vivido pelo Equador durante o apogeu do petróleo foi experimentado igualmente pelo resto da região,

livro.pmd 135 26/9/2005, 13:26

apresentando características próprias em cada país. É preciso observar porém que o tipo de política econômica adotada foi irrelevante. Independentemente da maior ou menor orientação para o mercado mundial nos diferentes países latino-americanos, todos eles afundaram no meio da voragem do endividamento externo, cuja origem tinha sido a alegre disposição dos países centrais ao endividamento acelerado dos países sub-desenvolvidos.

Isto contradiz a afirmativa de que essa dívida externa teve sua origem em um problema exclusivo da América Latina, e dos outros países do "Terceiro Mundo", como resultado direto das "políticas populistas expansivas" provocadas por despesas públicas exageradas e irresponsáveis desses governos. Definitivamente, os que proclamam essa interpretação partem do princípio de que as dificuldades surgiram exclusivamente em conseqüência das más políticas adotadas pelos países latino-americanos. Ignoram conscientemente qualquer outra vinculação, em especial as inter-relações dos países sub-desenvolvidos com o sistema capitalista e o mercado mundial.

Vale recordar aqui que a década de 1970 marcou um momento de ruptura no sistema mundial, com o surgimento de novas formas de relacionamento na divisão internacional do trabalho, quando se consolidou a mundialização do capitalismo. Os centros do sistema começaram a integrar-se em grandes blocos econômicos, cada vez mais poderosos e interligados, sem que desse concerto participassem de forma ativa os países empobrecidos, que continuaram a ter um papel secundário, e que além disso, em todos esses anos de crise da dívida não pretenderam (ou puderam) adotar uma estratégia própria de desenvolvimento.

Nessas condições, durante a década de 1970 o fluxo crescente de recursos financeiros destinados ao mundo sub-desenvolvido teve como pano de fundo o aumento sem precedentes da liqüidez internacional, assim como a recessão dos países centrais, no fim dos anos 1960 e princípio da década seguinte.

Para entender essa evolução é preciso levar em conta que em determinadas épocas os capitais se expandem, buscam novos mercados,

livro.pmd 136 26/9/2005, 13:26

assumindo a forma de créditos baratos e abundantes quando não podem ser investidos nas economias dominantes. Foi a situação que vivemos nos anos 1970. Da noite para o dia os países do chamado "Terceiro Mundo" descobriram que era muito fácil endividar-se. Os créditos, antes tão esquivos, eram conseguidos rapidamente, com relativa facilidade.

Deste ponto de vista, a demanda de crédito não é a única razão da existência do endividamento externo, e a má utilização desse crédito também não é a única explicação da crise, que se originou na oferta de recursos financeiros por parte dos países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos.

Em lugar de corrigir os desequilíbrios do balanço de pagamentos norte-americano, mediante reformas internas, o governo de Washington violentou as regras básicas do sistema monetário internacional, e no dia 15 de agosto de 1971, de forma unilateral, sem rubores ou complexo de culpa, o Presidente Nixon anunciou que o dólar deixaria de ser conversível em ouro.

Assim, os dólares existentes no mundo, acumulados pelas garantias oferecidas pelo governo dos Estados Unidos desde os acordos de Bretton Woods, perderam valor praticamente, convertendo-se na grande dívida flutuante norte-americana, adjudicada e distribuída compulsivamente por todo o mundo. A partir desse momento, a oferta do dólar, e o que ela representava no âmbito financeiro e monetário mundial, era limitada, essencialmente, pelas decisões de política econômica dos próprios Estados Unidos.

A expansão das disponibilidades financeiras internacionais encontrou seu ponto de partida real no impacto econômico da guerra do Vietnã e na disputa comercial entre as grandes potências. Segundo Aldo Ferrer, foram os Estados Unidos que originaram a primeira fase do processo de endividamento, a dança dos milhões: eles "tiveram o privilégio de financiar o seu desequilíbrio 'exportando' a moeda nacional. A liqüidez se foi acumulando nos bancos centrais e filtrou-se progressivamente para os bancos privados, aumentando a sua capacidade de emprestar" (García Menéndez 1989, p. 342).

livro.pmd 137 26/9/2005, 13:26

Depois o montante de recursos disponíveis aumentou com os petrodólares, os quais, não encontrando aplicação produtiva no Norte, foram canalizados alegremente para o Sul, tradicionalmente marginalizado nos mercados financeiros internacionais. Os credores não levaram em conta a futura capacidade de pagamento dos devedores; o que se compreende, pois o negócio dos financistas consiste em emprestar, não em guardar dinheiro. Além disso, as baixas taxas de juros, inferiores à inflação, eram um convite para o endividamento.

Não se pode aceitar o mito de que a grande liqüidez internacional da década de 1970 surgiu simplesmente como conseqüência da elevação dos preços do petróleo. Por outro lado, a simples expressão das necessidades financeiras dos países sub-desenvolvidos, latentes há décadas, não foi nem seria motivo suficiente para mobilizar o fluxo dos recursos externos necessários.

Esta situação obrigou o sistema financeiro internacional, através dos seus bancos, a aplicar os excedentes na periferia, estimulado não só pelo montante dos recursos disponíveis e a possibilidade relativamente menor de reprodução nos países centrais, mas pela redução dos controles e uma avaliação positiva das possibilidade de pagamento desses países. Nessas circunstâncias, diminuiu o rigor na concessão de empréstimos, dando-se prioridade aos esquemas financeiros e comerciais em comparação com os de produção, o que se refletiu no incremento gradual das atividades especulativas.

Juntamente com os bancos numerosas empresas estrangeiras, muitas transnacionais, participavam ativamente da "dança dos milhões", vendendo tecnologias obsoletas ou construindo obras que, pelos seus erros de planejamento constituem verdadeiros monumentos à ineficiência.

Há casos paradigmáticos de empresas que, para vender seus produtos propiciavam qualquer loucura: a construção de uma usina termo-nuclear no valor de 2.500 milhões de dólares nas Filipinas, erigida sobre terreno sísmico e que não funciona; a fábrica de papel de Santiago de Cao, no Peru, que não pode operar pela falta de água suficiente; o trem elétrico de

livro.pmd 138 26/9/2005, 13:26

Lima, inconcluso; a refinaria de estanho de Karachipampa, na Bolívia, que por estar situada a 4.000 metros de altitude não tem bastante oxigênio para funcionar; a usina de processamento de lixo de Guayaquil, adquirida e paga mas que nunca foi instalada, e cujos restos se incendiaram; a laminação de aço ACEPAR, no Paraguai, que praticamente não funciona desde sua conclusão, em meados dos anos 1980; a gráfica do Ministério da Educação, em Quito, instalada em 1991, doze anos depois de adquirida (e que ainda não funciona), quando o país de origem do equipamento, a República Democrática Alemã, deixara de existir.

Outro caso digno de menção pode ser a compra de barcos pesqueiros noruegueses por parte de empresários equatorianos, no fim da década de 1970. Construídos com subsídios do governo norueguês, interessado em apoiar seus debilitados estaleiros, esses barcos foram comprados com financiamento da Noruega. No entanto, pouco tempo depois, como o negócio não caminhava de acordo com as expectativas iniciais, os barcos foram vendidos ao Estado equatoriano, que assumiu a dívida contraída com a Noruega, de cerca de 150 milhões de dólares, e cujo pagamento foi suspenso a partir de 1995; no entanto, ao começar o novo milênio, embora seja uma dívida impagável e de duvidosa legitimidade, pretende-se transformá-la em inversões sociais ...

Esses e muitos outros projetos que terminaram sendo improdutivos, apesar de contarem com a onerosa assessoria de consultores e empresas estrangeiras, e com a supervisão dos novos organismos multilaterais, permanecem como um passivo a ser pago pelos países pobres. Em outros projetos o custo final foi muito superior ao inicialmente orçamentado. A venda de armamentos, muitas vezes financiada com créditos externos, é outro exemplo da cumplicidade e co-responsabilidade dos credores.

Um lugar destacado cabe às instituições financeiras multilaterais: o Banco Mundial, o FMI e o BID, controlados pelos países mais ricos. Durante o festim creditício, esses organismos fizeram empréstimos liberais para o mundo subdesenvolvido, ou ajudaram a sua contratação, inclusive pelas empresas estatais, que agora tanto criticam. Transferir para o Sul a

livro.pmd 139 26/9/2005, 13:26

enorme massa de recursos financeiros excedentes no Norte era a melhor saída diante da recessão que atingia os países centrais.

Não há dúvida de que o Banco Mundial e o FMI são atores importantes nas transformações registradas nas últimas décadas no mundo subdesenvolvido. No caso da América Latina, não podemos esquecer também o BID, sócio menor dos primeiros. São organismos que há bastante tempo têm atuado ativamente planejando e recomendando políticas econômicas, e por isso é enorme a sua responsabilidade por boa parte do que aconteceu e ainda acontece nos países pobres.

Além disso, enquanto estimulavam a contratação de créditos externos, esses organismos não se precaviam — nem mesmo nos anos 1980, quando a crise da dívida já era um fato — contra as mudanças substanciais no mercado do petróleo, para mencionar um aspecto importante na época. Os efeitos desse clima permissivo fomentado pelos organismos internacionais, tanto para os países importadores como para os exportadores de petróleo, levavam necessariamente à continuação do processo de endividamento. Para os importadores, a saída para a expectativa de um aumento sustentado dos preços do óleo bruto era endividar-se para diversificar a oferta energética e reduzir a dependência do petróleo. No entanto, da revisão do endividamento desses países é fácil concluir que a elevação dos preços do petróleo não foi o único detonador dessa demanda maciça de créditos, ocorrida dentro de contexto sistêmico. Para os segundos, o lógico, em termos financeiros, era continuar assumindo empréstimos, que no momento não representavam um grande ônus, para pagá-los depois com o esperado aumento da receita do petróleo.

O BID, por exemplo, afirmava em 1981 que "dada a elasticidade de receita da demanda de energia, tanto a curto como a longo prazo, e as prováveis mudanças na estrutura da economia, a aceleração da taxa de crescimento da atividade econômica levará a uma maior demanda, em particular de petróleo, pelo menos durante os próximos dez anos."

Mesmo quando o preço do óleo cru já havia caído, a partir da segunda metade do ano de 1982, dando sinais de um enfraquecimento de tipo

livro.pmd 140 26/9/2005, 13:26

estrutural que levaria, em 1986, ao seu valor mais baixo, em 1985 o Banco Mundial ainda garantia: "é provável que [esses preços]voltem a aumentar em termos reais durante o presente decênio." Neste contexto havia cenários com preços crescentes do petróleo, que flutuaram entre 30 e 48 dólares por barril em meados da década de 1980, e entre 30 e 78 dólares em meados da década seguinte (em valores constantes de 1980). Esses erros de previsão no campo petrolífero foram repetidos com relação a muitos outros produtos primários na década de 1980. Com respeito ao petróleo, o erro foi de 150 a 160 por cento; para os minerais metálicos chegou a 62%; para óleos e azeites vegetais, a 180%; para outros produtos agrícolas não alimentícios, 10%; e assim por diante.

Posteriormente, já em plena crise, esses organismos internacionais (com funcionários subsidiados de todos os lados) assumiram o papel de cobradores e ajustadores das economias que tinham contribuído a endividar. Some-se a isso o papel que tiveram como causadores diretos da perda de disciplina do mercado ao propiciar muitas vezes medidas que significaram a assunção dos riscos dos credores e devedores privados.

Sem dúvida alguma os anos 1970 foram um período propício para conseguir empréstimos fáceis; a sua destinação quase não interessava, e com créditos externos podia-se até mesmo pagar os salários dos burocratas. Neste processo, os bancos ofereciam e chegavam a obrigar os países subdesenvolvidos, direta ou indiretamente, a aceitar empréstimos que não se ajustavam às condições normais, muitos dos quais não eram indispensáveis ou superavam o valor solicitado inicialmente. E os bancos não deixavam de conseguir sempre grandes lucros com essas operações.

Naquela ocasião, o endividamento externo dos países latino-americanos deve ser visto como uma reação aos interesses e necessidades do sistema bancário internacional, especificamente do capital financeiro, mais do exclusivamente das necessidades desses recursos e a sua administração pelos países endividados.

Apesar da importância de que se reveste a lógica do capital financeiro internacional na vida dos nossos países, não se pode acreditar que essa

livro.pmd 141 26/9/2005, 13:26

lógica seja exclusivamente econômica e financeira. É preciso levar em conta outros elementos constitutivos do poder mundial, como por exemplo a influência da "colonialidade do poder" que mencionamos no princípio deste livro.

Nesse ambiente de facilidade financeira, as elites terceiro-mundistas encontraram a oportunidade para satisfazer, ainda que só em parte, seu déficit crônico de financiamento. Processo que se transformou em um alegre e exagerado endividamento do "Terceiro Mundo", que além de tudo não levou a uma utilização adequada dos recursos contratados; e assim se gerou uma nova crise da dívida externa. Em outras palavras, o grande crescimento da economia equatoriana atraiu um fluxo importante de créditos externos, sem que paralelamente fossem feitas mudanças estruturais que tivessem permitido criar para ela bases mais firmes, e terminou por torná-la mais vulnerável. No fim empréstimos eram contratados para cumprir com obrigações creditícias assumidas anteriormente ...

Neste ponto cabe lembrar, além de tudo, as pressões norte-americanas, financeiras e comerciais, sofridas pelo Equador na década de 1970, por ser membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Pressões que contribuíram para forçar o endividamento externo com bancos privados.

É preciso completar a história do Equador, especialmente no século XX, com a crescente ingerência dos Estados Unidos nos seus assuntos internos, o que em algumas ocasiões provocou conflitos como a "guerra do atum", iniciada na década de 1950 e agravada nas duas décadas seguintes, com a qual o governo norte-americano impôs ao país uma série de sanções aduaneiras e comerciais, pela decisão equatoriana de defender o seu mar territorial, apresando barcos pesqueiros americanos dentro da zona de duzentas milhas do mar territorial reclamado pelo país.

Pressões diplomáticas e até mesmo aduaneiras que se repetiriam durante os anos 1980 e 1990 com ameaças feitas pela Embaixada dos Estados Unidos em Quito, na defesa de um grupo de investidores ianques

livro.pmd 142 26/9/2005, 13:26

que tinham negócios em Guayaquil com a empresa de eletricidade EMELEC: durante décadas uma companhia privada que gozou de proteção estatal e que se beneficiava com uma garantia de lucro mínimo em dólares.

No entanto, a despeito de todos esses elementos de origem externa, não se pode ocultar, em absoluto, que a crise teve origem também dentro do país, onde várias causas sistêmicas aprofundaram o endividamento e explicam não só o montante elevado da dívida mas também sua precária utilização.

No caso do Equador os seguintes aspectos poderiam ser salientados:

. investimentos sobre-dimensionados de muitos projetos iniciados nos anos do petróleo;
. estabelecimento e consolidação de padrões de vida consumistas em pequenos grupos da população;
. compras maciças de armas;
. corrupção;
. transferência para o exterior de recursos financeiros (evasão de capitais);
. remessas de lucros das empresas estrangeiras;
. pagamento crescente de juros e amortização dos créditos concedidos pelo bancos internacionais.

Além disso, é preciso reconhecer que em mais de uma oportunidade os governantes dos países subdesenvolvidos defenderam os interesses de investidores, comerciantes e banqueiros dos países do Norte, sejam vendedores de armas ou agiotas internacionais, para mencionar apenas duas categorias.

No princípio da década de 1980 as dificuldades econômicas internacionais começaram a se agravar, à medida que os déficits da economia norte-americana pressionavam as relações comerciais e financeiras mundiais. Esses desequilíbrios obrigaram a um reajuste da

livro.pmd 143 26/9/2005, 13:26

economia norte-americana, o que motivou a elevação das taxas de juros e a redução dos créditos disponíveis para os países sub-desenvolvidos.

Portanto, outra vez o elemento que detonou a crise latino-americana estava nos Estados Unidos: foi a instauração da política econômica conhecida como "*reaganomics*", a partir de 1981, a qual fez com que a dívida externa do Terceiro Mundo se tornasse completamente inadministrável. A política adotada pelo Presidente Reagan procurou reduzir os enormes déficits da economia norte-americana para reafirmar a superioridade militar dos Estados Unidos sobre a União Soviética e a sua liderança sobre as outras economias ocidentais; provocou um aumento maciço da despesa com armamentos, que não podia ser compensada com a restrição dos gastos nas áreas sociais. Como corolário, seus déficits continuaram crescendo e os Estados Unidos passaram a ser a maior economia devedora do mundo, com um mercado insaciável de créditos, reorientando os fluxos financeiros do Sul para o Norte.

Com a "*reaganomics*" se experimentou um processo de recuperação de capitais por parte dos países desenvolvidos, com base em um incremento sustentado das taxas de juros. Essas taxas, que tinham flutuado entre 4 e 6% ao ano, disparam para o nível de 20%. A elevação repentina e arbitrária das taxas de juros causou um refluxo maciço de capitais: endividados, os países pobres foram "amarrados à pesada roda dos juros compostos". Com taxas de juros altas, os Estados Unidos atraíam capitais latino-americanos. Assim, a América Latina exportou capital para financiar as grandes transformações tecnológicas do mundo desenvolvido, sobretudo nos Estados Unidos, e a dívida externa voltou a ser sentida como um problema. Teve início uma nova crise da dívida, como em épocas anteriores, o que se fez acompanhar por uma redução da demanda as matérias primas, com a conseqüente queda dos seus preços.

Nessa época de crise, desde 1980 até 1990, houve na América Latina uma transferência líqüida negativa de 238 mil milhões de dólares em favor dos seus credores, sobretudo nos Estados Unidos. Transferência que se pode estimar somando os novos empréstimos ao total da dívida existente

livro.pmd 144 26/9/2005, 13:26

em 1980: 228 mil milhões de dólares, e diminuindo o pagamento do principal e especialmente o serviço de juros. No ano 1990, a dívida externa, como por um passe mágico, alcançou 442 mil milhões de dólares. Foi paga, em termos líquidos, uma soma enorme: 238 mil milhões. Não obstante, a dívida externa adquiriu vida própria, e cresceu em quase 220 mil milhões. Instaurou-se assim a loucura financeira, a luxúria especulativa, a sem-razão dos juros usurários cobrados sobre juros atrasados, e a dívida se tornou impagável.

Para termos uma idéia da magnitude envolvida, o valor total transferido aos credores representa três vezes o valor do Plano Marshall, com o qual os Estados Unidos financiaram a reconstrução da Europa, entre 1948 e 1953. Assim, a América Latina financiou a recuperação das economias desenvolvidas, em particular a norte-americana. Eric Toussaint, um especialista belga nos temas da dívida externa, garante que o serviço da dívida por todos os países empobrecidos, no período entre 1980 e 2000 (sem levar em conta novos desembolsos), representou o equivalente a 43 vezes o Plano Marshall, e que a quantia paga por esses países anualmente como serviço da dívida representa o equivalente a 3 vezes o Plano Marshall. Esta realidade desmente a mensagem tantas vezes repetida com que se quer convencer os devedores de que precisam saldar a dívida para poder receber novos investimento, pois na prática em termos líqüidos os fluxos financeiros se dirigem do Sul para o Norte.

Do ponto de vista matemático, a dívida da América Latina já estaria paga, e o mesmo se pode dizer com respeito especificamente à dívida do Equador. Com efeito, de 1982 a 2000 o Equador desembolsou como pagamento de capital e juros o total de 75.908,2 milhões de dólares, e no mesmo período recebeu novos desembolsos totalizando 65.678,8 milhões: uma transferência líqüida negativa de 10.229,4 milhões. Não obstante, o valor da dívida aumentou em 6.931,7 milhões, passando de 6.633 milhões para 13.564,5 milhões no período mencionado. Cabe mencionar que com a conversão dos títulos Brady em bônus Global, a dívida se reduziu em 2.717,8 milhões no ano 2000 (vide Tabela 11). Assim, o Equador deve ter

livro.pmd 145 26/9/2005, 13:26

financiado quase um décimo do "Plano Marshall" com que os latino-americanos socorreram os Estados Unidos …

A esta sangria crônica se poderia acrescentar o que significou a transferência de recursos pela deterioração dos termos de intercâmbio, a evasão de capitais, a perda de capital humano pela emigração, e até mesmo o negócio do narcotráfico, realizado em sua maior parte nos Estados Unidos. Ao que se saiba os países ricos nunca opuseram obstáculos a esses fluxos financeiros provenientes dos países do Sul, que desde a época colonial foram muito vantajoso para eles. E cabe lembrar, finalmente, que é difícil, se não impossível, recuperar os depósitos bancários dos ditadores, escondidos nos países ricos.

Por tudo isso não se pode afirmar que a crise tenha sido provocada pela dívida, pois esta é na verdade apenas uma outra manifestação da crise, que tem uma série de elementos próprios, além de outros que já ocorreram em épocas anteriores: meados da década de 1820, princípio dos anos 1870 e nos anos noventa do século XIX, assim como na tristemente célebre depressão dos anos trinta do século XX.

livro.pmd 146 26/9/2005, 13:26

4
Rumo a um novo modelo modernizado de exportação de produtos primários

Rumo a um novo modelo modernizado de exportação de produtos primários

Antes de entrar na análise desta última fase da história econômica do Equador, convém assinalar que poucas vezes no mundo uma proposta ideológica alcançou o nível de globalidade do neo-liberalismo: uma ideologia, e não simplesmente uma teoria econômica. Como "retorno do neo-liberalismo", conforme a definiu Raúl Prebisch no princípio dos anos 1980, essa ideologia se transformou em "pensamento único". Em conseqüência dessa posição totalitária, a mensagem dominante assegura que "não há alternativa". E dessa perspectiva o ajuste estrutural se difunde pelo mundo, em um claro exercício de poder global.

O alcance do consenso de Washington

As propostas econômicas vigentes, que configuram a lógica e a prática dos ajustes neo-liberais, são conhecidas como "Consenso de Washington", tal como no princípio da década de 1990 John Williamson as denominou, engenhosamente. Essa receita recolhe as medidas ortodoxas do FMI, do Banco Mundial e dos outros organismos multilaterais de crédito (BID, etc.), assim como a posição do governo norte-americano e dos conglomerados transnacionais de maior influência mundial, sobretudo os norte-americanos.

Sem pretender aprofundar os detalhes do Consenso, vale a pena indicar dez componentes básicos dessa receita:

. Austeridade e disciplina fiscal.
. Reestruturação da despesa pública.
. Reforma tributária.

livro.pmd 149 26/9/2005, 13:26

. Privatização das empresas públicas.
. Administração de um câmbio competitivo.
. Liberalização comercial.
. Desregulamentação do mercado financeiro e abertura da conta de capitais.
. Abertura sem restrições aos investimentos diretos estrangeiros.
. Flexibilização das relações econômicas e trabalhistas.
. Garantia e cumprimento dos direitos de propriedade privada.

Não contam apenas as medidas monetaristas de curto prazo. São posições que fazem parte de uma estratégia global para re-estruturar a economia, dentro da racionalidade do sistema capitalista. Com essa receita se procura criar um "contexto apropriado" para garantir a participação dos países sub-desenvolvidos na nova divisão internacional do trabalho: a "globalização", apresentada de forma simplória como se fosse um processo novo, quando na realidade é apenas uma fase do processo de mundialização do capitalismo.

Embora o tratamento da dívida externa não apareça explicitamente no "cardápio" exposto, a aplicação dessa receita tem por objetivo garantir o serviço da dívida, cuja renegociação se transformou em alavanca eficaz para impor o Consenso de Washington, que em um ambiente democrático não se sustenta.

As instituições financeiras internacionais, tendo à frente o FMI e o Banco Mundial, têm sido e são atores fundamentais deste processo. Suas condicionalidades cruzadas são determinantes para a fixação das políticas econômicas. Sem a "aprovação" dessas instituições dificilmente um país receberá empréstimos e investimentos estrangeiros; essa aprovação passou a ser uma espécie de "selo de garantia" para os investidores. A atuação do FMI e do Banco Mundial é complementada pelo Clube de Paris, com o qual são re-estruturadas as dívidas bilaterais — desde que elas contem com tal garantia.

A estabilização e o ajuste não visam simplesmente reduzir a inflação ou assegurar o crescimento econômico de longo prazo para os países

livro.pmd 150 26/9/2005, 13:26

periféricos. São mecanismos destinados a transformar a economia mundial, e que, em primeiro instância, garantem os mercados para os produtos dos países centrais. O aumento das exportações desses países serviu para sanear seu balanço de pagamentos e para suavizar a recessão e as altas taxas de desemprego, ao mesmo tempo em que se beneficia da oferta a baixos preços de produtos agrícolas e minerais provenientes dos países empobrecidos.

Em suma, como resultado das mudanças ocorridas nos últimos anos, o mercado mundial tornou-se mais favorável às exportações dos países industrializados, em comparação com as dos países subdesenvolvidos; exportações que, como as agrícolas, são protegidas por enormes subsídios (mais de 360 mil milhões de dólares por ano). Além disso, a transferência de recursos a partir dos países latino-americanos, incluindo a amortização da dívida externa, serviu para financiar a revolução tecnológica e organizacional em curso nos países industrializados.

Como veremos adiante, durante todos esses anos, e independentemente dos diferentes graus de coerência entre a teoria e a prática, aplicando sempre as mesmas políticas e sem se preocupar com a sua irracionalidade, o Equador se manteve dentro do movimento de reordenação liderado pelo capital financeiro internacional.

Ao abandonar uma opção nacional (melhor dito: uma potencial opção nacional), o Equador se integrou no funcionamento da economia internacional dentro de um esquema passivo que precipita e consolida a trans-nacionalização. Como algum espírito ingênuo poderia crer, o motor desse fenômeno não é o simples resultado de uma confabulação internacional empenhada em subjugar as nações mais fracas, mas se explica pela lógica objetiva do sistema capitalista, que processa atualmente uma nova forma de reorganização política e econômica do mundo.

Para conseguir essa reinserção se aceitou na prática a necessidade de tornar competitiva a mão de obra nacional, mediante a depreciação programada do poder aquisitivo dos salários e a maior flexibilização da classe trabalhadora. Aceitou-se assim a "reprimarização" da economia,

livro.pmd 151 26/9/2005, 13:26

voltando-se a explorar as vantagens comparativas naturais, aproveitando sua renda elevada, excluindo a possibilidade de instaurar pelo menos um esquema de longo prazo para consolidar aqueles setores produtivos nos quais o país poderia tornar-se competitivo no longo prazo. São consolidadas atividades de baixo perfil tecnológico, em caráter definitivo, com muito pouca ou nenhuma incidência internacional.

Da mesma forma se progride no desmantelamento dogmático do Estado, esgrimindo a espada da sua ineficiência estrutural, quando o que está realmente em jogo , além dos bons negócios oferecidos pelas privatizações, é a eliminação de uma forma de Estado que possa converter-se em um dos eixos do processo nacional de desenvolvimento. Dessa perspectiva chegou-se à satanização do papel do Estado, apresentado como uma instituição que, flutuando acima das divisões de classe, interesse e estrutura econômica, teria gozado de uma autonomia que provocou a crise vivida pelo país desde os anos 1980. Algo distante da verdade, como tivemos a oportunidade de ver nestas páginas.

Assim, a partir de uma crítica da modalidade fracassada de industrialização, abre-se a porta a uma nova modalidade de acumulação primário-exportadora moderna, acompanhada evidentemente de um novo Estado, de outra política econômica e diferentes alianças dominantes: elementos que serão tratados mais adiante.

Os primeiros passos do ajuste neo-liberal

Interrompido o processo de acumulação sustentado por recursos financeiros "fáceis e abundantes", sem as reformas estruturais que seriam indispensáveis, os governo civis precisaram enfrentar a busca dos equilíbrios macro-econômicos, procurando manter com vida o espaço constitucional, que respondia às necessidades da renovada estratégia internacional dos Estados Unidos.

Além da queda dos preços do petróleo (que durante 1981 chegaram a mais de 40 dólares por barril no mercado ocasional, conhecido como

livro.pmd 152 26/9/2005, 13:26

spot), o Equador teve que enfrentar as inundações do inverno de 1982 e 1983, causadas pelo fenômeno *El Niño*, que afetaram a produção agrícola e a economia de modo geral. Desde então, o Equador, que até 1981 vinha convivendo com aparente facilidade com o impacto dos problemas econômicos internacionais, começou a sentir em cheio os seus sintomas; mas não exclusivamente por causa das razões naturais já citadas, ou pela queda dos preços do óleo cru, mas também por uma série de fatores estruturais externos e internos que mencionamos no curso dos capítulos precedentes.

Pouco depois da suspensão dos pagamentos externos pelo México, em agosto de 1982, o governo equatoriano ingressou na ronda das negociações contínuas da dívida externa com os credores internacionais, incorporando sempre com maior profundidade as recomendações e condicionalidades do capital financeiro internacional, formuladas e pressionadas pelo FMI e o Banco Mundial. Surgiram então, de forma crua, os problemas que a fase do petróleo mantivera relativamente ocultos.

O governo presidido por Osvaldo Hurtado Larrea, que herdara o poder político depois do trágico falecimento do Presidente Jaime Roldós Aguilera, em 24 de maio de 1981, deu início a uma marcha tortuosa de intermináveis ajustes e desajustes.

Desde então tentou-se enfrentar o problema da inflação aplicando um esquema recessivo visando reduzir os índices de consumo e investimento, e garantindo os processos de acumulação de capital. Situação que só era viável na medida em que os salários eram deprimidos. Em conseqüência, a participação do fator trabalho na renda nacional caiu de 32% em 1980 para 12,7% em 1990 e 1991, seguindo-se uma ligeira recuperação em 1997, para 13,9%, pouco antes da severa crise do fim do século XX. Os trabalhadores, assim como a maioria dos servidores públicos, especialmente os professores, sofreram os efeitos mas duros da repressão salarial.

Todos esses elementos, no contexto da chamada "flexibilização trabalhista", comprimiram ainda mais o já limitado mercado interno, que

livro.pmd 153 26/9/2005, 13:26

sofreu também com o desemprego crescente e o enfraquecimento sistemático da organização sindical. Desde que foram introduzidas algumas reformas no campo da contratação compartilhada, a chamada *maquila* e as zonas francas com claras limitações à atividade sindical, a partir do governo de Rodrigo Borja Cevallos, em 1988, não faltaram as pressões para ampliar ainda mais a flexibilização trabalhista.

Uma descrição do que foi o ajuste no Equador estaria incompleta se não considerasse as dificuldades exógenas enfrentadas pela economia, somando-se às antigas e enraizadas restrições do sub-desenvolvimento. Entre as primeiras pode-se destacar inundações (1982-3, 1997-8), secas, terremoto (1987), queda dos preços do petróleo (1982-3, 1986, 1997-8), conflito bélico (1981, 1995), crise financeira internacional (1997-8). Esta análise deveria incorporar os problemas estruturais existentes, característicos do capitalismo dependente, já que não se pode aceitar que as condições prevalecentes antes do ajuste eram ótimas e estáveis, ou que a causa dos problemas do Equador é exclusivamente a política de inspiração neoliberal.

Uma primeira abordagem do tema exige repassar rapidamente a evolução do ajuste desde a sua instituição política.

Depois do início relativamente tímido da reforma, sobretudo no campo da estabilização macro-econômica, devido principalmente aos efeitos da crise da dívida externa, no governo de Osvaldo Hurtado Larrea (1981-4), o ajuste experimentou uma transição descontínua e confusa durante o regime social-cristão de León Febres Cordero (1984-8); a despeito das suas declarações e ações em favor de uma maior abertura e liberalização "'neo-liberalismo' com uma gramática populista', diria posteriormente o cientista político César Montufar — a economia evoluiu para uma desordem generalizada, com crescente mal-estar da cidadania, revoltada contra um governo autoritário.

As expectativas levantadas pelo social-democrata Rodrigo Borja Cevallos (1998-1992), contrário publicamente às teses neo-liberais, duraram pouco: além de certas intenções de mudança e de algumas reformas

livro.pmd 154 26/9/2005, 13:26

importantes, o seu governo se manteve em grande medida na senda do ajuste, e tramitou uma série de transformações (por exemplo, no campo trabalhista e de abertura comercial) que viriam a facilitar posteriormente o aprofundamento do esquema neo-liberal.

No período do conservador Sixto Durán Ballén (1992-6), o discurso neo-liberal coincidiu com em boa medida com a prática governamental: o ajuste deu passos acelerados, embora alguns deles fossem truncados pelo protesto social que derrotou as reformas neo-liberais que o regime quis introduzir em fins de 1995, via consulta popular, quando falhou a manobra corrupta do Vice-Presidente Alberto Dahik Garzosi, que reconheceu o suborno praticado com deputados para acelerar as privatizações. Pelo menos até o ano de 1999 se sentiu a herança da política econômica do Vice-Presidente Dahik e da sua equipe econômica, chefiada por Ana Lucia Armijos, Augusto de la Torre e Fidel Jaramillo Buendía (equipe que "reinou" desde então até o governo de Mahuad).

Em seguida o populista Abdalá Bucaram Ortiz chegou à Presidência (1996-7), apresentando-se como "o Presidente dos pobres", e tentou impulsionar a economia equatoriana para uma fase superior do neo-liberalismo: sua proposta de conversibilidade seria instrumental para forçar a aprovação de uma longa lista de reformas neo-liberais, acelerar as privatizações e radicalizar a flexibilidade trabalhista.

Mais adiante, depois de complicado e confuso acordo político para resolver a crise de fevereiro de 1997, quando Bucaram Ortiz se viu forçado a deixar o Poder, foi instaurado um governo interino, à frente do qual esteve o conservador-populista Fabián Alarcón Rivera, em 1997-8. Apesar de uma gestão caótica, o seu governo se manteve no caminho do ajuste, no meio de crise que se ampliava com rapidez, ao mesmo tempo em que se desperdiçava uma oportunidade histórica para fazer uma reforma política profunda, tão reclamada pela sociedade depois da queda de Bucaram Ortiz.

Com Jamil Mahuad Witt (1998-2000), democrata cristão estreitamente vinculado aos grandes bancos, o país enfrentou uma das priores crises econômicas da sua história, agravada pela imposição, em 9

livro.pmd 155 26/9/2005, 13:26

de janeiro de 2000, de um esquema de dolarização oficial da economia. Dolarização ratificada pelo Vice-Presidente de Mahuad, Gustavo Noboa Bejarano, que chegou à Presidência em 22 de janeiro de 2000, quando fracassou uma tentativa de assalto do Poder por um grupo de importantes atores sociais, sobretudo indígenas, apoiados por oficiais da força terrestre.

Entre os responsáveis pelo ajuste, além dos governo sucessivos que citamos, teríamos que mencionar os organismos multilaterais, verdadeiros gestores da política econômica equatoriana, cujo poder e crescente influência, fora de qualquer controle democrático, são indiscutíveis.

Desde 1983 o Equador assinou uma dezena de "Cartas de Intenção" com o FMI, a última em abril de 2000. Com isso o governo garantiu a concessão de oito créditos *stand by*, em julho de 1983, março de 1985, agosto de 1986, janeiro de 1988, setembro de 1989, dezembro de 1991, maio de 1994 e abril de 2000.

Vale lembrar que durante a crise da banana, nos anos 1960 e 1970, o Equador recorreu também ao FMI, e obteve outros nove créditos *stand by*: só com as exportações de petróleo o país pôde livrar-se do controle estreito do FMI, cujas políticas contudo não o ajudaram a superar a crise.

O poder do Fundo Monetário Internacional não está no montante dos seus créditos, mas: 1) na posição de "credor preferencial", na medida em que os seus créditos devem ser pagos prioritariamente; 2) nas suas condições creditícias determinantes na administração econômica dos países devedores; 3) e na sua capacidade de mobilizar recursos de outras fontes para os bons discípulos das suas políticas. Sem o acordo do FMI, por exemplo, não é possível negociar com o Clube de Paris, e também não é possível avançar nas conversações com os credores privados ou conseguir um empréstimo do Banco Mundial ou do BID.

O Equador sempre recorreu, em várias oportunidades, ao financiamento do Banco Mundial, cujos empréstimos para "ajuste estrutural" e "ajuste setorial" foram instrumentos poderosos de promoção do neoliberalismo, agravando até mesmo os seus efeitos.

livro.pmd 156 26/9/2005, 13:26

Leve-se em conta a responsabilidade que têm essas entidades na crise financeira a que chegou o país como resultado da liberalização promovida pelo FMI e que se agravou com a criação da Agência de Garantia de Depósitos, por pressão do Banco Mundial. Outro dos condicionamentos impostos pelo FMI foi a última capitalização do Filanbanco, no valor de trezentos milhões de dólares, quando esse banco, que literalmente havia quebrado em mãos privadas, no fim de 1998, foi liqüidado pelo Estado.

Um fator de distorsão quase permanente foram as pressões contínuas dos grupos de poder partidários do ajuste mas que não se cansavam de recorrer ao paternalismo estatal. Isto se explica pelo caráter rentista desse grupos, interessados em privatizar e aumentar suas prebendas mas não em uma modernização genuína do Estado, ou em reformas que fizessem funcionar efetivamente um mercado competitivo, criando a verdadeira cidadania.

Sem querer pagar impostos e cumprir suas obrigações com a sociedade, esses grupos procuraram defender seus interesses e privilégios politizando as importantes câmaras empresariais, suas associações. Assim se avançou no caminho da "modernização", que oculta grandes ineficiências e uma ausência marcante de responsabilidade social por parte das empresas. Por isso, ressalvadas algumas exceções, não se pode encontrar maiores diferenças com as antigas práticas "empresariais" dos latifundiários da Serra e da Costa.

Os expoentes "naturais" do neoliberalismo — os grupos de poder e seus partidos políticos — não conseguiram consolidar uma posição homogênea como projeto hegemônico pela sua falta de visão, sua mediocridade e contradições internas.

As medidas adotadas inicialmente teriam que ser respaldadas por outras, mais adiante, pois as pressões empresariais e os protestos sociais tornavam mais difícil manter o ritmo de ajuste. E sem chegar aos extremos autoritários do Cone Sul, no Equador o ajuste foi acompanhado por um crescente déficit democrático, enquanto com um discurso de tonalidade

livro.pmd 157 26/9/2005, 13:26

progressista o governo procurou conseguir apoio aos esquemas de ajuste socialmente custosos.

Nas condições descritas, esse processo de ajuste/desajuste neoliberal resultou conflitivo; foi um processo tortuoso e interminável, agravado pela presença e pelo recrudescimento dos ônus ancestrais do subdesenvolvimento.

Tudo isso no meio de um ambiente marcado pela corrupção, como mostram os casos do Vice-Presidente Dahik e do Presidente Bucaram, que se refugiaram no exterior. Alarcón, ex-responsável pelo Poder, ficou preso durante alguns meses em 1999, por atos dolosos que havia praticado diretamente quando Presidente do Congresso Nacional e por meio do seu Ministro César Verduga, acusado de mal uso de fundos reservados (também detido temporariamente no México), a pedido da Justiça do Equador. Sobre a Jamil Mahuad Witt e parte da sua equipe econômica — alguns deles foragidos — pesa ordem de prisão relacionada com a intervenção bancária.

Principais características de um ajuste tortuoso

Para entender melhor a evolução do ajuste convém examinar melhor alguns dos fatos mais importantes, relacionados com os vários governos do período.

Osvaldo Hurtado Larrea

Quando Hurtado Larrea começou sua gestão arquivou as propostas de mudança de Roldós-Hurtado e não fez qualquer tentativa de esboçar uma estratégia alternativa. Pelo contrário: antes mesmo de recorrer às negociações com os bancos internacionais, sem qualquer pressão o governo aceitou aplicar políticas inspiradas no FMI, como o reconheceriam depois seus antigos funcionários.

Com um punhado de colaboradores, Hurtado assumiu a posição de "proprietário da verdade", como ponta de lança dos ajustes neoliberais.

livro.pmd 158 26/9/2005, 13:26

Todas as decisões foram tomadas em um contexto em que a discussão democrática e o consenso eram inexistentes, prática que continuou sem qualquer alteração. Anos depois o próprio Hurtado reconheceria que "nós quatro tomamos todas as decisões. Não discutimos os problemas com ninguém, e não consultamos ninguém …não consultamos nem os ministros, nem os partidos, nem, os deputados. Para manter o caráter confidencial as medidas que iam ser tomadas eram informadas horas antes do seu anúncio" (Thoumi e Grindle 1992, p. 40).

Apesar dos problemas econômicos, o governo da democracia cristã se destacou pelo respeito à ordem constituída. A alternância no poder foi uma das suas metas; objetivo importante, pois como nos lembramos o país tinha acabado de superar o período ditatorial mais longo da sua história: 1970-9. Não obstante, e apesar do desejo de manter a continuidade democrática, a aplicação das políticas de ajuste e os programas de estabilização debilitaram a frágil democracia equatoriana.

Devido à sua origem e composição, o Estado se converteu no elemento determinante para a aplicação da nova estratégia econômica. De um lado, moderou as crescentes aspirações sociais surgidas com o fim da ditadura, enquanto a riqueza petrolífera permitia uma saída que não afetasse as modalidades de acumulação existentes. Por outro lado, favoreceu os grupos econômicos, por exemplo com a "sucretização" da divida externa privada equatoriana.

Com essa "sucretização" o que se fez foi converter em dólares as dívidas dos agentes econômicos privados, livremente contratadas fora do país em dívidas denominadas em sucres, frente ao Banco Central, em condições vantajosas. Ao mesmo tempo, o Banco assumia o compromisso de pagar em dólares os credores internacionais.

Essa medida beneficiou pessoas destacadas na vida nacional, atores de primeira linha em um processo complexo e já antigo de "privatização" do Estado, transformado em fonte de grandes prebendas para diversos grupos oligárquicos vinculados ao grande capital.

livro.pmd 159 26/9/2005, 13:26

A transformação de dívidas privadas em públicas não resultou de uma idéia das autoridades equatorianas: foi uma condição imposta pela FMI e o Banco Mundial, com o argumento (utilizado não só no caso equatoriano) que o Estado é o melhor garante para responder por esses créditos.

Pressionado também pela situação econômica e os grupos de poder, o governo de Hurtado Larrea, que não contava com um sólido apoio político, aceitou que o Estado assumisse a dívida do setor privado, estatizando seus créditos externos diante dos bancos internacionais. Na prática, foi uma garantia de crédito dada em favor dos credores externos, e uma garantia de câmbio para os devedores em moeda estrangeira.

De acordo com essa "sucretização" a partir de 1983 a quase totalidade da dívida externa do setor privado se converteria de forma indiscriminada em dívida do setor público — com uma dose significativa de engenho e generosidade, segundo León Roldós Aguilera, que foi eleito pelo Congresso como Vice-Presidente de Hurtado Larrea.

Nesse procedimento não se analisou a situação de cada um dos devedores, suas disponibilidades de recursos em depósitos no exterior, a existência de garantias ou a destinação real dos fundos. Também não foram previstos mecanismos para saber se as dívidas declaradas estavam pagas: os registros do Banco Central só consideravam seu ingresso, e não o seu pagamento, e as dívidas não registradas não precisavam pagar impostos. Assim, não seria de surpreender que mais de um crédito fictício possa ter sido "sucretizado", assim como créditos de outro modo irrecuperáveis, como chegaria a afirmar mais tarde o economista Abelardo Pachano, que era gerente do Banco Central quando Hurtado Larrea tomou essa medida controversa.

Mesmo se considerarmos possíveis justificativas, pode-se concluir que os créditos de estabilização permitiram que um grande número de poderosos atores econômicos nacionais, e até mesmo internacionais, obtivessem benefícios importantes. Atores que teriam dificuldade em argumentar a impossibilidade de conseguir dólares para pagar o que deviam …

livro.pmd 160 26/9/2005, 13:26

Foi um mecanismo para salvar os "amantes do risco, agressivos na captação de uma maior parcela do mercado, inclinados a intermediar com moeda estrangeira e pouco cuidadosos com a seleção da sua carteira de aplicações", conforme Pachano caracterizaria depois os diversos agentes econômicos que se beneficiaram com a "sucretização".

Existem fortes argumentos para demonstrar o que o advogado Roldós qualificou de "natureza fraudulenta" da "sucretização". O que seria justificável com respeito a certas atividades produtivas "se converteu em um mecanismo de vantagem impudica para dezenas de pessoas, dada a falta de controle do Banco Central quando se procedeu à sua aplicação".

A despeito da posição do governo de Hurtado Larrea, que transformou outra vez o Estado em empresa de reparação dos grupos econômicos mais poderosos, as elites dominantes não confiavam nele. Por outro lado, aqueles setores que tinham sido convidados marginais para o banquete do petróleo, ou dele não tinham participado, resistiam com razão a carregar o peso dos ajustes.

Em síntese, o ajuste consistiu na redução do déficit fiscal através da diminuição das despesas públicas, particularmente aquelas destinadas a atividades sociais, assim como do subsídio a determinados bens e serviços de amplo consumo. Além disso, a receita fiscal foi ampliada, com novos impostos ou a elevação do preços dos bens e serviços do setor público, como os combustíveis derivados do petróleo. Esforço dirigido para sustentar o serviço da dívida externa.

León Febres Cordero

O governo social-cristão, que chegou ao poder em 1984, declarando-se publicamente seguidor da ideologia da abertura e liberalizadora, não aprofundou, como era de esperar, o esquema neo-liberal e a administração monetarista da economia. Isto , contudo, não significa que tenha desistido de prosseguir no caminho neo-liberal prevalecente na época.

Para entender a profundidade moderada do ajuste nesta fase é preciso levar em conta a estabilização e relativa recuperação da economia alcançadas

livro.pmd 161 26/9/2005, 13:26

no fim do governo de Hurtado Larrea. Graças à ordenação passageira da dívida externa e a superação dos problemas surgidos com as inundações provocadas por "*El Niño*", em 1984 a economia voltou a crescer. Da mesma forma, o aumento da produção agrícola permitiu controlar a inflação, que havia atingido um nível até então desconhecido: 63% em setembro de 1983. No entanto, essa recuperação não trouxe um alívio real para a situação deteriorada da maioria da população, que precisava ajustar-se a uma piora sistemática das condições de vida.

A orientação básica da política econômica não mudou de rumo: com as desvalorizações aumentou a receita dos exportadores; com a aplicação paulatina de uma política de "preços reais" procurou-se um maior realismo econômico através das forças do mercado, garantindo-se maiores lucros aos grande empresários. Uma vez mais a propaganda eleitoral foi desnudada: recordemos que com um amplo movimento de direita, a "Frente de Reconstrução Nacional", chegou ao poder Febres Cordero, oferecendo "pão, teto e emprego" — necessidades genuínas para a maioria dos equatorianos, as quais, como era fácil antecipar, não foram satisfeitas.

No começo do seu governo, Febres Cordero ampliou ainda mais as condições vantajosas de pagamento da dívida externa "sucretizada", concedidas pela administração anterior. Os prazos de pagamento foram estendidos de 3 para 7 anos; a princípio as amortizações deveriam começar em 1985 e terminar em 1987, mas o novo governo postergou o início desses pagamentos para 1988. Da mesma forma, congelou-se a taxa de juros em 16 por cento, quando as taxas comerciais já superavam 28 por cento. Por fim, anulou-se a comissão de risco cambial, congelando o tipo de câmbio em 100 sucres por dólar, e aumentou-se o período de graça de 18 para 54 meses (4 anos e meio).

O governo da democracia cristã não considerou a extensão do período de pagamento um problema legal, e não por falta de vontade, como se pode apreciar no projeto de decreto enviado pelo doutor Hurtado Larrea, em 5 de julho de 1983, ao Presidente da Câmara Nacional de Representantes, o qual tem notável semelhança com o Decreto-lei urgente

livro.pmd 162 26/9/2005, 13:26

no. 1 do Engenheiro León Febres Cordero, que introduziu as mencionadas reformas.

A "sucretização" de quase 1.500 milhões de dólares da dívida externa representou um subsídio ao setor privado de mais de 1.300.000.000.000 de sucres, ou seja, 1.300 milhões de dólares, ao câmbio de mil sucres por dólar como média para o período de pagamento, se considerarmos só o efeito do diferencial de câmbio: uma das maiores subvenções da história republicana, que seria superada anos depois com a intervenção bancária realizada pelo governo democrata cristão de Mahuad Witt.

Neste ponto convém recordar que em outros países não se pôs em vigor uma garantia cambial com câmbio congelado para evitar a deterioração dos créditos devido à desvalorização. E que, no que se refere ao risco de crédito, a decisão foi também questionável; e improcedente se levarmos em conta que não tinha sido o Banco Central a qualificar os sujeitos de crédito.

Sem nos perdermos em maior discussão sobre como se produziu o subsídio, e qual o seu montante, a verdade é que o Estado, como sucedeu outras vezes nas últimas décadas, atuou como "empresa de reparação" do sistema capitalista, ao assumir (socializar) as perdas e problemas do setor privado. A "sucretização" gerou novas pressões inflacionárias, e esse aumento de preços se converteu em um mecanismo de reação à dívida externa privada, transformada em obrigações denominadas em sucres.

Outro mecanismo vantajosos para os grupos poderosos foi a "compra de contas especiais em divisas". Partindo do princípio básico do mercado secundário, ou seja, do desconto que ele promovia, o governo de Febres Cordero, com a bênção dos organismos multilaterais, promoveu a aquisição de títulos da dívida externa. Essas operações foram muito importantes para alguns bancos, que atravessavam sérias dificuldades. Por exemplo, o Banco do Pacífico, outro dos grandes beneficiários da "sucretização".

A princípio, o sistema de conversão da dívida em inversão foi posto em vigor no Equador desde agosto de 1986 até meados de 1987, quando

livro.pmd 163 26/9/2005, 13:26

foi suspenso pela pressão cambial que agravou o processo inflacionário. Depois, em dezembro do mesmo ano, ele foi reativado até agosto de 1988, mas com certas restrições que, no entanto, não impediram a formação de um mecanismo de subsídio maciço ao sistema financeiro.

As 140 operações de conversão da dívida realizadas no triênio 1986-8, através da "compra de contas especiais em divisas" permitiram reduzir a dívida em 435 milhões de dólares (47 milhões em 1986, 127 milhões em 1987 e 261 milhões em 1988). Um montante diminuto diante do volume alcançado pelo endividamento externo em 1988, quando ele já tinha superado os dez mil milhões de dólares, mas trouxe grandes benefícios ao setor empresarial.

Os ganhos provocados por este mecanismo podem ser estimados entre 260 e 300 milhões de dólares, se calcularmos que os títulos da dívida teriam sido adquiridos com um desconto médio que pode ter oscilado entre 60 e 70 por cento. Com esse mecanismo de conversão da dívida foram aprovados dois sistemas de utilização dos recursos: capitalização e compensação de passivos. Para viabilizar a compensação de passivos, na prática os recursos foram quase na sua totalidade proporcionados pelo Banco Central do Equador … Com o produto dessa operação foram cobertos sobre-saques do banco, desencaixes, pagamentos de carteira vencida e de juros antecipados, como o pre-pagamento de redescontos no Banco Central. Permitiu-se também o pagamento de multas à Superintendência de Bancos e, em alguns casos, diz-se que chegou a sobrar dinheiro.

Em 1986 a economia se viu afetada por uma queda maciça dos preços do petróleo. Em junho o governo perdeu um plebiscito, convocado com o suposto interesse de permitir uma maior participação dos cidadãos "independentes" na vida política nacional, quando na verdade se buscava apoio para ratificar a ação política autoritária do governo. Não se deve esquecer que, em mais de uma oportunidade, essa administração entrou em conflito com a Constituição, aplicando-lhe toda uma gama de restrições, atropelando-a repetidamente, e chegando a por em perigo a democracia. Assim, essa posição do governo não pode ser entendida simplesmente

livro.pmd 164 26/9/2005, 13:26

como uma conseqüência do caráter intolerante do Presidente, mas manifestava o desejo de impor à nação o esquema neo-liberal.

Neste ambiente, caracterizado por um governo debilitado politicamente, no dia 11 de agosto de 1986 Febres Cordero, contando com a inspiração de Dahik, aprofundou radicalmente a sua política econômica. O governo decidiu a liberação do embargo e a flutuação das divisas, assim como das taxas de juros. Deixou livres as divisas provenientes das exportações de petróleo, para pagar a dívida externa. No entanto, em janeiro de 1987 essa estratégia mostrou seus limites, e o serviço da dívida junto aos bancos internacionais privados teve que ser suspenso; só foram mantidos, com grande dificuldade e alguns atrasos, os pagamentos aos organismos financeiros internacionais e aos chamados "países amigos" — a dívida bilateral.

Para dar sustentação à experiência de agosto o governo contratou uma "facilidade petroleira", em nome da Corporação Estatal Petroleira Equatoriana (CEPE), no valor de 220 milhões de dólares. O pagamento desses recursos, destinados a dar sustentação à RMI, e o tipo de câmbio, foram assumidos pela CEPE. Essa prática foi empregada por vários países da América Latina: endividava-se as empresa estatais para sustentar o processo de acumulação de grupos financeiros poderosos, e depois, com a alegação que essas empresas são ineficientes e geram perdas, procedeu-se à sua privatização. A Argentina foi o país onde mais se forçou esse procedimento para a deterioração programada da atividade empresarial do Estado, o qual, por sua vez, assumia as dívidas externas das empresas privadas, como aconteceu no Equador com a "sucretização".

Os problemas se agravaram com o terremoto de março de 1987, que destruiu o oleoduto trans-equatoriano e obrigou a suspender a produção de petróleo durante cerca de seis meses. Mais uma vez o Equador sofria o impacto da dependência excessiva de um bem primário de exportação.

Em março de 1988 o governo foi obrigado a voltar atrás na liberação do embargo e na liberalização ampla do mercado de divisas, criando um

livro.pmd 165 26/9/2005, 13:26

mecanismo de controle com a participação dos próprios bancos privados. Essa administração desordenada, agravada pelos excessos de liberação e abertura, deteriorou ainda mais o nível de vida da população, gerando aumento crescente do desemprego e taxas ascendentes de inflação.

É preciso aqui por em evidência o marcante desconcerto econômico com que o governo social cristão concluiu o seu mandato, em agosto de 1988: moratória com os bancos privados internacionais, corrupção em todos os níveis e uma sensação de insegurança em amplos setores da sociedade. Seu legado econômico foi pesado: a reserva monetária internacional era negativa em 330 milhões de dólares (realidade que foi ocultada pelas autoridades do governo de Febres Cordero), a inflação em agosto de 1988 foi de cerca de 6%, correspondendo a 63% anuais, e sua projeção parecia incontrolável. A miséria se expandia na sociedade.

Nos seus últimos momentos, esse governo ampliou desmedidamente a despesa pública, procurando garantir seu futuro político (o "efeito monumento"), o que lhe renderia frutos eleitorais sobretudo na cidade de Guayaquil e em grande parte da Costa.

Rodrigo Borja Cevallos

Foram grandes as expectativas geradas pelo governo social democrático. A opinião geral era que o novo governo se enquadraria em um projeto reformista, com os limites e o alcance que isso poderia implicar justamente na hora do apogeu neo-liberal em todo o mundo, coincidindo com o desastre do "socialismo real". Não obstante, esta expectativa não tardou a se desvanecer. Salvo raras exceções, o novo regime limitou-se a emitir sinais de que ia entrar à esquerda para em seguida voltar-se constantemente rumo à direita.

Quase nada do esperado aconteceu. Desde o princípio a equipe financeira e monetária do governo, dominado por pessoas vinculadas aos círculos do grande capital, e que em alguns casos já tinham tido uma atuação destacada durante o governo da democracia cristã, voltou a transitar

livro.pmd 166 26/9/2005, 13:26

pelos caminhos impostos pela política de ajuste no estilo neoliberal. Isso ratificou a concepção predominante de que, por sua essência concentradora e excludente, o novo governo manteve ausentes os setores majoritários nos processos de definição das grandes decisões nacionais.

Diante da gravidade dos problemas, muitos deles exacerbados quase planejadamente pelo governo anterior (o "efeito funerário"), a reação estatal se orientou inicialmente por uma estratégia de curto prazo, visando superar os desequilíbrios macro-econômicos. Complementarmente, o governo promoveu sua estratégia de abertura e liberalização em torno do processo renovado de integração andina, influenciado pelos ventos trans-nacionais. Enquanto buscava apoio para a sua política econômica, os governantes falavam de uma concertação para acelerar o processo de abertura, mas nunca a buscaram na sua prática, exceto em uma parte da reforma tributária.

Alcançar o equilíbrio macro-econômico quase chegou a se converter em um substituto do desenvolvimento econômico e social, ao qual se deveria chegar mais tarde, de forma espontânea (segundo o argumento neo-liberal), como resultado da própria estabilização. Nesses anos, as políticas monetária e cambial, pela sua flexibilidade e rapidez de resultados, foram as ferramentas mais importantes sobre as quais recaiu grande parte do peso da tarefa de equilibrar a economia, e mesmo para eliminar qualquer elemento de distorção externa.

Por outro lado, apesar da inesperada disponibilidade de recursos (pelo menos duzentos milhões de dólares) resultantes das notáveis aumentos dos preços do petróleo, devido à guerra do Golfo Pérsico, o governo não conseguiu reativar a economia.

Não surpreende portanto que embora este governo tenha conseguido controlar algumas variáveis macro desajustadas pelos excessos do período de Febres Cordero, as dificuldades econômicas das massas se agravaram e a inflação não foi controlada. Os níveis de miséria, indigência, desnutrição e desemprego pioraram. Uma análise da evolução dos salários desde janeiro de 1980 a julho de 1993 leva à conclusão de que o governo que mais comprimiu os salários reais foi o do Dr. Rodrigo Borja" (Maya

livro.pmd 167 26/9/2005, 13:26

1993, p. 83). Posteriormente, desde 1995 a queda da renda real seria sustentada, como se pode observar na Tabela 18.

Os esforços realizados no campo social, dentro do que se qualificou pomposamente como "pagamento da dívida social" não chegaram a afetar o centro do problema: a aplicação das conhecidas políticas econômicas programadas para incrementar as taxas de lucratividade do capital, com base em maiores índices de exploração da mão de obra, procurando manter a relação existente com o capital financeiro internacional.

Nessas condições, a focalização dos serviços sociais para atender os mais necessitados converteu-se a partir de então em um novo elemento da estratégia neoliberal, a que se chegou depois de algumas reflexões feitas pelo próprio Banco Mundial. Até aquele momento, o alto custo social implicado no ajuste era visto quase como inevitável, embora se procurasse disfarçá-lo, apresentando-o como temporário, dentro do discurso sobre a "questão social" vigente durante grande parte do século XX.

Da Revolução de Julho até o início do ajuste houve uma certa preocupação com "a questão social". A título de compensação o movimento operário e o camponês se desenvolveram, embora não o indígena, Não só se promulgou o Código do Trabalho (1938) mas foram feitos esforços para melhorar as políticas de bem-estar e de seguridade social (especialmente durante as ditaduras militares). Mas com o ajuste, o trabalho e o direito trabalhista foram "flexibilizados", e ao mesmo tempo os investimentos sociais perderam terreno diante do serviço da dívida externa.

É interessante notar que nesta época, enquanto o movimento sindical recuava (tendo contado como fator de poder até a década de 1980), o movimento indígena ganhava força, e a partir dos anos 1990 se transformaria em um ator importante da vida nacional; movimento que conta com a adesão dos setores médios urbanos, dos camponeses não indígenas, pequenos empresários, operários, trabalhadores informais e até mesmo migrantes.

A dívida foi outra das grandes preocupações do governo de Borja Cevallos. Durante todo o tempo se pensou na retomada das negociações.

livro.pmd 168 26/9/2005, 13:26

Diante do anúncio de um novo esquema para a administração da dívida, formulado pelo governo norte-americano em 1989 (o chamado "Plano Brady"), o governo social democrata promoveu uma ação concertada tendo por objetivo ser considerado como beneficiário. A "Iniciativa para as Américas", apresentada pelo Presidente George Bush (Senior) em fins de junho de 1990, foi recebida também com entusiasmo pelos setores dominantes, como acontecera em 1985 com o Plano Baker. Borja Cevallos foi o primeiro mandatário a visitar Washington para apoiar a proposta norte-americana, e o seu governo se encarregou de promovê-la em um folheto distribuído pela Chancelaria equatoriana.

Nesse ambiente, não houve suficiente autonomia e bastante dignidade para enfrentar os abusos dos bancos credores. O governo do Equador praticamente não reagiu quando, em maio de 1989, o Citibank embargou o acesso a oitenta milhões de dólares que tinham sido poupados para reiniciar os pagamentos simbólicos. Meses mais tarde, as autoridades monetárias, empenhadas em disfarçar o descontentamento nacional, chegaram a falar em uma solução para o assunto — o que depois se verificou que não passava de um equívoco.

Por maiores que fossem os esforços feitos e por mais condescendente a posição do Equador com respeito aos credores, a ansiada renegociação da dívida externa não prosperou.

Durante o governo de Borja Cevallos, assim como na fase da democracia cristã, não faltaram certas posições vergonhosas ocultas por trás de reflexões aparentemente progressistas, manifestando-se em um discurso que pretendia negar o caráter neo-liberal da sua política econômica: discurso com o qual se procurava demonstrar até mesmo o contrário.

Para concluir a análise deste período de ajustes sinuosos e incompletos, talvez seja conveniente concentrar-nos outra vez em uma comparação internacional, sobretudo porque ao começar a década de 1990 o Equador alcançou uma posição destacada, mas agora figurando entre as piores. Entre 1980 e 1989 a taxa média anual de "crescimento" foi de –0,7%, a pior do mundo, em termos médios. Em conjunto, os países da

livro.pmd 169 26/9/2005, 13:26

América Latina "cresceram" (ou seja, se empobreceram) – 0,6%; os asiáticos, + 5,9%; os ibéricos, + 1,9%; os países desenvolvidos, +2,1%; os Estados Unidos da América, +2,2%. A relação entre a renda *per capita* do Equador e a dos Estados Unidos caiu de 22% (o valor mais elevado, alcançado em 1980) para 17% em 1989, inferior em dois pontos ao de 1973 e superior em apenas um ponto ao de 1950 (Hofman 1992).

Em 1990 a população do Equador se aproximava dos dez milhões: havia 9,6 milhões de equatorianos, dos quais 50% viviam na Costa. Entre 1982 e 1990 o ritmo de crescimento da população baixara à media anual de 2,2%, devido a uma redução importante na taxa de natalidade.

A investida neo-liberal

Sixto Durán Ballén

O governo conservador de Sixto Durán Ballén começou em agosto de 1992. O ponto de partida da sua política econômica foi um esquema de estabilização quase ortodoxo (ou quase heterodoxo?) baseado no represamento do câmbio (a âncora do modelo) sustentado por taxas de juros flexíveis, que alcançavam valores reais, superando a inflação, para atrair capitais externos, estimulados também pelo baixo rendimento financeiro predominante nos países centrais. Nessas condições, em 1994 o ritmo inflacionário se reduziu a 25%.

Ao congelamento inicial do câmbio seguiu-se, em fins de 1992, um esquema de desvalorizações controladas, dentro de bandas, que até o princípio de 1999 foram reajustadas sucessivamente.

Ao mesmo tempo, o governo de Durán Ballén procurou promover a "modernização do Estado", como parte de um processo destinado a reformular o papel do aparelho estatal na economia, e, em especial, a privatizar áreas consideradas estratégicas, além de vender as ações de empresas que contavam com investimentos governamentais. Essa posição aprofundou ainda mais o processo de ajuste da economia nacional, para

livro.pmd 170 26/9/2005, 13:26

adequá-la às condições exigida pelos credores, de modo a se reiniciar o serviço da dívida externa.

Como elo adicional dessa longa e pesada cadeia de ajustes, em janeiro de 1994 o governo aprovou um dos maiores aumentos dos preços dos combustíveis derivados do petróleo — a gasolina extra aumentou em 71% —e determinou ao mesmo tempo a "flutuação" desses preços, com base em um regulamento complexo e contraditório que ratificou o intuito fiscalista desses preços, para angariar de forma automática recursos necessários ao serviço da dívida. Instrumentada essa condição, imposta pelo FMI para que a sua Diretoria Executiva aprovasse um crédito contigente ao Equador, em março de 1994 o governo apresentou ao Fundo uma nova "carta de intenção".

Essa "carta" foi além dos tradicionais objetivos de curto prazo. Nela o governo revelou o conteúdo real da "modernização" do Estado, ao propor a privatização das telecomunicações, do petróleo e do setor elétrico, assim como a reforma do sistema de seguridade social, do mercado de trabalho e das leis trabalhistas, comprometendo-se ainda a modificar alguns aspectos da lei que regulamentava o regime monetário, pondo em vigor a lei que liberalizava a ação das entidades financeiras.

Desta forma, em 1994 o governo conseguiu renegociar a dívida externa, no quadro do Plano Brady. Segundo Abelardo Pachano, experimentado negociador da dívida e alto funcionário dos governos democrata cristão e social democrata, a equipe governamental "dançou conforme a música tocada pelos bancos". Em outras palavras, os renegociadores da dívida externa não conseguiram obter nenhuma vantagem, tendo em vista as difíceis condições da economia equatoriana, e também não conseguiram o reconhecimento dos esforços feitos pelo país para procurar cumprir os compromissos assumidos junto aos bancos internacionais. Concretamente, o Plano Brady, recebido com aplausos estrondosos pelos meios de comunicação, e que devia ser executado ao longo de três décadas, fracassou cinco anos depois de criado ... um desenlace que foi anunciado oportunamente.

livro.pmd 171 26/9/2005, 13:26

Entre outros detalhes desse esquema havia um ítem curioso, que causou indignação: um abono de 190 milhões de dólares, a ser pago em dez anos, sem período de graça, com o qual (embora pareça mentira) o Equador compensaria o Citibank e os outros credores por não ter pago juros sobre o débito abusivo de 80 milhões de dólares efetuado por aquele banco em maio de 1989 ...

Neste ponto é preciso mencionar o tropeção sofrido pelo neo-liberalismo no México, no fim de 1994 — situação traumática para os defensores dessa ideologia. Foi um sinal de advertência a respeito da inevitabilidade de um modelo tão promovido internacionalmente mas que na realidade não foi ouvido, embora tenha sido sentido duramente na Argentina e em quase todas as economias da região.

Neste contexto deveríamos incluir também o impacto do conflito bélico em Cenepa, em 1995, cujo custo foi estimado em 360 milhões de dólares. Nesse mesmo ano houve novos racionamentos da energia elétrica, provocados pelo dogmatismo do governo, causando perdas acumuladas que quase dobram o custo da guerra, imputáveis, pelo menos desde 1992, à gestão do Vice-Presidente Dahik, através de Galo Abril, Secretário do CONADE, que vetou o caráter de urgência da construção das usinas térmicas programadas, a serem instaladas pelo governo através do INECEL. Por outro lado, a economia equatoriana foi afetada igualmente pela fuga do então Vice-Presidente Dahik, envolvido no uso indevido de recursos reservados, um verdadeiro "delito de brancos", nas palavras de Diego Cornejo Menacho (1996).

O fim do regime de Durán Ballén se caracterizou pela repetição fatigada da receita monetarista, e pelas primeiras escaramuças do que não tardaria a ser o maior desastre do sistema financeiro, quando o mesmo governo que tinha liberalizado esse sistema interveio no Banco Central, devido às ligações pessoais do Presidente, contrariando assim frontalmente a sua ideologia liberal.

Ao terminar o governo de Durán Ballén já era possível antecipar parte dos problemas que viriam. A essência da política econômica seguida

livro.pmd 172 26/9/2005, 13:26

desde setembro de 1992 semeou as sementes da crise econômica, favorecendo o investimento financeiro especulativo, em lugar da produção. Tratava-se, portanto, da "crônica de uma crise anunciada".

Abdalá Bucaram Ortiz

Em 10 de agosto de 1996 a "loucura" se instalou no país, ritmada pelo novo Presidente, que embora já tivesse ganho a eleição parecia inclinado a continuar a sua campanha eleitoral. No entanto, embora a fanfarronada e o autoritarismo tenham sido características da sua curta gestão, este Presidente não foi muito diferente dos outros mandatários do período: com efeito, mesmo durante a campanha se tinha declarado partidário da abertura e da liberalização ampla.

Seu plano econômico, centrado na convertibilidade, era uma aposta cujo resultado seria tudo ou nada, e com a qual procurou radicalizar o ajuste neoliberal. Embora Bucaram Ortiz não tenha assinado nenhuma Carta de Intenção ao FMI, porque não teve tempo para isso, é igualmente certo que suas intenções e posições eram neoliberais. Para esse governo as reformas inspiradas no FMI eram ainda mais importantes do que a própria convertibilidade, como o manifestou algumas vezes o Gerente Geral do Banco Central, Augusto de la Torre Endara.

Para preparar seu plano de convertibilidade e para tranqüilizar os grandes investidores, Bucaram convocou Domingo Cavallo, ex-Ministro de Economia do Presidente argentino Carlos Menem. Este foi outro dos episódios pitorescos, tão característicos das nossas classes dominantes, presas da "colonialidade do poder". Como mostramos neste livro em várias oportunidades, esses "donos do país" precisam ratificar as suas decisões com algum critério externo, de tal forma preferem o "*made* em qualquer parte" que não seja o Equador.

Além da convertibilidade, entre as metas de Bucaram Ortiz estavam a flexibilidade trabalhista e as privatizações, assim como o desmantelamento do Estado, que já sofrera um enfraquecimento marcante no governo

livro.pmd 173 26/9/2005, 13:26

precedente. Com essa medida monetária pretendia-se também disciplinar as despesas públicas e, incidentalmente, o Presidente "populista".

Embora o Presidente enchesse a boca com palavras de defesa do povo, o seu governo representava também os interesses de determinados grupos de poder, das antigas oligarquias. Basta ver como alguns dos representantes mais conspícuos desses grupos ocuparam funções importantes no governo de Bucaram Ortiz: Roberto Isaías, um dos donos do Filanbanco, era um dos assessores mais próximos do Presidente; Álvaro Noboa Pontón, o homem mais rico do Equador, era Presidente da Junta Monetária. No entanto, algumas frações da oligarquia se opunham ao governo, preocupadas talvez com a possibilidade de não serem contempladas com a privatização.

Durante o pouco tempo que teve para desenvolver a sua gestão econômica, Bucaram Ortiz aplicou um dos "pacotes" de ajuste mais duros, para preparar a convertibilidade. As tarifas do serviços públicos foram aumentadas, desapareceu o subsídio ao gás doméstico, os hospitais populares passaram a cobrar pelos seus serviços, continuaram os aumentos dos derivados do petróleo, inclusive da gasolina e do óleo diesel. Para dar um exemplo, durante esse governo o preço da energia elétrica subiu em 460 e 552% para quem consumia de 0 a 50 Kwh/mês e de 51 a 200 Kwh/mês, respectivamente.

Mais tarde, às vésperas da sua queda, em questão de horas o Presidente derrubou suas medidas fiscais, através de três cadeias nacionais. Mas era tarde demais. Com a Greve Cívica Nacional maciça de 5 de fevereiro de 1997 foi derrubado um governo marcado também por sérias denúncias de corrupção.

Fabián Alarcón Rivera

Depois de uma série de visitas, "livro de cheques na mão", e de subir em palanques, no melhor estilo populista, para garantir sua ratificação no cargo de Presidente, na inútil consulta popular de 25 de maio de 1997,

livro.pmd 174 26/9/2005, 13:26

Alarcón Rivera precisou enfrentar os desafios da economia, especialmente o déficit fiscal. Fez algumas manobras administrativas pretensamente para cobrar as dívidas antigas da EMELEC e propôs uma revisão das margens de lucro das empresas comercializadoras dos combustíveis, para continuar pelo caminho do ajuste tradicional.

Este político, que conquistou o poder mediante um golpe de Estado complexo, se deixou aprisionar pela conjuntura difícil e suas ambições desmedidas. Conhecido pela habilidade com as acomodações de curto prazo, não esteve à altura das circunstâncias, fraudando as expectativas políticas de renovação levantadas na sociedade depois da queda de Abadalá Bucaram; perdeu assim a possibilidade de realizar com tranqüilidade uma reforma política profunda, porque até o fim não deixou de manipular a Assembléia Nacional Constituinte reunida na primeira metade do ano de 1998.

Sob o aspecto econômico, não adotou as medidas exigidas pela gravidade da situação: o fenômeno "*El Niño*" e a crise asiática representavam golpes abaixo da linha de flutuação da economia. Além de aplicar algumas medidas ortodoxas, procurando ajustar-se ao FMI, sua tábua de salvação foi aumentar o endividamento interno e externo. Em 1997 lançou nos mercados internacionais duas emissões de eurobonos: 405 milhões de dólares (Euro02) e 173 milhões de dólares (Euro03). Apesar de todos os desatinos cometidos, a administração da economia estava adequada à lógica neo-liberal.

O governo de Alarcón Rivera criou as bases para o aprofundamento dos problemas que deveriam explodir pouco depois, anda que os indicadores conjunturais pudessem dar alguns sinais de estabilidade, por ação e também por omissão. Jamil Mahuad Witt, o Presidente seguinte recebeu "uma bomba com o pavio aceso".

Jamil Mahuad Witt

Dominado pela "bancocracia", o governo de Mahuad Witt não teve a capacidade de desativar a crise que desde 1992 se via chegar ao país. Nas

livro.pmd 175 26/9/2005, 13:26

suas ações preferiu atender às demandas do grande capital, marginalizando, mais uma vez, a maioria da população. E enquanto se concentrava na solução do litígio ancestral com o Peru, deixou que germinasse a crise até alcançar um nível desastroso.

Assim, enquanto para a intervenção feita para assistir o Filanbanco, pertencente a uma única família, o governo entregava 416 milhões de dólares (quase sem garantias), em 1998, para reabilitar o Banco de Fomento, encarregado do crédito agrícola, o governo destinava apenas 20 milhões dólares, exigindo toda uma série de garantias. Nessa mesma linha de desigualdade, criou-se um sistema destinado a proteger os banqueiros ineficientes, que encontraria a sua cristalização na AGD, e para os mais pobres se criou um abono "solidário" de cem mil sucres ao mês (quantia que nesse momento valia menos de 20 dólares), destinado a um milhão de pessoas, ao mesmo tempo em que eram eliminados os subsídios ao gás de uso doméstico e à energia elétrica ...

Da mesma forma foi nociva para a estabilidade macro-econômica a aprovação do orçamento para 1999, decidida pelo Executivo e o Congresso, dominado por um "trator" legislativo composta pela aliança do Partido Democracia Popular (democracia cristã, partido do Presidente) com o Partido Social Cristão. Esse orçamento foi apresentado pelo próprio Presidente como um trabalho excelente, elaborado em tempo recorde, mas tinha um problema: um déficit estimado em 7% do PIB.

A crise foi exacerbada pela eliminação do imposto sobre a renda e a introdução do imposto de 1% sobre a circulação de capitais, aprovado pelo mesmo "trator" legislativo. O novo tributo fez com que aumentassem as pressões especulativas, e na expectativa da sua aprovação, muitos agentes econômicos optaram por comprar dólares e retirá-los do país, justamente em um momento crítico para a economia. Além disso, esse novo imposto estimulou a desintermediação financeira, com forte impacto sobre o já debilitado sistema bancário. E ainda por cima provocou a oposição do FMI, criando problemas nas fileiras da administração pública, cuja inspiração era justamente o pensamento do Fundo...

livro.pmd 176 26/9/2005, 13:26

Com essa decisão houve uma redução substancial da carga tributária dos contribuintes de melhor nível econômico, as grandes empresas nacionais e estrangeiras, transferindo esse ônus para os setores médios e pobres, por meio de vários mecanismos, como o aumento dos preços dos derivados do petróleo, das tarifas de telefone e energia elétrica, assim com o do IVA, que passou de 10 a 12%.

Nefasta também para a estabilização foi a flutuação cambial adotada pelo Banco Central no princípio de 1999. A incapacidade do governo ficou ainda mais visível quando o Presidente anunciou a contratação de auditorias internacionais para resolver os problemas das finanças públicas, pois a Superintendência dos Bancos, responsável por essa tarefa, estava comprometida por interesses vinculados aos grandes bancos em crise.

Exemplo disso foi a atuação como Superintendente dos Bancos, especialmente durante a gestão de Mahuad, de Jorge Egas Peña, que foi advogado de Fernando Aspiazu Seminario, dono do Banco do Progresso. Nomeações "vinculadas" desse tipo haviam sido feitas também em outros governos: Sixto Durán Ballén, Abdalá Bucaram, Fabián Alarcón, etc. Um dos casos mas escandalosos foi possivelmente a nomeação de Gustavo Ortega Trujillo, co-proprietário do Banco Continental, que como Superintendente participou ativamente nas reformas legais para a liberalização do sistema financeiro. Na época de Abdalá Bucaram era notório o poder que adquiriu a família de outro banqueiro, Alejandro Peñafiel, proprietário do Banco de Empréstimos e representante de grandes interesses do petróleo, havendo sua irmã assumido uma Subsecretaria do Ministério da Energia.

Vivendo a economia uma situação difícil, o feriado bancário iniciado na segunda-feira, 8 de março de 1999, agravou as tensões. A salvação do Banco do Progresso, cujo dono financiara com 3,1 milhões de dólares a campanha eleitoral de Mahuad e o seu partido, contaminou ainda mais o sistema financeiro. Poucos dias mais tarde, na segunda-feira 15 de março, os depósitos bancários em sucres e dólares — contas de poupança, contas correntes e depósitos a prazo de particulares — amanheceram congelados.

livro.pmd 177 26/9/2005, 13:26

Esses recursos foram retidos com taxas de juros diferenciadas, sempre mais baixas do que as do mercado, caracterizando assim o caráter confiscatório do embargo.

Diante da magnitude do ajuste/desajuste, com todas as suas seqüelas sociais, o protesto não se fez esperar, e em março e julho de 1999 o governo enfrentou momentos críticos com os levantamentos populares e indígenas, pondo em jogo a sua própria estabilidade. A ação dos taxistas, que bloquearam as ruas das principais cidades, sobretudo a capital, sacudiu o país e estimulou ações paralelas de outros grupos sociais.

Esse vigoroso movimento de rejeição obrigou o Presidente Mahuad a recuar. Em março, diante da rebeldia da população, que começou a subir de tom, gerando distúrbios e saques em alguns lugares, o governo chegou a um acordo com o Congresso, entre os partidos governistas e os de centro-esquerda. Algumas das propostas dos setores sociais e dos representantes da centro-esquerda foram aceitas: voltou o imposto sobre a renda, mantendo-se complementarmente o imposto sobre a circulação de capitais; foram eliminadas algumas exceções ao IVA; reduziu-se o preço dos combustíveis; foram instituídas punições contra os faltosos, entre outras coisas.

Em agosto de 1999, com o apoio do FMI e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o governo resolveu declarar a moratória da dívida externa, depois dos repetidos reajustes da economia para tentar manter o seu serviço, tendo inclusive deixado sem salários, durante vários meses, professores, médicos, enfermeiras e membros das forças de segurança.

Nessas circunstâncias, armado da reforma tributária (obtida com os votos da centro-esquerda), bem como de um vergonhoso voto contra Cuba, e com a autorização para instalar uma base norte-americana em Manta — dando as costas para a sociedade equatoriana e sem a aprovação do Congresso —, Mahuad bateu repetidamente às portas do FMI.

A despeito da predisposição de Mahuad para manter o país na trilha neo-liberal, o seu governo não contou com o apoio firme dos principais

livro.pmd 178 26/9/2005, 13:26

grupos de poder. Nesse cenário, a partir de Guayaquil o Partido Social Cristão e as câmaras empresariais radicalizaram sua oposição à cobrança de tributos, levantando a bandeira da descentralização: tema que surgiu com força com o desaparecimento do "inimigo externo" comum, depois da assinatura dos tratados de limites com o Peru. O lastro indiscutível do centralismo se exacerbou com os efeitos centrífugos da "globalização", além do descuido manifestado pelo governo central no socorro às pessoas prejudicadas pelo "*El Niño*", em sua maior parte habitantes do litoral.

Em conseqüência das tensões sociais e políticas, assim como (e principalmente) das decisões econômicas que foram tomadas, Mahuad caminhou decididamente para o abismo. E em desespero, tentando salvar o seu governo, decidiu dar um salto no vazio e sem qualquer preparação optou pela dolarização integral da economia.

Gustavo Noboa Bejarano

O Presidente Noboa Bejarano, que tinha formado uma dupla com Mahuad, inaugurou a sua gestão ratificando a dolarização. Assim desapareceu o sucre, que durante 115 anos tinha sido a moeda do Equador, eixo da política monetária e cambial do país. O sucre, que nasceu guardando paridade com o dólar norte-americano, ao desaparecer valia 400 milésimos do dólar.

Complementando o abandono do sucre, o novo governo propôs uma série de reformas econômicas para acelerar o ajuste. O objetivo era a privatização das empresas públicas e do sistema de seguridade social, assim como novas flexibilizações. Essas posições contavam com o apoio dos organismos multilaterais, especialmente o FMI.

Mas a reação desses organismos diante da dolarização oficial refletiu de certo modo a lógica ambivalente do governo de Washington. No FMI e no Banco Mundial não havia uma posição oficial sobre o tema, mas diante do que havia sido feito a dolarização equatoriana foi aprovada. No mesmo ano (2000) foi imposta a dolarização a Timor Oriental, libertado

livro.pmd 179 26/9/2005, 13:26

do domínio indonésio. Assim, após certa resistência inicial, mais aparente do que de fundo, os representantes do Consenso de Washington apoiaram o governo equatoriano para que, com a dolarização improvisada, acelerasse o ajuste estrutural.

Complementarmente, pode-se salientar o papel que teve o FMI através do empréstimo contingente concedido ao Equador em abril de 2000. Antes desse empréstimo, o Equador, já no regime da dolarização, se viu obrigado a introduzir através do Parlamento uma série de reformas legais no contexto da Lei Fundamental para a Transformação Econômica do Equador ("*Ley Trole* 1"). Poucas horas depois de aprovada essa lei, o FMI obrigou à introdução de emendas, incluindo medidas destinadas a reestruturar o sistema financeiro.

A *Ley Trole* 1 aprovou a dolarização oficial e instituiu reformas para flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho, esquemas de privatização das telecomunicações e das empresas geradoras e distribuidoras de eletricidade, a concessão de novos oleodutos por parte de empresas privadas, assim como uma reforma adicional do setor financeiro. Entre os critérios impostos pelo FMI estava a obrigação de superar logo que possível a moratória da dívida externa bilateral e comercial, assim como a elevação dos preços dos combustíveis derivados do petróleo, inclusive o gás doméstico. Entre os indicadores estruturais se destaca a reforma tributária, em especial a elevação do IVA, a redução do imposto sobre a renda assim como a criação de novos sobre os combustíveis.

Complementando as condições do FMI, o Banco Mundial acrescentou uma série de restrições e recomendações no quadro de um empréstimo para o ajuste estrutural da economia, sem ocultar medidas punitivas na hipótese de o país não cumprir com o acordado. A primeira condição imposta pelo Banco Mundial era de seguir não só a sua orientação mas também a do Fundo Monetário Internacional.

Nesse contexto, uma das tarefas derivadas da transformação monetária foi a renegociação da dívida externa — gestão sem qualquer criatividade. Não se considerou a capacidade de pagamento da economia

livro.pmd 180 26/9/2005, 13:26

nacional; não foram adotadas cláusulas de contingência prevendo a queda do PIB, a elevação desmedida da taxa de juros no mercado internacional, uma redução do preço do petróleo ou ainda um novo desastre causado pelo fenômeno "*El Niño*"; não se pensou em um período de graça, até a recuperação da economia equatoriana, que teve uma queda importante em 1999; também não se incorporou outros temas, tais como a questão da legalidade da dívida. Por outro lado, como em tantas ocasiões anteriores, foram concedidos amplos benefícios aos credores.

Em suma, apegando-se à lógica do mercado financeiro internacional, pretendeu-se recuperar a imagem da credibilidade externa para voltar a contratar dívidas naquele mercado. O que, como é fácil prever, provocará em pouco tempo novas dificuldades.

Além de processar todo o complexo processo de reformas leais que acompanharam o desaparecimento do sucre, o governo de Noboa Bejarano herdou o problema bancário. No entanto, longe de encontrar uma solução adequada, este governo foi um herdeiro legítimo do governo precedente, dominado pela "bancocracia": de um lado não se recuperou o dinheiro entregue aos antigos donos dos bancos que haviam sofrido uma intervenção, através de créditos vinculados; de outro, não se cobrou a carteira vencida aos grandes clientes dos bancos estatizados.

Neste contexto vale lembrar que o governo de Noboa Bejarano continuou entregando recursos ingentes ao sistema bancário, em particular o Filanbanco, que no total obteve mais de 1.400 milhões de dólares, incluindo os 414 milhões recebidos em 1998, quando ainda se encontrava em mãos privadas.

Apesar da importância do subsídio concedido, em julho de 2001 esse banco fechou finalmente as suas portas, depois de receber, dias antes, uma nova injeção de títulos governamentais no valor de 300 milhões de dólares. Triste epílogo para uma entidade quase centenária (1908-2001), que foi à falência em 1998, em mãos privadas, com perdas estimadas em 654 milhões de dólares, voltando a quebrar em mãos do Estado, em processo confuso e improvisado, no qual se recorreu à prática do "feriado

livro.pmd 181 26/9/2005, 13:26

bancário" e do congelamento de depósitos, expressamente proibidos por lei desde o ano 2000.

Neste contexto, conforme se viu nestas páginas, o ajuste foi caracterizado por avanços e retrocessos, fases de gradualismo e outras de saltos, assim como por contradições e fundamentalismo, por instabilidade política marcante e persistente resistência social, provocada pelos seus aspectos de exclusão e concentração.

No entanto, reconhecendo-se embora a tortuosidade e intermitência do processo, o que conta é que ele caracterizou e orientou a administração da economia e da sociedade equatorianas. O cenário nacional foi dominado pelo discurso do "livro jogo das forças do mercado"; com efeito, mesmo no meio de uma série de contradições, este foi o eixo das políticas econômicas então adotadas.

Causas e características da crise da virada do século

Deste ponto de vista, os elementos desta política econômica ortodoxa, configurada em torno do ajuste, explicam a gravidade da crise. Nestas condições, em conseqüência de todos os problemas mencionados, não surpreende que a economia equatoriana tenha atravessado uma situação dramática, única em todo o século XX, pelo menos em termos de redução do PIB.

De fato, em termos reais a queda do PIB em 1999 foi de 7,3%, medida em sucres, e de mais 30% quando avaliada em dólares. Em 1933, durante a Grande Depressão, e em conseqüência da crise do cacau, a economia decresceu 4,2%; em 1983, com a crise da dívida externa, a queda do preço do petróleo e os efeitos do "*El Niño*", a queda foi de 2,8%; em 1987, com a nova redução do preço do petróleo e o rompimento do oleoduto, a contração do PIB foi de 6,0%.

Na verdade, em 1999 o Equador sofreu o retrocesso econômico mais severo da América Latina.

Avaliado em dólares, o PIB caiu 31% entre 1998 e 2000, passando de 19.710 milhões a 13.649 milhões, tendo chegado a 13.770 milhões em

livro.pmd 182 26/9/2005, 13:26

1999. O PIB *per capita* caiu 33% entre 1998 e 2000, passando de 1.619 dólares para 1.079 (vide a Tabela 1). Em 1999 a política econômica provocou uma desvalorização de 216%, uma inflação de 52%, uma queda de 23% no salário real e uma evasão de capitais privados da ordem de 15% do PIB.

Segundo a UNICEF, o Equador sofreu o empobrecimento mais acelerado na história da América Latina.

Entre 1995 e 2000, o número de pobres duplicou, de 3,9 a 9,1 milhões, crescendo em termos percentuais de 34% para 71%. A pobreza extrema também dobrou, de 2,1 para 4,5 milhões de pessoas: em termos percentuais, um saldo de 12% para 35%. A porcentagem de crianças vivendo em lares atingidos pela pobreza aumentou de 37% para 75%. A despesa social *per capita* diminuiu em cerca de 22% na educação e 26% na saúde.

Na virada do século houve uma emigração maciça de equatorianos, estimada em cerca de trezentas mil pessoas (há quem fale em quinhentas mil), fato que incidirá profundamente na vida econômica, social e política do país. Basta pensar, por exemplo, nos problemas ocasionados pela desagregação familiar ou a perda de mão de obra qualificada, assim como nas potencialidades do intercâmbio familiar ou na capitalização da economia popular. Essa emigração explica em parte a redução do desemprego havida em 2001, quando ele caiu para 10% em meados do ano, embora tenha subido para 17% entre outubro de 1999 e fevereiro de 2000. Essa tendência se observa com mais clareza nas regiões de onde saem o maior número de emigrantes, como o Sul. Outro dos graves problemas nacionais é sem dúvida o sub-emprego, que aumentou nestes últimos anos, atingindo cerca de 60% da população economicamente ativa.

Tudo isso se refletiu em uma maior concentração da riqueza: enquanto em 1990 os 20% mais pobres recebiam 4,6% da renda (4,1% em 1995, 2,46% em 1999), os 20% mais ricos recebiam 52% (54,9% em 1995, 61,2% em 1999), segundo dados do SIISE (Sistema Integrado de Indicadores Sociais do Equador), com base na Pesquisa Urbana de

livro.pmd 183 26/9/2005, 13:26

Emprego de 1999. Assim, os mais ricos aumentaram em dez pontos percentuais a sua participação na renda nacional (vide Tabela 22).

Em termos concretos, em meados dos anos 1990, antes da grave crise dos anos 1998-2000, seis mil pessoas controlavam 90% do capital das empresas mercantis sujeitas à vigilância da Superintendência de Companhias, e apenas duzentas pessoas dominavam todo o sistema bancário privado, no qual cinco bancos concentravam a metade das operações ativas e passivas. E se medirmos a iniqüidade dos salários, veremos que no princípio do século XXI 64,4% dos trabalhadores recebiam menos de 1,5 salários mínimos por mês; 20,4% ganhavam entre 1,5 e 5 salários mínimos, e só 3% recebiam mais de 5 salários (um salário mínimo = 117,6 dólares). Assim, se em julho de 2001 uma família com 1,6 pessoas empregadas recebia um total de 201 dólares, essa quantia só cobria 69% da cesta básica, que valia 291 dólares. Vale lembrar que entre novembro de 1999 e maio de 2000, os anos mais duros da crise, esse déficit chegou a 57%.

Seria necessário considerar os problemas setor por setor. Como exemplo poderíamos mencionar a situação crítica dos aposentados, um grupo estruturalmente marginal com pensões com a média de 40 dólares. A situação dos indígenas é também calamitosa. E de modo geral as mulheres e os jovens sofreram relativamente mais os efeitos dos problemas causados pelo ajuste/desajuste neo-liberal.

Os números mencionados demonstram a gravidade da crise experimentada pelo Equador entre os anos 1998 e 2000, cujas causas procuraremos resumir em seguida.

Elementos conjunturais da crise

São muitos os motivos pelos quais chegamos a esta situação desesperada. Destacamos aqui só três deles, de origem externa:

. Os estragos do "*El Niño*", que segundo um estudo da CEPAL causou perdas estimadas em 2.869 milhões de dólares.

livro.pmd 184 26/9/2005, 13:26

. Os diferentes efeitos da crise financeira internacional, que provocou uma deterioração do balanço de pagamentos, tanto pelo lado comercial como na conta de capitais.
. Em particular a tremenda queda do preço do petróleo no mercado mundial, em 1998.

O serviço da dívida externa é um dos fatores que explicam a evolução descrita, por ter impedido o financiamento do desenvolvimento e forçado a novas dívidas para viabilizar as obrigações: trata-se de um círculo infernal: são dívidas que obrigam a contrair dívidas. 51 por cento do Orçamento de 2001 foi destinado ao serviço total da dívida pública, e 33% ao serviço da dívida externa, comprometendo assim a receita de exportação.

A essa sangria permanente de recursos (vide Tabela 11) se acrescenta a intervenção nos bancos, que tem representado um custo enorme, provocando séria deterioração da confiança da sociedade no sistema financeiro do país.

Em parte as grandes dificuldades vividas pelo Equador podem ser atribuídas a problemas exógenos, conseqüência de fenômenos naturais e flutuações da economia mundial. Algumas dessas dificuldades, contudo, poderiam ser controladas ou minoradas mediante a modificação da estratégia de desenvolvimento e a adoção de uma política econômica adequada aos desafios desses choques externos. Esta reflexão se aplica a uma série de problemas ambientais, provocados pelas agressões contínuas praticadas contra a natureza, os quais, como se disse, têm estado na base das grandes crises.

Aos processos conjunturais que descrevemos pode-se acrescentar vários fatores endógenos, e particularmente a própria política econômica praticada entre 1992 e 1999, núcleo de boa parte dos problemas nacionais.

Some-se a isso as custosas políticas de intervenção salvadora em bancos privados, e as mencionadas aberrações fiscais. Por fim, teríamos que mencionar o efeito da dolarização da economia, feita de improviso e sem consultas, que contribuiu para exacerbar as pressões inflacionárias e a instabilidade política do país.

livro.pmd 185 26/9/2005, 13:26

Além dos problemas conjunturais devemos mencionar alguns dos aspectos estruturais mais importantes, relacionados entre si, potencializados pelos problemas que citamos:

· A debilidade e fragilidade do mercado interno, devido às enormes desigualdades na distribuição da riqueza, ao baixo poder aquisitivo das massas (a pobreza) e a concentração crescente da renda e dos ativos em poucas mãos, concentração que motiva também o aumento da pobreza.

· A presença de sistemas de produção atrasados (com baixa produtividade da força de trabalho, mas alta produtividade do capital), caracterizando a heterogeneidade da estrutura produtiva, que explicam a pouca capacidade de absorção da força de trabalho e a desigualdade existente na distribuição da renda e dos ativos.

· Os altos níveis de desemprego (aberto e oculto) e de sub-emprego, bem como a inexistência de políticas voltadas para a criação de empregos estáveis e qualificados.

· A carência de uma integração adequada das diferentes regiões do país, assim como o pouco desenvolvimento das cidades de tamanho médio ou pequeno, prejudicadas por diversas manifestações do centralismo governamental e da concentração da riqueza.

· As limitadas conexões fiscais, produtivas e de consumo, bem como a deficiente vinculação entre os setores, especialmente da agricultura com a indústria, e das atividades de exportação com o restante da economia.

· A alta propensão marginal a importar (não só máquinas e equipamento mas também matérias primas e bens de consumo, duráveis e não duráveis: conseqüência da costumeira dependência externa, em particular tecnológica e cultural.

· A má administração do Estado, a marcante arbitrariedade burocrática e um grande número de ineficiências acumuladas ao longo da história.

livro.pmd 186 26/9/2005, 13:26

· O desrespeito quase permanente à democracia institucional e à própria Constituição, fator que contribuiu para agravar a instabilidade política e a deterioração da imagem internacional do país.

· As ineficiências maciças do setor privado, assim como a falta de empenho e de capacidade de inovação do empresariado, infectado pela inércia do rentismo e clientelismo do passado.

· A existência de oligopólios e mesmo de monopólios, que caracteriza os mercados.

· A corrupção generalizada em toda a sociedade, e não só no setor público.

Além do bloqueio sistemático da reprodução econômica, nos últimos anos, é preciso levar em conta a natureza heterogênea da produção. Pode-se dizer que a economia equatoriana está composta por cinco estratos básicos: 1) o petrolífero (petróleo e mineração); 2) o urbano moderno (energia elétrica, água e finanças; parte da indústria, construção, comércio, transporte e comunicações); 3) rural moderno (agro-pecuária, pesca); 4) urbano tradicional (parte da indústria, construção, comércio, transporte, serviço doméstico); e 5) rural tradicional (agro-pecuária, pesca). Dentro dessa grande divisão teríamos ainda que diferenciar a situação dentro de cada segmento, na medida que apresentam produtividade e comportamento heterogêneos, com relações de produção das mais variadas.

Não se pode afirmar que no Equador as relações de produção semi-feudais ou não capitalistas tenham sido totalmente superadas. Além disso, esses segmentos produtivos guardam entre si uma relação estreita e uma dependência que deveriam também ser consideradas detidamente. Por outro lado, seria preciso integrar esta análise em termos do que Juan Maiguashca define como "a questão regional".

Esta heterogeneidade leva ao que é aparentemente um beco sem saída": os setores marginais, que têm maior produtividade de capital do que os modernos, não podem acumular porque não têm os recursos necessários para investir; e os setores modernos, onde a produtividade da

livro.pmd 187 26/9/2005, 13:26

mão de obra é mais elevada, não investem porque não dispõem de mercados internos que lhes assegurem uma rentabilidade atraente. Isto por sua vez agrava a disponibilidade de recursos técnicos, de força de trabalho qualificada, de infra-estrutura e de divisas, o que, por outro lado, desestimula a ação dos investidores. E assim por diante.

Deste modo o Equador não pode ser visto simplesmente como vítima dos problemas exógenos, mas é um país que também gera e reproduz internamente os seus próprios problemas, em um processo de "causação circular cumulativa", processo descrito pelo economista sueco Gunnar Myrdal, Prêmio Nobel de Economia de 1974.

Principais resultados do ajuste estrutural

Apesar de seguir em grande parte as receitas do Consenso de Washington, o Equador tem sido considerado como um país que resiste ao ajuste econômico, e as instituições financeiras internacionais o incluíram na sua lista das nações faltosas. Naturalmente, os que promovem esse ajuste no país, ecoando tais afirmativas, têm pressionado para aprofundá-lo.

As sucessivas reações sociais e a falta de coerência das elites dominantes, que limitaram uma aplicação ainda mais completa e rigorosa do modelo neo-liberal, poderiam explicar essa avaliação. No entanto, a despeito dessa visão (muitas vezes interessada e tendenciosa), a economia equatoriana, como a de outros países da região, aplicou e sofreu a receita do ajuste. Mais ainda: como vamos demonstrar mais adiante, em alguns aspectos o ajuste ultrapassou a média latino-americana.

De fato, com diversos graus de coerência e intensidade, desde o início da década de 1980 o Equador adotou uma filosofia de favorável à abertura e à liberalização inspirada no FMI e no Banco Mundial, imposta por muitos mecanismos e até mesmo com chantagens externas e internas. A recuperação do equilíbrio macro-econômico, para retomar de forma espontânea o caminho do crescimento e a distribuição dos frutos do

livro.pmd 188 26/9/2005, 13:26

progresso foi o *Leitmotiv* da administração econômica, enquanto se introduziam mudanças estruturais na economia.

Peça fundamental deste processo foi a ação sistemática do FMI e do Banco Mundial, apoiada em uma propaganda habilidosa e não menos perversa. Ponto essencial dessa propaganda era a visão combinada da inevitabilidade e do atraso que teria o Equador em comparação com os outros países da América Latina, negando a existência de alternativas.

Neste contexto não faltaram vozes ignorando o ajuste feito pelo Equador, ou que, mesmo sem negá-lo, considerando-o insuficiente, o que teria provocado mais resultados negativos do que positivos. Assim, chegou-se a afirmar que sem o tratamento neo-liberal as condições do país teriam sido piores, pois o remédio aplicado, por mais doloroso, seria o único disponível. E se a realidade não confirmava a teoria, como aconteceu muitas vezes, a expectativa dos neo-liberais é que a realidade se ajuste à teoria...

Essas visões fundamentalistas se complementam com uma forma de masoquismo bastante generalizado, pois se as medidas adotadas não são extremas, o ajuste é considerado tíbio ou insuficiente; e se há uma hesitação ou um retrocesso, não faltam as advertências sobre o desastre que se aproxima. Masoquismo compartilhado por muitos grupos sociais e empresariais, e até mesmo pelos mais claramente afetados pela aplicação dessas políticas.

Como corolário quase lógico para a imposição da ideologia neoliberal não faltou o "terrorismo econômico": uma das suas manifestações mais notáveis foi a campanha em favor da dolarização oficial da economia, imposta pelo governo em janeiro de 2000, em um momento de desespero, como a melhor e única alternativa para enfrentar uma suposta hiper-inflação (que naturalmente não existia), que tornaria a agir como fantasma devorador da economia se a opção fosse abandonar o dólar ... O mesmo fantasma usado para justificar o congelamento bancário em março de 1999.

Todo esse esforço sustentou uma política econômica que, "em nome da ciência econômica", levou à aceitação de uma lógica que adequou o

livro.pmd 189 26/9/2005, 13:26

país às necessidades do capitalismo mundializado, desequilibrando-o em termos do que podia ter sido um desenvolvimento mais equilibrado.

Embora tenha colhido "aplausos" internacionais, o ajuste promovido no Equador não pode ser qualificado simplesmente como uma experiência que falhou por incompleta, e menos ainda por inexistente. Sem pretender esgotar o tema, confrontando a realidade desse ajuste com as posições do Consenso de Washington, resumimos adiante alguns aspectos à luz dos objetivos explícitos e implícitos do ajuste:

Liberalização comercial

A evolução da abertura comercial do Equador acompanhou a ocorrida na América Latina, chegando a superar em alguns pontos a média regional. Esse "progresso" pode ser explicado pela abertura histórica da economia equatoriana, assim como pelos esforços limitados desenvolvidos para construir um mercado interno durante o período em que se promoveu a industrialização através da substituição de importações. A evolução do índice de abertura da economia (soma das exportações com importações dividida pelo PIB) superou 40% na década de 1970 e, salvo em duas ocasiões, se manteve nesse nível, e também em 50%: indubitavelmente um dos maiores índices de abertura de toda a região.

Abertura que foi ampliada pela desgravação aduaneira iniciada no governo de León Febres Cordero, e radicalizada por Rodrigo Borja Cevallos. Desta forma o país chegou a uma situação comprável à dos 17 países da região analisados por Samuel A. Morley, Roberto Machado e Stefano Pettinato, cujo índice leva em conta em grande parte as reflexões que faremos em seguida (o estudo mencionado abrange Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela).

Em 1995 o índice de abertura comercial do Equador era 0,953, superior à média regional de 0,946. A partir de 1991 o país superou a

livro.pmd 190 26/9/2005, 13:26

média latino-americana, da qual se afastara até então. Esta tendência se acelerou desde 1989, e em 1995 o índice de abertura do Equador era superior ao da Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela, sendo superado apenas pela Bolívia, Chile e México.

Com sua vinculação à Organização Mundial do Comércio (OMC), desde 1996 o Equador eliminou quase todo tipo de restrição comercial, excetuadas apenas algumas salvaguardas aduaneiras introduzidas sobretudo por razões fiscais de curto prazo. Isto nos permite afirmar que a partir de 1995 a abertura de fato se ampliou embora as tendências protecionistas e regionalistas sejam cada vez mais notórias na economia mundial, de onde se deduz que o mercado é administrado e não livre, como apregoam os defensores do dogma neo-liberal. Exemplo dessa realidade são as dificuldades encontradas pela banana do Equador para ingressar no mercado europeu ou os enormes subsídios recebidos pela agricultura nos Estados Unidos e na União Européia.

Em termos de promoção das exportações esse esforço rendeu alguns frutos quantitativos: as exportações passaram de 2.237 milhões de dólares em 1982 a 5.264 milhões em 1997; no entanto, devido à crise internacional e aos efeitos do "*El Niño*", caíram a 4.203 milhões em 1998, voltando a subir para 4.926 milhões em 2000. Não obstante, é importante constatar que essa variação foi constatada sobretudo nos produtos primários.

Além dos produtos de base tradicionais (petróleo, banana, camarão, café e cacau), registrou-se um dinamismo crescente em outros produtos primários não tradicionais: em particular flores e frutas exóticas, assim como produtos ligeiramente elaborados. Parte destacada do esforço de exportação dessa época ocorreu na região da Serra, tradicionalmente orientada para o mercado interno, que experimentou novas mudanças na estrutura de propriedade da terra e na demanda de mão de obra, devido a essas novas atividades.

A lista de produtos exportados cresceu de forma vertiginosa: água mineral, aguardente, artigos de confeitaria, *achiote* (*bija,* usada como tintura ou refresco), alimento para cães, aveia especial, bambu, caolim, charutos,

livro.pmd 191 26/9/2005, 13:26

condimentos, pêssegos, fécula, extrato de malva, farinha de banana, cogumelos, abacaxi, quínua, molho de tomate, fumo negro, etc. No entanto, a receita de exportação (e mais ainda sua importância tecnológica) é limitada.

Adicionalmente, o aumento de certas exportações adicionais foi quantitativo, tornando possível compensar a redução do preço. Houve, portanto, uma deterioração dos termos de intercâmbio de vários produtos equatorianos.

Da mesma forma, a dependência do petróleo não foi superada. Pelo contrário, para sustentar a dolarização oficial da economia, e a continuidade do ajuste, quer-se incrementar a exportação de óleo cru, confiando-se em um novo *boom* petrolífero para resolver os problemas acumulados nesta época de ajuste, aplicado para resolver dificuldades não resolvidas durante o *boom* do petróleo da década de 1970 ...

Vemos claramente na economia equatoriana a tendência de retorno à ênfase nos produtos primários, promovida pelo ajuste, enquanto a desindustrialização da estrutura produtiva é relativamente limitada pelo pouco desenvolvimento industrial anterior, sobretudo em termos de incorporação tecnológica aos processos de fabricação.

A dolarização imposta à economia em janeiro de 2000 antecipa efeitos crescentes no setor exportador para aumentar e mais ainda para incrementar o nível de competitividade, em especial naquelas atividades que não se sustentam com a renda da natureza e com o recurso da mão de obra barata e flexível.

Para completar o quadro do comércio exterior é preciso levar em conta a evolução da importação. Inicialmente a exportação caiu de 2.187 milhões de dólares em 1982 para 1.474 milhões em 1983, em conseqüência do primeiro ajuste provocado pela grave crise da dívida externa. Em seguida registrou-se uma recuperação paulatina, até 1987, ano do terremoto, quando a importação caiu em 300 milhões de dólares. Desde então a importação voltou a crescer, especialmente no setor de bens de consumo, chegando ao nível mais alto em 1998: 5.576 milhões de dólares, recorde

livro.pmd 192 26/9/2005, 13:26

explicável pela compra de alimentos em função do "*El Niño*", e em parte pelo ingresso de produtos asiáticos mais baratos, sobretudo veículos, depois da desvalorização maciça havida nessa parte do mundo. Em 1999 as importações caíram para 3.017 milhões de dólares, devido à depressão, começando a recuperar-se em 2000, para alcançar 3.721,2 milhões de dólares, com uma clara tendência ascendente.

A estrutura das importações demonstra o alto grau de dependência externa da indústria nacional, setor que aglutina as compras de bens de capital e matérias primas (vide Tabela 5). Apesar da debilitação industrial, devido à suspensão do esquema tardio de substituição de importações, na prática muitas empresas industriais orientadas para o mercado interno, ou na melhor das hipóteses voltadas para o mercado andino, como o colombiano, continuaram a adotar a lógica da montagem de peças importadas, devido ao relançamento da integração andina a partir de 1989. É interessante notar que as empresas transnacionais montadoras de automóveis dividiram o mercado entre si em termos semelhantes aos do Pacto Andino nos anos 1970.

Isto demonstra também o fracasso do modo como se aplicou o protecionismo, que não induziu melhorias qualitativas na estrutura industrial. O que não se pode confundir, ingenuamente, com a inutilidade de uma política protecionista em geral, porque se tratava de uma atitude baseada em relações pessoais e de grupo, afetada por incoerências e inconsistências – que é o que aconteceu no Equador.

Na lista de clientes de produtos equatorianos, durante o período que estamos analisando, não houve uma diversificação digna de nota. O Equador continuou firmemente na órbita do dólar: é o que se vê com clareza nas exportações para os Estados Unidos, que em 2000 representaram 38% do total (em 1992: 42%), enquanto as importações desse país continuaram a ocupar um lugar preponderante, chegando a 25% no ano 2000 (em 1992: 34%) (Vide as Tabelas 6 e 7).

Essa situação precisa ser comparada com as mudanças ocorridas nos países centrais, onde se está criando uma estrutura produtiva ágil,

livro.pmd 193 26/9/2005, 13:26

flexível e de impacto em larga escala, dependendo cada vez menos das importações da periferia e que cada vez mais se sustenta com base no conhecimento.

Desregulamentação do mercado financeiro

O sistema financeiro foi liberalizado e flexibilizado em especial depois de 1992, sendo eliminadas ao mesmo tempo as estruturas preferenciais das taxas de juros e a ação de fomento do banco estatal. O Banco Central assumiu exclusivamente funções monetárias e cambiais. Os bancos de desenvolvimento (Corporação Financeira Nacional e Banco Nacional de Fomento, transformada a primeira em banco de segundo nível) facilitaram o livre acesso ao sistema bancário comercial. Só faltaria que o banco internacional pudesse captar a poupança dos equatorianos de forma direta.

Embora o Equador estivesse "atrasado" em relação à média latino-americana em termos de flexibilidade financeira interna, com as reformas introduzidas no governo de Durán Ballén chegou-se a ultrapassar essa média, atingindo quase o nível do Chile, considerado um modelo do ajuste neoliberal. Basta ver os índices em ordem decrescente para um grupo dos países estudados: Argentina 0,986; Chile 0,983; Equador 0,980, Bolívia 0,973, Colômbia 0,950, média da América Latina: 0,927.

No entanto, a "vantagem" que o país poderia ter tido com a sua liberalização financeira "tardia" não foi aproveitada para criar mecanismos adequados de controle e regulagem da economia. Pelo contrário, as deficiências próprias dessas reformas, manifestadas dramaticamente nas crises dos países asiáticos, se complicaram ainda mais devido à mediocridade e o dogmatismo dos seus promotores, fato a que se soma a administração corrupta do sistema bancário.

Embora desde 1986, nos governos de Febres Cordero e Borja Cevallos, a fixação das taxas de juros tenha sido flexibilizada, o ponto de partida para uma liberalização financeira maciça foi a aprovação da Lei

livro.pmd 194 26/9/2005, 13:26

Geral de Instituições do Sistema Financeiro, de 1994, que permitiu aos banqueiros ampliar suas atividades e diversificar os seus negócios, aumentando a possibilidade de obter mais crédito para as suas empresas, sob a forma de créditos vinculados. Essa liberalização se transformou em uma verdadeira libertinagem, devido à redução da capacidade (e vontade) de controle por parte da Superintendência de Bancos. Adicionalmente, houve uma série de reformas legais, com a adoção de novas normas, como a Lei de Mercado de Valores, a Lei de Modernização do Estado e, particularmente, a Lei Geral de Instituições do Sistema Financeiro.

Um fator adicional foi a desregulamentação dos depósitos mantidos fora do país (*off-shore*), em sucursais dos bancos nacionais no exterior, que não só não atraiu investimentos estrangeiros como canalizou recursos equatorianos para o exterior, para serem administrados extra-territorialmente, em um ambiente caracterizado por cada vez menos controles. Este seria outros dos elementos que contribuíram para acelerar a dolarização espontânea da economia, já que esse esquema *off-shore* serviu para promover e ocultar a poupança em dólares, não para atrair a poupança externa, como rezava a explicação oficial.

A dolarização espontânea foi crescendo a partir de 1994, como resultado da política adotada. Assim, do total de depósitos bancários, a porcentagem denominada em dólares passou de 15,4% em 1994 para 47,3% em 1999; no que se refere às aplicações, o aumento foi de 19,9% para 66,5% no mesmo período. Os maiores aumentos, nos dois casos, foram registrados entre 1997 e 1999, os anos da maior crise econômica (vide Tabela 20).

Essas reformas transformaram o sistema bancário restrito e relativamente controlado em um sistema liberalizado, com o qual, na prática, aumentou o risco das operações. Permitiu-se também a colocação de novos produtos bancários, adequados ao ambiente especulativo internacional. Os bancos canalizaram para a economia nacional um massa de recursos externos, sem adotar critérios de seletividade da produção e

livro.pmd 195 26/9/2005, 13:26

sem tomar as precauções devidas: recursos que não tardaram a escapar do país com os primeiros sintomas da crise ...

Com este esquema de banco universal, ou múltiplo, os bancos provinciais e regionais ficaram debilitados, aumentando a transferência assimétrica e a concentração de capitais característica do Equador, pois poucas províncias (Guayas, Pichincha, Los Ríos e El Oro) captavam o grosso da poupança privada, extraída das outras províncias. O saldo de créditos e depósitos em Guayaquil e Quito se aproximava dos 70% do total nacional.

Nesse ambiente permissivo se consolidaram as condições para o uso ineficiente e até mesmo corrupto dos créditos, o que, juntamente com os problemas macro-econômicos que mencionamos e as dificuldades exógenas, permitiram aflorassem os desequilíbrios financeiros, refletidos em deficiências de carteira, concentração excessiva do crédito, enormidade de créditos vinculados, ausência de instrumentos adequados de controle, ineficiência geral, desperdício de recursos (campanhas publicitárias multi-milionárias, escritórios luxuosos, muitas barganhas oferecidas aos clientes, destinadas a ocultar a debilidade dos bancos), além naturalmente de um canibalismo bancário explicável pela disputa de um mercado que se contraía, e oculto também por trás da "questão regional" exacerbada nos últimos anos do século XX.

O fechamento do Banco do Progresso, decidido pelo seu proprietário, Fernando Aspiazu, é um exemplo do que dissemos no parágrafo precedente. Aspiazu tinha financiado a campanha eleitoral de Jamil Mahuad Witt, e apoiando-se nos seus meios de comunicação levantou parte da cidade de Guayaquil em defesa do seu banco: capitalistas e pequenos poupadores, oligarcas e o povo marcharam juntos pelas ruas para salvar um banco privado, que os tinha prejudicado ... e o próprio Prefeito, León Febres Cordero, prometeu sacrificar-se por ele.

Sabemos que muitos presidentes conquistam o poder político com a cooperação do poder econômico, que termina por submetê-los. Muitas vezes os grupos dominantes, em algumas ocasiões chefiados por

livro.pmd 196 26/9/2005, 13:26

banqueiros, controlaram o poder político com mãos alheias. Um dos casos mais conhecidos foi o de Francisco Urbina Jado, no princípio do século XX. Em 1998, junto a Aspiazu, que financiara 27% dos custos da campanha presidencial de Mahuad, e representava os interesses de uma empresa como a EMELEC, desde 1985 afetada por sua complexa relação com o Estado, outros banqueiros de peso financiaram a campanha da democracia cristã. Essa vinculação bancária se tornou evidente com a nomeação desses banqueiros para cargos de importância no governo: Guillermo Lasso (do Banco de Guayaquil0, para Governador de Guayas e super-ministro da economia); Álvaro Guerrero (do Banco la Previsora) para Presidente do CONAM; Medardo Cevallos Balda (do Bancomex), como Embaixador no México), entre outros; assim como de importantes dirigentes da Associação de Bancos Privados: Ana Lucía Armijos, para Ministra de Governo e Finanças e Embaixadora na Espanha; Carlos Larreátegui, como super-Ministro de Desenvolvimento Social.

Contrariando o discurso sobre o mercado livre, não faltaram intervenções do Estado em favor dos bancos que se encontravam em situação crítica, a começar com a intervenção no Banco Continental, durante o governo de Durán Ballén. O problema se tornou mais agudo quando, em fins de 1998, o governo de Mahuad criou a AGD (Agência de Garantia de Depósitos), por recomendação do Banco Mundial, para garantir todos os depósitos bancários, quase sem limites, enquanto na prática os banqueiros não eram obrigados a dar garantias adequadas para os empréstimos recebidos. Essa "invenção" descabelada era consistente com as tradicionais práticas rentistas. É interessante observar que grande parte das reformas feitas nessa época, como a proposta de criação da AGD, foram obra dos partidos Social Cristão, Democrático Popular e Conservador, com a adesão, em alguns casos, do FRA e do PRE — partidos que formavam o governo no período do ajuste econômico.

Como créditos líqüidos o governo entregou aos bancos cerca de 900 milhões de dólares entre agosto de 1998 e março de 1999; outros 1.400 milhões em títulos da AGD, a partir de dezembro de 1998. Em

livro.pmd 197 26/9/2005, 13:26

março de 1999 congelou os depósitos em todo o sistema bancário, no valor total de cerca de 3.800 milhões (em parte restituídos, mas sem juros e menos ainda indenização por lucros cessantes, ou a perda de poder aquisitivo devido à macro-desvalorização). A esses valores se somam mais de 2.300 milhões transferidos, com diferentes justificativas (incluída a conversão de dívida em capital em favor do Filanbanco), no ano 2000. E mais os 300 milhões de novos bonos para o Filanbanco e quase 100 milhões de capitalização do Banco do Pacífico, recursos entregues em 2001 para que esses bancos cumprissem as exigências legais de 9% do patrimônio técnico sobre ativos e contingentes sujeitos a risco.

O discurso liberal foi posto à margem quando o Estado interveio para salvar bancos em situação difícil, pondo em evidência uma das facetas características da estrutura autoritária e paternalista da sociedade equatoriana, do neoliberalismo real. Essas intervenções salvadoras representaram o dispêndio de milhares de milhões de dólares na assunção pelo Estado, de diferentes modos, dos seguintes bancos: Banco Continental (em 1995); Solbanco, Préstamos, Filanbanco, Tungurahua (1998); Filancorp, Finagro, Azuay, Ocidente, Progresso, Bancomex, Creditício, Bancounión, Popular, Previsora, Pacífico (1999). Como parte dessas intervenções foram autorizadas a fusão do Banco La Previsora com o Filanbanco, e do Banco Continental com o Banco do Pacífico – tentativas desesperadas e inúteis de salvar essas instituições.

Deste modo o Estado chegou a controlar 70% do patrimônio e 60% dos ativos bancários. As intervenções saneadoras no sistema bancário chegaram a representar, só em 1999, quase 30% do PIB, uma das maiores cifras registradas em todo o mundo com esse tipo de operação: 15% no Sudeste Asiático, em 1995-7, enquanto na América Latina o dispêndio médio foi de 8,3%. Esta é uma das explicações para o aumento da pobreza e da miséria, pois esse ônus foi passado à sociedade, enquanto em sua maioria os banqueiros salvaram suas inversões e propriedades.

Neste ponto a salvação do Filanbanco, que entre 1998 e 2001 recebeu mais de 1.200 milhões de dólares (mais do dobro dos gastos do Estado

livro.pmd 198 26/9/2005, 13:26

com a saúde pública, no mesmo período) é paradigmática, na medida em que os seus antigos proprietários quiseram negar a falência da instituição, quando ela foi transferida para o Estado, e exigiram a restituição de algumas garantias entregues.

Nessa oportunidade, mais uma vez a Superintendência de Bancos brilhou pela ausência. O fracasso da sua gestão ficou claro quando ela não conseguiu sequer produzir uma lista atualizada dos devedores em atraso do Filanbanco, entidade que era impenetrável ao controle estatal: em julho de 2001 Gustavo Noboa, o próprio Presidente da República, chegou a reconhecer que lhe viam ocultado informações pertinentes ... Não há dúvida, assim, de que o seu governo foi um herdeiro digno do regime bancocrático de Jamil Mahuad.

Além dos problemas derivados da liberalização financeira e da política econômica adotada desde 1992, assim como dos problemas exógenos, muitos bancos, como o Filanbanco, contribuíram com razões particulares para o seu fracasso. Seus donos não eram só banqueiros, com recomenda a lógica bancária e a ética empresarial. Utilizando os depósitos dos clientes e talvez até mesmo as informações que eles forneciam, esses banqueiros expandiram seu domínio: meios de comunicação (rádio e especialmente a televisão), serviço telefônico, gráficas, agro-indústria, empresas de criação de gado e produção de leite, de açúcar (o engenho La Troncal foi adquirido do Estado por 100 mil dólares, 60 vezes menos do que o valor estimado das suas máquinas), produção e exportação de banana, indústria têxtil, empresas de seguros, financeiras especializadas, empresas de construção, imobiliárias, importadoras, clubes esportivos, fábricas de embalagens, cervejarias, empresas de mineração e petrolíferas. É preciso registrar também que, pouco antes de entregar o Filanbanco ao Estado, os seus donos reprogramaram seus créditos vinculados, muitos deles em condições extremamente vantajosas: sem juros, sete anos de prazo mais um de graça. Vantagens ainda maiores porque se tratava de operações em sucre, moeda que perdeu o valor com a desvalorização maciça ocorrida entre fins de 1998 e janeiro de 2000.

livro.pmd 199 26/9/2005, 13:26

Neste contexto, como conseqüência direta da liberalização da conta de capitais, e afetado também pela crise, o sistema financeiro se beneficiou com um ambiente mais favorável à especulação do que à produção, terminando por transformar-se em obstáculo ao desenvolvimento.

A abertura e os capitais

Outro aspecto que é preciso analisar é a abertura havida na conta de capitais. O "progresso" do Equador nesse campo é notável. Desde 1980 o país supera amplamente a média regional de 0,848, e até mesmo a do Chile, que curiosamente é inferior à latino-americana: Argentina 0,896; Bolívia 0,887; Equador 0,860; Chile 0,745; Colômbia 0,726.

Assim como em outros países latino-americanos, entre 1993 e 1994 a economia equatoriana se beneficiou, embora em menor medida, do refluxo líqüido de recursos externos. O capital especulativo ingressou no país em busca de rendimentos mais atraentes do que os oferecidos nos mercados de origem, atraído especialmente pelo esquema de estabilização baseado em âncora cambial que exigia taxas de juros muito altas, assim como por outras reformas introduzidas nesses anos. Esse refluxo se explica também pela queda dos rendimentos financeiros nos principais mercados internacionais.

O desejo de receber inversões estrangeiras se refletiu em uma série de concessões a esse capital, que salvo poucas exceções recebia o mesmo tratamento dispensado ao capital nacional. Desde 1993, por exemplo, permitiu-se a livre remessa de lucros e os procedimentos de registro foram simplificados. Mais ainda: a clara predisposição dos governos para beneficiar os investidores estrangeiros levou-os a oferecer vantagens sem qualquer racionalidade econômica, contrariando até mesmo dispositivos legais: basta mencionar as diversas formas de subsídio às empresas petrolíferas transnacionais, com vários exemplos de violação das leis, ocasionando prejuízos à sociedade, assim como o lucro mínimo garantido de fato a empresas privadas no setor da energia elétrica.

livro.pmd 200 26/9/2005, 13:26

Mesmo assim, há grupos que reclamam maiores vantagens para o capital transnacional, esperando cristalizá-las com novas reformas legais no campo das privatizações promovidas pela dolarização, uma alavanca importante para acelerar a venda de ativos e de serviços do setor público. Veja-se, por exemplo, o conteúdo das Leis Trole, especialmente a Trole 2: Lei para a Transformação Econômica e Lei para a Promoção do Investimento e da Participação Cidadã.

Nestes anos, como resultado da política macro-econômica adotada, que estimulava a inversão financeira, registrou-se um aumento do investimento estrangeiro em termos líqüidos (vide Tabela 19). Este, por sua vez, nutriu-se de capitais destinados ao setor do petróleo – o campo mais atraente para as companhias internacionais. De qualquer forma, as vantagens oferecidas aos investidores estrangeiros não provocaram o esperado ingresso de capitais para atividades produtivas, talvez devido à própria instabilidade criada pelo ajuste econômico tortuoso e a administração pouco transparente da coisa pública, fatores limitativos das expectativas de estabilidade e confiança no Equador.

Contrastava com o recebimento limitado de capitais estrangeiros a evasão de capital por parte dos agentes econômicos equatorianos, estimada em valores que se aproximavam ou mesmo superavam o montante total do endividamento externo. Valeria mencionar que somente no ano de 1999 a fuga de capitais superior os 2.000 milhões de dólares: fuga de capitais estimulada pela crise, a instabilidade política, a insegurança cidadã, a corrupção e o sistema legal imprevisível.

Portanto, o saldo dessa abertura foi o aumento das dificuldades para fazer funcionar adequadamente a política monetária, e o aumento da volatilidade do setor externo, em especial devido ao fluxo de capitais especulativos e a evasão da poupança interna, assim como a crescente dependência do endividamento externo.

As privatizações e a "modernização" do Estado

Este é um assunto sujeito a controvérsia, pelos "progressos" supostamente limitados, o que alimenta os argumentos dos que afirmam que no Equador não teria havido efetivamente um ajuste econômico.

livro.pmd 201 26/9/2005, 13:26

Não obstante, para viabilizar uma maior influência das forças do mercado sobre a gestão estatal, como recomenda a ideologia predominante, a estrutura estatal equatoriana foi minimizada de forma sistemática. Basta ver a redução relativa da presença do Estado na economia, através do consumo do setor público dentro do consumo global ou a participação dos investimentos públicos na formação bruta de capital fixo.

A diminuição do número de funcionários públicos foi paulatina, apesar da campanha encetada durante o governo de Sixto Durán Ballén. Isto se deve também ao fato de que o número dos burocratas passíveis de demissão não é tão grande como afirma a propaganda anti-estatal e anti-sindical.

Além disso, é interessante notar que, segundo dados do Banco Mundial (*Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, Washington, 1997), em termos do montante das despesas públicas como proporção do PIB, o tamanho do Estado equatoriano não era maior do que o dos países vizinhos: Colômbia 11,9%; Equador 12,4%; Peru 15,8%; Chile 16,2%; Venezuela 16,3%; Bolívia 18,7%; Panamá 25,45%; Costa Rica 26%; Uruguai 29,2%.

Movido pelo empenho em reduzir o tamanho do Estado, e continuando o que tinham feito os governos precedentes, o governo de Jamil Mahuad Witt decidiu extinguir uma dúzia de entidades do setor público, além de privatizar outras, muitas delas não deficitárias, como era o caso da Empresa Nacional de Correios.

Paradoxalmente, segundo informações do Ministério das Finanças, em seu conjunto as empresas do setor público não representavam um ônus fiscal, pois de forma permanente apresentavam um superávit operativo, que em alguns anos chegou a ultrapassar 3% do PIB. Superávit que não pode ocultar suas limitações, ineficiência e, naturalmente, sua sistemática descapitalização, pois esse excedente era devorado pela demanda fiscal. Cabe mencionar aqui a facilidade petrolífera atribuída à companhia estatal CEPE, que, como aconteceu muitas vezes com quase todas as empresas públicas, teve administrações medíocres ou abertamente

livro.pmd 202 26/9/2005, 13:26

prejudiciais à sua gestão. Para justificar seu impulso privatizador, os governos como que programavam a deterioração dessas empresas.

O resultado desse desmantelamento foi piorar o funcionamento do governo. A eficiência dos serviços sociais, assim como o padrão de honestidade são cada vez mais deploráveis, o que representou uma forma *sui generis* de reduzir a presença do Estado como fator de desenvolvimento: objetivo do ajuste neoliberal e dos interesses transnacionais.

Segundo o índice de Morley, Machado e Pettinato, desde 1984 o Equador esteve em situação inferior à média regional no campo das privatizações. Em 1995, seu índice era de 0,663, e a média dos 17 países latino-americanos figurava com 0,782. Na verdade, o Equador só superava Bolívia, Venezuela e Jamaica.

Dentro da metodologia utilizada, esse índice reflete uma relação das empresas públicas com o PIB não agrícola, que nesses anos mostrou uma queda, de forma que a participação do setor público deveria ter aumentado, e não exibir um processo de re-estatização. Outro fator foi o peso da empresa estatal de petróleo, tal como aconteceu com a Pemex (petróleo) no México ou a Codelco (cobre) no Chile.

Diferentemente dos outros países da região, no Equador nunca houve muitas empresas públicas. No Chile, por exemplo, havia nos anos 1970 mais de 500 dessas empresas; no México, na década de 1980, cerca de 1.200; na Argentina, no princípio da década de 1990, mais de 600. Ao ter início o processo de privatização, na Bolívia havia cerca de 660 companhias estatais, e no Peru cerca de 400. No Equador, porém, a atividade empresarial do Estado foi sempre pequena, mesmo incluindo as empresas pertencentes às Forças Armadas e aos municípios. Em meados dos anos 1990 estimava-se que o número total dessas empresas era 170, sendo mais da metade empresas mistas, muitas delas com a maioria de capital privado.

Isto se explica porque várias empresas do setor privado se beneficiaram do apoio governamental, ou por receber ajuda governamental sob a forma de capitalização ou por não pagarem dívidas contraídas com

livro.pmd 203 26/9/2005, 13:26

entidades estatais ou com a previdência social, ou ainda por terem sido assumidas simplesmente pelo Estado quando praticamente falidas em mãos privadas, como aconteceu com o Banco La Previsora (resgatado pelo governo em 1977; reprivatizado em 1986; sujeito a nova intervenção em 1999, quando se fundiu com o Filanbanco) ou com a Equatoriana de Aviação, agora reprivatizada – aliás, um bom exemplo de como não se deveria privatizar.

Por outro lado, cabe observar que a venda das companhias telefônicas (Andinatel e Pacifictel, originárias do EMETEL, que antes se chamava IETEL) fracassou em duas oportunidades, devido à concepção dogmática adotada para o processo de privatização, bem como pela voracidade de certos grupos econômicos que, marginalizados do procedimento, decidiram torpedeá-lo.

É preciso mencionar também outros problemas surgidos por efeito do fanatismo privatizador. Por exemplo: o Estado não assumiu a construção das usinas hidrelétricas planejadas e autorizadas pelo próprio Presidente Sixto Durán Ballén para enfrentar os contínuos e custosos racionamentos de energia elétrica, experimentados anualmente de 1992 até 1997. Obras que também não foram executadas pelo setor privado, que, contrariando o discurso liberalizador, se beneficia com subsídios governamentais para manter várias usinas de geração térmica, algo inaudito em um país de enorme potencial hidrelétrico.

Por outro lado, no setor do petróleo, onde está centralizado o interesse privatizador, o capital privado esteve presente, desde alguns anos, em quase todas as fases da sua expansão, beneficiando-se muitas vezes de contratos preferenciais, como acontece no setor da geração hidrelétrica. E sempre com uma forma de gerenciamento que provocou uma série de denúncias de corrupção.

A mistura de óleo cru pesado das trans-nacionais com o óleo cru leve da Petroequador ocasiona perdas para o Estado de 3,5 a 4 dólares por barril no mercado. Essa mistura reduz a capacidade de transporte do oleoduto em cerca de 25%, e diminui o rendimento da refinaria de

livro.pmd 204 26/9/2005, 13:26

Esmeraldas em gasolina e diesel, sub-produtos que precisam ser importados. Diesel que, aliás, é consumido pelas usinas térmicas privadas subsidiadas pelo Estado.

Como exemplo, vale lembrar igualmente a situação da EMELEC, empresa que desde 1965 gozou um subsídio do Estado, que lhe garante um lucro mínimo de 9,5% sobre os seus ativos fixos, pagável em dólar. Tratamento análogo é concedido à ELECTROWER ou ELECTROQUIL, que, com mecanismos diferentes, recebem também uma garantia de rentabilidade. No caso das empresas de telefonia, não há perspectiva de que se procure adotar um esquema competitivo. Ao mesmo tempo, consolidam-se as práticas oligopolísticas, como por exemplo a elevação das tarifas da telefonia celular como reação à proibição do "arredondamento".

Neste contexto, especialmente depois de imposta a dolarização oficial da economia, procura-se criar um quadro legal de abrangência ampla, as chamadas Leis Trole, para acelerar o processo de privatização com novas e maiores vantagens concedidas ao capital externo.

Essas privatizações marcam a esperança de conseguir recursos para o serviço da dívida externa, como aconteceu nos outros países da região.

A reforma tributária

A reforma tributária começou com um esforço quase permanente para superar os desequilíbrios fiscais provocados pela pressão do serviço da dívida externa. Fato que no entanto não tem sido reconhecido como causa primordial do desajuste fiscal. Pelo contrário, os problemas fiscais são atribuídos ao tamanho excessivo do Estado e da despesa pública, provocado pela burocracia, os sindicatos, os contratos coletivos de trabalho, etc. E a procura do equilíbrio nas contas públicas se centralizou quase exclusivamente na eliminação de subsídios, assim como no aumento de tributos, em particular o IVA.

O ponto de partida foi a eliminação dos controles de preços, durante o governo de Osvaldo Hurtado Larrea (1981-4), que deu os primeiros

livro.pmd 205 26/9/2005, 13:26

passos para a liberação de vários produtos de consumo popular, e eliminou certos subsídios. Foi nesse período que começou o processo de elevação dos preços e das tarifas dos bens e serviços públicos, caracterizado por fases de gradualismo e outras de choque, assim por congelamentos forçados devido à resistência popular, provocando retrocessos em termos dos valores reais.

Devido a essas pressões fiscais, especialmente a partir do governo de Durán Ballén os preços e tarifas de vários bens e serviços públicos superaram os níveis existentes no exterior. A gasolina, por exemplo, chegou a custar muito mais do que nos Estados Unidos, com a introdução de um esquema automático de ajustes mensais, em função da desvalorização, justificado exclusivamente pela necessidade fiscal. Isto explica a evolução caótica havida, resultado de um gerenciamento irracional em termos econômicos, sociais e mesmo energéticos.

Um dos poucos ítens de ampla demanda popular ainda subsidiado é o transporte público, porque em termos práticos foi suspenso o subsídio da eletricidade para os lares de classe média. A situação do gás doméstico (GLP) mostra igualmente uma evolução complexa, com altas e congelamentos, por tratar-se de um produto de grande significado político. Nesta matéria veio à superfície o dogmatismo dos governantes empenhados em eliminar totalmente os subsídios, sem achar soluções criativas para racionalizar o desperdício parcial dos subsídios existentes, que beneficiam indevidamente setores acomodados da sociedade.

Esta eliminação dos subsídios de cunho social contrasta com a manutenção de uma série de vantagens e subsídios concedidos a muitas atividades empresariais.

Em termos de reforma tributária, é preciso lembrar a contribuição do governo de Rodrigo Borja Cevallos, que realizou uma transformação significativa com o objetivo de modernizar o sistema impositivo. No entanto, essa reforma foi desvirtuada por uma série de exceções introduzidas pelos mesmos grupos de poder, que provocaram uma verdadeira contra-reforma tributária.

livro.pmd 206 26/9/2005, 13:26

Além dos muitos remendos introduzidos nesse período, um erro crucial foi a criação do imposto de 1% sobre a circulação de capitais e a eliminação do imposto de renda, originada em uma proposta feita durante a campanha eleitoral do Partido Social Cristão. Essa medida exacerbou a crise e o mal-estar de amplos setores da sociedade, assim como do FMI, e terminou revertida depois dos protestos públicos de março do mesmo ano, quando o Congresso reintroduziu o imposto de renda, mas manteve o imposto sobre a circulação de capitais, com a incidência de 0,8%. Episódio semelhante aconteceu com a elevação do IVA de 12% para 14%, em 2001, que precisou ser revista por ter sido feita de forma inconstitucional.

O índice elaborado com dados de Morley, Machado e Pettinato mostra que a despeito das limitações e contradições havidas na reforma tributária, durante esse período o Equador se manteve pouco abaixo da média da América Latina, com 0,551 (na região o índice foi de 0,573; no Chile, 0,663; Colômbia, 0,520; Bolívia, 0,678).

Não obstante, são importantes as áreas onde se deveria realizar uma reforma tributária integral:

1) Em termos de carga tributária o Equador ocupa uma situação intermediária na região: o Chile tinha uma carga de 19,4%, sem considerar a contribuição para a seguridade social; a Argentina 17,4%; Bolívia 16,6%; Costa Rica 16%; Brasil 12,9%; Peru 12,7%; Equador 12,7%; México 11,9%; Venezuela 11,5%; Colômbia 10,8%; Guatemala 9,6%; Paraguai 9,3%. Os dados para a maioria dos países são de 1998, salvo para a Argentina (1997), Costa Rica (1996), Brasil (1994), México (1997), Colômbia (1997) e Paraguai (1993) (Vide Vega e Mancero 2001).

2) A qualidade das receitas é precária. O grosso do financiamento provém do petróleo e do endividamento externo, embora em boa parte este último represente um jogo contábil, pois uma proporção importante da dívida serviu apenas para financiar dívidas vencidas

livro.pmd 207 26/9/2005, 13:26

ou para garantir o pagamento dos próximos vencimentos: abre-se um buraco para preencher outro.

3) Os impostos representam só 40% do total. O que preocupa é que o peso dos impostos indiretos, regressivos (como o IVA) subiu aceleradamente em comparação com os tributos diretos, de caráter progressivo (como o imposto de renda). Dentro da proposta liberal, pretende-se aumentar a carga tributária através dos impostos indiretos.

4) Apesar dos esforços do Serviço de Rendas Internas (SRI), as margens de evasão tributária e aduaneira ainda são grandes.

5) Do lado das receitas, a situação também é preocupante, tanto pela ineficiência da gestão social como pelas iniqüidades implicadas: os 20% mais ricos da população concentram 26% do investimento em educação (os 40% em melhor situação recebem 53%), enquanto os 20% mais pobres recebem só cerca de 11%. No campo da saúde a relação é de 37% para 8% (os 40% em melhor situação recebem 61%; só no abono solidário há uma distribuição relativamente mais equitativa, de 6% a 28%, e os 40% em melhor situação recebem 20%).

6) Igualmente desequilibrado é o montante das pré-destinações orçamentárias, rigidez que tirou a flexibilidade da administração fiscal, particularmente pelo serviço elevado da dívida pública.

7) Finalmente, não se pode esquecer o gerenciamento muitas vezes clientelístico e populista da política social "focalizada".

Estes seriam alguns dos assuntos a resolver em uma reforma fiscal profunda, que não buscasse simplesmente o equilíbrio fiscal para garantir o ajuste das contas públicas e a manutenção do serviço da dívida externa. Seria preciso uma reforma que incorporasse critérios de equidade, de produção e ambientais, o que não se pode esperar da lógica neo-liberal.

livro.pmd 208 26/9/2005, 13:26

Reformas na política cambial e monetária

No terreno da política cambial a complexidade é maior. Depois de tentar vários esquemas, a partir de um sistema de câmbio fixo e com apropriação de divisas, no princípio da década de 1980, foram adotados sucessivamente uma série de sistemas distintos. Em agosto de 1986 e em fevereiro de 1999 houve tentativas de liberalização cambial, chegando-se em janeiro de 2002 a um fracasso total da administração da moeda e do câmbio, com a dolarização oficial da economia.

Esse processo complexo incluiu desvalorizações, mini-desvalorizações programadas, âncora cambial, banda cambial com leilão de divisas, flutuação controlada e, em duas oportunidades, livre flutuação, assim como a eliminação do sucre como moeda nacional. Nesses anos de ajuste neo-liberal só faltou o elaborado programa monetário de convertibilidade de Bucaram, que em suas conseqüências teria sido semelhante à dolarização.

Pelos efeitos perversos que teve, vale a pena rever o significado da administração cambial entre 1992 e 1999. A âncora cambial, como eixo da estabilização dos preços, foi sustentada com taxas de juros elevadas e voláteis, de forma que a estrutura resultante de preços relativos favoreceu os negócios financeiros, em prejuízo das atividades propriamente produtivas. Essas taxas de juros elevadas no mercado interno, e o tipo de câmbio relativamente estável (e controlado) convidaram a uma nova onda de endividamento externo agressivo por parte dos agentes econômicos privados. Tendência facilitada pela abertura da conta de capitais e estimulada pelo fluxo de capitais internacionais que se dirigiam para a América Latina.

Os créditos externos foram utilizados pelo sistema bancário privado para expandir suas aplicações internas, favorecendo assim uma crescente dolarização espontânea da economia (apoiada em uma série de reformas legais que permitiam a livre utilização da moeda norte-americana), que em conseqüência tornou o sucre mais vulnerável diante de qualquer "corrida" de capitais. Dolarização espontânea acelerada pela crise, quando

livro.pmd 209 26/9/2005, 13:26

parte significativa dos depósitos bancários e dos ativos financeiros se converteram em dólar, havendo também a dolarização dos preços de muitos bens e serviços, sobretudo nos segmentos do mercado com mais acesso por parte dos setores acomodados da população (vide a Tabela 20).

Se a abertura da conta de capitais e a dolarização espontânea da economia limitaram o campo de aplicação da política monetária, por outro lado o peso elevado do serviço da dívida tornou a política fiscal menos flexível. A despesa pública deixou de ser um instrumento dinâmico, situação agravada, além de tudo, pelas pré-destinações orçamentárias, transformando-se em variável endógena. Essa despesa passou a depender em forma inversa da dívida, e diretamente da atividade econômica, enquanto o serviço da dívida estava ligado a variações do câmbio real, assim como, naturalmente, a flutuações das taxas de juros no mercado financeiro internacional. Assim, qualquer alteração externa afetava o setor público, que perdeu o seu potencial contra-cíclico.

Desta forma, nos últimos anos, caracterizados por uma economia recessiva, a administração fiscal foi pró-cíclica, o que levou a uma redução real das despesas do Estado em investimentos sociais e obras públicas, pois o crescente gasto fiscal era motivado em especial pelo aumento sustentado do serviço da dívida pública, externa e interna. Neste cenário, incapazes de fazer uma reforma fiscal profunda e de frear a evasão tributária, os governos de Durán Ballén, Bucaram Ortiz, Alarcón Rivera e Jamil Mahuad Witt recorreram cada vez mais à contração da dívida interna, que é outro dos graves problemas a resolver.

Com a dolarização oficial da economia torna-se cada vez mais urgente recuperar a capacidade de gestão fiscal, das receitas e despesas do setor público, pois este é um dos poucos instrumentos disponíveis para orientar a economia.

O serviço da dívida externa

Ao longo de todo este período o Equador fez esforços intensos para manter um relacionamento harmonioso com o sistema financeiro

livro.pmd 210 26/9/2005, 13:26

internacional. Vale lembrar que os programas de estabilização e ajuste estavam orientados para garantir o serviço da dívida. Juntamente com esse objetivo explícito havia o desejado reordenamento da economia, no quadro do Consenso de Washington.

Em sete oportunidades o Equador renegociou sua dívida com o Clube de Paris, e o sétimo *round* de renegociação foi uma conseqüência da dolarização. A renegociação com os bancos comerciais foi repetida em outras ocasiões, vivendo-se um longo período de moratória, desde janeiro de 1987 até se conseguir, em 1994, um arranjo do tipo Brady. No entanto, como dissemos acima, a partir de agosto de 1999, diante da clara incapacidade de fazer esses pagamentos, o país se viu obrigado a declarar a moratória dos bônus Brady e dos Eurobônus, com a cumplicidade do FMI e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. O país saiu dessa situação com uma nova fórmula de acordo, através do qual garantia uma ampla gama de benefícios aos portadores dos novos Bônus Global.

Há um dado curioso: nos anos mais críticos, entre 1997 e 1999, os organismos internacionais, como o FMI, nunca deixaram de pressionar para que o Equador aplicasse a receita do Consenso de Washington, o que fizeram repetidamente, mas sem concretizar a ajuda prometida, que teria servido pelo menos para aliviar a situação.

O objetivo da renegociação de 2000, reconhecido expressamente pelo governo, era "encaminhar o Equador para a abertura do acesso aos mercados internacionais (mantendo em dia o pagamento das obrigações internacionais)." Necessidade urgente para o esquema dolarizado. Incidentalmente procurava-se aliviar a situação fiscal, pelo menos no curto prazo, melhorando de forma temporária a sustentabilidade da dívida. Além disso, como mais um dos sub-produtos dessa decisão, havia a possibilidade de financiar investimentos sociais utilizando recursos liberados pelo menor serviço da dívida, e desviando-os para o campo social.

Certos dados permitem compreender melhor a magnitude da sangria causada pelo serviço da dívida externa. Como observamos no capítulo

livro.pmd 211 26/9/2005, 13:26

anterior, entre 1982 e 2000 o Equador procedeu a uma transferência neta negativa de 10.229,4 milhões de dólares.

A administração dessa dívida também não esteve isenta do favoritismo estatal. Vale lembrar, mais uma vez, a "sucretização" da dívida externa privada, promovida pelos governos de Hurtado Larrea e Febres Cordero. A "compra de contas especiais em divisas", ou seja, a utilização do mercado secundário para a conversão da dívida em recursos foi outro instrumento para fortalecer o sistema financeiro e alguns grupos econômicos vinculados ao governo de Febres Cordero (1986-8), assim como para financiar um pequeno número de projetos sociais e ecológicos no regime de Borja Cevallos. (1986-92), em valores muito abaixo dos autorizados para o setor privado, e sem uma estratégia social definida.

A influência dos organismos internacionais no processo de renegociação da dívida e de estruturação do ajuste foi determinante para manter a direção deste, a despeito da instabilidade reinante. Por isso em 2000, uma vez mais, a aposta oficial foi no sentido de assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional como ponto de referência para sustentar o esquema de abertura e liberalização, assim como para retomar as conversações com os credores internacionais.

Em suma, a dívida é um dos pontos fundamentais do ajuste que foi feito, e dela deriva toda uma série de problemas que afetaram o próprio ajuste, embora suas renegociações sucessivas tenham sido uma alavanca recorrente para forçar mais ainda esse ajuste, porque o que estava em jogo era não só o serviço da dívida como o reordenamento da economia.

O saldo do ajuste estrutural no Equador

Do exposto até aqui pode-se concluir que o Equador experimentou um ajuste tortuoso mas real.

Deve-se ter em mente que nunca se consegue aplicar totalmente qualquer modelo econômico. O que conta é a tendência, e esta, no caso

livro.pmd 212 26/9/2005, 13:26

do tortuoso ajuste equatoriano, é insofismável: o país tem caminhado e ainda caminha pela estrada do ajuste neoliberal.

A OIT formula essa realidade de maneira precisa: "Embora se notem diferenças importantes no conteúdo, na implementação e no calendário das reformas feitas em vários países [andinos], todos compartilharam uma mesma orientação, baseada na abertura econômica, no papel predominante do mercado na aplicação de recursos e nas exportações como motor do crescimento". São esses os elementos que configuram, em grandes traços, o núcleo do modelo liberal. E os resultados, como vimos até aqui, são visíveis.

Embora tivesse um "atraso" no processo de privatização, o Equador não se atrasou no conjunto das reformas. Assim, enquanto em 1995 o índice regional chegou a 0,821, o do Equador era 0,801, enquanto outros países da região apresentavam os seguintes resultados: Argentina 0,888; Bolívia 0,816; Brasil 0,805; Chile 0,843; Colômbia 0,792. Esses dados desmentem o argumento do "atraso" global do Equador.

Outro dado interessante é que em nenhum país e em nenhum setor o processo de ajuste tem sido uniforme através do tempo. Por outro lado, não deixamos de perceber que o "progresso" nessas reformas não demonstra o nível de bem-estar alcançado pela sociedade. Basta ver a crítica situação socio-econômica da Argentina, o país que mais perseguiu a meta do ajuste neo-liberal, desde o fim do século XX.

Iniciado com a crise da dívida, o ajuste se concentrou na estabilização macro-econômica, e foi adquirindo crescente profundidade e complexidade. Hoje fala-se em "reformas de primeira geração" (sobretudo a liberação do mercado interno, a abertura externa da economia, as privatizações e a flexibilização trabalhista), "de segunda geração" (políticas sociais focalizadas) e "de terceira geração" (concessão de serviços públicos, autonomia do poder judiciário e descentralização).

Assim, por exemplo, uma primeira onda de reformas liberalizadoras foi experimentada nos anos 1970 com as ditaduras implantadas nos países do Cone Sul, tendência que se difundiu pelo resto da região devido à crise

livro.pmd 213 26/9/2005, 13:26

da divida externa em 1982-5. As reformas comerciais e financeiras estiveram entre os primeiros componentes do ajuste, tendo alcançado os seus níveis mais altos no princípio da década de 1990. Logo viriam as reformas no campo da abertura da conta de capitais, enquanto o processo de privatização variou em cada caso.

Deste modo, pode-se apresentar assim alguns resultados e conclusões do que foi o ajuste no Equador:

1) Em suas tendências de longo prazo, o ajuste promove a consolidação do mercado no gerenciamento da economia, com a menor número possível de intervenções por parte do Estado. Na prática a lógica internacional se impôs sobre a lógica nacional, e a política social foi transformada em um esforço complementar da administração econômica. O que não quer dizer que tenha havido antes no Equador uma administração econômica estatizante, uma política econômica de costas voltadas para o mercado mundial ou uma intervenção social de acordo com as demandas da sociedade. Nada disso. No entanto, o ajuste implantou em amplos setores da população a ideologia neo-liberal, vista como conveniente ou inconveniente.

2) O ajuste promoveu ainda mais a produção primária com base nas vantagens comparativas naturais, orientando-a para o exterior, sem a preocupação de acrescentar-lhe valor. É a reprimarização, meta básica ou conseqüência automática do ajuste, que se fez acompanhar de uma deterioração da indústria - a desindustrialização – e dos setores voltados para satisfazer a demanda interna, capazes de gerar empregos adequados, de pagar salários decentes e de reduzir a pobreza de forma consistente. Por outro lado, essa reprimarização tem provocado danos ao meio ambiente, já que atribui prioridade aos rendimentos de curto prazo, acima de qualquer consideração de longo prazo. Como exemplo pode-se citar a situação do camarão, afetado pela destruição sistemática do seu habitat e pelo emprego indiscriminado de produtos químicos nas plantações de banana, que

livro.pmd 214 26/9/2005, 13:26

provocou uma série de efeitos nefastos, como a "síndrome de Taura" e a "mancha branca".

3) A estratégia orientada para a exportação primária acentuou as tendências excludentes e concentradoras. Apesar do aumento das exportações, até 1997 não houve um impulso no crescimento, como aconteceu em outras fases da história econômica do Equador. Isolado e sem o apoio do Estado, o setor privado tem perdido o dinamismo de épocas anteriores. Atualmente o Estado funciona ao contrário: antes servia para melhorar relativamente os níveis de distribuição de renda, favorecendo as camadas de renda mais baixa, e em particular as camadas intermediárias; agora favorece os mais acomodados, em prejuízo dos outros grupos sociais. Aliás, é uma situação registrada em várias parte do mundo, onde encontramos o crescimento econômico sem conteúdo social: a economia e as exportações crescem mas o desemprego aumenta, como se o navio imaginado na década de 1970 por Germânico Salgado se tivesse partido. Um segmento da sociedade, onde estão as velas, pode progredir, enquanto o resto sofre uma exclusão quase estrutural.

4) Durante todo este período houve uma concentração marcante da renda e da riqueza, como opção buscada pela lógica do ajuste para poder financiar novas inversões, sobretudo após a bonança petrolífera e ao cessar o fluxo maciço de créditos externos, a partir de 1982. Nesses anos de crise, os ganhos dos principais grupos econômicos aumentaram, em vez de diminuir. Além disso, os padrões de consumo dos setores mais acomodados e da classe média se orientam cada vez mais por valores trans-nacionais. Como inversão da pobreza crescente, a concentração da riqueza nunca foi tão notória. E como se isso não bastasse, os grupos econômicos que controlam o poder político estão empenhados em garantir para si maior riqueza, com a privatização das empresas e dos serviços do Estado.

5) Um ponto especial merece atenção: a deterioração qualitativa das atividades e inversões sociais, sobretudo no setor da educação,

livro.pmd 215 26/9/2005, 13:26

devido também à menor disponibilidade fiscal. Situação que pode ser explicada pela exigência crescente do serviço da dívida, que levou à diminuição da despesa social. Dentro do orçamento estatal ela caiu em quase 50% em 1980, e em 15% em 2000, enquanto no mesmo período o serviço da dívida aumentou de 18% para mais de 50%. Cabe citar aqui a política especial focalizada na pobreza extrema, de que um dos exemplos mais conhecidos no Equador é o abono solidário ou de pobreza. Assim, o ajuste afetou as condições e a qualidade de todos os serviços públicos.

6) A estabilização é um dos problemas cuja solução mais custou ao Equador, embora tenha sido um dos objetivos perseguidos com mais empenho nos últimos anos. Em 2000 o país sofreu a inflação mais elevada em toda a América Latina, com quase 97% (ponto mais alto, em outubro desse ano: 107,9%), exacerbada pela própria dolarização: vale lembrar que em 1999 a inflação anual foi de 52%. No entanto, essa inflação quase crônica não deve ser atribuída simplesmente à despesa pública avultada, dado o tamanho excessivo do Estado, ou às demandas dos sindicatos de servidores públicos, como reza o discurso oficial. As quantias cada vez maiores exigidas pelo serviço da dívida concentravam o grosso das despesas fiscais, assim como os recursos que eram destinados repetidamente para a solução dos problemas enfrentados pelos importantes grupos monopolistas, como no caso das intervenções bancárias. Assim, contrariando a interpretação ortodoxa, no Equador a crise fiscal foi uma conseqüência da dívida pública, agravada pelo peso inflacionário dos subsídios maciços concedidos ao setor privado. De qualquer modo, é preciso reconhecer que, depois de internacionalizados muitos preços e tarifas (mas não os salários), a economia dolarizada permitiria níveis mais baixos de inflação. O importante era a eliminação da expectativa de desvalorização contínua, que exacerbava o aumento dos preços.

livro.pmd 216 26/9/2005, 13:26

7) Em todo esse período o crescimento da economia foi pequeno e instável. Com a exceção isolada de dois anos, a economia cresceu em ritmo inferior ou igual ao da expansão demográfica (2,3%), para cair estrepitosamente em 1999. A tão esperada reativação da economia prometida sempre nos sucessivos programas de estabilização e ajuste, foi uma quimera, pelo menos naqueles setores produtivos não vinculados ao mercado externo. A quebra de empresas pequenas e médias foi uma constante em todo esse período, com variações mais ou menos importantes nos anos especialmente críticos, como 1995 e 1998-2000. O fracasso do ajuste para conseguir melhorar as condições de vida fica evidente quando se analisa a evolução da produção por habitante, indicador que, embora não seja qualitativo, nos mostra que o objetivo do crescimento não foi alcançado: em termos de renda por habitante, o nível de 2000 é comparável ao de 1978.

8) O caráter tortuoso do ajuste pode ser visto também como resultado e parte de uma estrutura institucional baseada no paternalismo, o rentismo, a corrupção e a impunidade. Paternalismo manifestado no apoio governamental sistemático para facilitar o ajuste no caso dos grupos de poder econômico e político, controladores e predadores do Estado. Rentismo explorador da mão de obra, da natureza e da moeda nacional, o sucre. Corrupção e impunidade refletidas em vários episódios de interferência na economia, com a conivência de quase todos os governantes, desde 1992...

9) O ajuste tortuoso e a sua continuação dolarizada têm outra característica em comum: o autoritarismo. O discurso do consenso foi exigido como um argumento de propaganda e não como uma opção para construir uma ordem democrática. Os objetivos finais do ajuste não eram discutidos, e seus resultados são o produto da associação entre os funcionários das instituições financeiras internacionais (que têm quase sempre a palavra decisiva), membros

livro.pmd 217 26/9/2005, 13:26

da equipe econômica do governo nacional e os representantes dos principais grupos econômicos (as câmaras da produção). Gestões que, além de tudo, são promovidas muitas vezes sem qualquer transparência. Assim, em muitas ocasiões os instrumentos práticos e os procedimentos aplicados violentavam as leis, a começar pela própria Constituição, como aconteceu com a dolarização oficial. Outra característica dessa administração inconstitucional e autoritária foi o pouco tempo reservado para a discussão de textos legais extensos e complexos. Desde o governo de Febres Cordero o abuso dos projetos de urgência econômica tem sido quase uma norma.

10) Outro aspecto que se deveria incorporar à compreensão do ajuste é a reação dos diferentes grupos sociais, em particular devido ao surgimento e consolidação de novos atores sociais e políticos, que viabilizam o que poderia ser um novo bloco histórico portador da resistência e gestor potencial de propostas alternativas. Além disso, diferentemente do que aconteceu em outros países da região, no Equador não se conseguiu fragmentar, alienar e domesticar as camadas populares, o movimento indígena, o movimento camponês e as reclamações regionais, como também não se alienou o sindicalismo, embora ele se enfraquecesse no contexto do ajuste. E são precisamente esses segmentos da população, "obstáculos ao desenvolvimento", conforme a visão do grande capital e do paradigma liberal, que poderiam desenvolver propostas conducentes a um desenvolvimento sustentado e sustentável, inclusivo e auto-dependente, solidário e democrático.

livro.pmd 218 26/9/2005, 13:26

5
O equador na armadilha da dolarização

O equador na armadilha da dolarização

Em janeiro de 2000 o Equador surpreendeu o mundo. Com a dolarização plena da sua economia foi o primeiro país da América Latina a sacrificar oficialmente a moeda nacional, introduzindo uma moeda estrangeira com curso legal completo. Com essa decisão o Equador, cuja economia atravessava uma depressão sem termo de comparação na sua história, que levara à falência o seu sistema financeiro, e que se encontrava em situação de moratória da dívida externa, juntou-se ao grupo de 26 colônias ou territórios que naquele momento utilizavam uma moeda estrangeira - 11 deles o dólar norte-americano.

Até então o Panamá era o maior país, e o único latino-americano, a assumir o dólar. O Panamá adotou a dolarização pouco depois da sua separação da Colômbia, em 1903, forçada pelo governo de Washington, interessado em assumir o controle do canal inter-oceânico. No princípio do terceiro milênio, um ano depois do Equador, dois países centro-americanos, El Salvador e Guatemala, se encaminhavam para a dolarização plena das suas economias.

A decisão: os interesses e atribulações que a provocaram

Para tomar essa decisão transcendental, o Presidente democrata cristão Jamil Mahuad Witt, que poucos dias antes de anunciar a medida se pronunciara publicamente contra ela, esperou chegar à beira do abismo político para dar o que considerava, textualmente, "um salto no vazio". No momento em que o seu governo se encontrava politicamente desestabilizado, sem qualquer preparação técnica, e contra a opinião de muitos profissionais dentro do próprio governo, ou próximos, Mahuad assumiu essa decisão, que poucos dias depois foi ratificada pelo seu Vice-

livro.pmd 221 26/9/2005, 13:26

Presidente, Gustavo Noboa Bejarano, quando assumiu o poder, em 22 de janeiro de 2000, em conseqüência da rebelião dos indígenas e militares.

A decisão final não foi o resultado de desígnios da razão, nem foi "imposta ao governo pelo povo equatoriano", como conclusão do processo de dolarização espontânea. Não foi o anúncio de um novo modelo econômico, à margem do neo-liberalismo e do próprio Fundo Monetário Internacional. Menos ainda significa que o Equador dolarizado "já tem um pé no primeiro mundo", como afirmaram alguns dos seus promotores.

A decisão de dolarizar a economia respondeu à dinâmica dos interesses políticos hegemônicos e à lógica do capital internacional, em vinculação estreita com grande parte dos grupos dominantes do país. Foi mais o resultado de decisões e angústias políticas do que a conseqüência de reflexões técnicas. Para falar francamente, foi o resultado da mediocridade da elite governante.

Para entender a dolarização não basta situar-nos no campo da economia. É preciso ver essa decisão como um instrumento de uso múltiplo, explicável por várias razões internas, às quais precisamos acrescentar os interesses norte-americanos e, com certeza, a estratégia dos organismos multilaterais. A dolarização não pode ser analisada no vazio da política econômica. O seu entendimento precisa incorporar reflexões próprias da economia política. Como se sabe, não há decisão econômica que seja tomada em um contexto despido de interesses, e que beneficie a todos igualmente.

Com o dólar foi substituída a moeda nacional, o sucre, que perdeu suas três funções essenciais: reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento. Para complementar o dólar nas transações comerciais de pouca monta, e para "enganar" a Constituição, tal como acontece com o balboa no Panamá, foram cunhadas moedas sem nome, equiparadas às moedas de dólar. E em conseqüência do desaparecimento da moeda nacional, sacrificou-se a política monetária e cambial.

Com a dolarização se pretende chegar a uma etapa superior do modelo neo-liberal, inspirado no Consenso de Washington. Ela não muda

livro.pmd 222 26/9/2005, 13:26

o rumo, mas acelera o ritmo, e pretende ser uma âncora para garantir a continuidade do processo neo-liberal independentemente de quem governe o país: é o sonho tecnocrático de despolitizar a economia. Para isso golpeou-se a institucionalidade democrática, com a violação da Constituição (artigos 261 e 264), como o fizeram as leis dela derivadas, conhecidas como "Leis Trole".

Sem deixar de reconhecer a gravidade da crise econômica equatoriana, a conclusão a que se pode chegar é que a dolarização foi uma medida extrema mas não necessariamente convincente.

E não era a única opção para combater uma inflação como a existente. Em janeiro de 2000 não havia hiper-inflação ou as condições sócio-econômicas para que ela se concretizasse. E existiam outros caminhos para conter o caos reinante: basta mencionar os programas heterodoxos aplicados em Israel e no México na década de 1980; o programa de estabilização boliviano, aceito da perspectiva neo-liberal; o Plano Real brasileiro, que permitiu reduzir a inflação sem recair na armadilha da convertibilidade, como aconteceu na Argentina. Com tais antecedentes, e propostas como a concebida pelo presente autor para o caso equatoriano, juntamente com Jürgen Schuldt, semanas antes da dolarização, fica desmentida a suposta inexistência de outras opções (vide o livro *La Hora de la Reactivación: El Mito de la Falta de Alternativas*, Guayaquil, ESPOL, novembro de 1999).

Em suma, a renúncia à política monetária e cambial refletida no segundo assassinato do sucre, a moeda nacional, é resultado da incapacidade da elite. Não é uma vitória, mas uma grande derrota. A economia equatoriana foi dolarizada pela incapacidade dos grupos dominantes de conceber e aplicar políticas econômicas relativamente autônomas, assim como pelo seu desespero para completar inteiramente o processo de neo-liberalização.

Tinha razão o economista brasileiro Paulo Nogueira Batista Jr., no seu artigo intitulado "Suicídio monetário do Equador", quando afirmou que "no Equador, um governo de quinta categoria acaba de anunciar a

livro.pmd 223 26/9/2005, 13:26

intenção de cometer suicídio monetário e dolarizar a economia do país. Incapaz de enfrentar uma crise econômica séria, e ameaçado de destituição, o presidente equatoriano, Jamil Mahuad, que visivelmente não tem capacidade nem mesmo para ser síndico de um edifício ou presidente de uma associação de bairro, entrou em desespero e optou por humilhar o seu país, desistindo de um dos elementos centrais da soberania." (*Folha de S. Paulo*, o jornal de maior circulação no Brasil, 13-1-2000).

Os riscos da dolarização

Para assegurar um tipo de câmbio fixo e a livre movimentação de capitais, dentro das limitações derivadas do que em teoria econômica se conhece como "trilema macro-econômico", algumas economias têm sacrificado sua política monetária: é o caso do Equador.

Segundo esse "trilema", especialmente nas economias abertas e pequenas como a equatoriana, só podem coexistir duas das três variáveis seguintes:

1) livre movimentação dos capitais;
2) tipo de câmbio fixo;
3) política monetária independente.

A resolução desse problema exige uma das seguintes combinações:

· 1 + 2 , com sacrifício da política monetária. Ex: padrão ouro (1870-1932) e globalização (?);
· 2 + 3: sacrifício da livre mobilidade dos capitais. Ex: sistema de Bretton Woods.
· 1 + 3: sacrifício do controle cambial. Ex: regimes com tipo de câmbio livre (1971- ...).

Cada uma dessas hipóteses, ajustadas às necessidades dos centros dominantes, tem seus riscos e potencialidades. A rigidez cambial adotada

livro.pmd 224 26/9/2005, 13:26

pelo Equador, enquanto em sua maioria as economias de todo o mundo (sobretudo a dos seus principais parceiros comerciais) usam esquemas cambiais mais ou menos flexíveis, levanta dificuldades adicionais, que resumimos adiante.

Estabilidade macro-econômica fictícia

A dolarização não garante o equilíbrio macro-econômico, porque mesmo quando se consegue estabilizar os preços, com a rigidez do câmbio, essa estabilidade não é real. Um bom exemplo é a Argentina na mudança do século: prisioneira da convertibilidade (uma quase dolarização), tinha zero de inflação e uma recessão profunda.

Precisamos distinguir aqui entre *estabilidade de preços* e *estabilidade real*. Esta última significa uma evolução da economia real sem grandes flutuações, e para isso uma administração flexível do câmbio é melhor do que o câmbio fixo, sobretudo se este é muito rígido: sua expressão máxima é justamente a dolarização.

Com a dolarização, um ingresso significativo de capitais tende a aumentar internamente o crédito e a demanda, promovendo a atividade econômica e incrementando os passivos externos. Por outro lado, diante de um déficit em conta corrente ou uma evasão de capitais, a defesa da dolarização implica a elevação da taxa de juros, e portanto a conseqüente redução da atividade econômica, para conter a saída de capitais e contrair as importações. A estabilidade macro-econômica real, sem um tipo de câmbio tão rígido, é naturalmente o que se deveria buscar no caso da estrutura produtiva equatoriana, que depende (e conforme os planos oficiais dependerá ainda mais) de uma exportação petrolífera flutuante.

Seguindo a teoria seqüencial do pensamento neo-liberal, uma vez assegurada a estabilidade de preços poder-se-ia esperar a reativação da atividade econômica, e só então, bem mais adiante (quando?) viria a distribuição dos frutos do progresso. No entanto, sabemos que da teoria à realidade a distância é muito grande. Mais ainda: com esses esquemas

livro.pmd 225 26/9/2005, 13:26

monetários rígidos, e sobretudo com uma política neo-liberal, aprofunda-se a tendência concentradora e excludente. Basta ver o que acontece no Panamá, onde a diferença entre ricos e pobres é enorme; hiato que na Argentina cresceu vertiginosamente com a convertibilidade.

A eliminação da especulação cambial também não é suficiente para fazer com que desapareça a especulação financeira. É certo que deixaria de haver pressão especulativa sobre o câmbio, mas é um equívoco esperar que a especulação em geral fosse erradicada, pois ela não é um produto exclusivo da administração econômica equatoriana, e não ocorre apenas em função do vai-vem cambial repetido. Os especuladores se nutrem no mercado financeiro internacional, e no Equador, como vemos diariamente, ela se reproduz sob a forma de caricatura.

Por outro lado, com a dolarização o risco das corridas bancárias também não vai desaparecer.

A perda de competitividade

Mesmo levando em conta o potencial estabilizador da dolarização, para reduzir a inflação e aumentar a previsibilidade das decisões de investir e consumir, não se pode ignorar os muitos custos sociais que ela traz, e os graves riscos implicados para a estrutura produtiva, devido à sua rigidez.

Para garantir a estabilidade o país porá em perigo os objetivos da produção e do pleno emprego. Sobretudo no caso de impactos externos, os ajustes serão ainda mais duros; situação que poderia repetir-se com os desastres naturais, como os fenômenos "*El Niño*". Suas repercussões não serão por via inflacionária, pois as mudanças de preços serão mínimas, mas em termos de montantes totais: salários, emprego, produção.

Também não se poderá garantir o equilíbrio fiscal meramente com a renúncia da emissão de moeda. O financiamento do Estado, que já não contará com seu emprestador de última instância, o Banco Central, precisará garantir-se com maiores tributos e tarifas crescentes dos serviços públicos, aumentos que além de tudo são necessários para viabilizar as

livro.pmd 226 26/9/2005, 13:26

privatizações. Do lado da despesa pública aumentarão as pressões para eliminar os subsídios, e para redistribuir as verbas em função do peso que têm os diversos grupos beneficiados. Nesse contexto, o orçamento público consolidará sua posição como o campo de confrontação por excelência, com o que as pressões políticas poderão refletir-se sob a forma de instabilidade fiscal.

Uma fonte para o aumento imediato dos ingressos fiscais serão as privatizações. Como é fácil de compreender os ingressos que elas produzam não serão permanentes, pois não será uma surpresa se o país em pouco tempo volte a sofrer um processo acelerado e contínuo de endividamento externo. A Argentina é um exemplo digno de considerar. Ali, depois de uma primeira redução da dívida externa, esta cresceu de forma sustentada, multiplicando-se pelo menos por 3.

Se alguém acredita que em uma situação de crise se pode recorrer continuamente a empréstimos dos bancos internacionais, precisa saber que os prestadores potenciais dão valor à capacidade de pagamento dos clientes, ou seja, à garantia do serviço da dívida, que pouco ou nada tem a ver com o esquema cambial.

Se o serviço da dívida subir em um futuro previsível, o país poderá optar novamente pela forma tradicional de postergar o problema, mediante refinanciamentos sucessivos. De imediato, há a expectativa de diminuir o ônus desses pagamentos com os recursos derivados das privatizações e com parte da futura exploração petrolífera, para a recompra dos papéis da dívida, como aconteceu na Argentina quando foi instituída a convertibilidade.

Um complemento urgente dessa operação financeira destinada a construir uma base para a dolarização é a construção do Oleoduto de Crus Pesados (OCP), para transportar uma maior quantidade de petróleo. Dessa forma o Equador, desesperado para ampliar a oferta de dólares, caminhará no sentido de uma petro-dolarização com o perigoso aumento dos riscos ambientais, assim como das tensões políticas. Com efeito, quem puder controlar diretamente a riqueza petrolífera terá um poder de fato

livro.pmd 227 26/9/2005, 13:26

sobre o Estado, que na prática se transformará em totalitário, ainda que mantenha formalmente a aparência democrática. Transformação que parece indispensável para sustentar o neo-liberalismo e suas seqüelas.

O mais importante contudo, de uma perspectiva econômica, é que as exportações perderão qualquer apoio conjuntural através da variação cambial, que leva a um processo de apreciação relativa da avaliação internacional dos seus bens e serviços. Um país cujos preços são muito altos, em comparação com outro país, pode ajustar essa relação modificando o valor da sua moeda, o que sem dúvida será menos complexo e traumático do que efetuar milhares de mudanças nos preços dos produtos, um por um.

Em 1999 o Ministro da Economia Jorge Gallardo, quando ainda não participava do governo dolarizador de Gustavo Noboa, pouco antes do abandono da moeda nacional previu o que aconteceria como uma decisão desse tipo: ela "transformaria a economia do Equador em uma economia de alto risco, já que estaria exposta a choques externos aos quais não poderia reagir de forma independente. Além disso, seria introduzida uma tendência anti-exportação similar à que prevaleceu na era da substituição de importações, afetando o dinamismo do setor exportador privado."

Para uma economia como a equatoriana, pequena e produtora de bens primários, dependente em larga escala das exportações de petróleo, a vigência de um câmbio muito rígido passa a ser um assunto que exige todo cuidado. Assim, por exemplo, o país poderia sofrer repercussões traumáticas com a queda dos preços do petróleo. E mais: uma simples desvalorização na Colômbia, para dar um exemplo, tornaria ainda mais baratos os produtos desse país, com o consequente encarecimento relativo dos produtos do Equador. Isto é: uma vantagem para os consumidores equatorianos com capacidade de compra, grave deterioração da competitividade da estrutura produtiva nacional. O que, por sua vez, provocaria pressões recessivas.

A produção nacional perderá compradores no exterior, e a produção de outros países deslocará produtos equatorianos dos mercados externos e até mesmo do mercado nacional.

livro.pmd 228 26/9/2005, 13:26

Isto antecipa um déficit comercial preocupante na economia dolarizada, caracterizada por déficit crônico do balanço de serviços, provocado particularmente pela sangria da dívida externa, cujo serviço crescerá ainda mais devido à insustentabilidade do acordo negociado em 2000. O que deixaria o país com uma conta corrente deficitária, a ser financiada pelos emigrantes, e com dívida externa maior.

Um impacto exógeno provocaria pressões sobre os preços e salários, forçando a sua baixa. A inexistência de suficiente flexibilidade financeira ou trabalhista teria como resultado mais desemprego, menor utilização da capacidade instalada e até mesmo a falência de algumas empresas. Assim, os exportadores se verão obrigados a melhorar a competitividade das suas empresas forçando a qualquer custo a renda da natureza, despedindo empregados ou reduzindo salários. Neste particular, a flexibilidade do trabalho faria parte das funções da política cambial.

Portanto, o petróleo aparece como a fonte de divisas necessária para minorar as tensões criadas na conta do comércio exterior (fora do petróleo) por um déficit comercial quase crônico. Outras fontes de divisas são as remessas dos emigrantes equatorianos, com renda superior aos recursos oferecidos pelos organismos multilaterais de crédito, além dos narco-dólares, dadas as mesmas facilidades trazidas pelo abandono da moeda nacional.

É indiscutível a importância que têm as remessas dos emigrantes. Em 2000 elas chegaram a 1.330 milhões de dólares, ou seja, 20% do consumo nacional. Valor superior à soma das exportações de banana, café, cacau e camarão naquele ano. Essas remessas representaram 9,74% do PIB daquele ano, enquanto as vendas de banana corresponderam a 6,02%. Em 1990 essa comparação era amplamente favorável à banana, cuja exportação representava 6,24% do PIB, enquanto as remessas dos emigrantes só chegavam a 0,95%. Pelo menos no futuro imediato, a contribuição dessas remessas será uma fonte fundamental de dólares, como mostra a tendência dos últimos anos (Vide Tabela 21).

De qualquer forma, de pouco serve melhorar o balanço de pagamentos, determinado automaticamente pela oferta de dólares, se a

livro.pmd 229 26/9/2005, 13:26

economia interna se deteriora. Uma melhoria do balanço de comércio não se refletiria necessariamente na recuperação efetiva da estrutura produtiva do país. Por que? Se aumentar a produção e subirem os preços do petróleo, por exemplo, haverá maior disponibilidade de divisas, estimulando a propensão a importar sem contribuir para a melhoria da situação da estrutura de produção, que, pelo contrário poderia ser prejudicada por essas importações.

Um aumento maciço da oferta de dólares provocará uma expansão do consumo principalmente das classes alta e média; situação provocada pelo mesmo fluxo de dólares resultante de créditos para financiar aquisições. O maior endividamento externo privado sustentará o consumismo e a demanda de artigos importados pelas elites, enquanto a parte substantiva da estrutura produtiva perderá força.

Aqui é preciso levar em conta a difusão dos padrões de consumo transnacionais em amplos setores da população, mesmo entre os que não dispõem de recursos para satisfazê-los. Um problema complexo, na medida em que as elites dominantes perseguem, equivocadamente, esquemas de consumo comparáveis aos do mundo industrializado, impossíveis de adotar em larga escala no mundo empobrecido, por razões ecológicas, sociais e culturais.

A utilidade potencial da dolarização reside na baixa das taxas de juros, por não haver risco de desvalorização da moeda. O que se espera é que essa baixa fomente os investimentos, em um contexto de maior previsibilidade. Não obstante, as taxas de juros não atingirão facilmente os níveis internacionais, porque ao se dolarizar o Equador não afastou todos os ricos existentes no país. Em certas circunstâncias taxas mais altas poderiam ser necessárias para atrair os capitais estrangeiros indispensáveis para o funcionamento do esquema da dolarização.

As taxas de juros mais baixas e estáveis devem gerar mais confiança, o que vai tender a aproximar os preços, tendencialmente, das condições internacionais, mas não o rendimento dos assalariados.

livro.pmd 230 26/9/2005, 13:26

Relações internacionais assimétricas

Embora o Equador tenha dependido do mercado mundial, e em particular do mercado norte-americano, com a dolarização se inclinará ainda mais para a economia dos Estados Unidos. Ficará cada vez mais preso aos ciclos econômicos norte-americanos, com menor possibilidade de adotar as necessárias políticas contra-cíclicas. É uma situação preocupante, pois a economia equatoriana difere da norte-americana especialmente em dois aspectos: sua especialização e sua produtividade.

Além disso, com esta incorporação ao universo monetário dos Estados Unidos, o Equador reduziu unilateralmente a possibilidade de negociar termos de integração mais adequados (se esta fosse uma opção a seguir), pois de fato já abandonou, sem obter nada em troca, uma parte importante da soberania econômica: a política monetária e cambial.

Outro efeito colateral nocivo é o distanciamento real dos outros países andinos e latino-americanos. A aceitação unilateral e submissa do dólar será um duro golpe à integração, dentro da qual a adoção de uma unidade monetária comum deveria processar-se de forma simétrica e harmônica.

A maior heterogeneidade estrutural

Finalmente, como resultado de todas essas mudanças, aumentará a tendência para aprofundar a heterogeneidade da estrutura de produção, pois a melhoria da produtividade de determinados segmentos econômicos, na sua maioria considerados "modernos", aumentará com a importação intensiva de equipamento poupador de mão de obra e com a incorporação de novas tecnologias, em detrimento dos setores tradicionais, caracterizados pela oferta de empregos precários, de baixa qualificação e salários reduzidos. Com efeito, aumentarão assim as diferenças de produtividade entre os segmentos moderno e tradicional, aprofundando as raízes do sub-desenvolvimento.

livro.pmd 231 26/9/2005, 13:26

Embora possa ser desejável superar os atuais sistemas tradicionais de produção, a verdade é que não se alcança competitividade de um dia para outro, por maior que seja a estabilidade de preços. Ela é o resultado de longo processo compartilhado de gestão empresarial, capacitação dos trabalhadores, construção da infra-estrutura básica, consolidação do mercado interno, desenvolvimento tecnológico, reforma educacional, transferência de recursos do setor moderno para o tradicional; de uma ação intensa do Estado, de crescente eqüidade produtiva e cultural.

Mais do que a simples redução do custo do dinheiro, para reativar a produção é preciso contar com uma série de fatores básicos, que incidam sobre as expectativas dos investidores: segurança jurídica, qualificação da mão de obra, infra-estrutura e serviços produtivos, tranqüilidade social, estabilidade política, diminuição da violência e da delinqüência, políticas agrícolas e industriais adequadas, esquemas de geração de emprego, assim como um esquema macro-econômico que favoreça a produção. E é preciso que haja também um mercado interno com capacidade de expansão, que justifique novos e maiores investimentos, o que, por sua vez, implica melhoria substantiva em termos de eqüidade social.

Portanto, a introdução do dólar na economia não vai garantir, em termos macro, melhores condições de crescimento, de poupança, de inversão e também de fundamentos sólidos para a economia. A dolarização foi uma decisão artificial e autoritária que reduzirá ainda mais a limitada capacidade de manobra do país. Coisa distinta teria sido adotar um esquema cambial rígido, já que as moedas dos principais parceiros comerciais do Equador tinham uma situação desse tipo; coisa completamente diferente foi dolarizar em um mundo em que essas moedas flutuam, umas com relação as outras.

A título de prólogo à história futura

O ponto de partida

Não se pode concluir este breve resumo da história econômica do Equador sem assinalar que seria um erro acreditar que o processo de

livro.pmd 232 26/9/2005, 13:26

ajuste estrutural foi inútil, e suas conseqüências foram indesejadas. Como também não se pode presumir que as décadas de 1980 e 1990 foram "décadas perdidas", o que seria uma simplificação excessiva da realidade. Por outro lado, não podemos igualmente encerrar esta apresentação sem apontar alguns desafios futuros.

Nestes anos de dificuldades crescentes para a maioria da população, os grupos poderosos conseguiram aumentar sua riqueza e, certamente, sua participação na renda nacional, alcançando ao mesmo tempo maior poder político. Seus interesses se diversificaram, abrangendo várias regiões do país, todos os setores da economia nacional e mesmo fora dela. Sua imbricação com o capital externo é cada vez maior, e há indícios de uma certa modernização.

A reprimarização e a desindustrialização da estrutura produtiva nacional não podem ser entendidas como um fracasso da política aplicada. Muito pelo contrário, a economia equatoriana caminhou para a abertura e a liberalização, embora possivelmente não na medida esperada pelos defensores do neo-liberalismo. Da mesma forma como a riqueza se concentrou, foram atingidos objetivos econômicos básicos desse modelo de reprimarização modernizada.

Importantes setores de nível médio, que passaram por uma importante revitalização nos anos da bonança, sofreram no meio da crise um processo acelerado de empobrecimento - em termos relativos talvez muito mais agudo do que as camadas populares. No entanto, embora onerados com um peso relativamente maior do ajuste, esses mesmos setores (e também setores populares) mantêm padrões consumistas e respostas individualistas, assim como sucede com alguns setores populares urbanos.

Embora possa parecer uma consideração cínica, no final das contas tiveram sucesso com o ajuste econômico as condições do mercado mundial, as exigências do capital internacional e a lógica dos representantes do capital financeiro doméstico, sem levar em conta o alto custo social e econômico implicado. E são eles que hoje aspiram a aprofundar e enraizar suas conseqüências, através da dolarização. XXX

livro.pmd 233 26/9/2005, 13:26

Principais expectativas da produção

O que interessa é identificar as novas funções atribuídas ao Equador pelo capital financeiro internacional, por meio da abertura e da liberalização. A revolução tecnológica em curso configura uma nova divisão internacional do trabalho, conhecida vulgarmente como "globalização". Nela poderia caber ao Equador o papel de:

· exportador de produtos primários, função tradicional do país que continua sendo importante para todos os países periféricos;
· sub-contratista para a elaboração de certos bens de consumo, com pouco conteúdo tecnológico, destinados ao mercado local e, em menor medida, ao internacional;
· fabricante de peças e componentes do produto ou processo de produção, para as indústrias trans-nacionais; peças que são montadas no quadro dos conhecidos "cachos tecnológicos", controlados por empresas transnacionais. A maior "contribuição local" seria feita em termos de força de trabalho barata e flexível, além de matérias primas;
· plataforma de exportação, sustentada comumente em operações de "*maquila*".

Neste processo, cabe ao Equador, como resultado "natural" da sua marcha no sentido de uma economia "livre", o retorno a uma economia baseada na exportação de produtos primários, e "*maquiladora*". Naturalmente, deveríamos acrescentar um lugar importante para o turismo, desde que as atividades exportadoras não afetem de forma importante o ambiente natural, como acontece com as plantações de flores, os tanques de criação de camarões, a exploração do petróleo, a derrubada das florestas ... Além disso, pode ser que as "forças do mercado" reservem ao Equador outras funções: receptor de indústrias intensamente poluidoras, lixeira de material contaminante, ponto de lavagem de narco-dólares e talvez mesmo produtor de coca e seus derivados.

livro.pmd 234 26/9/2005, 13:26

Embora tenham diminuído as formas de exploração baseadas nas relações de produção não capitalistas, elas não desapareceram. Vale lembrar que durante o período de ajuste surgiram novas formas de economia solidária ou do trabalho, premidas pelas mesmas pressões centrífugas ou excludentes do modelo econômico, e sobreviveram práticas ancestrais baseadas na economia comunitária.

Diante dessas expectativas, a pergunta que se faz é se será possível resolver os graves problemas existentes simplesmente racionalizando o atual esquema de ajuste e firmando-o com propostas consensuais. A resposta é negativa, como o demonstram as experiências nacionais e internacionais.

Elementos para a construção de uma história diferente

É uma infelicidade, mas hoje em dia todos parecem convencidos de que há uma única opção para participar no mercado mundial: a neo-liberal. Opção que dá frutos quando se resolve a equação da "governabilidade", entendida como um esquema político que facilite a consolidação do novo regime social de acumulação sustentado com uma orientação predominante para o mercado mundial e com menor participação de propostas de inspiração nacional.

Como mostra a experiência das últimas décadas, esta visão neo-liberal exige uma concentração crescente da riqueza, com vistas a promover a poupança para financiar novas inversões e oferecer novas vantagens e garantias ao capital externo. Para isso se exige uma maior flexibilização do trabalho e um menor peso da organização sindical e social. É uma realidade que provoca o fortalecimento do grande empresariado privado (nacional e trans-nacional), em detrimento da pequena e média empresa, assim como dos espaços empresariais comunitários. Tudo isso leva ao aumento do poder concentrado em mãos de poucas pessoas, viável sobre bases de crescente autoritarismo e debilitação da democracia.

Assim, o desafio consiste em criar um modo social diferente de acumulação e produção. Um esquema que permita ao Equador participar

livro.pmd 235 26/9/2005, 13:26

da economia mundial de forma ativa e inteligente, com o desenvolvimento das suas capacidades internas, entre as quais está o mercado nacional e o enorme potencial representado pela sua diversidade cultural.

É preciso um esforço que não tenha como meta final o aumento das exportações, mas a satisfação das necessidades da maioria do povo equatoriano.

Portanto, essas transformações devem estar orientadas para:

1) Explorar o potencial sub-utilizado do mercado e os recursos internos. O que implica uma transformação da produção que tenda a equilibrar as diferenças estruturais com base em uma transferência de excedentes dos setores modernos para os tradicionais, de modo a homogeneizar tendencialmente a economia, imprimindo-lhe maior dinamismo interno. Da mesma forma, a população teria que modificar seus padrões de consumo, hoje muito influenciados pelos padrões aceitos no exterior.

2) Redistribuir renda e ativos, reorientar e descentralizar o capital, reforçando a pequena e média propriedade, o que exige reformas agrária e urbana para reverter de forma positiva a concentração excessiva da propriedade.

3) Estimular a poupança interna (pública e privada), assim como a externa (mas sem confiar exclusivamente nela), procurando instituir financiamento para os programas fundamentais de desenvolvimento, mais do que para o serviço da dívida externa, a repatriação de lucros e o pagamento de regalias. Isto implica reorientar os fluxos de inversão para utilizar plenamente os recursos produtivos, convencionais ou não, e para criar uma articulação dinâmica entre os setores produtivos (agrícolas e industriais), incorporando os segmentos rural e urbano tradicionais para reforçar o efeito multiplicador e acelerador do investimento.

4) Propor uma política de reordenamento espacial, que integre programas de habitação e geração de emprego, transporte e

livro.pmd 236 26/9/2005, 13:26

fornecimento de energia, sistemas de comunicação e relocação de empresas em diversas regiões do país, e não prioritariamente nos dois grandes pólos de concentração produtiva existentes, com base em Quito e Guayaquil. Neste esforço será preciso re-estruturar e usar racionalmente as fontes de energia, particularmente as renováveis. Urge uma política ativa de preços da energia, que não seja concebida exclusivamente com critérios fiscalistas.

5) Fortalecer o sistema educacional e potencializar a capacidade científica para poder adotar uma composição adequada de tecnologias, aumentado a produtividade dos fatores de produção em harmonia com a natureza.

6) Conter o poder do Estado, e em especial dos grandes grupos econômicos privados (que controlam o Estado), estimulando mais competição dentro dos setores produtivos, com uma participação ativa e informada da "sociedade civil", sobretudo através de mecanismos adequados de controle e a criação de poderes compensatórios. Neste ponto as organizações de consumidores e as cooperativas de pequenos e médios produtores desempenham um papel importante.

7) Desestimular a emigração do campo e das aldeias para as grandes cidades e o exterior (especialmente dos jovens), privilegiando o desenvolvimento das cidades pequenas e médias, e dando soluções concretas aos problemas rurais, que não se limitam aos temas propriamente agrários. Caberia aqui priorizar a elaboração de produtos primários *in situ*, antes do seu transporte. E também adotar políticas que estimulem o retorno e os investimentos produtivos por parte dos emigrantes.

8) Propor com empenho crescente uma revisão integral da questão do meio ambiente, para garantir o suprimento adequado de recursos e materiais, e também enfrentar o tema dos resíduos de modo não contaminante, dentro de uma análise inter-geracional e que não deixe de levar em conta a existência de outras espécies além do homem.

livro.pmd 237 26/9/2005, 13:26

Tudo isso em um ambiente de internacionalização cada vez maior das externalidades ambientais, que deve levar a uma política ativa do país no contexto mundial.

9) Rever a situação do endividamento externo (e interno), que representa um peso insustentável para as finanças públicas. Isto implica a elaboração de uma estratégia ativa e criativa, destinada a suspender ou pelo menos reduzir drasticamente o serviço da dívida, e que, além de tudo, inclua propostas para a administração e contratação de novos créditos externos. Como complemento do tratamento da dívida (financeira) externa, cabe incorporar as exigências da "dívida ecológica", da qual os países subdesenvolvidos são credores. E seguramente será preciso apoiar as pretensões de um tratamento justo e transparente, que conduza a um sistema internacional de arbitragem no quadro de um código financeiro internacional.

10) Superar a corrupção generalizada e suas complexas seqüelas. A abordagem simplesmente moral e jurídica do problema não é suficiente. É preciso descobrir e caracterizar, em toda a sociedade, as práticas corruptas que dependem de mecanismos que lhes garantam não só a necessária funcionalidade como o ocultamento, e a temida impunidade. É preciso reforçar a idéia de que, à medida que se fortaleça a transparência e a participação da cidadania, amplia-se o espaço de combate à corrupção.

A busca de um novo regime social de acumulação é essencial para enfrentar os problemas que afetam a maioria dos equatorianos, o que leva a conceber uma estratégia de participação no mercado mundial como parte do processo nacional e local de desenvolvimento. É uma abordagem que exige a incorporação de considerações econômicas, como também sociais e culturais. Deve ser uma programação que oriente e proponha uma série de critérios para o curto, o médio e o longo prazos.

Para isso, essa estratégia precisará ser suficientemente flexível, de forma a poder enfrentar as turbulências do mercado mundial, as

livro.pmd 238 26/9/2005, 13:26

transformações derivadas da nova revolução tecnológica, a complexidade crescente dos fenômenos geopolíticos mundiais, assim como os complicados desafios internos. Para isso cabe aproveitar toda a capacidade disponível, e desenvolver vantagens comparativas dinâmicas; especialmente se se leva em conta o conjunto de limitações e dificuldades derivadas de uma "globalização" que exclui de forma sistemática a maior parte da população mundial, com um crescente antagonismo entre os interesses do Sul e os do Norte: antagonismo reproduzido mesmo dentro dos países em desenvolvimento. Isso ocorre em um ambiente onde afloram as intromissões imperiais e transnacionais, de modo aberto ou disfarçado.

A reformulação do processo de integração sub-regional e mesmo regional em andamento é cada vez mais premente, para que se possa ampliar o campo de ação dos aparelhos produtivos a partir de profundas reformas internas que potencializem os mercados internos e permitam uma atuação mais inteligente no concerto internacional.

Já é hora de pensar na possibilidade de suprimir pacificamente as moedas nacionais, e de adotar uma abordagem real das políticas econômicas, como acontece na Europa, como parte de uma estratégia baseada na cessão voluntária de parte das soberanias nacionais, em troca da construção de uma soberania mais ampla e eficaz — a andina ou latino-americana. Neste sentido o Equador deveria promover a desdolarização ordenada da sua economia.

É preciso viabilizar a instituição e a vigência de esquemas de acumulação e reprodução que se sustentem com uma maior participação da cidadania, e que excluam os regimes autoritários e repressivos, superando os dogmas e as contradições neo-liberais. Para isso será preciso progredir nas transformações econômicas, sociais e políticas que cada sociedade requer.

O importante é ressaltar a viabilidade (uma vez que a sua necessidade é mais do que óbvia) de uma alternativa específica para as atuais políticas econômicas ortodoxas, procurando ao mesmo tempo uma participação ativa e criativa nos ricos e complexos processos de transformação universal.

livro.pmd 239 26/9/2005, 13:26

Um dos problemas mais críticos dos últimos anos é a perda crescente de soberania, em termos de política econômica. Situação explicável pela internacionalização dos fluxos e das decisões econômicas, que se complicou ainda mais com a aplicação dos esquemas de ajuste neo-liberal, inspirados no Consenso de Washington: situação que alcançou sua expressão máxima na dolarização oficial.

Isto obriga a repensar o instrumento da política econômica, e a recuperar espaços de soberania para o seu funcionamento, com o objetivo de ampliar a faixa de definição, decisão e gestão.

As mudanças necessárias para promover o desenvolvimento não surgirão com a simples introdução do dólar em lugar da moeda nacional, e também não exclusivamente por um processo de desdolarização sem traumas (que aliás é possível e indispensável). O desafio consiste em conceber uma proposta de política econômica diferente a partir da própria armadilha do dólar, da qual não é possível escapar simplesmente pela qualidade de uma proposta alternativa, mas sim com a pressão política de uma sociedade consciente das limitações impostas pela dolarização e o neo-liberalismo.

A luta por mais eqüidade, liberdade e democracia

Neste ponto surge a eqüidade como um dos desafios fundamentais. Não se deve esperar mais que a "magia" do progresso provoque algo impossível: a redistribuição automática dos seus frutos. A eqüidade deve resultar de um processo que reduza as diferenças existentes, de forma dinâmica e solidária. Não só se propicia a redistribuição pela redistribuição mas se deve transformar a eqüidade em um sustentáculo do aparelho produtor e em um revitalizador cultural da sociedade.

Se não há um espaço para o desenvolvimento com eqüidade, também não o haverá para o desenvolvimento democrático. E por isso será impossível avançar sem ela na busca permanente da liberdade social; e sem esta, também não haverá lugar para a eqüidade – é preciso reconhecer francamente.

livro.pmd 240 26/9/2005, 13:26

As reformas básicas institucionais e estruturais devem estar orientadas especialmente para melhorar a distribuição da renda e dos ativos, sem perder de vista o financiamento, para assim potencializar ainda mais a formação dos mercados internos. Esta é uma tarefa que leva a mercados mais competitivos, eficientes e transparentes, enquanto incorpora uma massa crescente de consumidores e contribui para uma melhor distribuição dos lucros, até agora excessivos.

Com uma participação crescente da sociedade civil, o Estado reformado será um dos responsáveis pela busca da distribuição mais ampla possível do patrimônio, e pela consolidação quantitativa e qualitativa dos serviços sociais: educação, saúde, seguridade social e habitação - incorporando critérios de eqüidade econômica, social, cultural, ecológica e, naturalmente, geográfica. Como é natural, nesses serviços básicos não podem ser introduzidas exclusivamente a lógica do mercado, nem desarmados os critérios de solidariedade.

Com a reforma do Estado seriam criadas condições para reformar a sociedade. No entanto, não é o Estado que determina o papel da sociedade e dos seus órgãos, mas são estes que devem definir o papel do Estado. As soluções não devem vir de cima ou de fora. Todas essas transformações devem ser processadas com enfoques de gênero, étnicos e culturais, pois urgem propostas que respeitem as diferenças existentes, propiciem a igualdade de oportunidades e promovam ações positivas para superar o machismo, a discriminação, o abuso, o racismo e a sujeição das maiorias.

Esse esforço para impulsionar a eqüidade deverá ser complementado por respostas políticas que gerem espaços e formas de participação igualitária dos segmentos da população atualmente marginalizados nas diversas instâncias de poder político e econômico, público e privado. Seguindo uma estratégia de desenvolvimento deste tipo, um país pequeno como é o Equador poderá ter condições de propor um esquema diferente de acumulação, ajustado às suas necessidades e condições específicas, e tudo isso como parte de um processo baseado em decisões democráticas.

livro.pmd 241 26/9/2005, 13:26

A ênfase não é tanto no que as pessoas possam *ter* como no que possam *ser* e *fazer*. É preciso dar novos valores às coisas, para priorizar a maneira de atuar. A preocupação fundamental deve basear-se no que as pessoas e as comunidades podem fazer em um ambiente de crescente liberdade. É necessário potencializar conscientemente as capacidades e direitos dos indivíduos e das comunidades, sem a imposição dogmática de um modelo pré-determinado.

Visto desta perspectiva, o desenvolvimento implica a expansão das potencialidades individuais e coletivas, que é preciso descobrir e fomentar. Não se deve desenvolver as pessoas, mas elas precisam desenvolver-se. Para isso, qualquer pessoa deve ter a mesma possibilidade de escolha, ainda que não disponha dos mesmos meios. E se o desenvolvimento exige a eqüidade, esta só será possível com a democracia: não apenas com um simples rito eleitoral, e menos ainda com práticas clientelísticas. E com a liberdade de expressão, garantias verdadeiras de eficiência econômica e bem-estar.

A necessidade de propostas e ações globais

No contexto de uma economia e sociedade dolarizadas, construir uma alternativa como a esboçada nos parágrafos precedentes será ainda mais complexa, e implica um esforço de longo fôlego, e de transformações profundas, com conotações que vão adquirir características cada vez mais duras, à medida que a *disciplina* dolarizadora afogue os espaços democráticos e amplie os hiatos sociais.

Indubitavelmente o desafio será maior. Será preciso oferecer a antigos desafios respostas renovadas, que sejam viáveis enquanto beneficiem as maiorias, com a participação ativa dessas mesmas maiorias. Porque o desenvolvimento implica um esforço de longo fôlego e de transformações profundas, no qual será preciso afinal rever o estilo de vida vigente.

A partir desta situação complexa será preciso voltar a propor respostas integrais, alianças amplas no campo político e social, tendo em

livro.pmd 242 26/9/2005, 13:26

vista construir democraticamente um verdadeiro poder contra-hegemônico, o que implica ir criando espaços de poder real a partir do local, regional e nacional.

Uma proposta alternativa deve integrar e apoiar modos de vida diferentes, valorizando a diversidade cultural e o pluralismo político, sem permitir que qualquer minoria viva à custa das maiorias, sem tolerar que um pequeno grupo de países imponha condições ao resto da humanidade. Sem esquecer também de algo tão fundamental como a defesa ativa do direito à vida, como o respeito à honra alheia e à participação do contrário na convivência nacional.

O ponto de partida para repensar o Equador e o próprio mundo devem ser os direitos humanos, tanto civis como socio-econômicos e ecológicos. Dada a importância intrínseca dos direitos humanos, é preciso defender a sua vigência, ainda que a custo de qualquer preço econômico e em uma perspectiva mundial.

Vistas assim as coisas, quando as desigualdades no mundo se ampliam de forma acelerada, só resta propor o desenvolvimento como uma perspectiva universal. Mesmo os países considerados desenvolvidos precisarão resolver seus crescentes problemas de iniqüidade e, em especial, incorporar critérios de suficiência antes de tentar sustentar a lógica da eficiência, entendida como a acumulação material permanente, sacrificando o restante da humanidade.

Esses países precisam mudar seu estilo de vida, que põe em risco o equilíbrio ecológico mundial, já que desta perspectiva são também "subdesenvolvidos". Por outro lado, os países empobrecidos e estruturalmente excluídos deverão procurar opções de vida digna e sustentável, que não representem uma re-edição caricatural (e impossível) do estilo de vida ocidental.

O que vimos até aqui implica um questionamento consciente do desenvolvimento pela recuperação ou a imitação, enquanto opção quase mágica para a solução dos problemas mundiais.

Desta perspectiva, se o desenvolvimento é uma preocupação global, as propostas e sobretudo as ações precisarão também ser globais. A história

livro.pmd 243 26/9/2005, 13:26

futura do Equador deverá assim incorporar mudanças profundas para superar a pobreza e a marginalidade, projetando-se no contexto andino, latino-americano e mundial.

livro.pmd 244 26/9/2005, 13:26

Cronologia (a partir de 1900)

Cronologia
(a partir de 1900)

1900 - Entra em vigor o padrão ouro. Instalação da telefonia em Quito

1904 - Pela primeira vez as exportações somam 10 milhões de dólares

1908 - Inauguração da ferrovia Guayaquil-Quito

1910 - Rejeitada a proposta norte-americana de arrendamento por 99 anos das ilhas Galápagos

1912 - Assassinato de Eloy Alfaro, após período de grande instabilidade

1914 - Início da crise do cacau. Moratória, com a suspensão da convertibilidade do sucre em ouro

1918 - Campanha de erradicação da febre amarela

1920 - As exportações alcançam 20 milhões de dólares

1921 - Levantes indígenas

1922 - Repressão violenta de greve em Guayaquil

1925 - Revolução de julho. Rompimento das relações diplomáticas com a Colômbia

1926 - Missão Kemmerer

livro.pmd 247 26/9/2005, 13:26

1927 - Reforma do Estado, com a criação do Banco Central. Nova adoção do padrão ouro

1929 - Aprovada a décima-terceira Constituição do país, que consagra o *habeas corpus* e o voto feminino. O presidente do Banco Central propõe a entrega das ilhas Galápagos aos Estados Unidos, em troca da dívida externa

1930 - Reflexos da crise econômica mundial

1931 - Início da produção de banana em larga escala

1932 - Suspensão do serviço da dívida externa. Supressão do padrão ouro. Sublevação militar

1940 - Imposição de controle cambial e do comércio exterior

1941 - Tropas peruanas invadem o Equador. Mediação da Argentina, Brasil e EUA. Desembarque de tropas americanas

1942 - Tratado de Limites do Rio de Janeiro, com o Peru

1944 - Rebelião popular "La Gloriosa"

1949 - Terremoto em Ambato

1950 - A população do país excede 3 milhões

1955 - Reinício do serviço da dívida externa

1961 - Primeira Carta de Intenção ao FMI

1962 - Ingresso do Equador na ALALC

livro.pmd 248 26/9/2005, 13:26

1969 - "Guerra do Atum" contra barcos pesqueiros norte-americanos

1971 -Nova desvalorização da moeda

1972 - Início da exportação de petróleo

1973 - Ingresso na OPEP

1979 - Criação do Banco Equatoriano de Desenvolvimento

1981 - Incidentes fronteiriços com o Peru. Adesão do Equador aos Não-Alinhados

1982 - Ajuste econômico, com a desvalorização da moeda, provocando distúrbios. Inundações. A população do país ultrapassa 8 milhões

1983 - Décima Carta de Intenção ao FMI. Acordo com o Clube de Paris

1986 - Crise causada pela queda dos preços do petróleo

1987 - Nova suspensão do serviço da dívida externa. Terremoto provoca danos importantes

1990 - Rebelião indígena

1994 - Vários escândalos pela corrupção no processo de modernização da economia. Renegociação da dívida externa comercial (Plano Brady)

1995 - Conflito armado com o Peru

1997 - Destituição do Presidente Abdalá Bucaram Ortiz

livro.pmd 249 26/9/2005, 13:26

1998-9 - Intervenção estatal em vários bancos. Prossegue o ajuste econômico

2000 - A crise econômica leva à dolarização

livro.pmd 250 26/9/2005, 13:26

Chefes de Estado do Equador (a partir de 1960)

Chefes de Estado do Equador (a partir de 1960)

Camilo Ponce Enríquez 1956-1960

José María Velasco Ibarra 1960-1

Carlos Julio Arosemena Monroy 1961-3

Junta Militar – 1963-6

Clemente Yerovi Indaburo 1966

Otto Arosemena Gómez 1966-8

José María Velasco Ibarra 1968-72

Guillermo Rodríguez Lara 1972-6

Conselho Supremo 1976-9

Jaime Roldós Aguilera 1979-81

Osvaldo Hurtado Larrea 1981-4

León Febres Cordero 1984-8

Rodrigo Borja Cevallos 1988-92

livro.pmd 253 26/9/2005, 13:26

Sixto Durán Ballén 1992-96

Abdalá Bucaram Ortiz 1996-7

Fabián Alarcón Rivera 1997-8

(Rosalía Arteaga 1997)

Jamil Mahuad Witt 1998-2001

Gustavo Noboa Bejarano 2001-

livro.pmd 254 26/9/2005, 13:26

Tabelas

Quadro 1

1. BALANÇA COMERCIAL, PIB E DÍVIDA EXTERNA

1852-2000

(milhões de dólares)

ANO	PIB	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	BALANÇA COMERCIAL	DÍVIDA EXTERNA	
					ALDO FINAL *	SERVIÇO**
1852	-	1,2148	1,7863	-0,5715	-	-
1853	-	1,9131	1,7132	0,1999	-	-
1854	-	2,0268	1,8444	0,1824	-	-
1855	-	1,9406	1,7659	0,1747	-	-
1856	-	2,6314	2,3946	0,2368	-	-
1857	-	3,7600	3,4948	0,2652	-	-
1858	-	3,1240	2,8428	0,2812	-	-
1859	-	2,1752	1,9794	0,1958	-	-
1860	-	3,4202	3,1124	0,3078	-	-
1861	-	3,5554	3,2354	0,3200	-	-
1862	-	2,4493	2,2288	0,2205	-	-
1863	-	2,8383	2,5828	0,2555	-	-
1864	-	2,9539	2,6880	0,2659	-	-
1865	-	3,9835	3,6249	0,3586	-	-
1866	-	5,8097	4,4737	1,3360	-	-
1867	-	6,3162	4,8635	1,4527	-	-
1868	-	5,9191	4,5577	1,3614	-	-
1869	-	4,3091	3,5658	0,7433	-	-
1870	-	4,0692	3,1333	0,9359	-	-
1871	-	3,8071	2,9315	0,8756	-	-
1872	-	4,2716	3,2891	0,9825	-	-
1873	-	3,0282	2,3317	0,6965	-	-
1874	-	3,9135	3,0134	0,9001	-	-
1875	-	2,6390	2,0320	0,6070	-	-
1876	-	3,3896	2,6099	0,7797	-	-
1877	-	3,9284	3,2606	0,6678	-	-
1878	-	3,3651	2,9930	0,3721	-	-
1879	-	8,6843	5,4151	3,2692	-	-
1880	-	8,2071	4,9816	3,2255	-	-
1881	-	4,9957	4,3515	0,6442	-	-

livro.pmd 257 26/9/2005, 13:26

ANO	PIB	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	BALANÇA COMERCIAL	DÍVIDA EXTERNA	
					ALDO FINAL *	SERVIÇO**
1882	-	5,4698	3,3848	2,0850	-	-
1883	-	4,9233	3,8732	1,0501	-	-
1884	-	5,9151	5,5563	0,3588	-	-
1885	-	5,3447	3,3848	1,9599	-	-
1886	-	8,5768	6,0277	2,5491	-	-
1887	-	8,8974	5,9173	2,9801	-	-
1888	-	9,0093	6,3966	2,6127	-	-
1889	-	7,9102	9,2204	-1,3102	-	-
1890	-	9,7616	9,1058	0,6558	-	-
1891	-	7,3518	6,8963	0,4555	-	-
1892	-	7,6887	6,2058	1,4829	-	-
1893	-	8,5165	6,3771	2,1394	-	-
1894	-	7,6001	5,9281	1,6720	-	-
1895	-	5,6403	5,0784	0,5619	-	-
1896	-	5,8430	-	-	-	-
1897	-	4,3925	7,5750	-3,1825	-	-
1898	-	7,1879	4,8145	2,3734	-	-
1899	-	9,1476	-	-	-	-
1900	-	7,5214	6,5468	0,9746	-	-
1901	-	8,0015	7,4147	0,5868	-	-
1902	-	9,0079	7,1851	1,8228	-	-
1903	-	8,9117	5,5623	3,3494	-	-
1904	-	10,9207	7,8255	3,0952	-	-
1905	-	9,2796	8,1518	1,1278	-	-
1906	-	10,8976	8,9066	1,9910	-	-
1907	-	11,4023	9,9493	1,4530	-	-
1908	-	11,8733	9,9780	1,8953	-	-
1909	-	11,2879	8,9924	2,2955	-	-
1910	-	12,7727	7,8460	4,9267	-	-
1911	-	12,0547	10,7064	1,3483	-	-
1912	-	13,0585	10,7064	2,3521	-	-
1913	-	14,7840	8,4595	6,3245	-	-
1914	-	12,4984	8,2726	4,2258	-	-
1915	-	12,3986	8,0887	4,3099	-	-

livro.pmd 258 26/9/2005, 13:26

ANO	PIB	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	BALANÇA COMERCIAL	DÍVIDA EXTERNA	
					ALDO FINAL *	SERVIÇO**
1916	-	15,5518	8,4946	7,0572	-	-
1917	-	12,3301	8,3760	3,9541	-	-
1918	-	9,4499	6,0474	3,4025	-	-
1919	-	19,6191	11,1664	8,4527	-	-
1920	-	20,2266	18,1227	2,1039	-	-
1921	-	9,3624	7,1604	2,2020	-	-
1922	-	10,5999	8,0339	2,5660	-	-
1923	-	7,5806	7,7321	-0,1515	-	-
1924	-	11,6469	10,7224	0,9245	-	-
1925	-	15,8228	12,9659	2,8569	-	-
1926	-	11,6915	9,1050	2,5865	-	-
1927	79	14,0247	11,5721	2,4526	-	-
1928	83	14,8395	16,5350	-1,6955	-	-
1929	87	12,6811	16,8659	-4,1848	-	-
1930	91	11,3781	12,6695	-1,2914	-	-
1931	91	6,8347	8,7279	-1,8932	-	-
1932	92	4,6795	6,2541	-1,5746	-	-
1933	94	4,2481	5,3550	-1,1069	-	-
1934	96	8,5136	7,9262	0,5874	-	-
1935	98	6,6113	9,7094	-3,0981	-	-
1936	102	5,7480	11,4637	-5,7157	-	-
1937	105	10,9735	11,9784	-1,0049	-	-
1938	109	7,8927	11,0518	-3,1591	26,2	-
1939	113	7,5242	11,2001	-3,6759	26,8	-
1940	148	7,5839	11,1745	-3,5906	27,4	-
1941	168	10,3851	9,9665	0,4186	28,4	-
1942	183	17,0571	13,9143	3,1428	29,5	-
1943	228	22,6062	16,1469	6,4593	30,4	-
1944	273	28,6119	24,5301	4,0818	30,9	-
1945	280	22,7694	23,9647	-1,1953	36,4	-
1946	323	35,4692	30,6864	4,7828	37,6	-
1947	360	43,0237	44,7762	-1,7525	38,4	-
1948	460	43,7523	49,6860	-5,9337	39,3	-
1949	492	31,2185	46,1151	-14,8966	39,3	-

livro.pmd 259 26/9/2005, 13:26

ANO	PIB	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	BALANÇA COMERCIAL	DÍVIDA EXTERNA	
					ALDO FINAL*	SERVIÇO**
1950	535	63,1086	41,3296	21,7790	24,5	4,4
1951	517	55,3950	52,0722	3,3228	25,2	3,0
1952	588	79,0226	58,5000	20,5226	28,9	3,1
1953	623	74,1222	63,7000	10,4222	29,0	4,4
1954	692	100,3652	100,2000	0,1652	39,0	3,5
1955	734	87,1524	96,9000	-9,7476	48,1	5,2
1956	749	92,0122	88,8000	3,2122	61,6	5,5
1957	799	97,4392	97,8250	-0,3858	64,2	8,2
1958	826	94,9007	103,5260	-8,6253	63,0	10,8
1959	864	97,0466	97,2650	-0,2184	68,3	11,4
1960	938	102,5610	115,1830	-12,6220	83,4	11,5
1961	907	94,6720	106,4390	-11,7670	93,0	14,5
1962	888	117,4295	97,1480	20,2815	102,7	15,2
1963	966	128,4370	128,0090	0,4280	103,2	16,3
1964	1.075	131,0840	151,9160	-20,8320	110,0	15,1
1965	1.151	131,9750	164,4070	-32,4320	121,3	14,9
1966	1.255	139,7270	174,1290	-34,4020	140,7	16,0
1967	1.402	158,0380	214,2100	-56,1720	163,3	17,5
1968	1.523	195,1670	255,4650	-60,2980	196,2	24,5
1969	1.675	152,5270	241,8380	-89,3110	213,1	26,1
1970	1.629	189,9290	273,8490	-83,9200	241,5	28,3
1971	1.602	199,0750	340,1040	-141,0290	260,8	40,1
1972	1.874	326,2920	318,5990	7,6930	343,9	42,2
1973	2.489	532,0480	397,2820	134,7660	380,4	51,0
1974	3.711	1.123,5480	678,2020	445,3460	410,0	117,3
1975	4.310	973,8820	987,0200	-13,1380	512,7	65,8
1976	5.317	1.275,5480	958,3320	317,2160	693,1	112,0
1977	6.655	1.436,2740	1.188,5240	247,7500	1.263,7	156,5
1978	7.654	1.557,4910	1.505,0560	52,4350	2.314,2	544,3
1979	9.359	2.104,2330	1.599,7140	504,5190	3.554,1	1.598,9
1980	11.733	2.480,8040	2.253,3050	227,4990	4.601,3	1.409,1
1981	13.946	2.167,9750	1.920,6170	247,3580	5.868,1	2.138,7
1982	13.354	2.237,4180	2.424,5950	-187,1770	6.632,8	1.988,9

livro.pmd 260 26/9/2005, 13:26

ANO	PIB	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	BALANÇA COMERCIAL	DÍVIDA EXTERNA	
					ALDO FINAL*	SERVIÇO**
1983	11.114	2.225,6460	1.474,6250	751,0210	7.380,7	919,2
1984	11.510	2.620,4190	1.629,9590	990,4600	7.595,0	1.163,5
1985	11.890	2.904,7360	1.766,7240	1.138,0120	8.110,7	1.163,2
1986	10.515	2.185,8490	1.810,2240	375,6250	9.062,7	1.203,8
1987	9.450	1.927,6940	2.158,1360	-230,4420	9.858,3	960,3
1988	9.129	2.192,8980	1.713,5250	479,3730	9.750,0	1.437,1
1989	9.714	2.353,8810	1.854,7750	499,1060	10.076,7	1.174,6
1990	10.569	2.713,9270	1.861,7450	852,1820	10.298,1	1.292,7
1991	11.525	2.851,0130	2.399,0400	451,9730	10.367,3	1.290,1
1992	12.430	3.101,5270	2.430,9780	670,5490	10.078,7	1.376,2
1993	14.540	3.065,6150	2.562,3230	503,2920	10.433,0	1.028,7
1994	16.880	3.842,6830	3.622,0190	220,6640	11.268,8	1.929,5
1995	18.006	4.380,7060	4.152,6350	228,0710	13.906,2	3.189,4
1996	19.157	4.872,6480	3.931,7200	940,9280	14.586,1	4.282,6
1997	19.760	5.264,3630	4.954,8340	309,5290	15.015,2	5.488,9
1998	19.710	4.203,0490	5.575,7340	-1.372,6850	16.221,4	6.993,1
1999	13.769	4.451,0840	3.017,2530	1.433,8310	15.902,3	5.418,6
2000	13.649	4.926,6270	3.721,2010	1.205,4260	13.216,3	4.970,3

** Saldo final = saldo inicial + desembolsos + ajustes por variação do tipo de câmbio – amortizações.*
*** Inclui amortizações e juros efetivos.*
Fontes: Luis Alberto Carbo, Historia Monetaria y Cambiaria del Ecuador, Quito, 1978
Banco Central do Equador: de 1948 a 1993
Desde 1991: Banco Central do Equador, Información Estadística Mensual, n. 1793, Quito, julho de 2000.
Banco Central do Equador, Setenta Años de Información Estadística, 1927-1997, Quito, 1997.
Notas: Até 1947 foi tomado o valor declarado das exportações e o valor declarado FOB das importações. A partir de 1948 tomou-se o valor FOB das exportações e o valor CIF das importações.
Os dados da dívida externa de 1938 a 1950 são só informativos, e não constituem fonte de comparação com os movimentos totais da dívida externa.

livro.pmd 261 26/9/2005, 13:26

Quadro 2
COTAÇÃO DO DÓLAR NORTE-AMERICANO 1910-2000
(em sucres por dólar)

ANO	MÉDIA ANUAL COMPRA-VENDA	ANO	MÉDIA ANUAL COMPRA-VENDA	ANO	MÉDIA ANUAL COMPRA-VENDA
1910	2,07	1924	5,03	1938	13,99
1911	2,06	1925	4,32	1939	14,51
1912	2,04	1926	5,12	1940	15,63
1913	2,09	1927	5,01	1941	14,60
1914	2,11	1928	5,02	1942	14,40
1915	2,15	1929	5,03	1943	13,78
1916	2,23	1930	5,05	1944	14,40
1917	2,48	1931	5,05	1945	13,50
1918	2,57	1932	5,62	1946	13,50
1919	2,14	1933	5,95	1947	13,50
1920	2,25	1934	9,15	1948	17,90
1921	3,46	1935	9,90	1949	17,51
1922	4,27	1936	10,60	1950	18,28
1923	4,79	1937	10,84	1951	17,77
1952	17,42	1968	21,66	1984	97,02
1953	17,40	1969	21,97	1985	115,91
1954	17,38	1970	23,03	1986	148,30
1955	17,41	1971	25,25	1987	193,52
1956	18,44	1972	26,12	1988	435,61
1957	17,66	1973	24,84	1989	567,71
1958	16,68	1974	24,95	1990	821,53
1959	17,47	1975	25,29	1991	1.100,18
1960	17,58	1976	27,37	1992	1.587,04
1961	20,10	1977	27,28	1993	1.918,16
1962	22,68	1978	26,45	1994	2.196,80
1963	20,55	1979	27,55	1995	2.564,95
1964	18,56	1980	27,73	1996	3.190,40
1965	18,67	1981	30,68	1997	3.998,35
1966	19,80	1982	49,94	1998	5.438,50
1967	20,18	1983	83,91	1999	11.803,30
				2000	25.000,00

Fontes: María Almeida A., "Oscilaciones del dólar norteamericano en el mercado nacional durante 78 años", em Banco Central do Equador, Revista Ecuatoriana de História Económica, 4, Quito, 1988. Banco Central do Equador, Setenta Años de Información Estadística, 1927-1997, Quito, 1997. Banco Central do Equador, Información Estadística Mensual (vários números), Quito, 1996-2000.

livro.pmd 262 26/9/2005, 13:26

Quadro 3
COTAÇÕES DO DÓLAR NORTE-AMERICANO 1970-2000
(médias anuais, em sucres)

ANO	MERCADO LIVRE [1] compra Export.	FOB	MERCADO OFICIAL DE INTERVENÇÃO compra Export.	venda FOB	MERCADO LIVRE (privado) compra	venda	TIPO DE CÂMBIO VENDA import.	FOB
1970	20,4	20,8	-	-	22,9	23,2	20,4	20,8
1971	24,8	25,3	-	-	25,0	25,5	24,8	25,3
1972	24,8	25,3	-	-	26,1	26,2	24,8	25,3
1973	24,8	25,0	-	-	24,8	24,9	24,8	25,0
1974	24,8	25,0	-	-	24,9	25,0	24,8	25,0
1975	24,8	25,0	-	-	25,2	25,3	24,8	25,0
1976	24,8	25,0	27,0	27,2	27,3	27,5	24,8	25,0
1977	24,8	25,0	26,8	27,0	27,1	27,5	24,8	25,0
1978	24,8	25,0	26,0	26,5	26,3	26,6	24,8	25,0
1979	24,8	25,0	26,5	27,1	27,5	27,6	24,8	25,0
1980	24,8	25,0	26,8	27,2	27,7	27,8	24,8	25,0
1981	24,8	25,0	27(a)	28(a)	30,6	30,8	24,8	25,0
1982	30,0	30,3	30(b)	34(b)	49,8	50,1	30,2	30,5
1983	44,2	45,0	82(c)	83(c)	83,0	84,8	45,3	47,7
1984	62,3	63,6	91,55	92,65	95,4	98,6	68,3	72,7
1985	70,4	71,8	95(d)	97(d)	115,5	116,3	89,6	92,4
1986	95,0	96(e)	122,1	123,4	148,1	148,5	121,9	123,7
1987	95,0	-	170,0	171,0	193,2	193,8	187,4	184,3
1988	194,5	-	294,3	308,9	435,0	436,2	303,5	327,5
1989	390,0	-	510,9	542,1	567,2	568,2	511,5	538,5
1990	390,0	-	760,3	775,5	821,1	821,9	771,4	774,8
1991	390,0	-	1.039,6	1.060,4	1.099,5	1.100,9	1.042,7	1.047,8
1992	390,0	-	1.529,6	1.576,9	1.586,4	1.587,7	*	*
1993	390,0	-	1.705,9	1.989,4	1.916,9	1.919,4		
1994	**	**	1.975,0	2.192,7	2.195,8	2.197,8		
1995			2.501,1	2.552,1	2.563,9	2.566,0		
1996			3.113,0	3.176,5	3.189,5	3.191,3		
1997			3.903,4	3.983,1	3.997,7	3.999,0		
1998			5.294,8	5.402,9	5.434,2	5.442,8		
1999			11.399,3	11.632,0	11.767,8	11.838,8		
2000			25.000.0	25.000.0	25.000.0	25.000.0		

livro.pmd 263 26/9/2005, 13:26

ANO	MERCADO LIVRE [1] compra Export.	FOB	MERCADO OFICIAL DE INTERVENÇÃO compra Export.	venda FOB	MERCADO LIVRE (privado) compra	venda	TIPO DE CÂMBIO VENDA import.	FOB
1997			3.903,4	3.983,1	3.997,7	3.999,0		
1998			5.294,8	5.402,9	5.434,2	5.442,8		
1999			11.399,3	11.632,0	11.767,8	11.838,8		
2000			25.000,0	25.000,0	25.000,0	25.000,0		

[1] Corresponde à média ponderada do mercado oficial até 1981; daí em diante à média entre o mercado oficial e de intervenção.
Fonte: Banco Central do Equador

livro.pmd 264 26/9/2005, 13:26

livro.pmd

Quadro 4 - EXPORTAÇÃO POR GRUPO DE PRODUTOS, 1927-2000
(Porcentagens do total)

ANO	TOTAL(a)	PETROLÍFERA			NÃO PETROLÍFERA							
		total	petróleo	derivados	total	tradicionais						outras
						total	banana	café	camarão	cacau	peixe	
1927	19.196	5,48%	5,48%	-	94,52%	45,32%	0,75%	6,21%	-	38,36%	-	49,20%
1928	19.669	11,83%	11,83%	-	88,17%	48,25%	0,73%	17,49%	-	30.03%	-	39,92%
1929	17.059	17,61%	17,61%	-	82,38%	39,15%	0,78%	13,60%	-	24,77%	-	43,23%
1930	15.970	19,59%	19,59%	-	80,41%	39,41%	0,96%	9,42%	-	29,02%	-	41,01%
1931	11.198	27,92%	27,92%	-	72,08%	32,96%	0,81%	10,48%	-	21,66%	-	39,11%
1932	8.306	29,35%	29,35%	-	70,65%	41,86%	0,48%	17,24%	-	24,14%	-	28,79%
1933	7.380	25,89%	25,89%	-	74,12%	33,32%	0,75%	12,71%	-	19,86%	-	40,80%
1934	10.047	11,89%	11,89%	-	88,11%	59,77%	2,57%	24,70%	-	32,50%	-	28,34%
1935	10.738	13,08%	13,08%	-	86,92%	38,01%	2,82%	13,32%	-	21,87%	-	48,92%
1936	13.908	9,20%	9,20%	-	90,80%	37,17%	1,34%	13,84%	-	21,99%	-	53,63%
1937	14.060	13,40%	13,40%	-	86,60%	51,91%	3,68%	15,92%	-	32,32%	-	34,69%
1938	11.967	15,59%	15,59%	-	84,41%	39,57%	4,70%	10,40%	-	24,46%	-	44,84%
1939	11.268	14,97%	14,97%	-	85,03%	36,24%	4,29%	9,31%	-	22,65%	-	48,78%
1940	10.463	14,81%	14,81%	-	85,19%	31,91%	3,95%	10,02%	-	17,95%	-	53,27%
1941	13.313	6,72%	6,72%	-	93,28%	29,50%	2,19%	11,18%	-	16,13%	-	63,77%
1942	20.753	8,31%	8,31%	-	91,68%	19,64%	1,00%	5,59%	-	13,05%	-	72,04%
1943	27.880	6,05%	6,05%	-	93,95%	22,17%	0,55%	8,44%	-	13,17%	-	71,78%
1944	33.259	6,17%	6,17%	-	93,83%	16,96%	0,41%	7,60%	-	8,95%	-	76,88%
1945	27.745	7,50%	7,50%	-	92,50%	23,89%	0,76%	8,96%	-	14,17%	-	68,60%
1946	40.084	3,37%	3,37%	-	96,63%	21,76%	1,37%	6,44%	-	13,95%	-	74,87%
1947	46.258	2,55%	2,55%	-	97,45%	43,45%	3,74%	8,28%	-	31,43%	-	54,00%
1948	49.025	3,95%	3,95%	-	96,05%	47,38%	5,63%	14,56%	-	27,18%	-	48,67%

265

26/9/2005, 13:26

livro.pmd

Quadro 4 - EXPORTAÇÃO POR GRUPO DE PRODUTOS, 1927-2000
(Porcentagens do total)

ANO	TOTAL(a)	PETROLÍFERA			NÃO PETROLÍFERA							
		total	petróleo	derivados	total	tradicionais						outras
						total	banana	café	camarão	cacau	peixe	
1949	31.378	3,97%	3,97%	-	96,03%	61,23%	15,76%	17,33%	-	28,14%	-	34,80%
1950	64.243	2,10%	2,10%	-	97,90%	70,21%	12,23%	29,38%	-	28,61%	-	27,69%
1951	52.160	2,65%	2,65%	-	97,35%	86,06%	21,57%	30,31%	-	34,18%	-	11,29%
1952	76.702	1,29%	1,29%	-	98,71%	76,36%	27,87%	26,27%	-	22,22%	-	22,35%
1953	72.698	2,16%	2,16%	-	97,84%	79,91%	32,56%	25,95%	-	21,40%	-	17,93%
1954	100.219	1,49%	1,49%	-	98,51%	89,18%	27,61%	27,51%	-	34,06%	-	9,32%
1955	89.861	1,78%	1,78%	-	98,22%	87,42%	40,91%	25,65%	-	20,86%	-	10,80%
1956	94.430	0,92%	0,92%	-	99,08%	88,17%	38,66%	31,06%	-	18,45%	-	10,91%
1957	98.636	1,27%	1,27%	-	98,73%	84,19%	35,00%	30,32%	-	18,87%	-	14,54%
1958	96.382	0,81%	0,81%	-	99,19%	83,52%	35,12%	27,26%	-	21,14%	-	15,67%
1959	97.245	0,33%	0,33%	-	99,67%	85,89%	45,51%	18,00%	-	22,38%	-	13,78%
1960	102.561	0,00%	0,00%	-	100,00%	87,77%	44,14%	21,40%	1,02%	20,88%	0,34%	12,22%
1961	96.647	0,00%	0,00%	-	100,00%	82,80%	49,67%	15,11%	1,86%	15,71%	0,45%	17,20%
1962	116.917	0,14%	0,14%	-	99,86%	86,79%	53,29%	17,92%	1,67%	13,61%	0,30%	13,07%
1963	131.215	0,13%	0,13%	-	99,87%	82,26%	51,70%	13,91%	1,30%	15,09%	0,26%	17,61%
1964	130.364	0,40%	0,40%	-	99,60%	83,31%	52,89%	16,24%	1,34%	12,42%	0,43%	16,29%
1965	133.790	1,60%	1,60%	-	98,40%	80,18%	37,37%	26,09%	1,48%	14,57%	0,68%	18,22%
1966	147.499	0,00%	0,00%	-	100,00%	75,89%	40,27%	22,06%	1,36%	11,50%	0,70%	24,11%
1967	166.036	0,00%	0,00%	-	100,00%	80,90%	40,45%	23,99%	1,32%	14,15%	0,99%	19,10%
1968	176.559	0,61%	0,61%	-	99,39%	95,86%	52,23%	19,63%	1,24%	22,02%	0,73%	3,53%
1969	151.886	0,40%	0,40%	-	99,60%	81,38%	44,89%	17,15%	1,97%	15,96%	1,42%	18,21%

26/9/2005, 13:26

livro.pmd

Quadro 4 - EXPORTAÇÃO POR GRUPO DE PRODUTOS, 1927-2000
(Porcentagens do total)

ANO	TOTAL(a)	PETROLÍFERA			NÃO PETROLÍFERA							
		total	petróleo	derivados	total	tradicionais						outras
						total	banana	café	camarão	cacau	peixe	
1970	189.929	0,49%	0,44%	0,05%	99,51%	83,92%	43,82%	26,33%	0,90%	11,68%	1,20%	15,59%
1971	199.075	1,03%	0,58%	0,45%	98,97%	79,39%	44,28%	18,13%	2,19%	12,22%	2,56%	19,58%
1972	326.292	18,36%	18,22%	0,14%	81,64%	66,50%	40,15%	14,40%	3,99%	7,24%	0,72%	15,14%
1973	532.048	53,14%	53,01%	0,13%	46,86%	33,79%	13,93%	12,30%	1,72%	4,89%	0,95%	13,06%
1974	1'123.548	62,01%	61,66%	0,35%	37,99%	27,90%	11,28%	5,98%	1,01%	9,13%	0,49%	10,09%

26/9/2005, 13:26

livro.pmd

Quadro 4 - EXPORTAÇÃO POR GRUPO DE PRODUTOS, 1927-2000
(Porcentagens do total)

ANO	TOTAL(a)	PETROLÍFERA			NÃO PETROLÍFERA							
		total	petróleo	derivados	total	tradicionais						outras
						total	banana	café	camarão	cacau	peixe	
1975	897.055	65,45%	65,45%	0,00%	34,55%	30,13%	15,46%	7,31%	1,59%	4,70%	1,08%	4,42%
1976	1'127.331	65,72%	65,58%	0,15%	34,28%	31,98%	9,16%	17,10%	2,18%	2,79%	0,75%	2,30%
1977	1'436.274	50,00%	48,90%	1,10%	50,00%	29,18%	10,32%	12,18%	1,78%	4,17%	0,72%	20,82%
1978	1'493.758	47,79%	41,68%	6,12%	52,21%	33,87%	10,10%	17,79%	2,02%	3,35%	0,61%	18,34%
1979	2'172.703	54,39%	47,69%	6,69%	45,61%	23,98%	7,20%	12,14%	2,07%	1,85%	0,71%	21,63%
1980	2'506.242	63,31%	55,62%	7,69%	36,69%	26,20%	9,46%	5,75%	2,27%	8,42%	0,30%	10,49%
1981	2'541.368	67,90%	61,35%	6,55%	32,10%	22,14%	8,18%	4,86%	3,05%	5,89%	0,16%	9,95%
1982	2'237.416	68,25%	62,13%	6,12%	31,75%	22,98%	5,20%	7,17%	5,42%	4,82%	0,37%	8,76%
1983	2'225.646	74,25%	69,71%	4,54%	25,75%	22,32%	6,54%	7,59%	6,58%	1,26%	0,34%	3,43%
1984	2'620.419	70,01%	64,04%	5,97%	29,99%	24,55%	5,16%	7,51%	6,10%	5,58%	0,20%	5,44%
1985	2'904.736	66,33%	62,82%	3,51%	33,67%	27,96%	7,57%	7,19%	5,39%	7,48%	0,33%	5,72%
1986	2'185.849	44,95%	41,74%	3,21%	55,05%	48,16%	12,05%	14,99%	13,17%	6,78%	1,17%	6,89%
1987	1'929.194	37,61%	33,55%	4,05%	62,39%	53,76%	13,84%	10,94%	19,86%	7,25%	1,87%	8,63%
1988	2'193.501	44,53%	39,85%	4,63%	55,47%	46,26%	13,58%	7,74%	17,65%	5,71%	1,59%	9,21%
1989	2'353.883	48,75%	43,87%	4,87%	51,25%	43,21%	15,70%	6,88%	13,94%	4,60%	2,08%	8,05%
1990	2'724.134	52,07%	46,55%	5,51%	47,93%	41,10%	17,29%	4,77%	12,49%	4,80%	1,75%	6,83%
1991	2'851.012	40,40%	37,13%	3,27%	59,60%	51,94%	25,24%	3,86%	17,24%	3,96%	1,65%	7,66%
1992	3'101.526	43,38%	40,61%	2,76%	56,62%	46,38%	22,03%	2,65%	17,49%	2,41%	1,79%	10,25%
1993	3'065.615	40,99%	37,58%	3,41%	59,01%	42,19%	18,51%	3,82%	15,35%	2,72%	1,79%	16,82%
1994	3'842.682	33,96%	30,84%	3,12%	66,04%	48,09%	18,43%	10,77%	14,34%	2,65%	1,90%	17,96%
1995	4'380.707	34,92%	31,86%	3,07%	65,08%	45,56%	19,55%	5,57%	15,37%	3,04%	2,03%	19,51%
1996	4'872.648	35,89%	31,21%	4,68%	64,11%	41,30%	19,97%	3,27%	12,96%	3,36%	1,74%	22,81%

268

26/9/2005, 13:26

livro.pmd

Quadro 4 - EXPORTAÇÃO POR GRUPO DE PRODUTOS, 1927-2000
(Porcentagens do total)

ANO	TOTAL (a)	PETROLÍFERA			NÃO PETROLÍFERA							
		total	petróleo	derivados	total	tradicionais						outras
						total	banana	café	camarão	cacau	peixe	
1997	5'264.364	29,58%	26,81%	2,77%	70,42%	48,73%	25,21%	2,31%	16,83%	2,50%	1,88%	21,69%
1998	4'203.052	21,96%	18,77%	3,19%	78,04%	51,80%	25,46%	2,50%	20,75%	1,12%	1,96%	26,24%
1999	4'451.087	33,24%	29,48%	3,76%	66,76%	40,78%	21,44%	1,75%	13,64%	2,39%	1,56%	25,97%
2000	4'926.627	49,58%	43,52%	6,06%	50,42%	26,43%	16,67%	0.93%	5,79%	1,57%	1,47%	24.00%

(a) milhares de dólares FOB

Fonte: Banco Central do Equador, Setenta Años de Información Estadística, 1927-1997, Quito, 1997
Banco Central do Equador, Información Estadística Mensual 1793 Quito, julho de 2001

269

26/9/2005, 13:26

Quadro 5
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES POR TIPO DE BEM,
1957-2000 (%)

ANO	BENS DE CONSUMO	COMBUS-TÍVEIS E LUBRIFI-CANTES	MATÉRIAS PRIMAS	BENS DE CAPITAL	DIVERSOS	TOTAL IMPORT. (us$ mil)
1957	19,23%	1,52%	47,03%	31,20%	0,02%	91.880
1958	19,20%	1,44%	47,08%	32,20%	0,08%	87.243
1959	19,07%	1,83%	46,24%	32,78%	0,08%	92.164
1960	18,76%	3,31%	46,65%	31,09%	0,18%	102.202
1961	18,07%	3,33%	47,51%	31,02%	0,07%	100.784
1962	19,09%	1,65%	49,23%	29,79%	0,24%	97.776
1963	17,80%	4,76%	47,59%	29,73%	0,12%	110.531
1964	17,34%	2,90%	48,07%	31,64%	0,06%	138.159
1965	18,98%	7,02%	42,39%	31,35%	0,27%	165.465
1966	19,15%	2,80%	47,03%	30,28%	0,75%	174.129
1967	15,49%	9,72%	42,83%	31,76%	0,20%	214.210
1968	14,59%	3,65%	51,13%	30,51%	0,12%	255.465
1969	14,50%	6,55%	47,27%	31,39%	0,28%	241.838
1970	13,22%	6,28%	50,05%	29,96%	0,49%	273.849
1971	11,24%	8,14%	46,63%	33,62%	0,36%	340.104
1972	14,51%	3,33%	42,39%	39,45%	0,33%	318.599
1973	16,13%	2,81%	43,75%	37,22%	0,09%	397.282
1974	12,11%	1,70%	45,41%	40,54%	0,24%	958.488
1975	10,87%	1,44%	39,78%	47,53%	0,38%	943.244
1976	9,99%	0,75%	44,89%	44,13%	0,24%	993.123
1977	11,13%	0,62%	39,96%	48,03%	0,26%	1'508.357
1978	10,95%	0,68%	37,40%	50,73%	0,24%	1'630.202
1979	9,09%	0,68%	41,87%	48,11%	0,25%	1'985.599
1980	11,12%	1,03%	41,92%	45,20%	0,73%	2'249.519
1981	9,03%	1,15%	41,08%	48,33%	0,42%	2'246.162
1982	11,31%	1,33%	46,13%	41,03%	0,20%	1'988.374
1983	12,54%	1,31%	57,57%	27,49%	1,08%	1'464.954
1984	8,34%	1,27%	55,99%	34,29%	0,11%	1'715.777
1985	8,63%	11,22%	50,40%	29,75%	0,00%	1'766.724
1986	9,37%	6,26%	47,02%	37,13%	0,21%	1'810.224
1987	9,66%	13,65%	42,53%	33,92%	0,25%	2'158.136
1988	9,60%	3,43%	47,91%	38,85%	0,21%	1'713.525
1989	9,94%	3,83%	52,93%	32,81%	0,49%	1'854.781
1990	9,54%	5,07%	52,51%	32,67%	0,21%	1'865.126
1991	10,36%	3,82%	48,77%	37,00%	0,05%	2'399.040
1992	15,86%	4,16%	42,16%	37,72%	0,10%	2'430.978

livro.pmd 270 26/9/2005, 13:26

ANO	BENS DE CONSUMO	COMBUS-TÍVEIS E LUBRIFI-CANTES	MATÉRIAS PRIMAS	BENS DE CAPITAL	DIVERSOS	TOTAL IMPORT. (us$ mil)
1993	21,16%	3,42%	36,93%	38,41%	0,08%	2'562.223
1994	22,36%	2,87%	36,38%	38,38%	0,01%	3'622.019
1995	19,82%	5,80%	41,16%	33,19%	0,03%	4'152.635
1996	21,79%	4,13%	44,73%	29,33%	0,03%	3'931.720
1997	20,96%	8,83%	40,29%	29,88%	0,02%	4'954.834
1998	21,00%	5,84%	39,55%	33,60%	0,01%	5'575.734
1999	20,59%	8,08%	44,26%	27,01%	0,06%	3'017.256
2000	22,07%	8,01%	44,55%	25,31%	0,05%	3'721.201

Fontes:
Banco Central do Equador, Boletin Anuario, vários números, Quito, 1970-1985.
Banco Central do Equador, Información Estadística Mensual, vários números, Quito, 1996-2000.
Banco Central do Equador, Setenta Años de Información Estadística, 1927-1997, Quito, 1997

livro.pmd 271 26/9/2005, 13:26

livro.pmd

Quadro 6 - ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES EQUATORIANAS POR DESTINO GEOGRÁFICO, 1980-2000
(em % e os totais em milhões de dólares FOB)

ANO	TOTAL	AMÉRICA	EUA	AMÉRICA	ALADI	GRUPO	RESTO	EUROPA	UNIÃO	RESTO DA	ÁSIA	ÁFRICA	OCEANIA	OUTROS
1980	2.506,2	76,26%	29,87%	0,11%	18,09%	4,91%	28,19%	10,69%	8,27%	2,05%	12,56%	0,06%	0,25%	0,18%
1981	2.541,4	60,78%	37,92%	0,09%	17,09%	5,74%	5,68%	5,88%	4,69%	0,96%	33,03%	0,04%	0,26%	0,01%
1982	2.237,4	74,02%	42,27%	0,06%	22,54%	7,08%	9,15%	4,18%	2,91%	1,14%	20,52%	0,94%	0,34%	0,09%
1983	2.225,6	78,89%	52,27%	0,04%	8,48%	5,93%	18,10%	3,69%	2,73%	0,87%	16,84%	0,17%	0,41%	0,00%
1984	2.620,4	77,37%	65,86%	0,07%	3,41%	2,07%	8,04%	5,77%	3,42%	0,74%	17,95%	0,05%	0,22%	0,00%
1985	2.904,7	67,69%	57,11%	0,08%	4,56%	2,54%	5,94%	6,31%	4,54%	1,64%	25,40%	0,40%	0,20%	0,00%
1986	2.185,8	72,76%	60,97%	0,10%	6,86%	1,96%	4,84%	9,50%	7,96%	1,25%	16,92%	0,44%	0,38%	0,00%
1987	1.929,2	77,28%	54,76%	0,11%	10,51%	6,48%	11,90%	9,16%	7,67%	1,29%	12,79%	0,17%	0,54%	0,07%
1988	2.193,5	73,07%	45,87%	0,64%	12,44%	8,08%	14,12%	10,58%	9,24%	1,14%	15,43%	0,44%	0,47%	0,02%
1989	2.353,9	82,31%	58,10%	1,91%	13,29%	7,77%	9,01%	10,05%	8,85%	0,99%	6,63%	0,46%	0,44%	0,12%
1990	2.724,1	82,04%	58,18%	1,47%	10,33%	6,54%	12,06%	11,54%	10,16%	1,40%	5,44%	0,47%	0,51%	0,00%
1991	2.851,0	67,20%	46,05%	1,10%	12,44%	7,13%	7,60%	17,58%	16,89%	0,50%	14,54%	0,13%	0,56%	0,00%
1992	3.101,5	65,57%	42,75%	1,29%	13,62%	6,08%	7,91%	18,05%	15,74%	1,70%	15,85%	0,05%	3,69%	0,01%
1993	3.065,6	67,67%	42,57%	1,26%	16,84%	9,45%	7,01%	18,77%	16,39%	1,84%	12,97%	0,17%	0,33%	0,09%
1994	3.842,7	66,08%	41,49%	0,75%	18,80%	10,31%	5,04%	22,88%	19,60%	2,92%	10,51%	0,12%	0,25%	0,16%
1995	4.380,7	65,59%	40,16%	0,72%	17,40%	8,23%	7,13%	22,70%	19,27%	3,23%	11,04%	0,20%	0,45%	0,02%
1996	4.872,6	64,40%	38,15%	0,82%	17,43%	8,79%	6,94%	22,52%	19,36%	3,01%	12,38%	0,20%	0,43%	0,07%
1997	5.264,4	65,12%	38,60%	0,73%	19,55%	12,08%	5,04%	23,34%	19,32%	3,88%	10,92%	0,03%	0,48%	0,11%
1998	4.203,0	66,03%	38,95%	0,69%	20,89%	13,04%	4,37%	24,62%	20,76%	3,79%	8,20%	0,05%	0,52%	0,58%
1999	4.451,1	65,99%	38,37%	0,89%	18,62%	10,84%	6,33%	20,98%	18,38%	2,55%	11,06%	0,07%	0,66%	1,24%
2000	4.926,6	70,06%	38,05%	1,86%	21,92%	13,94%	6,89%	15,59%	12,40%	3,13%	11,75%	0,03%	0,43%	2,13%

Fontes:
1970-1990: Banco Central do Equador, Setenta Años de Información Estadística, 1927-1997
1991-2000: Banco Central do Equador, Información Estadística Mensual, 1793.

26/9/2005, 13:26

livro.pmd

Quadro 7 - ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES EQUATORIANAS POR DESTINO GEOGRÁFICO , 1980-2000
(em % e os totais em milhões de dólares CIF)

ANO	TOTAL	AMÉRICA	EUA	AMÉRICA CENTRAL	ALADI	GRUPO ANDINO	RESTO AMÉRICA	EUROPA	UNIÃO EUROP.	RESTO DA EUROPA	ÁSIA	ÁFRICA	OCEANIA	OUTROS PAÍSES
1980	2.249,5	53,76%	38,34%	0,23%	12,28%	7,42%	2,92%	27,95%	20,20%	1,33%	16,63%	1,18%	0,41%	0,08%
1981	2.246,2	50,82%	33,72%	0,74%	11,26%	4,89%	5,10%	26,24%	20,15%	1,48%	20,98%	1,21%	0,74%	0,01%
1982	1.988,4	55,42%	37,28%	0,69%	13,02%	5,02%	4,43%	27,17%	21,40%	1,02%	15,97%	0,93%	0,51%	0,00%
1983	1.465,0	56,26%	34,01%	1,99%	16,04%	5,82%	4,22%	29,89%	24,37%	1,30%	12,59%	0,74%	0,53%	0,00%
1984	1.715,8	54,55%	30,77%	1,35%	19,27%	4,37%	3,16%	25,57%	18,29%	1,39%	17,26%	1,11%	1,50%	0,00%
1985	1.766,7	61,34%	35,10%	0,40%	21,54%	6,57%	4,30%	23,78%	18,72%	1,14%	13,28%	0,91%	0,68%	0,01%
1986	1.810,2	50,80%	30,23%	0,62%	17,26%	5,03%	2,69%	29,21%	23,03%	1,45%	17,38%	1,72%	0,88%	0,01%
1987	2.158,1	54,07%	25,89%	0,68%	23,33%	11,17%	4,17%	26,25%	21,25%	1,17%	17,92%	0,82%	0,14%	0,80%
1988	1.713,5	54,03%	33,12%	0,96%	17,29%	4,56%	2,66%	26,49%	20,89%	2,53%	17,66%	0,97%	0,57%	0,28%
1989	1.854,8	59,11%	33,75%	1,30%	20,89%	5,01%	3,17%	26,61%	21,47%	1,77%	11,72%	1,81%	0,73%	0,02%
1990	1.865,1	59,65%	32,75%	1,49%	22,14%	9,70%	3,28%	26,98%	22,30%	0,85%	12,53%	0,61%	0,23%	0,01%
1991	2.399,0	57,38%	30,87%	0,99%	22,03%	9,71%	3,49%	26,78%	21,70%	1,63%	14,48%	1,13%	0,14%	0,10%
1992	2.431,0	58,69%	33,83%	1,00%	19,77%	7,18%	4,10%	22,62%	18,98%	0,93%	17,73%	0,46%	0,21%	0,30%
1993	2.562,2	55,76%	33,72%	0,21%	16,77%	7,18%	5,07%	25,14%	21,93%	1,27%	18,00%	0,87%	0,22%	0,00%
1994	3.622,0	58,29%	26,24%	0,13%	27,89%	14,10%	4,04%	19,26%	16,05%	1,31%	20,90%	0,75%	0,69%	0,12%
1995	4.152,6	66,05%	31,35%	0,21%	29,76%	16,95%	4,74%	18,78%	15,36%	2,37%	14,12%	0,77%	0,11%	0,18%
1996	3.931,7	67,84%	31,09%	0,33%	31,70%	16,60%	4,72%	20,20%	17,79%	1,35%	10,51%	0,25%	0,60%	0,61%
1997	4.954,8	67,47%	30,60%	0,29%	30,60%	18,53%	5,98%	18,66%	16,28%	1,57%	11,55%	1,58%	0,50%	0,23%
1998	5.575,7	66,82%	30,14%	0,29%	30,49%	17,51%	5,90%	17,16%	14,71%	1,76%	14,41%	1,00%	0,37%	0,23%
1999	3.017,3	70,38%	30,44%	0,52%	33,68%	20,25%	5,73%	17,51%	14,16%	2,16%	10,91%	0,85%	0,24%	0,12%
2000	3.721,2	68,58%	25,05%	0,42%	37,51%	22,75%	5,60%	14,65%	11,08%	2,77%	14,64%	1,12%	0,14%	0,87%

Fontes:
1970-1990: Banco Central do Equador, Setenta Años de Información Estadística, 1927-1997.
1991-2000: Banco Central do Equador, Información Estadística Mensual, 1793.

26/9/2005, 13:26

Quadro 8
TAXA DE VARIAÇÃO DA INFLAÇÃO (IPCU) E TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL, 1928-2000 (em %)

ANO	INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL	PIB MÉDIA ANUAL	P/ANO	INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL	PIB MÉDIA ANUAL
1928	-	3,95%	1965	6,4	3,3
1929	-	2,05%	1966	3,7	2,4
1930	-	1,33%	1967	4,8	6,9
1931	-	0,71%	1968	3,0	4,0
1932	-	0,48%	1969	5,2	2,3
1933	-	-4,21%	1970	5,6	6,5
1934	-	1,61%	1971	9,5	6,3
1935	-	2,06%	1972	7,7	14,4
1936	-	2,69%	1973	12,0	25,3
1937	-	3,26%	1974	22,7	6,4
1938	-	3,70%	1975	15,4	5,6
1939	-	4,49%	1976	10,5	9,2
1940	3,55	5,37%	1977	12,9	6,5
1941	3,42	5,46%	1978	13,6	6,6
1942	28,48	5,65%	1979	10,1	5,3
1943	22,16	7,17%	1980	12,6	4,9
1944	22,78	7,89%	1981	14,7	3,9
1945	29,9	3,82%	1982	16,3	1,2
1946	14,81	7,63%	1983	48,4	-2,8
1947	14,29	7,85%	1984	31,2	4,2
1948	11,9	7,83%	1985	28,0	4,3
1949	-1,8	6,91%	1986	23,0	3,1
1950	-0,55	5,39%	1987	29,5	-6,0
1951	11,81	2,02%	1988	58,2	10,5
1952	3,3	11,57%	1989	75,6	0,3
1953	0,48	3,47%	1990	48,5	3,0
1954	3,66	9,49%	1991	48,7	5,0
1955	4,6	4,60%	1992	54,6	3,6
1956	-2,93	3,34%	1993	45,0	2,0
1957	1,06	3,76%	1994	27,3	4,3
1958	1,05	2,73%	1995	22,9	2,3
1959	-0,3	4,78%	1996	24,4	2,0
1960	0,59	5,54%	1997	30,6	3,4
1961	5,01	5,12%	1998	36,1	0,4
1962	1,69	4,92%	1999	52,2	-7,3
1963	3,04	2,11%	2000	96,1	2,3
1964	1,34	7,41%			

Fontes:
Banco Central do Equador, *Setenta Años de Información Estadística, 1927-1997*, Quito, 1997
Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC), *Índices de Precios al Consumidor Urbano*, vários números
Banco Central do Equador, *Cuentas Nacionales del Ecuador, 1969-1992*, 16, 1993
Banco Central do Equador, *Información Estadística Mensual*, vários números, Quito, 1996-2000

livro.pmd 274 26/9/2005, 13:26

livro.pmd

Quadro 9. EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO 1980-2001
(% da variação mensal do índice de preços)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
E	2,02	2,06	4,32	2,43	2,40	6,41	3,29	1,80	3,24	5,30	3,74	4,39	4,34	3,19	1,75	2,98	2,40	6,44	4,01	3,20	14,30	7,00
F	1,01	2,08	2,42	1,79	1,80	1,16	2,54	2,53	4,99	5,83	4,63	3,87	3,45	1,73	4,01	1,21	2,55	3,47	4,54	2,70	10,00	2,90
M	2,18	1,62	3,04	2,47	2,50	1,83	1,94	5,16	4,48	8,97	4,19	3,92	2,82	2,97	2,64	1,98	2,90	1,46	2,70	13,50	7,60	2,20
A	1,70	1,76	4,84	2,55	2,50	2,95	1,90	1,96	6,90	2,68	4,53	3,24	5,28	3,63	3,00	2,57	2,84	2,04	4,36	5,50	10,20	1,70
M	1,48	1,00	6,99	1,24	1,20	1,20	0,82	1,38	4,70	1,07	2,92	4,25	3,70	4,52	1,38	1,95	-0,27	1,53	1,80	0,90	5,10	0,20
J	0,27	1,45	5,76	0,66	0,70	1,96	1,15	2,27	3,57	3,41	2,54	2,51	3,58	1,82	1,52	1,21	1,49	1,39	2,90	1,80	5,30	0,50
J	1,46	1,95	5,36	1,19	1,20	1,57	0,76	0,94	4,88	1,35	3,19	1,78	2,69	1,20	0,61	0,67	1,74	2,06	0,80	3,10	2,40	0,20
A	0,99	1,85	3,95	1,85	1,90	0,20	2,76	1,06	5,75	2,60	1,60	2,71	3,05	0,42	1,54	1,07	1,97	1,34	1,30	0,50	1,40	0,40
S	0,57	1,50	3,88	1,57	1,60	0,87	2,52	2,05	7,40	4,82	3,47	4,59	10,56	2,56	1,80	2,51	2,38	2,32	5,10	1,80	3,70	-
O	2,31	4,38	2,87	2,20	2,20	0,57	3,47	1,94	5,45	2,63	3,55	3,21	6,28	3,13	1,16	1,25	1,55	1,84	6,50	4,20	2,70	-
N	0,18	1,78	3,31	-0,22	2,95	1,27	1,88	4,55	6,36	3,10	4,21	2,25	1,04	1,63	2,18	1,56	2,22	1,38	2,10	6,40	2,20	-
D	0,44	0,83	2,00	-0,04	1,70	2,17	1,43	2,90	5,90	2,62	4,40	3,92	1,59	0,57	1,29	1,77	1,29	1,88	0,80	5,60	2,50	-

Fonte:
INEC

275

26/9/2005, 13:26

livro.pmd

Quadro 10. EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO 1981-2001
(% da variação anual do índice de preços)

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
E	13,59	16,64	28,26	49,70	29,94	20,72	25,51	34,35	88.42	51,97	50,45	48,91	58,46	29,14	26,90	22,08	30,50	27,68	42,30	78,10	78,7
F	14,80	14,30	30,28	48,80	29,13	22,36	25,51	37,57	90,93	50,24	49,36	48,30	55,83	32,03	23,47	23,70	31,70	29,01	39,70	90,80	67,2
M	14,17	12,45	32, 61	47,96	28,32	22,50	29,47	36,69	99,12	43,65	48,99	46,73	56,06	31,62	22,67	24,81	29,92	30,63	54,30	80,90	58,8
A	14,25	12,51	37,08	44,73	28,832qq1,26		29,54	47,32	91,26	46,23	47,15	49,62	53,62	30,82	22,16	25,14	28,91	33,61	56,10	88,90	46,6
M	19,69	11,38	45,22	36,95	28,77	20,80	30,26	48,01	84,64	48,90	49,05	48,84	54,92	26,89	22,86	22,41	31,24	33,91	54,70	96,90	39,6
J	19,89	12,50	51,40	30,34	30,42	19,84	31,70	49,89	84,35	47,66	48,99	50,46	52,13	26,52	22,47	22,76	31,11	35,91	53,10	103,70	33,2
J	18,49	14,44	56,47	25,17	30,91	18,84	31,95	55,73	78,15	50,33	46,96	51,79	49,94	25,78	22,54	24,00	31,52	34,23	56,50	102,40	30,4
A	17,88	15,97	59,70	22,65	28,79	21,93	29,77	62,95	72,85	48,87	48,57	52,29	46,10	27,18	21,98	25,10	30,71	34,16	55,30	104,00	29,2
S	18,21	16,69	63,44	19,92	27,90	23,93	29,17	71,49	68,69	46,95	50,11	61,06	35,54	26,24	22,82	25,02	30,63	37,80	50,40	107,90	-
O	16,71	20,58	61,08	19,14	25,85	27,51	27,25	77,39	64,18	48,27	49,62	65,86	31,52	23,83	22,93	25,30	30,99	44,00	47,10	104,90	-
N	17,81	22,39	55,57	22,93	23,80	28,28	30,59	80,45	59,16	49,85	46,80	63,89	32,29	24,50	22,19	26,21	29,91	45,00	53,40	96,80	-
D	17,25	24,41	52,47	25,07	24,37	27,35	32,48	85,71	54,25	49,52	48,98	60,22	30,96	25,38	22,77	25,60	30,67	43,40	60,70	91,00	-

Fonte:
INEC

26/9/2005, 13:26

Quadro 11
TRANSFERÊNCIA LÍQÜIDA GERADA
PELA DÍVIDA EXTERNA
(desembolsos menos serviço da dívida, 1970-2000, em milhões de dólares)

ANO	DESEMBOLSO TOTAL	AMORTIZAÇÃO TOTAL	SALDO FINAL + TOTAL	RECEITA TOTAL	JUROS	JUROS EM ATRASO

ANO	DESEMBOLSO TOTAL	AMORTIZAÇÃO TOTAL	TOTAL DE JUROS	SALDO FINAL + JUROS EM ATRASO	RECEITA

FONTE:

Banco Central do Equador, *Información Estadística Mensual*, 1793, Quito
Banco Central do Equador, *Setenta Años de Información Estadística, 1927-*

livro.pmd 277 26/9/2005, 13:26

Quadro 12
PESO DA DÍVIDA EXTERNA

	1990	1992	1994	1996	1998	1999	2000
Total Deuda / PIB	116%	103%	86%	76%	83%	118%	97%
Total Deuda / Export.	449%	413%	380%	299%	390%	366%	278%
Deuda Pública / Ingresos Fisc.	-	420%	395%	340%	271%	329%	391%
Servicio Deuda / Egresos	45%	39%	24%	22%	24%	25%	-
Servicio Deuda / Export.	46%	42%	24%	23%	29%	24%	43%

Fonte:
Banco Central do Equador, Movimiento de la Deuda Externa Pública y Privada, Operaciones del Sector Público no Financiero.

Quadro 13
PAGAMENTOS DO GOVERNO CENTRAL
(serviço da dívida e outros setores, em % do PIB)

	EDUCAÇÃO E CULTURA	SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SERVIÇO	DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO	DA DÍVIDA
1986	4,0	1,1	0,5	4,1
1987	3,9	1,4	0,5	7,1
1988	3,3	1,3	0,5	4,5
1989	3,0	1,2	0,5	5,7
1990	2,7	1,2	0,6	6,3
1991	2,9	0,9	0,6	5,2
1992	3,1	1,0	0,5	5,2
1993	2,6	0,7	0,5	3,7
1994	2,9	0,9	0,6	4,6
1995	3,3	1,1	1,4	10,0
1996	3,2	1,2	1,3	8,5
1997	3,5	1,0	1,5	12,1
1998	3,2	1,0	1,0	8,8
1999	3,8	1,2	1,2	13,8
2000	2,9	1,0	1,1	12,5

Fonte:
Banco Central do Equador

livro.pmd 278 26/9/2005, 13:26

Quadro 14
DÍVIDA E EXPORTAÇÃO

	EM MILHARES DE DÓLARES			EM PORCENTAGEM	
	SERVIÇO DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA	SERVIÇO DÍVIDA TOTAL	EXPORTAÇÃO X	SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA/ X	SERVIÇO DA DÍVIDA TOTAL/ X
1990	1.255,8	1.292,7	2.724	46,1%	47,5%
1991	1.253,1	1.290,1	2.851	44,0%	45,3%
1992	1.298,9	1.376,2	3.101	41,9%	44,4%
1993	865,2	1.028,7	3.066	28,2%	33,6%
1994	934,0	1.929,5	3.843	24,3%	50,2%
1995	1.262,2	3.189,4	4.381	28,8%	72,8%
1996	1.127,1	4.282,6	4.873	23,1%	87,9%
1997	1.645,7	5.488,9	5.264	31,3%	104,3%
1998	1.233,3	6.993,1	4.203	29,3%	166,4%
1999	1.053,4	5.418,6	4.451	23,7%	121,7%
2000	2.106,0	4.970,3	4.927	42,7%	100,9%

Fonte:
Banco Central do Equador, Boletines anuarios, vários números
Banco Central do Equador, Información Estadística Mensual, 1793, Quito, julho de 2001.

livro.pmd 279 26/9/2005, 13:26

Quadro 15
RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA EQUATORIANA

Acordos com o FMI

DATA	GOVERNO	MONTANTE (us$)	UTILIZAÇÃO (%)
1961, junio	Carlos Julio Arosemena	10'000.000	-
1962, junio	Carlos Julio Arosemena	5'000.000	-
1963, julio	Carlos Julio Arosemena	6'000.000	-
1964, julio	Dictadura Militar	13'000.000	-
1965, julio	Dictadura Militar	12'000.000	-
1966, julio	Clemente Yerobi	13'000.000	-
1969, abril	Clemente Yerobi	18'000.000	-
1970, septiembre	José M. Velasco Ibarra	22'000.000	-
1972, julio	José M. Velasco Ibarra	16'500.000	-
1983, julio	Osvaldo Hurtado	166'000.000	100%
1985, marzo	León Febres Cordero	105'000.000	100%
1986, agosto	León Febres Cordero	91'000.000	20%
1988, enero	León Febres Cordero	103'000.000	20%
1989, septiembre	Rodrigo Borja	135'000.000	36%
1991, diciembre	Rodrigo Borja	105'000.000	25%
1994, mayo	Sixto Durán Ballén	250'000.000	57%
2000, abril	Gustavo Noboa	300'000.000	-

Acordos com os bancos internacionais

DATA	TIPO DE ACORDO
1983, outubro	Novos recursos (US$431 milhões) e re-estruturação dos pagamentos (1982-3).
1984, agosto	Reorganização de obrigações vencidas em 1984.
1985, agosto	Novos recursos (US$200 milhões).
1985, dezembro	Acordo pluri-anual de financiamento dos vencimentos comprometidos entre dezembro de 1984 e dezembro de 1989. Plano Brady, criação de bonos Brady.
1994, outubro 2000	Desaparecem os bonos Brady e os Eurobonos, criando-se em seu lugar bonos Global.

livro.pmd 280 26/9/2005, 13:26

Acordos com o Clube de Paris
(data de corte: 1º de janeiro de 1983)

DATA	PERÍODO DE CONSOLIDAÇÃO (meses)	MONTANTE CONSOLIDAÇÃO (US$ milhões)	VENCIMENTO ANO/MÊS	PERÍODO DE GRAÇA ANO/MÊS
1983, julio 28	12	155	7 / 6	3 / 0
1985, abril, 24	36	265	7 / 6	3 / 0
1988, enero 20	14	397	9 / 5	4 / 11
1989, octubre 24	14	395	9 / 5	4 / 11
1992, enero 20	12	361	14 / 6	8 / 0
1994, junio 27	6	293	14 / 9	8 / 3
2000, septiembre 11	-	880	-	-

Fonte:
Worldbank, World Debt Tables; comunicado do Clube de Paris

livro.pmd 281 26/9/2005, 13:26

Quadro 16
EVOLUÇÃO DO PIB, DA EXPORTAÇÃO E DA DÍVIDA EXTERNA
(totais e per capita, 1970-2000)

ANO	PIB (a)	EXP. fob (a)	DÍVIDA EXTERNA (a), (b)	PIB p. cap. (c)	EXP. p. cap. (c)	DÍVIDA p. cap. (c)
970	1.629	189,9	241,5	272,0	33,3	42,4
971	1.602	199,1	260,8	260,0	32,4	42,4
972	1.874	326,3	343,9	296,0	51,5	54,3
973	2.489	532,0	380,4	381,0	81,6	58,4
974	3.711	1.123,5	410,0	553,0	167,4	61,1
975	4.310	897,0	512,7	624,0	129,9	74,2
976	5.317	1.127,3	693,1	752,0	158,6	97,5
977	6.655	1.436,3	1.263,7	919,0	196,3	172,7
978	7.654	1.493,8	2.314,2	1.033,0	198,4	307,4
979	9.359	2.172,7	3.554,1	1.234,0	280,6	459,0
980	11.733	2.506,2	4.601,3	1.511,0	314,8	578,0
981	13.946	2.541,3	5.868,2	1.754,0	310,6	717,1
982	13.354	2.237,4	6.632,8	1.641,0	266,1	788,8
983	11.114	2.225,6	7.380,7	1.337,0	257,7	854,5
984	11.510	2.620,4	7.596,0	1.355,0	295,5	856,5
985	11.890	2.904,7	8.110,7	1.371,0	319,2	891,4
986	10.515	2.185,8	9.062,7	1.187,0	234,3	971,4
987	9.450	1.929,2	10.335,5	1.044,0	201,8	1.081,0
988	9.129	2.193,5	10.668,8	987,0	224,0	1.089,3
989	9.714	2.353,9	11.532,6	1.028,0	234,7	1.150,0
990	10.569	2.724,1	12.222,0	1.095,0	265,4	1.190,7
991	11.525	2.851,0	12.801,9	1.169,0	271,5	1.219,1
992	12.430	3.101,5	12.795,2	1.235,0	288,8	1.191,3
993	14.540	3.065,6	13.630,9	1.414,0	279,2	1.241,3
994	16.880	3.842,7	14.589,4	1.607,0	342,5	1.300,2
995	18.006	4.380,7	13.934,0	1.678,0	382,3	1.215,9
996	19.157	4.872,6	14.586,1	1.748,0	416,5	1.246,8
997	19.760	5.264,4	15.099,2	1.655,4	441,0	1.264,9
998	19.710	4.203,0	16.400,3	1.618,9	345,2	1.347,1
999	13.770	4.451,1	16.282,3	1.109,5	358,6	1.311,9
2000	13.649	4.926,6	13.564,5	1.079,3	389,6	1.072,6

(a) US$ milhões
(b) Saldo final da dívida + juros atrasados
(c) Dólares
Fontes:
Banco Centraal do Equador, INEC, Encuestas urbanas de Empleo
Banco Central do Equador, Información Estadística Quincenal, vários números, 1988-1993
Banco Central do Equador, Setenta Años de Información Estadística 1927-1997, Quito, 1997
Banco Central do Equador, Información Estadística Mensual, vários números, Quito, 1996-2001

livro.pmd 282 26/9/2005, 13:26

Quadro 17
RECEITA PETROLÍFERA: PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO, 1970-2000 (%)

ANO	%	ANO	%
1970	0,00	1986	32,87
1971	6,25	1987	29,28
1972	12,52	1988	32,85
1973	27,41	1989	41,02
1974	42,51	1990	45,02
1975	35,11	1991	46,52
1976	34,69	1992	49,13
1977	30,57	1993	47,97
1978	29,87	1994	41,52
1979	36,59	1995	37,99
1980	35,40	1996	47,10
1981	33,93	1997	34,57
1982	40,43	1998	27,60
1983	44,21	1999	36,24
1984	42,10	2000	40,14
1985	50,88		

Fonte:
1970-1990: Banco Central do Equador, *Setenta Años de Información Estadística 1927-1997*, Quito, 1997
1991-2000: Banco Central do Equador, *Información Estadística Mensual*, 1793, Quito, julho de 2001

livro.pmd 283 26/9/2005, 13:26

Quadro 18
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO NOMINAL E REAL, 1980-2000
(em sucres)

ANO	SALÁRIO MENSAL MÍNIMO	REMUNERAÇÃO TOTAL*	IPC**	REMUNERAÇÃO REAL
1980	4.000	5.503	0,96	573.229
1981	4.000	5.683	1,10	516.636
1982	4.600	7.100	1,28	554.688
1983	5.600	9.000	1,89	476.190
1984	6.600	10.400	2,48	419.355
1985	8.500	13.690	3,18	430.503
1986	12.000	18.340	3,91	469.054
1987	14.500	21.708	5,06	429.012
1988	22.000	31.693	8,01	395.668
1989	27.000	40.483	14,07	287.726
1990	32.000	70.283	20,89	336.443
1991	40.000	94.333	31,07	303.614
1992	60.000	159.000	48,04	330.974
1993	66.000	219.500	69,64	315.192
1994	70.000	323.334	88,66	364.690
1995	85.000	322.917	108,99	296.281
1996	95.000	380.000	135,57	280.298
1997	100.000	425.750	194,70	218.670
1998	100.000	572.667	279,20	205.110
1999	100.000	596.667	448,70	132.977
2000	100.000	1'336.667	857,00	155.970

* *Inclui rendimentos complementares*
** *Base: setembro 1994-agosto de 1995 = 100*
Fonte:
Banco Central do Equador, IIE-UC
Banco Central do Equador, Setenta Años de Información Estadística, 1927-1997, Quito, 1997.

livro.pmd 284 26/9/2005, 13:26

Quadro 19
ALGUNS INDICADORES BÁSICOS DA ECONOMIA, 1970-2000

ANO	RMI (a)	PREÇO DO PETRÓLEO (b)	PIB (c)	PIB per capita	INVERSÃO ESTRANGEIRA DIRETA (C)	
					líqüida	% do PIB
1970	55	0,00	1.629	272	88,60	5,44%
1971	25	0,00	1.602	260	162,10	10,12%
1972	128	2,40	1.874	296	80,80	4,31%
1973	226	4,00	2.489	381	52,30	2,10%
1974	339	13,40	3.711	553	76,80	2,07%
1975	246	11,80	4.310	624	95,30	2,21%
1976	434	12,00	5.317	752	19,90	0,37%
1977	570	12,90	6.655	919	34,50	0,52%
1978	606	12,50	7.654	1.033	48,60	0,63%
1979	636	23,00	9.359	1.234	66,00	0,71%
1980	863	35,20	11.733	1.511	70,00	0,60%
1981	567	34,40	13.946	1.754	60,00	0,43%
1982	210	32,50	13.354	1.641	40,00	0,30%
1983	151	27,60	11.114	1.337	50,00	0,45%
1984	171	27,40	11.510	1.355	50,00	0,43%
1985	196	25,90	11.890	1.371	62,00	0,52%
1986	-75	12,80	10.515	1.187	80,73	0,77%
1987	-151	14,20	9.450	1.044	122,90	1,30%
1988	-176	12,70	9.129	987	154,50	1,69%
1989	203	16,20	9.714	1.028	159,70	1,64%
1990	603	20,20	10.569	1.095	126,18	1,19%
1991	760	16,22	11.525	1.169	160,14	1,39%
1992	782	16,81	12.430	1.235	177,90	1,43%
1993	1.254	14,42	14.540	1.414	469,17	3,23%
1994	1.712	13,68	16.880	1.607	530,81	3,14%
1995	1.557	14,83	18.006	1.678	469,98	2,61%
1996	1.831	18,02	19.157	1.748	491,42	2,57%
1997	2.093	15,45	19.760	1.655	695,42	3,48%
1998	1.698	9,20	19.710	1.619	831,11	4,22%
1999	1.276	15,50	13.770	1.109	635,88	4,62%
2000		86.19	13.649	1.079	720.00	5.28%

(a) saldos cf. paridade oficial a 31 de dezembro
(b) preço de exportação FOB (US$ por barril)

livro.pmd 285 26/9/2005, 13:26

(c) milhões de dólares
(d) dólares
Fonte:
Banco Central do Equador

Quadro 20
GRAU DE DOLARIZAÇÃO ESPONTÂNEA DO EQUADOR
(1994-1999)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
DEPÓSITOS EM US$ MILHÕES	402	758	1.035	1.533	1.713	1.048
% DO TOTAL DE DEPÓSITOS	15,7%	24,2%	28,0%	36,9%	43,7%	47,3%
APLICAÇÕES EM US$ MILHÕES	637	1.108	1.310	2.192	2.569	1.521
% DO TOTAL DAS APLICAÇÕES	19,9%	28,3%	32,8%	44,7%	58,9%	66,5%

Fontes:
Banco Central do Equador

livro.pmd 286 26/9/2005, 13:26

Quadro 21
EVOLUÇÃO DAS REMESSA DE EMIGRANTES, EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO E DE BANANA
(em US$ milhões)

ANO	EMIGRANTES	BANANA	PETRÓLEO
1991	109	1.151,7	719,6
1992	149	1.345,3	683,3
1993	201	1.256,6	567,5
1994	273	1.304,8	708.3
1995	382	1.529,9	856.6
1996	505	1.748,7	973,0
1997	644	1.557,3	1.327,2
1998	794	922,9	1.070,1
1999	1.084	1.479,7	954,4
2000	1.330	2.442,4	821,4

(em % do PIB)

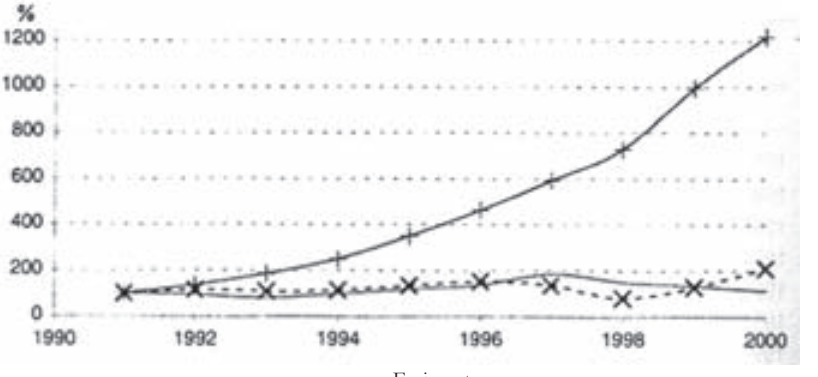
ANO	EMIGRANTES	BANANA	PETRÓLEO
1991	0,95%	9,99%	6,24%
1992	1,20%	10,82%	5,50%
1993	1,38%	8,64%	3,90%
1994	1,62%	7,73%	4,20%
1995	2,12%	8,50%	4,76%
1996	2,64%	9,13%	5,08%
1997	3,26%	7,88%	6,72%
1998	4,03%	4,68%	5,43%
1999	7,87%	10,75%	6,93%

livro.pmd 287 26/9/2005, 13:26

Índices
Base: 1991 = 100

ANO	EMIGRANTES	BANANA	PETRÓLEO
1991	100	100	100
1992	136,70	116,81	94,96
1993	184,40	109,11	78,86
1994	250,46	113,29	98,43
1995	350,46	132,84	119,04
1996	463,30	151,84	135,21
1997	590,83	135,22	184,44
1998	728,44	80,13	148,71
1999	994,50	128,48	132,63
2000	1.220,18	212,07	114,15

Gráfico dos Índices



____ Emigrantes
……. Petróleo
x x x x Banana

Nota: Remessas estimadas com base em pesquisa de campo
Fonte: Banco Central do Equador, *Setenta Años de Información Estadística, 1927-1997*, Quito, 1997. Banco Central do Equador, *Información Estadística Mensual*, 1793, Quito, 2001.

livro.pmd 288 26/9/2005, 13:26

22 Quadro
INDICADORES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
E NÍVEIS DE POBREZA

ANO	PIB (US$ MILHÕES)		PIB PER CAPITA (US$)	
1998	19.710		1.619	
1999	13.770	-31%	1.109	33%
2000	13.649		1.079	

Participação na renda total (%)

ANO	20% MAIS POBRES	20% MAIS RICOS
1990	4,60%	52,0%
1995	4,10%	54,9%
1999	2,46%	61,2%

Evolução da pobreza
(milhões de pobres)

ANO	POBREZA	POBREZA EXTREMA
1995	3,9	2,1
2000	9,1	4,5

Evolução da pobreza
(%)

ANO	POBREZA	POBREZA EXTREMA	CRIANÇAS EM LARES POBRES
1995	34%	12%	37%
2000	71%	31%	75%

Fonte:
Banco Central do Equador, Información Estadística Mensual, 1793, Quito, 2001.
INEC

livro.pmd 289 26/9/2005, 13:26

Quadro 23
POPULAÇÃO TOTAL DO EQUADOR, POR REGIÃO
E PROVÍNCIA, 1950-2000

REGIÕES E PROVÍNCIAS	1950	1962	1974	1982	1990	2000
País	3'202.757	4'476.007	652.171	8'072.702	9'648.189	12'516.053
Sierra	1'856.445	2'271.345	3'146.565	3'799.578	4'401.418	5'590.823
Azuay	250.975	274.642	367.324	437.964	50.609	630.810
Bolivar	109.305	131.651a	144.593	14.951	155.088	172.785
Cañar	97.681	112.733	14.657	175.933	189.347	217.021
Carchi	76.595	94.649	120.857	128.113	141.482	167.175
Cotopaxi	165.602	154.971	236.313	274.278	276.324	303.489
Chimborazo	21.813	276.668	304.316	331.547	364.682	427.517
Imbabura	146.893	174.039	216.027	248.592	265.499	329.755
Loja	216.802	285.448	342.339	356.512	384.698	429.010
Pichincha	38.652	587.835	988.306	1'369.059	1'756.228	2'466.244
Tungurahua	187.942	178.709	27.992	32.807	36.198	447.017
Costa	1'298.495	2'127.358	3'179.446	3'944.172	4'793.832	6'329.601
El Oro	89.306	16.065	262.564	337.053	412.572	559.846
Esmeraldas	75.407	124.881	203.151	24.787	306.628	1'267.844
Guayas	582.144	979.223	1'512.333	2'022.912	2'515.146	3'422.795
Los Ríos	15.026	250.062	383.432	451.064	527.559	662.844
Manabí	401.378	612.542	817.966	885.273	1'031.927	416.272
Oriente	46.471	74.913	173.469	263.797	372.533	578.712
Napo	-17.695	24.253	62.186	11.511	103.387	83.788
Pastaza	-773	13.693	23.465	31.779	41.811	56.966
Morona Stgo.	-16.285	25.503	53.325	70.217	84.216	119.852
Zamora Ch.	-4.761	11.464	34.493	46.691	66.167	103.233
Sucumbios					76.952	144.774
Orellana						70.099
Galápagos	1.346	2.391	4.037	6.119	9.785	16.917
Zonas en discusión	-	-	18.193	59.036	70.621	-

Fontes:
INEC, *Censos de Población*
SISE, *Consultas Territoriales Múltiples*

livro.pmd 290 26/9/2005, 13:26

Quadro 24
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO EQUADOR
POR REGIÃO, 1950-2000 (em %)

REGIÃO	1950	1962	1974	1982	1990	2000
SIERRA	58,0%	50,7%	48,2%	47,2%	45,6%	44,7%
COSTA	40,5%	47,5%	48,8%	49,0%	49,7%	50,6%
AMAZÔNIA	1,5%	1,7%	2,7%	3,2%	3,9%	4,6%
ILHAS	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
NÃO DELIMITADA	0,0%	0,0%	0,3%	0,5%	0,7%	-
TOTAL	3'202.757	4'476.007	652.171	8'072.702	9'648.189	12'516.053

Fontes: SISE, *Consultas Territoriales Múltiples*
INEC, *Censos de Población*

livro.pmd 291 26/9/2005, 13:26

Quadro 25
TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL
DO EQUADOR, URBANA E RURAL, ENTRE OS CENSOS
(1950-1962-1974-1982-1990)

ANO	TOTAL	SIERRA	COSTA	ORIENTE	GALÁPAGOS	
50-62	2,95	2,09	4,11	3,98	4,79	POPULAÇÃO TOTAL
62-74	3,27	2,83	3,48	7,28	4,54	
74-82	2,52	2,23	2,54	4,94	4,91	
82-90	2,27	1,87	2,39	5,88	5,82	
50-62	4,73	3,56	5,89	5,23	-	POPULAÇÃO URBANA
62-74	4,47	4,16	4,68	6,85	-	
74-82	4,48	4,06	4,68	10,84	7,62	
82-90	3,79	3,67	3,78	7,11	8,34	
50-62	2,12	2,37	3,1	3,79	4,79	POPULAÇÃO RURAL
62-74	2,24	1,6	2,58	7,35	-3,06	
74-82	0,91	0,93	0,33	3,72	-0,3	
82-90	0,65	0,25	0,43	5,48	9,25	

Fontes: Nueva Historia del Ecuador, vol. 12, Quito, Corporación Editora Nacional, Grijalbo, p. 144-65.

livro.pmd 292 26/9/2005, 13:26

Quadro 26
EVOLUÇÃO DO PIB *PER CAPITA* DO EQUADOR E DE UM GRUPO SELECIONADO DE PAÍSES DO MUNDO
1900-1989 (taxa média anual)

ANOS	1900-1913	1913-1929	1929-1950	1950-1973	1973-1980	1980-1989	1900-1989
EQUADOR	2,5	1,6	2,0	2,9	3,3	-0,7	2,2
MÉDIAS:	1,9	1,6	1,7	2,5	2,3	-0,6	1,7
AMÉRICA LATINA	0,5	1,0	-0,6	4,8	5,4	5,9	2,3
PAÍSES ASIÁTICOS	1,1	0,7	0,4	5,3	1,4	1,9	2,1
PAÍSES IBÉRICOS	1,2	1,5	0,5	4,7	1,8	2,1	2,1
PAÍSES DESENVOLVIDOS	2,0	1,7	1,5	2,2	1,0	2,2	1,8
ESTADOS UNIDOS							

Nota: Incluídos os seguintes países: Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México e Venezuela (América Latina); Coréia, Formosa, Tailândia (Ásia); Espanha e Portugal (península ibérica); Alemanha (antes da reunificação), Estados Unidos, França, Japão, Países Baixos, Reino Unido (países desenvolvidos).
Fonte: André Hofman, Ecuador: Desarrollo Económico en el Siglo 20, 1992.

Quadro 27
EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DO EQUADOR E DE UM GRUPO SELECIONADO DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA
1900-1989 (taxa média anual)

PERÍODO	1900-1913	1913-1929	1929-1938	1938-1950	1950-1973	1973-1980	1980-1989
Equador	2,5	1,6	0	3,6	2,9	3,3	-0,7
Argentina	2,5	0,9	-0,8	1,7	1,9	0,6	-2,5
Brasil	2,3	2,5	2,5	2,7	3,9	4,6	0
Chile	2,4	1,6	-0,9	1,7	1,2	1,8	1,2
Colômbia	2,1	2,1	2,1	1,1	2,2	2,6	1,2
México	1,8	0,1	0,1	2,5	3,2	3,6	-1
Venezuela	0,4	2,3	1,1	4,7	2,6	0,6	-2,4

Fonte:
André Hofman, Ecuador: Desarrollo Económico en el Siglo 20, 1992.

livro.pmd 293 26/9/2005, 13:26

Quadro 28
COMPARAÇÃO DO PIB *PER CAPITA* DO EQUADOR COM UM GRUPO DE PAÍSES SELECIONADOS DO MUNDO, 1900-1990
(EUA = 100)

	1900	1913	1929	1950	1973	1980	1989
EQUADOR	12	13	13	16	19	22	17
MÉDIAS:							
AMÉRICA LATINA	29	29	28	28	29	32	24
PAÍSES ASIÁTICOS	18	15	14	9	16	22	26
PAÍSES IBÉRICOS	34	31	28	21	41	42	40
PAÍSES DESENVOLVIDOS	60	54	51	43	68	71	70
ESTADOS UNIDOS	100	100	100	100	100	100	100

Nota: Incluídos os seguintes países: Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México e Venezuela (América Latina); Coréia, Formosa, Tailândia (Ásia); Espanha e Portugal (península ibérica); Alemanha (antes da reunificação), Estados Unidos, França, Japão, Países Baixos, Reino Unido (países desenvolvidos).
Fonte: André Hofman, Ecuador: Desarrollo Económico en el Siglo 20, 1992.

Quadro 29
PERIODIZAÇÃO DAS ONDAS LONGAS DO CAPITALISMO REVOLUÇÃO ANOS ONDA LONGA RECUPERAÇÃO AUGE RECESSÃO DEPRESSÃO TECNOLÓGICA

REVOLUCIÓN TECNOLÓGICA	AÑOS	ONDA LARGA	RECUPE-RACIÓN	AUGE	RECESIÓN	DEPRESIÓN
PRIMEIRA	41	1787-1827	-	1787-1800	1801-1813	1814-1827
SEGUNDA	58	1828-1885	1828-1842	1843-1857	1858-1869	1870-1885
TERCEIRA	53	1886-1938	1886-1897	1898-1911	1912-1925	1926-1938
QUARTA	57	1939-1995	1939-1945	1946-1965	1966-1973	1974-1995
QUINTA	??	1996-????	1996-2002	2003-20??	-	-

Fonte: Jürgen Schuldt, "Revolución tecnológica, relaciones Norte-Sur y desarrollo", em vários autores, *América Latina: Opciones Estratégicas de Desarrollo*, Caracas, ALOP e Editorial Nueva Sociedad, 1992, p. 25.

livro.pmd 294 26/9/2005, 13:26

Bibliografia

Bibliografia

ACOSTA, Alberto

1982 "*Rasgos dominantes del crecimiento ecuatoriano en las últimas décadas*", em *Ecuador: el Mito del Desarrollo*, Quito, El Conejo.

1991 "*La lógica del capital financiero internacional*", em vários autores, *Ecuador: el Reto de la Economía Mundial*, Quito, ILDIS, El Duende e Abya-Yala

1992 "*Sobre el nuevo reajuste económico: la lógica coherencia de una irracionalidad*", em *Ecuador Debate*, 27, Quito, CAAP

1993 "*El fin de una crisis? Dinámica de la deuda externa*", em vários autores, *Deuda Externa y Renegociacón*, Quito, FONDAG.

1994 *La Deuda Eterna: Una Historia de la Deuda Externa Ecuatoriana*, Colección Ensayo, Quito, Libresa, 4ª. edição

1994 *Los Nombres de la Deuda: Sucretizadores, Canjeadores y Tenedores*, Quito, FONDAG

1998 *El Estado como Solución: Reflexiones desde la Economia*, Quito, ILDIS.

1999 "*El tortuoso e interminable ajuste ecuatoriano*", em *Nueva Sociedad*, 161, Caracas

livro.pmd 297 26/9/2005, 13:26

2000 "*Ecuador en la trampa de la dolarización: algunas reflexiones desde la economía política*", em vários autores, *La Rebelión del Arco Ìris: Testimonios y Análisis,* Fundação José Peralta, Quito

2000 "*Sobre bancos y banqueros, con sus relevantes servícios al país*", em revista *Economía y Política*, 6, Faculdade de Economia da Universidade de Cuenca, março

2000 "*El petróleo en el Ecuador: una evaluación crítica del pasado cuarto de siglo*", em Vários autores, *El Ecuador pos-Petrolero*, Quito, Acción Ecológica, Oilwatch e ILDIS.

"*Falacias en las renegociaciones de la deuda externa ecuatoriana*", em revista *Economía y Política*, 7, Faculdade de Economia da Universidade de Cuenca, novembro

2001 "*El falso dilema de la dolarización*", em revista *Nueva Sociedad*, 172, Caracas, março-abril

2001 "*Dolarización y endeudamiento externo: un matrimonio por interés*?" em Marconi R. Salvador (ed.), *Macroeconomía y Economía Política en Dolarización*, Quito,

ACOSTA, Alberto; OJEDA, Lautaro

1983 *Una Propuesta Alternativa*, Quito, CEDEP.

ACOSTA, Alberto; Schuldt, Jürgen

1999 *La Hora de la Reactivación: El Mito de la Falta de Alternativas*. Guayaquil, Escola Politécnica do Litoral.

2000 "*Dolarización: vacuna pra la hiperinflación*?" em revista *Ecuador Debate*, 49, Quito, CAAP

livro.pmd 298 26/9/2005, 13:26

2000 "*Algunos elementos para repensar el desarrollo: una lectura para pequeños países*", em Alberto Acosta (compilador), *El Desarrollo en la Globalización*, Caracas, Nueva Sociedad e ILDIS

ALBORNOZ PERALTA, Oswaldo

S/data *Historia de la Acción Clerical en el Ecuador*, Quito, Solitierra

1989 *Ecuador: Luces y Sombras del Liberalismo*, Quito, El Duende

ALEXANDER RODRÍGUEZ, Linda

1987 "*La reforma bancaria de la Revolución Juliana y sus secuelas económicas, 1926-1937*", em *Revista de Historia Económica de Ecuador*, 2, Quito, Banco Central do Equador

1992 *Las Finanzas Públicas en el Ecuador (1830-1940)*, Quito, Banco Central do Equador.

ALFARO, Eloy

1896 *Deuda Gordiana*, 2ª. ed., Quito, Imp. Nacional.

1931 *Historia del Ferrocarril*, Quito, Ed. Nariz del Diablo.

ALMEIDA, María Rebeca

1988 "*Oscilaciones del dólar norteamericano en el mercado nacional durante 78 años*", em *Revista de Historia Económica del Ecuador*, 4, Quito., Banco Central do Equador

ARAÚJO, María Caridad

livro.pmd 299 26/9/2005, 13:26

1999 "*Gobernabilidad durante la crisis y políticas de ajuste*", em Germánico Salgado et. al., *La Ruta de la Gobernabilidad*, Quito, CORDES e Cooperación Española

AROSEMENA, Guillermo

1991 *La Gran Bretaña en el Desarrollo Económico del Ecuador 1820-1930*, Quito

1992-3 *El Comercio Exterior del Ecuador*, 3 vols., Guayaquil.

1999 "*La banca ecuatoriana: origen histórico de la crisis actual*", em vários autores, *Bancos y Banqueros*, Quito, El Conejo

AYALA MORA, Enrique

1992 *Lucha Política y Origen de los Partidos en Ecuador*, 2ª. edição, Quito, Corporación Editora Nacional

1993 *Resumen de Historia del Ecuador*, Quito, Corporación Editora Nacional

1994 *Historia de la Revolución Liberal Ecuatoriana*, Quito, Corporación Editora Nacional

AYALA MORA, Enrique (editor)

1993 *Nueva Historia del Ecuador*, vols. 7-12, Quito, Corporación Editora Nacional e Grijalbo

BÁEZ, René

1980 *Dialéctica de la Economía Ecuatoriana*, Quito, Banco Central do Equador

livro.pmd 300 26/9/2005, 13:26

BANCO CENTRAL DO EQUADOR

1948-1989 *Memorias Anuales del Gerente General del Banco Central del Ecuador desde el año 1948 a 1989*, Quito.

1988 *Estadísticas Económicas Históricas 1948-1983*, Quito

1990 *Cartas de Intención Suscritas por el Gobierno del Ecuador con el Fondo Monetario Internacional*, Quito

1992 *Deuda Externa del Ecuador 1970-1991*, boletim n. 1, Quito

BANCO DEL ECUADOR

1977 *Crónica Comercial e Industrial de Guayaquil en el Primer Siglo de la Independencia 1820-1920*, Faculdade de Economia, Universidade de Guayaquil

BENALCAZÁR R. René

1989 *Análisis del Desarrollo Económico del Ecuador*, Quito, Banco Central do Equador.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

1981 *Análisis del Desarrollo Económico del Ecuador*, Quito, Banco Central do Equador

BOCCO, Arnaldo M.

1987 *Auge Petrolero, Modernización y Subdesarrollo: El Ecuador de los Años Setenta*, Quito, FLACSO e Corporación Editora Nacional

livro.pmd 301 26/9/2005, 13:26

BONILLA, Heraclio

1990 *La Revuelta por la Independencia en Hispanoamérica*, Quito

1992 Apresentação do livro de Diana Bonnett, *El Protector de Naturales en la Audiencia de Quito: Siglos XVII y XVIII*, Quito, FLACSO

1994 *Guano y Burguesia en el Perú*, Quito, FLACSO

BORCHART DE MORENO, Christiana

1993 "*Circulación y producción en Quito: de la Colonia a la República*", em *Siglo XIX Revista de Historia*, México, Universidade Autônoma de Nuevo León

CARBO, Luis Alberto

1978 *Historia Monetaria y Cambiaria del Ecuador*, Quito, Banco Central do Equador

CÁRDENAS, José Corsino

1995 *Ensayo Histórico de la Economía Ecuatoriana*, Quito, Banco Central do Eqcuador.

CARDOSO, Ciro F. S.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor

1987 *Historia Económica de América Latina*: 2. *Economías de Exportación y Desarrollo Capitalista*, Barcelona, Ed. Crítica

CARRASCO, V., Carlos Marx

1998 *Ecuador y el Consenso de Washington,* Universidade de Cuenca.
S/ data *Dolarización: Un Camino de Espinas y Espejismos,* Universidade de Cuenca.

livro.pmd 302 26/9/2005, 13:26

CHIRIBOGA, Manuel

1980 *Jornaleros y Granproprietarios en 135 años de Exportación Cacaotera 1790-1925*, Quito, CIESE e Consejo Provincial.

1980 "*Las fuerzas del poder en 1830*", em revista *Cultura*, 6, Quito, Banco Central do Equador.

1988 "*Auge y Crisis de una economía agroexportadora: el período cacaotero*", em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 9, Quito, Corporación Editora Nacional

COLOMA SILVA, Enrique

1938-9, 1941 (Diretor Geral de Mineração e Petróleos), *La Minería y el Petróleo en el Ecuador* (anuários), Quito

CORNEJO MENACHO, Diego

1996 *Crónica de un Delito de Blancos*, Quito, Ojo de Pez, Corporación Editora Nacional e INFOC.

1982 *El 15 de Noviembre de 1922*, 2 vols., Quito

CRAWFORD DE ROBERTS, Lois

1980 *El Ecuador en la Época Cacaotera,* Quito, Editorial Universitaria

CREAMER GUILLEN, Germán

1992 Redistribution, Inflation and Adjustement Policies: A Macro-Structuralist Model for Ecuador, Quito, Universidade de Notre Dame e ILDIS.

livro.pmd 303 26/9/2005, 13:26

CREAMER GUILLEN, Germán; KIM, Kwan S.; REYNOLDS, Clark W.

1997 *El Ecuador en el Mercado Mundial: El Regionalismo Abierto y la Participación del Ecuador en el Grupo Andino, el Tratado de Libre Comercio de Norteamérica y la Cuenca del Pacífico*, Quito, USAID e Corporación Editora Nacional

CRESPO ORDOÑEZ, Roberto

1933 *Historia del Ferrocarril del Sur*, Quito

CUEVA, Agustín

1990 *El Desarrollo del Capitalismo en América Latina*, 13ª. edição. México, Siglo XXI

1997 *El proceso de Dominación Política en el Ecuador. Quito,* Editorial Planeta.

DÁVILA ANDRADE, Oswaldo

1990 "*Las condiciones para la inversión andina en el Ecuador*", em *Aportes para la Integración Andina*, Quito, FAUS e ILDIS, novembro

DE JANVRY, Alain; GRAHAM, Alison; SADOULET, Elizabeth; ESPINEL, Ramón; SPURRIER, Walter

1993 *La Faisabilité Politique de l'Ajustemente en Equateur et au Venezuela*, OCDE

DE LA TORRE ESPINOSA, Carlos

1993 *La Seducción Velasquista*, Quito, *Libri Mundi* e FLACSO.

DILLON, Luis Napoleón

1927 *La Crisis Económica Financiera del Ecuador*, Quito, Artes Gráficas

livro.pmd 304 26/9/2005, 13:26

DORYAN GARRÓN, Eduardo; LÓPEZ CASTRO, Grettel

1993 *Transición Hacia una Economía no Petrolera en Ecuador: Retos y Perspectivas*, Quito, INCAE

DRAKE, Paulo

1984 "*La Misión Kemmerer en el Ecuador: revolución y regionalismo*" em revista *Cultura*, Quito, Banco Central do Equador

EGGER, Philippe; GARCIA, Norbert E.

2000 "*Apertura y empleo en los países andinos en los 90*" (capítulo introdutório em P. Egger e Norbert Garcia (eds.), *Apertura Económica y Empleo: Los Países Andinos en los Noventa*, Lima, OIT.

EQUIPE DE CONJUNTURA DA CAAP

1993-2001 Revista *Ecuador Debate*, Quito, CAAP

ESPINOZA, Leonardo

1980 "*La influencia de 1830 en el desarrollo republicano del Ecuador*", em revista *Cultura*, 6, Quito, Banco Central do Equador

ESPINOZA, Leonardo; ACHIG, Lucas

1990 "*Economía y sociedad en el siglo XIX: Sierra Sur*", em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 7, Quito, Banco Central do Equador

1995 "*Alfaro: Pensamiento-acción federativa, descentralizadora y centralizadora*", no Seminário "Vigencia del Pensamiento de Alfaro", Cuenca (mimeografado)

livro.pmd 305 26/9/2005, 13:26

ESTRADA, Víctor Emilio

1931 *La Posición Económica del Ecuador en 1930*, Quito

1934 *El problema Económico del Ecuador en 1934: Algunos Fundamentos para su Solución*, Guayaquil, Jouvin

1948 *El Problema Vital del Ecuador "Fuertes o Esclavos"*, Guayaquil, 2ª. ed.

FALCONI MORALES, Juan (ed.)

1996 *El Ecuador Frente a la Organización Mundial del Comercio (OMC)*, Quito, Banco Central do Equador.

FISCHER, Sabine

1983 *Estado, Clases e Industria*, Quito, El Conejo

FLORES JIJON, Antonio

1890 *La Conversion de la Deuda Anglo-Ecuatoriana*, 2ª. ed., Quito, Imprenta del Gobierno

FUENTEALBA, Gerardo

1990 "*La sociedad indígena en las primeras décadas de la república: continuidades coloniales y cambios republicanos*", em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 8, Quito, Corporación Editora Nacional

GALLARDO, Jorge

1993 "*Deuda externa: rondas de negociaciones*", em vários autores, *Deuda Externa*

livro.pmd 306 26/9/2005, 13:26

y Renegociación, Quito, FONDAD

1999 *Los Mitos de la Convertibilidad*, Guayaquil, Escola Politécnica do Litoral

GARCÍA MENÉNDEZ, José Ramón

1989 *Política Económica y Deuda Externa en América Latina*, Madrid, Universidade de Santiago de Compostela e Iepala Editorial

GIMENO, Ana

1986 "*Juan José Flores en España: alguns antecedentes de la tentativa de expedición del ex-presidente del Ecuador en 1846*", *Cultura*, 25, Quito, Banco Central do Equador

1986 *Una Tentativa Monárquica en América: El Caso Ecuatoriano*, Quito, Banco Central do Equador

GONZÁLES SUÁREZ, Federico

1970 *Historia General de la República del Ecuador*, Quito, Casa da Cultura Equatoriana

GOVERNO MILITAR

1972 *Filosofia y Plan de Acción del Gobierno Revolucionario nacionalista del Ecuador*, Quito

GUERRERO, Andrés

1980 *Los Oligarcas del Cacao*, Quito, Editorial El Conejo

GUERRERO MARTÍNEZ, Alberto

livro.pmd 307 26/9/2005, 13:26

1981 *La Deuda Externa del Ecuador*, 1930, Guayaquil, Biblioteca Equatoriana

GUZMÁN, Marco Antonio

1994 *Bicentralismo y Pobreza en el Ecuador*, Quito, Corporación Editorial Nacional, Universidade Simón Bolívar, GTZ

1996 *Pobreza, Modernización del Estado y Privatización en Ecuador*, Cuenca, Universidade do Azuay

HIDALGO, V., Francisco; GORDILLO R., Eduardo

1989 "*Inovaciones de políticas económicas y comportamiento de los actores sociales en el contexto de la crisis, 1980-1987: el caso ecuatoriano"*, em *Economía y Desarrollo*, XI, 13, Quito, Universidade Católica do Equador

HILFERDING, Rudolf

1973 *El Capital Financiero*, México

HOFMAN, André A.

1992 "*Ecuador: desarrollo económico en el siglo 20 (un análisis cuantitativo)*", em *Cuestiones Económicas*, 21, Quito, Banco Central do Equador, 1994

HURTADO LARREA, osvaldo

1977 *El poder Político en el Ecuador*, Quito, Universidade Católica

2000 *La Deuda Externa del Ecuador y sus Efectos Económicos y Sociales en la Segunda Mitad del Siglo XX*, documento 9, CORDES

livro.pmd 308 26/9/2005, 13:26

JÁCOME, Luis

1997 *El Tortuoso Camino de la Estabilización en el Ecuador*, Quito, FESO e Fundação Konrad Adenauer.

LATORRE, Octavio

1992 *La Maldición de la Tortuga: Historias Trágicas de las Islas Galápagos*, Quito, Edição do autor.

LARREA, M., Carlos

1987 *El Banano en el Ecuador: Transnacionales, Modernización y Subdesarrollo*, Quito, Corporación Editora Nacional.

1990 "*La estructura social ecuatoriana entre 1960 y 1979*", em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 11, Quito, Corporación Editora Nacional

1991 *Industria, Estructura Agraria y Migraciones Internas en el Ecuador: 1950-1982*, documento 8, Quito , FLACSO

1992 *The Mirage of Development: Oil, Employment and Poverty in Ecuador (1972-1990*). Tese de doutorado, Universidade de York.

1997 "*Ajuste estructural, distribución del ingreso y empleo en el Ecuador*", em revista *Economía y Humanismo*, 2, Quito, Universidade Católica do Equador

LAZO DE RIOFRÍO, Teresa; MORA DE HADATTY, Melania; VICUÑA IZQUIERDO, Leonardo; TORRES CALDERÓN, Luis; LEÓN GONZÁLES, Carlos

2000 *La Economía Ecuatoriana en el Siglo XX*, Guayaquil, Universidade de Guayaquil

livro.pmd 309 26/9/2005, 13:26

LIST, Friedrich

1955 *Sistema Nacional de Economía Política*, Madrid, Aguilar

LÓPEZ BUENAÑO, Franklin

1999 *Por Qué y Cómo Dolarizar*. Guayaquil, Escola Politécnica do Litoral, julho

LUCIO PAREDES, Pablo

2000 *El Libro de la Dolarización: Lo Que Todos Deben Saber*, Quito.

LUNA TOBAR, Alfredo

1986 *El Ecuador en la Independencia del Perú*, tomos I-III, Quito, Banco Central do Equador

LUZURIAGA, Carlos; ZUVEKAS, Clarence

S/data "*La cuestión regional en la historia ecuatoriana (1830-1972)*"" em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 12, Quito, Corporación Editoral Nacional

MAIGUASHCA, Juan

1992 "*La cuestón regional en la historia ecuatoriana (1830-1872)*, em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 12, Quito, Corporación Editora Nacional

MANCERO SAMAN, Alfredo

1999 "*Ingovernabilidad y transición de la democracia ecuatoriana*", em Germánico Salgado et al., *La Ruta de la Governabilidad*, Quito, CORDES e Cooperação Espanhola

livro.pmd 310 26/9/2005, 13:26

MARCHÁN, Cornelio; SCHUBERT, Alexander

1992 *Estrategia de Desarrollo Económico y Social*, Projeto Equador Século XXI, Quito

MARCHÁN ROMERO, Carlos (compilador)

1987 *Crisis y Cambios de la Economía Ecuatoriana en los Años Veinte*, Quito, Banco Central do Equador

MARCONI R., Salvador (editor)

2001 *Macroeconomía y Economía Política en la Dolarización*, Quito, ILDIS, FES, Universidade Simon Bolívar e Abya-Yala

MAYA, Milton

1993 "*Recesión y salario real en el Ecuador, 1980-1993*", em revista *Ecuador Debate*, 29, Quito, CAAP

MEDINA CASTRO, Manuel

1980 *El Gran Despojo: Texas, Nuevo México y California*, México.

1980 *Estados Unidos y América Latina Siglo XXI*, 2ª. ed., Guayaquil, Universidade de Guayaquil

1984 *La Otra Historia: el Ecuador contra la Dependencia y la Intervención,* Guayaquil

MIÑO GRIJALVA, Wilson

1990 "*La economía ecuatoriana de la gran recesión a la crisis bananera*", em *Nueva*

livro.pmd 311 26/9/2005, 13:26

Historia del Ecuador, vol. 10, Quito, Corporación Editora Nacional

MONCADA SÁNCHEZ, José

1975 *El Desarrollo Económico y la Distribución del Ingreso en el Caso Ecuatoriano*

1976 *Evolución y Situación Actual del Capitalismo Ecuatoriano y Perspectivas de Desarrollo Socialista*, Quito, Universidade Central do Equador

1982 *Capitalismo y Subdesarrollo Ecuatoriano en el Siglo XX*, Quito, Universidade Central do Equador

1983 *Capitalismo, Burguesía y Crisis en el Ecuador*, Quito, Universidade Central do Equador

1988 *Dos Decenios se Van, Una crisis se Queda*, Quito, Corporación Editora Nacional e CIPAD

1995 *Desigualdad y Estructura Productiva en el Ecuador*, Quito, Corporación Editora Nacional e Colégio dos Economistas de Quito

MONCAYO ANDRADE, Abelardo

1981 *Pensamiento Económico de Abelardo Moncayo An*drade, Guayaquil, Banco Central do Equador e Universidade de Guayaquil

MONTÚFAR, César

2000 *La Reconstrucción Neoliberal: Febres Cordero o la Estatización del Neoliberalismo en el Ecuador 1984-1988*, Quito, Universidade Simón Bolívar e Abuya-Yala

livro.pmd 312 26/9/2005, 13:26

MOREANO, Alejandro

1976 "*Capitalismo y lucha de clases en la primera mitad del siglo XX*", em vários autores, *Ecuador: Pasado y Presente*, Quito, Instituto de Investigações Econômicas

MORILLO, Jaime

1995 *Economía Monetaria del Ecuador*, Quito, Imprenta Mariscal.

MORLEY, Samuel A.; MACHADO, Roberto; PETTINATO, Stefano

1999 "*Indexes of structural reform in Latin America*", Santiago de Chile, CEPAL (vide página *web* da CEPAL)

NUÑEZ, Jorge

1989 "*El Ecuador en Colombia*", em Enrique Ayala Mora (editor) *Nueva Historia del Ecuador*,vol. 6: *Independencia y Período Colombiano*, Quito, Corporación Editora Nacional e Grijalbo

1999 "*Los orígenes de la bancocracia*", em vários autores, *Bancos y Banqueros*, Quito, El Conejo

ORTIZ CRESPO, Gonzalo

1981 *La Incorporación del Ecuador al Mercado Mundial: La Coyuntura Socio-Económica 1875-1895*, 1ª. ed., Quito, Banco Central do Equador

1988 "*Las condiciones internacionales 1875-1895*", em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 9, Quito, Corporación Editora Nacional

livro.pmd 313 26/9/2005, 13:26

1990 "*Panorama histórico del período 1875-1895*", em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 7, Quito, Corporación Editora Nacional

2000 *Resumen de la Historia Económica del Ecuador: Siglo XX*, Quito, Abya-Abya e Multiplica

ORTUÑO, Carlos

1989 *Historia Numismática del Ecuador*, Quito, Banco Central do Equador

PACHANO, Abelardo

1987 *Endeudamiento Global y Requisitos de la Intervención Estatal: Experiencias y Perspectivas*. Nota técnica 8, Quito, CORDES

1989 *Intervención en el Congreso Nacional*, 30 de maio (mimeografado)

PACHECO, Lucas

1985 *Política Económica en el Ecuador: Una Visión Histórica*, Quito, Tercer Mundo, CIDAP

PAREJA CUCALÓN, Francisco

1993 "*La evolución socio-económica del Ecuador: Modernización sin desarrollo*", em *Análisis Económico*, 14, Quito, Colégio de Economistas de Quito

PAREJA DIEZCANSECO, Alfredo

1986 *La Hoguera Bárbara*, Quito, Casa da Cultura Equatoriana

livro.pmd 314 26/9/2005, 13:26

1990 *Ecuador, Historia de la República*, tomos I-III, Quito, Unidade Nacional

PAZ Y MIÑO, Juan

2000 *Revolución Juliana: Nación, Ejercito y Bancocracia*, Quito, Abya-Yala

2000 *Cuando el Oro era Patrón: Artículos sobre Historia Monetaria y Bancaria del Ecuador*, Quito, Oficina de História Econômica, Faculdade de Economia, PUCE

PERALTA, José

1983 *La Esclavitud en América Latina*, re-edição resumida da obra publicada em 1927, Barranquilla, Nuevos Caminos

PITA, Edgar

2000 "*Empleo, Productividad e Ingresos en el Ecuador, 1990-1999*", em Philippe Egger e Norbert Garcia (editores), *Apertura Económica y Empleo: Los Países Andinos en los Noventa*, Lima, OIT

PIVIDAL, Francisco

1983 *Bolívar: Pensamiento Precursor del Antimperialismo, Caracas*, Ateneo

PNUD

1999 *Informe de Desarrollo Humano: Ecuador*, Quito

QUIJANO, Anibal

1994 "*America Latina en la economia mundial*", em revista *Ecuador Debate*, 31,

livro.pmd 315 26/9/2005, 13:26

Quito, CAAP.

2001 *Colonialidad del Poder, Globalización y Democracia*, Lima (mimeografado)

QUINTERO, L., Rafael; SILVA Ch., Erika

1991 *Ecuador: Una Nación en Ciernes*, 3 vols., Quito, FLACSO e Abya Yala

ROBALINO DÁVILA, Luis

1949 *García Moreno*, Quito, Talleres Gráficos Nacionales

1973 *El 9 de Julio de 1925*, Quito, La Unión

RODRÍGUEZ ACOSTA, Hugo

S/data *Elementos Críticos para una Nueva Interpretación de la Historia Colombiana*, Bogotá, Editorial Tupac Amaru

ROJAS, M., Milton; VILAVICENCIOO, Gaitán

1988 *El Proceso Urbano de Guayaquil 1870-1980*, Quito, Corporación de Estudios Regionales (CERG), Guayaquil e ILDES

ROLDÓS, León

1986 *El Abuso del Poder: Los Decretos-Leyes Económicos Urgentes Aprobados por el Gobierno del Ingeniero León Febres Cordero,* Quito, El Conejo

1990 "*El Plan Brady*", em vários autores, *Ecuador: La Democracia Esquiva,* Quito, ILDIS, UNESCO e CERG-

livro.pmd 316 26/9/2005, 13:26

1991 "*El Decenio Perdido*", em vários autores, *Ecuador: La Democracia Esquiva*, Quito, ILDIS, UNESCO e CERG

1993 "*Dos conductas de Pato: la conversión y el 'Tooling Agremeent'* ", em vários autores, *Deuda Externa y Renegociación*, Quito, FONDAG

SÁENZ, Álvaro; PALACIOS, Diego

1992 "*La dimensión demográfica de la historia ecuatoriana*", em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 12, Quito, Corporación Editora Nacional

SALGADO P., Germánico

1977 *La Economia del Ecuador en los Ultimos Setenta Años, 1906-1976*, Guayaquil, Faculdade de Economia, Universidade de Guayaquil.

1995 *Del Desarrollo al Espejismo: El Tránsito de la Economía Ecuatoriana en los Años 60 y 70*, Quito, Universidade Simón Bolívar e Corporación Editora Nacional

SALGADO P., Germánico; ACOSTA, C., Gastón

1991 *El Ecuador del Mañana: Una Ruta con Problemas*, Quito, CORDES

SALGADO, P., Germánico, et al.

1999 *La Ruta de la Gobernabilidad*, Quito, CORDES e Cooperação Espanhola

SALGADO TAMAYO, Wilma

1996 *El Sistema Mundial de Comercio: El Ecuador Frente al GATT y la OMC*, Quito, Universidad Andina Simón Bolívar e Corporación Editora Nacional.

livro.pmd 317 26/9/2005, 13:26

SALTOS GALARZA, Napoleón

1995 *Ética y Corrupción: Estudios de Casos*, Relatório Final do projeto Responsabilidade/Anti-Corrupção nas Américas, Quito

SALVADOR LARA, Jorge

1994 *Historia Contemporánea del Ecuador*, México, Fundo de Cultura Económica

SAMANIEGO PONCE, José

1988 *Crisis Económica del Ecuador: Análisis Comparativo de dos Períodos Históricos, 1929-1933, 1980-1984*, Quito, Banco Central do Equador

SANDOVAL PERALTA, Carlos

1987 *Política Cambiaria en el Ecuador 1970-1986*, ILDIS

SANDOVAL, Fabián

1986 "*Aporte de CEPE a la economia ecuatoriana*" em vários autores, *Aporte de CEPE a la Economia Ecuatoriana*, Quito, CEPE

SANTOS ALVITE, Eduardo; MORA DUQUE, Mariana

1987 *Ecuador: La Década de los Ochenta, Crisis Económica y Ensayo Neoliberal*, Quito, Colégio de Economistas de Quito, Corporación Editoral Nacional

SCHULDT, Jürgen

1980 *Política Económica y Conflicto Social*, Lima, Universidade do Pacífico

livro.pmd 318 26/9/2005, 13:26

1992 *La Acumulación del Capital y los Problemas de la Macroeconomía Ecuatoriana en la posguerra*, Quito, Projeto Equador Século XXI.

1994 *Elecciones y Política Económica en el Ecuador 1983-1994*, Quito, ILDIS

1994b *La Enfermedad Holandesa y Otros Virus de la Economia Peruana*, Lima, Universidade do Pacífico.

SCHULDT. Jürgen; ACOSTA, Alberto

1995 *Inflación: Enfoques y Políticas Alternativas para América Latina y el Ecuador*, Quito, LIBRESA e ILDIS

SCHMIDT. Wolfgang

1992 *América Latina: Entre la Polarización del Mercado Mundial y la Apertura*, Quito, CAAP

SERRANO, Alberto

1998 "*El Plan Brady: Solución para los prestamistas o prestatarios*", em revista *Ecuador Debate*, 45, Quito, CAAP, dezembro.

1999 *Economía Ecuatoriana en Cifras*, Quito, ILDIS

SIERRA C., Enrique

1998 *Ecuador, Ecuador: Tu Petróleo! Tu Gente!* Quito, Edidac

SIERRA, C., Enrique; PADILLA, Oswaldo

1996 *Ecuador, Crisis y Crecimiento*, Quito, Edidac

livro.pmd 319 26/9/2005, 13:26

1997 *Políticas Financieras y de Convertibilidad*, Quito, Edidac

ST. GEOURS, Ives

1990 "*Economía y sociedad. La Sierra Centro-Norte (1830-1875)*", em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 7, Quito, Corporación Editora Nacional

TERÁN, Emílio María

1896 *Informe al Jefe Supremo, General Eloy Alfaro, sobre la Deuda Anglo-Ecuatoriana*, Quito, Imprenta Nacional

THORP, Rosemary

1998 *Progress, Poverty and Exclusion: An Economic History of Latin America in the 20th. Century*, Washington, BID

THORP, R. et al.

1991 *Las Crisis en el Ecuador: Los Treinta y Ochenta*, Quito, Corporación Editoral Nacional, Oxford University St. Antony's Latin American Centre

THOUMI, Francisco; GRINDLE, Merilee

1992 *La Política de la Economía del Ajuste: La Actual Experiencia Ecuatoriana*, Quito, FLACSO

TRIAS, Vivian

1975 *Historia del Imperialismo Norteamericano*, tomos I-III, Buenos Aires, A. Peña Lillo Editor.

livro.pmd 320 26/9/2005, 13:26

UGARTECHE, Oscar

1986 *El Estado Deudor: Economía Política de la Deuda: Perú y Bolivia 1968-1984*, Lima, Instituto de Estudos Peruanos

VALLEJO, Raúl

1984 "*1999: Luna de miel entre Mahuad y Aspiazu*", em vários autores, *Bancos y Banqueros*, Quito, El Conejo

VAREA, Anamaría (coordenadora)

1997 *Ecologismo Ecuatorial (1); Conflictos Socioambientales en las Ciudades (2); Desarrollo Eco-Ilógico (3)*, Quito, Abya-Yala e CEDEP

VÁRIOS AUTORES

1989 *La Economía Ecuatoriana al Momento y sus Proyecciones*, Guayaquil, Colégio de Economistas de Guayaquil

VEGA UGALDE, Silvia

1991 *Ecuador: Crisis Políticas y Estado en los Inicios de la República,* Quito, FLACSO e Abya-Yala.

VEGA U., Esteban; MANCERO, Piedad

2001 *Sostenibilidad Fiscal y Descentralización*. Quito, CORDES e Fundação Konrad Adenauer

VELASCO ABAD, Fernando

livro.pmd 321 26/9/2005, 13:26

1973 *El Modelo Agroexportador Ecuatoriano*, Guayaquil, folheto da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade de Guayaquil

1981 Ecuador: *Subdesarrollo y Dependencia*, Quito, Editorial El Conejo

VICUÑA IZQUIERDO, Leonardo

1986 *Economia Ecuatoriana 1984-85: El Fracaso de la Reconstrucción Neoliberal*, Guayaquil, Universidade de Guayaquil

1988 *1986-87 Economía Ecuatoriana: Crisis, Violencia, Miseria*, Guayaquil, Universidade de Guayaquil

1993 "*El modelo tradicional de crecimiento primario exportador*", em vários autores, *Economía Ecuatoriana*, Guayaquil, Universidade de Guayaquil

1998 *Economía Ecuatoriana: Recursos, Características y Problemas*, Guayaquil, Universidade de Guayaquil

1998 *Economía Ecuatoriana: Crisis y Políticas*, Guayaquil, Universidade de Guayaquil

VILLACRÉS MOSCOSO, Jorge W.

1982 *Historia Diplomática de la República del Ecuador*, Guayaquil, Universidade de Guayaquil

VILLALOBOS, Fabio

1990 "*El proceso de industrialización hasta los años cincuenta*", em *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 10, Quito, Corporación Editora Nacional

livro.pmd 322 26/9/2005, 13:26

VIVANCO MENDIETA, Jorge

1999 "*Crisis bancaria oprobiosamente calculada*", em vários autores, *Bancos y Banqueros*, Quito, El Conejo

VOS, Ros; VELASCO, Margarita; DE LABASTIDA, Edgar

1999 *Economic and Social Effects of El Niño in Ecuador 1997-1998*, Washington, BID

YCAZA, Patrício

1983 *Historia del Movimiento Obrero Ecuatoriano*, Quito, Casa da Cultura Equatoriana

1991 *Historia del Movimiento Obrero Ecuatoriano*, Quito, CEDIME e CIUDAD

ZEVALLOS, I., José Vicente

1981 *El Estado Ecuatoriano y las Transnacionales Petroleras: Ocho Años de Alianza y Conflictos 1972-1979*, Quito, Universidade Católica

livro.pmd 323 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 324 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 325 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 326 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 327 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 328 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 329 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 330 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 331 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 332 26/9/2005, 13:26

livro.pmd 333 26/9/2005, 13:26